

DIÁRIO



OFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXXVI — 49ª DA REPÚBLICA — N. 298

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 1937

Expediente

EXERCÍCIO DE 1937

Por conveniência, não somente dos senhores subscritores, como da Imprensa, a partir de 1º de janeiro de 1937, não se farão inscrições de assinantes além pelo prazo de um ano.

— As assinaturas começarão em 1º de janeiro, para terminar em 31 de dezembro, ou em 1º de julho, para terminar em 30 de junho do ano seguinte.

Ainda para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

Pede-se às repartições arrecadadoras que não aceitem pedidos de assinatura, ainda dentro dessas condições quer para particulares, quer para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário Oficial" e do "Diário da Justiça":

Repartições públicas ou assinantes particulares	No interior	700000
	No exterior	7100000
Funcionários públicos	No interior	600000
	No exterior	630000

Numero avulso do dia, 400 réis, até o limite de dez cadernos com quarenta folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (oitavo) ou fração.

Por ano decorrido, mais 500 réis sobre o preço do dia.

O preço do numero de hoje está fixado na última página.

OBSERVAÇÕES

Dentro do ano não se aceitam pedidos de assinaturas.

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes numeros tirados, extraviados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, a fim de não ficarem com as suas coleções desatualizadas.

— As assinaturas para funcionários públicos que descontem em folha de pagamento devem ser anualmente regularizadas pelas respectivas repartições pagadoras.

— Os preços fixados para os funcionários públicos são extensivos aos estaduais e municipais, desde que, provada a qualidade, façam o pagamento adiantadamente.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfandegas, poderão ser encaminhadas diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas ou cujas consignações não forem comunicadas pelas repartições pagadoras dentro dos primeiros 15 dias do novo ano serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar, da Corte de Apelação do Distrito Federal, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça", nos dias 10 e 25 de cada mês.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do publico, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria publicada constatarem pelos interessados a existência de erros ou omissões devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo até 48 horas após a saída

SUMÁRIO

Atos do Poder Executivo

Decreto-lei n. 90, de 21 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 108, de 27 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 117, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 118, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 119, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 120, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 121, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 122, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 123, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 124, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 125, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 126, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 127, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 128, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 129, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 130, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 131, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 132, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 133, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 134, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 135, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 136, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 137, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 138, de 29 de dezembro de 1937.
Decreto-lei n. 139, de 29 de dezembro de 1937.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Decretos de 16 do corrente.

Ministério da Fazenda — Decretos de 20 do corrente.

Ministério da Marinha — Decretos de 23 do corrente.

Ministério da Guerra — Decretos de 16 do corrente.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Decretos de 16, 20 e 27 do corrente.

Conselho Federal do Serviço Público Civil.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente das Diretorias do Interior e de Contabilidade.

Ministério da Educação e Saúde — Expediente da Diretoria de Contabilidade, do Departamento Nacional de Saúde, da Inspeção dos Centros de Saúde e das Divisões dos Ensinos Secundário, Comercial e Industrial.

Ministério da Fazenda — Expediente da Diretoria do Expediente e do Pessoal do Tesouro Nacional, da Contadoria Central da República, da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, das Diretorias das Rendas Internas e do Domínio da União, da Câmara de Reajustamento Econômico, da Recebedoria do Distrito Federal, do Segundo Conselho de Contribuintes, da Diretoria do Imposto de Renda e da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante.

Ministério da Guerra — Apostilas — Expediente do Sr. ministro e do Departamento do Pessoal do Exército.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Portarias — Expediente do Sr. ministro, da Diretoria Geral do Expediente, dos Departamentos dos Correios e Telégrafos e de Aeronáutica Civil, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal, da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Inspeção Federal de Obras contra as Secas.

Ministério da Agricultura — Expediente do Departamento Nacional da Produção Animal, da Diretoria do Expediente e Contabilidade e da Comissão de Tabelamento.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Portarias — Expediente das Diretorias Gerais de Expediente e de Contabilidade, dos Departamentos Nacionais do Trabalho, da Propriedade Industrial e de Seguros Privados e Capitalização e do Serviço de Identificação Profissional.

Tribunal de Contas — Termos de contrato — Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

SUPLEMENTO:

Decreto n. 2.202, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.203, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.204, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.205, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.206, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.207, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.208, de 24 de dezembro de 1937.

Decreto n. 2.209, de 24 de dezembro de 1937.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 90 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 4:950\$000, para pagamento ao procurador regional eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de quatro contos novecentos e cinquenta mil réis (4:950\$000), à verba 4ª — Justiça Eleitoral, sub-assignação n. 1 — Pessoal fixo, do título I — Pessoal, do vigente orçamento do mesmo ministério, para atender ao pagamento da diferença de vencimentos que compete ao procurador regional eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, no corrente ano.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 1937, 116ª da Independência e 45ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 103 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1937

Regula o exercício do magistério no Exército

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo:

A que não foi possível, sob o anterior regime constitucional, satisfazer a urgente necessidade de regular em lei o exercício do magistério no Exército;

A que o Poder Executivo, em mensagens de 3 de maio e de 31 de agosto do corrente ano, encarecera e reiterara ao Poder Legislativo, então em exercício, essa urgente necessidade;

A que persiste a falta de uma legislação uniforme que permita restaurar-lhe imediatamente a categoria e tornar mais eficiente o magistério militar;

Decreta, nos termos do disposto pelo art. 180 das Disposições Transitórias da vigente Constituição da República, e em harmonia com os arts. 43 e 44 do seu texto:

Art. 1.º O Magistério Militar é exercido por professores e instrutores.

Art. 2.º Os professores, destinados a ministrar conhecimentos de instrução geral e elementos especiais de instrução profissional, classificam-se em quatro categorias:

- a) catedráticos;
- b) adjuntos de catedráticos;
- c) contratados;
- d) em comissão.

§ 1.º Os professores catedráticos e adjuntos de catedráticos serão civis ou militares, nomeados mediante concurso de títulos ou provas, para disciplinas de assuntos gerais, não essencialmente militares, pertencentes aos cursos da Escola Militar e dos Colégios Militares ou estabelecimentos militares que em lugar destes venham a ser criados.

§ 2.º Os professores contratados, nacionais ou estrangeiros, serão pessoas de nomeada, técnicos ou não, escolhidos à vista de títulos que o Ministério da Guerra exigir, ou por este convidados, mas sempre por um prazo previamente fixado.

§ 3.º Os professores em comissão serão oficiais do Exército ativo, nomeados por tempo limitado para disciplinas de instrução profissio-

nal, mediante indicação do inspetor geral do Ensino e proposta do Estado-Maior do Exército, satisfeitas as exigências dos regulamentos dos respectivos estabelecimentos militares de ensino. Tais funções serão consideradas de relevo e assim consignadas nos assentamentos dos interessados.

Art. 3.º O oficial do Exército só poderá inscrever-se em concurso para o provimento dos lugares de catedrático e adjunto de catedrático de que trata o § 1.º do art. 2.º, quando houver atingido o posto de capitão sem falta alguma que o desabone, contar mais de dez anos de serviço e tiver no máximo trinta e cinco anos de idade.

§ 1.º Nomeados professores catedráticos ou adjuntos de catedráticos, os oficiais serão transferidos para a reserva, no posto imediatamente superior ao que tiverem na atividade por ocasião da nomeação, não podendo haver, porém, transferência em posto superior ao de coronel. A aceitação da nomeação importa em renúncia definitiva do serviço ativo do Exército, para o qual o oficial transferido para a reserva não mais poderá reverter.

§ 2.º Esses oficiais terão, porém, gradual acesso na reserva até o posto de coronel inclusive, conforme seu tempo de serviço e de modo que sejam *maiores*, *tenentes-coronéis* e *coronéis*, quando contarem respectivamente 15, 20 e 30 anos de serviço público.

§ 3.º Os vencimentos dos professores catedráticos e adjuntos de catedráticos, quando oficiais da reserva, serão os mesmos que perceberem os oficiais de igual patente do Exército ativo e, como estes, poderão contribuir para o montepio, na forma da legislação que vigorar.

Art. 4.º Os civis que, na vigência deste decreto-lei, forem nomeados professores catedráticos ou adjuntos de catedráticos em estabelecimentos militares de ensino, passarão a ter sua situação de funcionários regulada pela legislação que dispõe sobre o magistério dos estabelecimentos civis congêneres, mantidos pela União.

Art. 5.º Os professores contratados, a que se refere o § 2.º do art. 2.º, terão remuneração fixada de acordo com a legislação que vigorar para o pessoal extranumerário da União.

Art. 6.º Os professores em comissão, a que se refere o § 3.º do art. 2.º, terão, além dos vencimentos do posto, uma gratificação, que será fixada em cada caso nos regulamentos dos estabelecimentos de ensino militar respectivos.

Art. 7.º Os instrutores e seus auxiliares são destinados a ministrar conhecimentos profissionais e classificam-se em duas categorias:

- a) contratados;
- b) em comissão.

§ 1.º Os instrutores contratados terão remuneração por forma idêntica ao estabelecido no artigo precedente.

§ 2.º Os instrutores em comissão e seus auxiliares serão oficiais da ativa, nomeados por prazo certo e mediante condições fixadas nos regulamentos dos respectivos estabelecimentos de ensino.

Art. 8.º Salvo os que servem a título efetivo, todos os demais membros do magistério militar poderão ser dispensados a qualquer tempo, por conveniência da disciplina, por motivo de moléstia que os impeça de servir a contento, ou ainda por ensino deficiente, na forma da regulamentação já existente ou que vier a ser baixada.

Art. 9.º Nas aulas de ensino experimental haverá preparadores efetivos nomeados mediante concurso de títulos ou provas, a que poderão concorrer civis e sargentos da ativa.

Parágrafo único. Seus vencimentos serão iguais aos dos preparadores dos institutos federais congêneres.

Art. 10. O Governo poderá aproveitar os atuais professores vitalícios na regência de cadeira vaga, para cujo exercício se mostrem habilitados, ressalvados, porém, todos os direitos e regalias existentes.

Art. 11. O regime disciplinar, a que ficam sujeitos professores, instrutores e preparadores, será o prescrito nos regulamentos dos respectivos institutos de ensino e no disciplinar para o Exército.

Art. 12. O exercício das funções de professor, inclusive a regência de turmas suplementares, é defeso aos oficiais pertencentes ao quadro administrativo dos estabelecimentos de ensino.

Art. 13. A cada disciplina de assunto geral corresponderão no máximo três professores, sendo um catedrático e dois adjuntos de catedrático.

§ 1.º Cada professor será obrigado a 9 horas de trabalho semanal, tendo cada turma um efetivo máximo de 40 alunos.

§ 2.º Além dos limites fixados no parágrafo anterior, as turmas outorgada a qualquer professor, no máximo de 9 horas de trabalho por semana, serão considerados suplementares.

§ 3.º O número de horas de trabalho semanal poderá ser aumentado em épocas de exames, ou quando circunstâncias excepcionais exigirem acelerar os cursos.

§ 4.º O adjunto de catedrático mais antigo do magistério será o substituto do catedrático em seus impedimentos legais e seu sucessor no caso de vaga.

Disposições Transitórias

Art. 14. Os atuais professores vitalícios que não estejam em disponibilidade, catedráticos ou adjuntos, quando forem oficiais da reserva ou reformados, passarão a ter os postos, vantagens e regalias que lhes tocarem consoante o respectivo tempo de serviço, na conformidade do estabelecido nos §§ 2.º e 3.º do art. 3.º deste decreto-lei.

§ 1.º Os professores vitalícios, quando civis com honras militares, terão as vantagens, regalias e vencimentos atribuídos neste decreto-lei aos militares, consoante o respectivo tempo de serviço público e na conformidade do que este artigo dispõe para aqueles docentes.

§ 2.º Os professores, porém, cujos vencimentos forem superiores aos fixados neste artigo, terão as vantagens que lhes tocarem por lei.

Art. 15. Os atuais professores e auxiliares de ensino, nomeados ou designados antes do advento da Constituição de 16 de julho de 1934, para disciplinas não militares, quer da Escola Militar e da de Intendência, quer dos Colégios Militares, ficam efetivados como catedráticos e adjuntos de catedráticos, desde que não tenham cometido faltas que os desabonem e são, em consequência, transferidos para a reserva, mediante as condições estabelecidas pelo § 1º do art. 3º e com as garantias de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. Esses professores, quando militares, terão suas situações em tudo reguladas pelo disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º deste decreto-lei e, quando civis com graduações militares, de acordo com os mesmos parágrafos, terão os vencimentos, vantagens e regalias correspondentes ao tempo de serviço público.

Art. 16. Os atuais preparadores interinos e auxiliares de preparador em exercício destes cargos, na Escola Militar e nos Colégios Militares, nomeados ou designados antes do advento da Constituição de 16 de julho de 1934, ficam efetivados em seus respectivos lugares, desde que não tenham praticado faltas que os desabonem.

Art. 17. Os atuais professores e auxiliares de ensino nomeados ou designados para cadeiras de assuntos não militares, depois de 16 de julho de 1934, bem como os preparadores que se achem em situação análoga, serão aproveitadas mediante instâncias do Estado-Maior do Exército e de acordo com as normas em vigor para o aproveitamento dos funcionários públicos da União.

Art. 18. A legislação do ensino militar e seus regulamentos serão revisados no que forem atingidos pelo presente decreto-lei.

Art. 19. Para ocorrer às despesas resultantes da execução deste decreto-lei, ficam abertos os créditos necessários no próximo exercício financeiro, devendo tais despesas, ulteriormente, ser incluídas nos respectivos orçamentos.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

GETÚLIO VARGAS,

Ericeo G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 108 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de réis 35.755:000\$, suplementar a diversas sub-consignações do orçamento do mesmo ministério para o corrente exercício.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de 35.755:000\$ (trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco contos de réis), suplementar às seguintes sub-consignações do orçamento do mesmo ministério para o corrente exercício.

ANEXO N. 8

I — PESSOAL.

Verba 1ª — Administração geral

§/c. n. 9 — Auxílios especiais:

Departamento Nacional de Portos e Navegação, de acordo com o regulamento.	50:000\$000
---	-------------

Verba 2ª — Estrada de Ferro Central do Brasil

§/c. n. 6 — Por serviços extraordinários prestados fora das horas de expediente.	100:000\$000
--	--------------

Verba 5ª — Rede de Viação Cearense

§/c. n. 4 — Por serviços extraordinários prestados fora das horas de expediente.	30:000\$000	180:000\$000
--	-------------	--------------

II — MATERIAIS.

Verba 2ª — Estrada de Ferro Central do Brasil

II — Material de consumo

§/c. n. 9 — Combustível e lubrificantes.	35.000:000\$000
--	-----------------

Verba 6ª — E. F. S. Luz-Teresina

II — Material de consumo

§/c. n. 7 — Combustível e lubrificantes.	65:000\$000
--	-------------

Verba 7ª — Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte

III — Diversas despesas

S/c. n. 8 — Iluminação, força motriz e gás.	10:000\$000
---	-------------

III — SERVIÇOS E ENCARGOS DIVERSOS

Verba 2ª — Estrada de Ferro Central do Brasil

S/c. n. 2 — Serviços clínicos e de hospitalização.	300:000\$000
--	--------------

ANEXO 12

DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

Departamento Nacional de Portos e Navegação

S/c. n. 16 — XIII — Prosseguimento das obras da defesa da cidade de Belmonte, no Estado da Bahia.	200:000\$000
	35.755:000\$000

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

GETÚLIO VARGAS,

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 117 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 311:880\$700, para pagamento de pessoal, nas condições que mencionam.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º n. II, e 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 311:880\$700 (trezentos e onze contos, oitocentos e oitenta mil e setecentos réis), destinado a ocorrer ao pagamento do pessoal abaixo relacionado com a seguinte discriminação:

- a Accacio Martins Nunes, trabalhador de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos do mês de dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 274. 20\$000
- a Adolfo Moraes de los Rios Filho, professor do Ensino Secundário Técnico do Departamento de Educação, importância correspondente a horas suplementares, de dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 197-A-36. 316\$700
- a Alfredo Ribeiro dos Santos, mestre pedreiro de 2ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 23-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 367-37. 141\$400
- a Albertino Pais Ferreira, trabalhador de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a 1/3 de vencimentos, no período de 1 a 31 de dezembro de 1934, requerido pelo processo n. 81-38. 110\$000
- a Alice Barreto do Amorim, professora do Ensino Profissional (jubilada), importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de novembro de 1930 a dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 1.135-A. de 1937. 11:566\$700
- a Antonio Rocha, mestre carpinteiro da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 30-8-934 a 31-12-1936, requerido pelo processo n. 3.952-37. 76\$000
- a Antonio Martins Pires, mestre pedreiro de 2ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 23-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 2-937. 111\$500

— a Amélia Fernandes da Silva, viúva do trabalhador de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e particular, Jovelino da Silva, importância correspondente ao encerramento da folha e referente ao mês de dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 164-336.....	1548200	
— a Aurelio de Moraes Brito, adjunto de procurador dos Feitos da Fazenda Municipal, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 11-4-936 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 1.207-A-937.....	50:1878900	
— a Antonio Augusto Fernandes, mestre de 2ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 26-12-930 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 253-36.....	1:4418600	
— a Antonio José Barbosa, trabalhador de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 28-2-931 a 31-12-935, concedida em 8-6-36, requerido pelo processo n. 101-36.....	9578600	
— a Antonio Maria Ribeiro, trabalhador de 1ª classe, aposentado, da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 9-9-936, no período de 27-2-931 a 25-2-34, requerido pelo processo n. 799-A, de 1936.....	5398500	
— a Antonio Ferreira Caschios, marrofeiro de 3ª classe aposentado, da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a vencimentos, no período de fevereiro a dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 353-A-36.....	3:8943200	
— a Alda Fernandes de Souza Cherem, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 17-A-937.....	1:2008000	
— a Alayde Martins de Mello, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 367-A-937.....	4033300	
— a Adèle de Assis Mello Mattos, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 173-A-37.....	1:1774200	
— a Aylton de Carvalho Dias, 3º oficial da extinta Secretaria do Gabinete do Prefeito e outros, com exercício na Diretoria de Fiscalização, importância correspondente a gratificações no exercício de 1936, requerido pelo processo n. 929-A-37.....	1:8008000	
— a Aida Miranda Ferraz, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de novembro e dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 668-A-36.....	3008000	
— a Anna Mello Soares, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 346-A-937.....	1:2008000	
— a Antonio de Souza, mestre de carpinteiro da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 30-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 1-937.....	708200	
— a Adylia Francisca Simões, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.075-A-36.....	6008000	
— a Aryanna Ferreira Nogueira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 116-A-937.....	4568300	
— a Alda Canejo, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.263-A, de 10-8-937.....	4198000	
— a Aurea Maia de Oliveira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 5-A, de 4 de janeiro de 1937.....	1:1838800	
— a Actir Pegado Goulart, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.105-A, de 21-12-1936.....	4158300	
— a Adelina de Assumpção Pinto, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 167-A, de 25-1-937.....	1:2008000	
— a Aida Martins Kirchner, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 724-A, de 8-4-937.....	6008000	
— a Alayde Chavante Carneiro, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.077-A, de 24-12-936.....	5968700	
— a Alayde Soares Freire, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 46-A, de 7-1-937.....	1:1908000	
— a Alda Balloussier Ancora da Luz, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.104-A, de 28-12-936	1:1718800	
— a Alice Fonseca Ferreira da Silva, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 54-A, de 8-1-1937....	1:1968800	
— a Aldemira Queiroz, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 207-A, de 16-2-937.....	1:0838200	
— a Antonio Pereira, trabalhador de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a adicionais, no período de maio de 1932 a 1936, requerido pelo processo número 14-A, de 1937.....	8368100	
— a Aurea Marinha de Barros Leal, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 891-A, de 10-5-937	5898700	
— a Aixa de Queiroz Sampaio, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 55-A, de 1937.....	4618100	
— a Adelia Mattoso da Costa Gameleira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 85-A, de 1937....	6008000	
— a Adriano Jorge da Rocha, 4º oficial da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 26-3-332 a 19-12-932, requerido pelo processo número 23-937.....	1688000	
— a Alda Firmina do Nascimento Santos Benac, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação de Zona Rural, no período de novembro a dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 1.417-A.1937.....	908000	
— a Bertha Teixeira de Freitas, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 120-B, de 31 de dezembro de 1936.....	4648400	
— a Bibiano de Paulo, trabalhador de 1ª classe nomeado, da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 18 a 31 de dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 1, do exercício de 1937.....	908300	
— a Bonabil Achilles de Miranda Varejão, delegado de Segurança da Diretoria de Segurança da Secretaria do Interior e Segurança, importância correspondente a vencimentos, no período de agosto a outubro de 1936, requerido pelo processo n. 176-B, de 28-8-937.....	2:1298000	
— a Bernardina de Lucca, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 115-B, de 20-12-936.....	1:2008000	
— a Claudio Plaiano de Almeida, trabalhador contratado do extinto Departamento de Material, importância correspondente a diferença de vencimentos no mês de maio de 1934, requerido pelo processo n. 39-35.....	1008000	
— a Carnosina Campos de Mendonça, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 475-C-1936.....	1:2008000	
— a Camillo Mandino, trabalhador de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 8-6-36, no período de 2-3-931 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 64-36.....	9678100	

— a Celso de Magalhães, vereador à Câmara Municipal, interino, importância correspondente a ajuda de custo, no exercício de 1936, requerido pelo processo n. 737-C-937.....	12:000\$000	— a Celia Peixoto Alves, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a vencimentos no período de 20-5-34 a 31-12-35, requerido pelo processo n. 540-C, 1936.....	8:724\$200
— a Carmem Dias de Segadas Vianna, professora primária, do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 428-C-37.....	90\$000	— a Cecília Domingues Freire, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 701-C, 1937.....	162\$800
— a Christovão Mattos, servente de 2ª classe da Diretoria de Educação de Adultos e Difusão Cultural, importância correspondente a gratificação no exercício de 1934, requerido pelo processo n. 3-937.....	51\$300	— a Cecília Alcoforado Natividade, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação de Zona rural, no período de 1935 a 1936, requerido pelo processo n. 375 A-C, de 1937.....	293\$000
— a Candida José Fernandes, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 754-C, de 31 de dezembro de 1936.....	1:200\$000	— a Dalka Conceição Carvalho Leite, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação de Curso Noturno nos meses de novembro e dezembro de 1935, requerido pelo processo número 10-D, 1936.....	530\$000
— a Casemiro Moreira da Rocha, pedreiro de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 24 de agosto de 1934 a 31 de dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 7, do exercício de 1937.....	70\$600	— a Deolinda Guimarães de Oliveira, viúva de Francisco de Souza Oliveira, ex-caixista de 1ª classe (aposentado) do extinto Departamento de Material, importância correspondente ao encerramento de folha, no período de 1-9-33 a 31-12-33, requerido pelo processo n. 23-36.....	2:200\$000
— a Cecílio Tavares, mestre de turma de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 17-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 367, do exercício de 1937..	142\$400	— a Dinah Guahyba, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 180-D, de 1936.....	1:200\$000
— a Clementina do Amaral, viúva do ex-trabalhador de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente ao encerramento de folha do Sr. João Ribeiro, com a profissão acima mencionada, referente aos vencimentos do mês de maio de 1936, requerido pelo processo número 351 do exercício de 1937.....	466\$300	— a Djalma Motta, servente de 2ª classe da Diretoria de Educação de Adultos e Difusão Cultural, importância correspondente a gratificação no exercício de 1934, requerido pelo processo n. 8-937.....	80\$400
— a Cyrene Rocha Curtly, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 6-C-5-1-37.....	1:098\$000	— a Durval Coutinho de Abreu, covoqueiro de 3ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 13-9-34 a 31-12-36, requerido pelo processo n. 11-37.....	278\$000
— a Cacilda de Souza Brito, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 680-C de 24 de dezembro de 1936.....	1:200\$000	— a Dulce Diniz do Nascimento e Silva, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 181-D, de 23-12-936.....	1:196\$700
— a Camilla Guerra, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 700-C, de 29 de dezembro de 1936.....	1:200\$000	— a Dulce Gonçalves Costa, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 28-D, de 937.....	1:196\$700
— a Carlinda da Silveira Almeida, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 16-C de 6-1-37...	1:199\$600	— a Eduardo Pinto das Neves, ferreiro da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 6-7-936, no período de 15-1-931 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 56-936.....	982\$500
— a Carlota Figueiredo Ferreira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 750-C, de 31-12-36...	886\$800	— a Edith de Moura d'Alessandro, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 707-E, de 936.....	1:139\$300
— a Carmelina Perro'e Bernardes, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 51-C, de 14-1-37..	400\$000	— a Erena Pinto Barrow, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de novembro e dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 1.015-E, de 1937.....	90\$000
— a Carmelita de Lucca Silva, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 707-C, de 30 de dezembro de 1936.....	1:198\$900	— a Eurydice Marques Pires, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de novembro e dezembro de 936, requerido pelo processo n. 1.014-E, de 1937.....	90\$000
— a Carmen de Souza Vargas, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 52 A-C, de 8-1-37.....	436\$500	— a Esther Augusta Moreira, diretora do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 970-E, de 1937.....	90\$000
— a Carmen Gitahy de Brito, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 3-C, de 4-1-37.....	1:145\$000	— a Ernestina Andréa de Góes, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 227-E, de 1937.....	1:193\$300
— a Carmen Guimarães Pinto de Almeida, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 641-C, de 18-12-36.....	1:200\$000	— a Elza Guimarães Pinto de Almeida, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.426-E, de 1936.....	1:200\$000
— a Carmen Travassos Costa, professora, primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 692-C.....	600\$000	— a Elza Teixeira de Uzeda, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 485-E, de 10-4-937.....	1:200\$000
— a Carolina de Mattos Novaes, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 715-C, de 30-12-36.....	1:195\$500	— a Edgardina Cordovil Vianna, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 37-E, de 9-1-937.....	568\$300

— a Elza Lopes Barbosa, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935 e gratificação dos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 556-E, de 20-4-937 — a Elvira Machado, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.530-E, de 30-12-936 — a Edwiges Laura F. Avila, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.434-E, de 19-12-936 — a Elmezídia de Carvalho Ferreira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.537-E, de 936 — a Frederico Sperle, comissário da Polícia Municipal, importância correspondente a 4 dias de vencimentos do mês de dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 557-F, de 937 — a Francisco Neves, calceteiro da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 31 de agosto de 1931 a 31 de dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 60-937 — a Francisco da Cunha, vigia (aposentado) da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 26-5-930 a 17-12-931, requerido pelo processo n. 830-F, de 936 — a Francisco Vieira de Aguiar, pintor de 1ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 1931 a 1936, requerido pelo processo n. 133-936 — a Firmino Rodrigues, carroceiro nomeado da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 21-4-31 a 31-12-35, requerido pelo processo n. 76, de 936 — a Francisco Alves Penedo, cantiteiro de 1ª classe nomeado da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 1934 a 1936, requerido pelo processo n. 3-37 — a Frederico Emmanuel Herthel, mestre de pedreiro de 3ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de agosto de 1934 a março de 1936, requerido pelo processo n. 1-937 — a Firmino Ferreira Costa, Henrique Raposo Albernaz Filho, Oswaldo Sá Ferreira, Nelson Pinto da Fonseca Telles, serventes de 2ª classe da Diretoria do Abastecimento, importância correspondente a diferença de vencimentos (aumento provisório 10 %): Firmino Ferreira Costa 352\$000 Henrique Raposo Albernaz Filho 352\$000 Oswaldo de Sá Ferreira 319\$000 Nelson Pinto da Fonseca Telles 187\$000 1:210\$000 requerido pelo processo n. 91-937 1:210\$000 — a Francisco Moura, guarda n. 42 da VIII Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, da Diretoria de Turismo e Propaganda, importância correspondente a 11 dias de vencimentos do mês de novembro de 1935, requerido pelo processo n. 89-1937 110\$000 — a Francisco de Carvalho, chefe de seção interino da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de julho, agosto e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 1.002-F, de dezembro de 1936 2:250\$000 — a Gemina Maria Lopes, vigia de 3ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente ao período de novembro a dezembro de 1935, em que a mesma se achava em disponibilidade, nos termos do art. 3º do decreto n. 4.622, requerido pelo processo n. 261-G, de 1936 480\$000 — a Guilherme de Mattos, pedreiro de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de agosto de 1934 a dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 5-937 68\$200	— a Hermette Socci, engenheiro ajudante da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, nos períodos de 14 de outubro a 24 de novembro de 1935 e de 1 de dezembro de 1928 a 13 de outubro de 1930, autorizada pelo Sr. Prefeito em 9-8-36, requerido pelo processo n. 218-H, de 937 25:352\$100 — a Henrique Rebello de Vasconcelos, censor de fachadas da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 25-9-935 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 42-H, de 936 146\$600 — a Iracema Leal Magalhães, viúva do praticante de oficial da Secretaria da Câmara Municipal, Joaquim Magalhães, importância correspondente ao encerramento da folha do mês de novembro de 1934, requerido pelo processo n. 173-I, de 1936 145\$600 — a Idalina Machado Garcia, viúva de Annibal Garcia, comissário da Diretoria de Segurança, importância correspondente ao encerramento de folha do mês de dezembro e dias de novembro de 1936, requerido pelo processo n. 136-I, de 937 1:119\$800 — a Iracema da Silva Rangel, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação do dec. 120, no período de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 254-I, de 12-8-937 90\$000 — a Ilka Xavier da Veiga Cabral, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 230-I, de 21-12-936 1:157\$800 — a Itala Sumarino, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 231-I, de 24-12-936 1:200\$000 — a Jaracy de Souza Telles, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação adicional, no período de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 720--J, de 1937 90\$000 — a Jeronymo Pedro Giudice, funcionário aposentado da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, no período de 3-7-931 a 31-12-934, requerido pelo processo n. 223-937 213\$700 — a João Coutinho da Silva, cavouqueiro de 3ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 14-9-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 3-937 27\$500 — a José Rodrigues Quinhones, apontador de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, no período de outubro a dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 725-J-937 106\$600 — a José Martins de Souza Mendes, chefe de seção do extinto Departamento de Material, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 22-1931 a 28-10-931, requerido pelo processo n. 130-J-936 1:537\$600 — a José Pereira dos Santos, auxiliar de jardineiro da Diretoria de Matas, Trabalho e Jardins, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 24-8-936, no período de 21-6-951 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 432J-936 1:426\$300 — a José Machado Mendes Jr., 2º oficial da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional concedida em 5-10-936, no período de 31-5-931 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 494-J-936 1:485\$900 — a Jose Gomes 3º, trabalhador de 1ª classe nomeado, da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos no exercício de 1936, requerido pelo processo n. 730-J-937 430\$000 — a Joaquim Tarquinio, pedreiro de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 1-7-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 1-937 65\$700 — a João da Costa Soares, mecânico de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 30-11-935 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 1-1937 65\$000
--	--

— a Jacy de Toledo Andrada Abreu, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 193 A/J de 24-2-937	599\$500	— a Marcolino Antonio Pereira, trabalhador de 1ª classe nomeado da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 23-3-936, no período de 29-12-930 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 188, de 1936	901\$500
— a João Alencar Araripe, 4º oficial da Diretoria de Segurança, importância correspondente a cinco dias de vencimentos do mês de setembro de 1936, requerido pelo processo n. 829-J, de 28-9-937	104\$000	— a Manoel da Silva Barbosa, ajudante do encarregado dos serviços de automóveis da Câmara Municipal, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de agosto de 1934 a dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 1.015-M, de 1937	1:450\$000
— a Judith de Castro Mallet, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 565-J, de 18-12-935	1:196\$700	— a Manoel Braga Pinheiro, mestre de turma de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de agosto de 1934 a dezembro de 1936, requerido pelo processo número 257, de 1937	142\$400
— a José Jayme de Carvalho Filho, auxiliar de escrita da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, importância correspondente a dias de vencimentos do mês de setembro de 1936, requerido pelo processo n. 460-J, de 12-4-937	119\$700	— a Messias Ferreira, carroceiro da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a 16 dias de vencimentos no mês de dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 139, de 1936	154\$700
— a Julieta Camarinha, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 25-3 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 661-J, de 31-12-936	389\$300	— a Maria Augusta Freitas dos Santos Rosa, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação do curso noturno nos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo número 98-M, de 1936	290\$300
— a João Leonardo da Silva, trabalhador de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a vencimentos durante o tempo em que esteve servindo no Exército como sorleado, requerido pelo processo número 289-937	3:014\$000	— a Maria da Conceição Medeiros, viúva de Maurício Medeiros, ex-carroceiro da Limpeza Pública, importância correspondente ao seu encerramento de folha, referente ao exercício de 1936, requerido pelo processo n. 955-M, de 26-7-937	691\$100
— a Laudelino Dias dos Santos, mestre de turma de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 17-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 3-937	142\$400	— a Maria Clotária da Luz Reis, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 767-M, de 29-12-936	1:190\$100
— a Luiz Cardoso, encarregado de arrecadação de 2ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional concedida em 1-6-936, no período de 1-4-931 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 299-J, de 1936	1:410\$800	— a Maria de Lourdes Caldeira Telles, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 985-M, de 12-8-937	1:197\$800
— a Lamartine Pessoa de Mello, engenheiro ajudante da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos no exercício de 1935, requerido pelo processo n. 239-J, de 1936	4:800\$000	— a Marina de Figueiredo, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 857-M, de 31-12-936	1:193\$300
— a Leonor Bicalho de Miranda, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 18-L, de 6-1-37	413\$400	— a Mercedes Blanco Torres, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 790-M, de 30-12-936	1:200\$000
— a Levy Edgard Jacques de Beaurepaire De Rohan, servente interino da Diretoria Geral de Fazenda, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 6-11-934 a 25-4-935, época em que esteve substituindo o servente efetivo, Manoel Simões, requerido pelo processo n. 16-A, de 1937	255\$000	— a Marietta Evangelina de Barros, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 45-M, de 1937	599\$100
— a Manoel Theodoro de Souza Junior, trabalhador da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, (falecido), importância correspondente ao seu encerramento de folha, requerido pelo seu irmão José Theodoro de Souza, referente ao exercício de 1936, requerido pelo processo n. 302, de 1936	417\$000	— a Maria Leopoldina Novaes Affonso, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 687-M, de 1936	580\$200
— a Maria Guimarães de Cerqueira Lima, guardiã da Secretaria Geral de Educação e Cultura, importância correspondente a vencimentos, no período de 14-11-936 a 23-12-936, requerido pelo processo n. 149, de 1936	470\$130	— a Mariath de Lima Loretto, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.107-M, de 1937	599\$100
— a Manoel Macedo, trabalhador, de 1ª classe extra-numerário da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a vencimentos de dezembro de 1936 e janeiro de 1937, requerido pelo processo n. 87, de 1937	116\$100	— a Maria de Lourdes Nelson Machado, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 672-M, de 1936	1:160\$000
— a Maria de Almeida Santos, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a gratificação nos meses de outubro a dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 949-M, de 1937	521\$600	— a Maria Gomes de Brito, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 715-M, de 1936	1:196\$800
— a Maria José Lacerda, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 118, de 1937	586\$000	— a Maria Ignez Serra, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 719-M, de 1936	600\$000
— a Manoel Machado Fagundes, trabalhador de betume de 2ª classe (aposentado), da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 3-11-936, no período de 23-8-930 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 588-M, de 1936	1:308\$500	— a Maria de Lourdes Marques, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 721-M, de 1936	586\$100
— a Manoel Antonio Pedro, cavouqueiro de 2ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 3-2-936, no período de 6-5-930 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 131-936	1:221\$100	— a Maria Helena de Ulhôa Reis, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 865-M, de 1936	1:122\$000
		— a Marienita Gonçalves de Carvalho Locombe, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 1.093-M, de 1937	1:200\$000
		— a Maria de Lourdes de Carvalho Rego, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 754-M, de 1936	1:196\$000

— a Nancy Stranch Marinho, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 170-N, de 31-12-936	1:200\$000	— a Sylvia Telles Torres, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a 2 dias de vencimentos do mês de novembro de 1935, requerido pelo processo n. 142-S, de 1936	22\$300
— a Nylenea Cerqueira de Azevedo Guimarães, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 178-N, de 31-12-936	576\$700	— a Silvino Juvencio da Silva, operário especializado de 1ª classe da Diretoria do Abastecimento, importância correspondente a gratificação adicional concedida em 23-7-936, no período de 1-1-931 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 111, de 1936	900\$000
— a Nair Adalia de Figueiredo e Mello, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 140-N, de 24-12-936	1:052\$500	— a Seraphim Garrido Rodrigues, pedreiro de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 23-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 2, de 1937	70\$700
— a Odalécia Alves de Faria Lemos, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 46-O, de 11-1-937	1:200\$000	— a Salvatore Genoese, trabalhador de 1ª classe da Diretoria Geral de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a 8 dias de exercício em dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 237, de 1937	85\$100
— a Orlândina Teixeira Alves, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 270-O, de 29-12-936	1:200\$000	— a Thomaz Moreira de Souza, chefe de Seção da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 18-9-936 a 31 de dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 73-T, de 1937	2:195\$400
— a Oswaldo Lage Sayão, auxiliar de escrita da Diretoria de Segurança da Secretaria Geral do Interior e Segurança, importância correspondente a vencimentos, no período de 19-7-936 a 13-8-936, requerido pelo processo n. 314-O, de 11-8-937	461\$300	— a Ulysses Bellém, chefe de Seção da Secretaria Geral do Interior e Segurança, importância correspondente a 26 faltas abonadas no exercício de 1936, requerido pelo processo n. 42-U, de 1937	1:718\$200
— a Oswaldo Martins Tinoco, delegado de Segurança da Diretoria de Segurança, importância correspondente a 3 dias de vencimentos do mês de outubro de 1936, requerido pelo processo n. 368-O, de 24 de setembro de 1937	150\$000	— a Virgílio Valentim de Aguiar, mecânico de 3ª classe da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a gratificação adicional, concedida em 27-7-936, no período de 29-5-936 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 21, de 1936	1:107\$100
— a Olympia das Dores Gomes, viúva do ex-trabalhador Albino Adão, importância correspondente a um mês de vencimentos a que tinha direito o ex-serventário, requerido pelo processo n. 289-O, de 1937	300\$000	— a Victor Alves, ajudante de magarefe da Diretoria do Abastecimento, importância correspondente a 10 faltas abonadas, de conformidade com o despacho do diretor de Abastecimento de 6-4-936, exarado no processo n. 11-936, pelo qual o mesmo requer	38\$600
— ao Ofício n. 859-C, da Contabilidade da Secretaria Geral de Educação e Cultura, importância correspondente a pagamento de horas suplementares e auxílios de locomoção	69:649\$200	— a Victor Damasceno de Moura, pedreiro de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 24-8-934 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 4, de 1937	70\$500
— a Petronilha Posada, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente a diferença de vencimentos nos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 291-P, de 1937	90\$000	— a Waldemar Teixeira, carroceiro da Diretoria de Limpeza Pública e Particular, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 22 de novembro de 1936, requerido pelo processo n. 9, de 1937	130\$000
— a Pedro Olyntho Coelho Cintra, auxiliar de engenheiro de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 1-7-933 a 31-12-933, requerido pelo processo n. 167-P, de 1936	1:759\$800	— a Yolanda Azevedo de Oliveira, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 13-Y, de 21-12-936 ..	1:200\$000
— a Pedro Olyntho Coelho Cintra, auxiliar de engenheiro de 1ª classe da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de 11-3-935 a 31-12-935, requerido pelo processo n. 1113-E de 1936	3:871\$000	— a Zuleika de Castro Caminha, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente ao biênio de 1935, requerido pelo processo n. 5-Z, de 4-1-937 ..	600\$000
— a Pedro José Sodré, trabalhador de 1ª classe da Diretoria Geral de Engenharia, importância correspondente aos vencimentos de novembro e dezembro de 1931 e novembro e dezembro de 1932, requerido pelo processo n. 43, de 1937	1:116\$000		311:880\$700
— a Rosária de Jesus, lavadeira aposentada da Escola Técnica Secundária Orsina da Fonseca, importância correspondente a diferença de vencimentos, no período de novembro e dezembro de 1935, requerido pelo processo n. 146-A, de 1936	435\$500		
— a Rosalina Christalia de Mello Matos, orientadora de educação elementar da Secretaria Geral de Educação e Cultura, importância correspondente a diferença de vencimentos, nos meses de novembro e dezembro de 1936, requerido pelo processo n. 210-R, de 1937	64\$000		
— a Ruth da Silva Andrade, professora primária do Departamento de Educação, importância correspondente aos vencimentos do mês de julho de 1935, requerido pelo processo n. 152-R, de 1936	500\$000		
— a Rosa Amelia Soares, professora primária (jubilada), do Departamento de Educação, importância correspondente a vencimentos, no período de 1 a 9 de janeiro de 1934, requerido pelo processo n. 161-R, de 1937	181\$500		
— a Roberto de Souza Cardoso, aposentado da Diretoria de Engenharia, importância correspondente a gratificação adicional (diferença), no período de 10-12-931 a 31-12-936, requerido pelo processo n. 246-R, de 20-8-937	457\$500		

22o de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116ª da Independência
e 40ª da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 118 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Fixa o imposto sobre vendas e consignações, a ser cobrado no Distrito Federal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O imposto sobre vendas e consignações será cobrado no Distrito Federal na razão de um e um quarto por cento (1,25 %) sobre o valor de cada operação, vedado o cálculo do imposto de licença para localização do comércio ou indústria, proporcionalmente a esse valor.

Art. 2.º A União entregará à Prefeitura 60 % (sessenta por cento) do produto da arrecadação diária do imposto de vendas e consignações.

ções, enquanto lhe incumbirem os encargos a quo se refere o art. 32 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937.

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1938, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937; 116.º da Independência, e 49.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 419 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 810:268\$690, para pagamento de material nas condições que menciona.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II, e 34, do decreto-lei número 36, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 810:268\$690 (oitocentos e dez contos duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa réis), para pagamento de material, com a seguinte discriminação:

Material

Alves Mendes & Cia. — pedidos ns. 5.771, 5.772, 5.773, 5.774, 5.775, 5.776, 5.777, 5.778, 5.780, 5.781, 5.779 e 6.344, do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	11:872\$700
Antonio Tavares Lomba — pedido n. 66 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	400\$000
Associação Aliança dos Cegos — pedido n. 7.335 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria do Abastecimento.....	235\$000
Albino, Castro & Cia. — pedido n. 342, do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	11:373\$000
Bernardino Gomes & Cia. — pedidos ns. 7.361, 7.362, 7.364 e 7.363 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Diretoria do Abastecimento.....	2:286\$000
Byington & Cia. — pedido n. 135 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	0:240\$000
Cia. Dentária Brasileira Ltda. — pedido n. 553 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	300\$000
Cia. Fazendas Reunidas Normandie S. A. — pedido n. 4.850 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	4:250\$000
Cia. de Produtos Lex S. A. — pedido n. 6.352 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	2:099\$000
Cia. Brasileira de Eletricidade Simens Schuckert S. A. — pedido n. 7.038 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria do Abastecimento.....	7\$500
Casa Lohner S. A. — pedidos ns. 6.217, 6.218, 70, 118, 511, 512 e 1.498 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	107:200\$300
Casa Lister Ltda. — pedido n. 30 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	613\$900
Carvalho Lauro & Cia. — pedidos ns. 154 e 3.667 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	4:671\$000
Cardinale & Cia. — pedidos ns. 5.053, 5.954, 5.368, 5.384 e 8.089 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos a diversas repartições.....	2:242\$000
Cia. Burroughs do Brasil Inc. — pedidos ns. 804, 805 e 806 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	10:156\$000
Chindler & Adler — pedido n. 1.855 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria de Trabalho e Matas e Jardins.....	17:350\$000
Decio de Lima — pedidos ns. 3.759, 5.640, 6.031, 6.185 e 2.513 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos a diversas repartições.....	8:945\$000
David Fernandes Antunes — pedidos ns. 4.789 e 6.545 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	11:966\$000
Dias Garcia & Cia. Ltda. — pedidos ns. 4.704, 4.615, 4.606 e 5.222, digo, pedido n. 4.615 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria de Abastecimento.....	9\$300
Empresa de Profilaxia "Zaaz" Ltda. — pedido número 2.972 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	8:200\$000
Ferreira Land & Cia. — pedido n. 5.120 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria de Abastecimento.....	36\$000
Ferreira Filho & Cia. — pedido n. 6.521 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	1:226\$900
Heitor Ribeiro & Cia. — pedido n. 7.527 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria do Abastecimento.....	1:068\$000
Honorio da Silva Bastos — pedido n. 6.447 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	3:060\$000
Isnard & Cia. — pedido n. 2.681 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	17:334\$000
International Harvester Export Company — pedidos ns. 1.856, 1.857 e 1.858 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Diretoria de Trabalho, Matas e Jardins.....	50:900\$000
João Martins & Cia. — pedidos ns. 5.673, 5.678, 5.558, 5.566 e 6.532 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	20:956\$100
Lourenço & Almeida — pedido n. 4.350 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	7:200\$000
Lutz Ferrando & Cia. Ltda. — pedidos ns. 3.025, 867, 474, 472, 186, 130, 109, 68, 67, 64, 34, 32, 7, 26, 5, 110 e 171 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	160:220\$000
Laticínios Paz Ltda. — pedido n. 7.176 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	8:413\$500
M. Ventura & Cia. — pedidos ns. 199, 700, 704, 187, 4.903, 5.097, 5.098, 7.074, 33, 86, 18, 4, 1.474, 1.472, 686, 3.104, 4.325, 4.326, 4.327, 4.330, 4.335, 4.329, 4.332, 4.333, 4.334, 4.336, 7.076 e 28 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	140:029\$000
Moreno Borlido & Cia. — pedidos ns. 3.870, 16, 119, 13, 14 e 189 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	35:575\$100
Móveis Casa Nunes Ltda. — pedido n. 4.794 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	3:070\$900
P. Kastrup & Cia. — pedido n. 90 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	18:590\$000
S. A. Ateliers de Constructions Electriques de Charleroi — pedido n. 6.686 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Educação e Cultura.....	8:567\$500
Seraphim Ferreira & Cia. — pedidos ns. 5.119 e 2.543 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Diretoria do Abastecimento.....	63\$000
Serviços Hollerith S. A. — pedido n. 1.028 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	9:200\$000
Silva, Parreiras & Cia. Ltda. — pedidos ns. 175 e 133 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	6:030\$000
Soares Lavrador & Cia. — pedido n. 7.281 do extinto Departamento de Compras — fornecimento feito à Diretoria do Abastecimento.....	144\$500
The Caloric Company — pedidos ns. 3.387, 7.591 e 7.375 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos à Diretoria do Abastecimento.....	24\$000

Usinas Santa Luzia S. A. — pedidos ns. 7.576, 7.280, 7.273 e 7.175 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos a diversas repartições	47:502\$500
Villas Bôas & Cia. — pedidos ns. 7.054, 7.202 e 6.398 do extinto Departamento de Compras — fornecimentos feitos a diversas repartições	352\$000
Armando Rodrigues Brandão — processo n. 40.053/35 da Diretoria G. de Engenharia — conta autorizada pelo Secretário G. de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 11-10-1937	9:484\$200
Alexandre Candido Pereira da Silva — processo número 1.876/37 do Gabinete do Interventor — mandado-requisitório, com o "cumpra-se" do Sr. Interventor, de 27-9-1937	1:022\$500
Cia. Férreo Carril do Jardim Botânico — processo número 4.618/36 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 3-11-1936	320\$000
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.623/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 4-9-1937	9\$800
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.625/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 4-9-1937	459\$500
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.624/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 4-9-1937	20\$400
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.621/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 4-9-1937	59\$500
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.622/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 20-9-1937	220\$100
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 3.200/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 17-8-1937	466\$000
Cia. Telefônica Brasileira — processo n. 5.128/36 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário G. de V. T. O. Públicas, em 5-5-1937	521\$900
José Rezerde da Silva — processo n. 1.286 do Gabinete do Interventor — mandado requisitório com o "cumpra-se" do Sr. Interventor, de 27-9-1937	40.861\$790
Luz-Jornal — processo n. 3.288/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 25-9-1937	200\$000
S. A. du Gaz — processo n. 4.237/37 da Diretoria de Engenharia — conta autorizada pelo Sr. Interventor, em 7-6-1937	379\$500
S. A. du Gaz — processo n. 1.313/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta autorizada pelo Sr. Interventor, em 3-8-1937	2:000\$300
S. A. Jornal do Brasil — processo n. 345/36 da Secretaria do Gabinete — conta autorizada pelo Secretário Geral de Educação e Cultura, em 6-5-1937	77\$500
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — processo n. 9.968/33 da Diretoria de Engenharia — conta autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, no ofício D-327, de 10-5-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública	627\$900
Ofício n. 730, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, de 25-2-1937, capeado pelo processo número 879/37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública, remetendo contas da The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, S. A. du Gaz e City Improvements, de serviços executados em 1935 e 1936, devidamente processadas e autorizadas pelo Secretário Geral de Saúde e Assistência, em 24-6-1937, perfazendo tudo um total de	27:550\$100
Total	810:268\$696

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116° da Independência e 49° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 120 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre pela Prefeitura do Distrito Federal o credito especial de 840\$000 correspondente aos juros recebidos das apolices que menciona

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II e 31, do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito especial de 840\$000 (oitocentos e quarenta mil réis) correspondente aos juros recebidos de 60 apolices do valor nominal de 200\$000 cada uma, do Emprestimo de 6.000:000\$000, do Decreto 1.948, de 1924, pertencentes á Escola Azevedo Sodré, representadas pelas cautelas n. 243, de 50 (cincoenta) apolices e, 892 e 893, de 5 (cinco) apolices cada uma, no exercicio financeiro de 1937.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116° da Independência e 49° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 121 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o credito suplementar de 94:770\$400 para reforço de sub-consignações da verba 2 — Secretaria da Camara Municipal do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II, e 31 do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito suplementar de 94:770\$400 (noventa e quatro contos, setecentos e setenta mil e quatrocentos réis), para reforço de sub-consignações da verba 2 — Secretaria da Camara Municipal, com a seguinte discriminação:

Pessoal

5° — Para pagamento de pessoal admitido pela Mesa para o serviço de limpeza e conservação do edificio e de seu mobiliário 69:265\$300

7° — Para pagamento a funcionários em substituição, abaixo relacionado:

— a Alicia Alves Brum	880\$000
— a Alberto Elias da Cruz	880\$000
— a Eduardo Alves Matias	2:786\$660
— a Irene Gomes Machado	1:569\$200
— a João Inácio Coelho	2:786\$660
— a Lindalva Sarmento Coelho	1:657\$300
— a Maria da Conceição Macedo Sodré	2:786\$660
— a Ondina de Araújo Marques	2:786\$660
— a Salvador G. de Carvalho	6:966\$660
— a Vitor Bourhis	1:760\$000
— a Waldemar Melo	645\$300

Total do Pessoal 94:770\$400

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116° da Independência e 49° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 122 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o credito suplementar de 55:000\$000 para reforço de sub-consignações da verba 21 — Diretorias de Receita, de Despesa, de Tomada de Contas, Contadoria Geral e Tesouraria do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II e 31 do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito suplementar de 55:000\$000 (cincoenta e cinco contos de

réis) para reforço de sub-consignações da Verba 21 — Diretorias de Receita, de Despesa, de Tomada de Contas, Contadoria Geral e Telegrafia, com a seguinte discriminação:

Pessoal

a — para pagamento de percentagens ao Encarregado do Expediente e Auxiliares junto aos Controladores, de conformidade com o decreto número 4.531, de 5 de dezembro de 1933.....	40:000\$000
b — para pagamento de percentagens ao pessoal da fiscalização de Theatros e Diversões.....	15:000\$000
Total	55:000\$000

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 123 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 145:450\$000 para reforço de sub-consignação da verba 20 — Secretaria Geral de Finanças — Do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II, e 31, do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo Único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 145:450\$000 (cento e quarenta e cinco contos, quatrocentos e cinquenta mil réis), como reforço à sub-consignação 2ª — Pessoal — Verba 20 — Secretaria Geral de Finanças — para pagamento de gratificações aos funcionários subordinados à Secretaria, por serviços extraordinários prestados fora das horas de expediente.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 124 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 80:000\$000 para atender às despesas de instalação da Comissão de Elaboração do "Plano da Cidade".

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º número II, e 31 do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo Único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 80:000\$000 (oitenta contos de réis), para atender às despesas de instalação da Comissão de Elaboração do "Plano da Cidade", criado pelo Decreto Municipal número 6.092, de 8 de novembro de 1937.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 125 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 200:000\$000, para atender ao pagamento de serviços extraordinários na Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º número II, e 31 do Decreto-Lei número 96, de 22 de Dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo Único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), para

atender ao pagamento por serviços extraordinários de caracter urgente, do pessoal operário, e gratificação ao pessoal técnico e administrativo da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 126 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 848:392\$700, para pagamento de material nas condições que menciona.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º, número II, e 31, do Decreto-Lei número 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 848:392\$700 (oitocentos e quarenta e oito contos, trezentos e noventa e dois mil e setecentos réis), para pagamento de material, com a seguinte discriminação:

Material

Anibal M. Machado — Offício 158 da Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, importância de distribuições feitas em 1933 de executivos fiscais e processos de infração a posturas municipais....	4:016\$000
Antônio Cid Loureiro — Processo 30.659-26, da Diretoria Geral de Fazenda — Conta referente ao preparo do solo em volta à Biblioteca Municipal (julho de 1930), autorizada pelo Sr. Prefeito em 22 de julho de 1933.....	1:698\$000
Casa Souza Batista, Ltda. — Processo n. 763-36, da Diretoria de Fiscalização da Secretaria Geral de Finanças — Conta de março de 1935, autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Finanças em 17 de novembro de 1936	160\$000
Cardinale & Comp. — Pedido n. 6.485-36 do extinto Departamento de Compras — Conta de fornecimentos feitos à Seção de Mecanização da Secretaria Geral de Finanças (agosto de 1936).....	1:226\$000
Companhia Telefônica Brasileira — Processo n. 246, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de fornecimentos no 2º semestre de 1934, devidamente autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37	4:180\$800
Companhia Telefônica Brasileira — Processo n. 252, de 1936, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta do 2º semestre de 1934, devidamente autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37..	7:343\$806
Companhia Telefônica Brasileira — Processo número 3.079-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de abril a junho de 1936, devidamente autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 28-7-37..	512\$900
Companhia Telefônica Brasileira — Processo número 241-36, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta do 2º semestre de 1934, autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37.....	4:567\$500
Companhia Telefônica Brasileira — Processo número 5.430-36, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de telefonemas locais e inter-urbanos de aparelhos da Secretaria Geral de Educação e Cultura, no período de 21 de abril a 20 de junho de 1936, autorizada em 9 de abril de 1937 pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas	920\$500
Companhia Telefônica Brasileira — Processo número 573-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de telefonemas locais e inter-urbanos de aparelhos da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, no período de 21 de abril a 20 de junho de 1936 — Autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 1 de março de 1937	107\$00
Companhia Telefônica Brasileira — Processo número 5.129-36, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de telefonemas locais e inter-urbanos de aparelhos pertencentes à Secretaria Geral de Saúde e Assistência, no período de 21 de abril a 20 de junho de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 29-4-37.....	1:016\$100

Estação de Ferro Central do Brasil — Offício número 1.005, de 1936, do Departamento de Educação — Conta correspondente a transportes feitos pela Escola Técnica Secundária Santa Cruz, referente a agosto e setembro de 1935, autorizada pelo Secretário de Educação e Cultura em 28-10-36.....

167\$700

The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited:

Conta fichada na Diretoria de Engenharia sob o n. 6.014-1933, de que trata o offício n. 386, de 21-2-1933, da Inspetoria de Aguas e Esgotos, correspondente ao 2º semestre de 1932, de contribuição de 418 taxas de esgotos, devidamente processada e informada, na importância total de...

44:694\$300

Conta fichada na Diretoria de Engenharia sob o n. 7.465-1935, de que trata o offício n. G-70, de 20-2-35, da Inspetoria de Aguas e Esgotos, correspondente ao 1º semestre de 1934, de contribuição de 420 taxas de esgotos, devidamente processada e informada, na importância total de...

46:722\$500

2º semestre de 1934, de contribuição de 420 taxas de esgotos, devidamente processada e informada, na importância de

46:704\$000

1º semestre de 1935, de que trata o offício n. 1.801, de 14-8-35, da Inspetoria de Aguas e Esgotos, de contribuição de 422 taxas de esgotos, devidamente processada e informada, na importância de

46:926\$300

2º semestre de 1935, de que trata o offício G-93, de 24-3-36, da Inspetoria de Aguas e Esgotos, de contribuição de 421 taxas de esgotos, devidamente processada e informada, na importância de

47:927\$100

232:974\$200

Lutz, Ferrando & Comp., Ltda. — Pedido n. 121-36 do extinto Departamento de Compras — Conta de material fornecido à Secretaria Geral de Saúde e Assistência

2:040\$000

Martins Gomes & Comp. — Processo n. 794-37, do extinto Departamento de Compras — Conta de material fornecido à Secretaria Geral de Saúde e Assistência, devidamente autorizada pelo Secretário Geral de Saúde e Assistência em 13-8-37...

139:103\$000

B/A Jornal do Brasil — Processo n. 19.147-34, da Secretaria do Gabinete — Conta de outubro de 1934, de fornecimento feito à Limpeza Pública, devidamente autorizada pelo Sr. Interventor em 15 de dezembro de 1934

490\$000

Standard Oil Company of Brazil — Conta fichada na Diretoria de Engenharia, sob o n. 36.093-35, autorizada pelo Sr. Prefeito em 18-11-35, correspondente a material fornecido à Diretoria de Engenharia, devidamente processada e informada.....

19:494\$000

Bitumuls of Brazil, Inc. — Conta fichada na Diretoria de Engenharia sob o n. 43.899-935, autorizada pelo Sr. Prefeito em 13-1-1936, correspondente a material fornecido à Diretoria de Engenharia, devidamente processada e informada

11:050\$000

Standard Oil Company of Brazil. Conta fichada na Diretoria de Engenharia sob o n. 40.195-1935, autorizada pelo Sr. Prefeito em 10-12-935, correspondente a material fornecido à Diretoria de Engenharia, devidamente processada e informada.....

18:468\$000

Antonio Ferreira Agostinho. Conta fichada na Diretoria de Engenharia sob o n. 3.536-935, autorizada pelo Prefeito em 16-12-35, no offício 64 dessa Diretoria, correspondente a material fornecido à Diretoria de Engenharia, tudo devidamente processado e informado.....

14:950\$000

63:962\$000

S. A. du Gás. — Processo n. 1.315-937 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37

65\$4300

S. A. du Gás — Processo n. 1.316-37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de dezembro de 1936 autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21-7-37

909\$100

S. A. du Gás — Processo 1.945-37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de novembro de 1936 autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21-7-37....

100:329\$600

S. A. du Gás — Processo 1.312-37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21-7-37....

9:870\$500

S. A. du Gás — Processo 4.250-37 da Diretoria de Engenharia — Conta de dezembro de 1936 autorizada pelo Sr. Interventor em 23-6-37.....

2:128\$600

S. A. du Gás — Processo 1.618-37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Contas de novembro e dezembro de 1933 e janeiro e outubro de 1934 autorizadas pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21-8-37.....

2:976\$500

S. A. du Gás — Processo 4.253-37 da Diretoria de Engenharia — Conta de dezembro de 1936 autorizada pelo Sr. Interventor em 17-7-37.....

241\$500

S. A. du Gás — Processo 5.180-36 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de outubro de 1936 — Autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37....

106\$500

S. A. du Gás — Processo n. 2.168/37 da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de novembro e dezembro de 1936 — autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37

2:032\$100

S. A. du Gás e outras — Processo n. 1.946/37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — contas de dezembro de 1936 autorizadas pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21-7-37

98:403\$300

S. A. Du Gás — Processo n. 598/37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — contas de novembro e dezembro de 1936 autorizadas pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37

17:553\$500

Société Anonyme du Gaz — Processo n. 200/35, da Inspetoria de Concessões — conta de janeiro a março de 1934 autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37

36:902\$800

S. A. du Gás — Processo n. 1.191/35, do Departamento de Educação — conta de fornecimentos de novembro e dezembro de 1934 — devidamente autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37.....

18:003\$300

The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda. — Processo n. 3.419/33, da Diretoria de Engenharia — conta de dezembro de 1936 autorizada pelo Sr. Prefeito, em 5-10-36.....

264\$200

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Cia. Ltda. — Processo n. 2.167/1937, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de novembro e dezembro de 1936 autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 21 de agosto de 1937.....

9:915\$600

The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda. — Processo n. 1.436/936 — conta de agosto de 1936 autorizada pelo Sr. Interventor, em 13 de abril de 1937

205\$200

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd. — Processo n. 3.703/935, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — contas de outubro e novembro de 1935, autorizadas pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15 de julho de 1937.....

360\$000

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd. — Processo n. 867/37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de outubro a dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37

2:128\$000

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Ltd. — Processo n. 3.710/935, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de outubro e novembro de 1935, autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15 de julho de 1937.....

1:226\$200

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 3.758-935, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de novembro de 1935, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37

250\$000

The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 985-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37	105\$000
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 3.708-35, dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de novembro de 1935, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37	2:038\$000
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 2.700-934, da Inspetoria de Concessões — Conta de novembro de 1934, autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37	70\$400
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 2.166-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — conta de novembro a dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, em 15-7-37	261\$100
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 1.113-934, da Inspetoria de de Concessões — Conta de novembro e dezembro de 1933, autorizada pelo Sr. Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas no officio D. 237, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública	7:793\$700
The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Processo n. 981-37, da Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública — Conta de dezembro de 1936, autorizada pelo Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas em 15-7-37	656\$000
Companhia Brasileira de Estrada Modernas — Processo n. 14.324-35, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento de abril de 1935, autorizada pelo Prefeito em 23-11-936	933\$120
Idem — Processo n. 23.058-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de abril de 1931, autorizada pelo Prefeito em 6-2-937	15:155\$400
Idem — Processo n. 17.689-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de setembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 6-2-937	1:180\$940
Idem — Processo n. 23.061-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de dezembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 13-12-36	939\$900
Idem — Processo n. 23.060-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento de março de 1931, autorizada pelo Prefeito em 16-2-37	2:371\$320
Idem — Processo n. 20.426-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de setembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 16 de fevereiro de 1937	358\$000
Idem — Processo n. 16.954-32, da Diretoria de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, de maio de 1932, autorizada pelo Prefeito em 16 de fevereiro de 1937	262\$500
Idem — Processo n. 16.017-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de abril de 1932, autorizada pelo Prefeito em 14 de dezembro de 1936	2:341\$580
Idem — Processo n. 28.926-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de agosto de 1932, autorizada pelo Prefeito em 14 de dezembro de 1936	434\$100
Idem — Processo n. 19.572-37, da Diretoria Geral de Obras e Viação — Conta de novembro de 1930, autorizada pelo Interventor em 30-3-937..	14:763\$903
Idem — Processo n. 23.057-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de março de 1931, autorizada pelo Prefeito em 16 de fevereiro de 1937	4:986\$000

Idem — Processo n. 23.535-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de setembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 14-12-36	6:973\$560
Idem — Processo n. 30.098-31, da Diretoria de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, de setembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 14-12-30	229\$300
Idem — Processo n. 23.536-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de setembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 14-12-36	2:597\$760
Idem — Processo n. 39.982-31, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, autorizada pelo Prefeito em 19-3-32	612\$000
Idem — Processo n. 21.403-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de novembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 27-2-37	876\$000
Idem — Processo n. 44.588-31, da Diretoria Geral de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, de dezembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 2 de fevereiro de 1932..	405\$600
Companhia Brasileira de Estradas Modernas — Processo n. 44.589-31, da Diretoria Geral de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, de dezembro de 1931, autorizada pelo Interventor em 2-2-32	840\$000
Idem — Processo n. 2.821-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de março de 1932, autorizada pelo Interventor em 25-2-33	2:412\$000
Idem — Processo n. 16.953-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de maio de 1932, autorizada pelo Interventor em 25-2-33	1:215\$500
Idem — Processo n. 21.823-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de junho de 1932, autorizada pelo Interventor em 25-2-33	832\$320
Idem — Processo n. 21.402-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de dezembro de 1931, autorizada pelo Interventor em 14 de dezembro de 1935	2:360\$380
Idem — Processo n. 18.379-32, da Diretoria de Engenharia — Conta de reposições de calçamento, de dezembro de 1931, autorizada pelo Prefeito em 14-12-36	695\$000
Idem — Processo n. 38.916-37, da Diretoria de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, autorizada pelo Prefeito em 15-3-37	270\$800
Idem — Processo n. 31.189-31, da Diretoria de Obras e Viação — Conta de reposições de calçamento, autorizada pelo Interventor em 12-3-34	2:749\$560 66:797\$043
Total geral do Material	848:392\$643

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 127, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 80:000\$000, para pagamento de coupons dos empréstimos municipais internos, vencidos até 1936.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos ter-

dos dos artigos 2º número II, e 31 do decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 80:000\$000 (oitenta contos de réis), destinado a ocorrer ao pagamento de coupons dos empréstimos municipais internos, vencidos até 1936.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 125, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 200:000\$000, para ocorrer às despesas que menciona.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º número II, e 31 do decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), destinado ao pagamento de contas resultantes das reposições do calçamento a que se refere o termo assinado pela Companhia Light and Power, em 17 de abril de 1937, na Diretoria dos Serviços de Utilidade Pública, para alteração das linhas de carris nos trechos especificados no aludido termo.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 120, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 1:500\$000, para reforço de sub-consignação da verba 20 — Secretaria Geral de Finanças — do vigente orçamento da Agricultura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º número II, e 31 do decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) como reforço à sub-consignação 3ª — Material III — Verba 20 — Secretaria Geral de Finanças — para despesas de pronto pagamento e de caráter urgente, em adiantamentos, por duodécimos.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 130, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 3:500\$000 para reforço de sub-consignação da verba 10 — Diretoria de Segurança — do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e nos termos dos artigos 2º número II, e 31 do decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937.

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), para reforço à sub-consignação 6ª — Material — da Verba 10 — Diretoria de Segurança — com a seguinte discriminação:

Material

3ª. Requisição de fardamento para 1.650 guardas (decreto n. 102, de 5 de outubro de 1935).

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 131 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 100:000\$000 para reforço da sub-consignação da verba 26 — Departamento de Educação, do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e, nos termos dos arts. 2º, n. II e 31, do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 100:000\$000 (cem contos de réis) como reforço à sub-consignação 11 — Material II — Verba 26 — Departamento de Educação — para aquisição de matérias primas, ingredientes e materiais de consumo ou de transformação, para as oficinas da Divisão de Predios e Aparelhamentos escolares, e destinados à conservação, obras de reparos e adaptação de predios e aparelhamentos escolares.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 132 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 170:000\$000 para reforço de sub-consignação da verba 11 — Diretoria de Turismo e Propaganda do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º, n. II, e 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 170:000\$000 (cento e setenta contos de réis), para reforço de sub-consignação da verba 11 — Diretoria de Turismo e Propaganda, com a seguinte discriminação:

Pessoal

2ª — Para pagamento de pessoal contratado inclusive gratificação correspondente à diferença entre os vencimentos próprios e o dos demais encarregados, ao encarregado, em comissão, de estatística de turismo e gratificação, ao pessoal, por serviço extraordinário prestado fora da hora do expediente	170:000\$000
Total do Pessoal	170:000\$000

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 133 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o crédito suplementar de 800:000\$000 para reforço de sub-consignação da verba 15 — 1ª — Inativos e Pensões do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e, nos termos dos arts. 2º, n. II e 31, do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito suplementar de 800:000\$000 (oitocentos contos de réis), como reforço à sub-consignação 1ª — Pessoal — Verba 15 — Inativos e Pensões — para pagamento dos funcionários aposentados e jubilados.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 134 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre o credito suplementar de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis) para reforço da sub-consignação da verba 18 — Substituições, — do vigente orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, e nos termos dos arts. 2º, n. II, e 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto o credito suplementar de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis), para reforço da sub-consignação — do magisterio — da verba 18 — Substituições, — do vigente orçamento.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 135 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito especial de réis 120:000\$000 para despesas com pessoal, na Diretoria de Trabalho, Matas e Jardins, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Publicas, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o Artigo 180 da Constituição, e nos termos dos Artigos 2º numero II, e 31 do Decreto-Lei numero 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito especial de 120:000\$000 (cento e vinte contos de réis), para atender ás despesas com o pagamento de pessoal contratado no exercício de 1937, para os serviços de ajardinamento e arborização dos proprios municipais a cargo da Diretoria de Trabalho, Matas e Jardins, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Publicas, cancelada igual quantia do credito suplementar de 285:000\$000 aberto pelo Decreto Municipal numero 6.080, de 15 de outubro de 1937, como reforço á verba 34 — Pessoal 7º — do vigente Orçamento da Prefeitura do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 136 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito especial de réis 131:080\$000 (cento e trinta e um contos e oitenta mil réis), para atender ao pagamento, na Secretaria Geral de Educação e Cultura, das quotas de fiscalização federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 180 da Constituição, e nos termos dos Artigos 2º, numero II, e 31 do Decreto-Lei numero 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o credito especial de 131:080\$000 (cento e trinta e um contos e oitenta mil réis), para atender ao pagamento, na Secretaria Geral de Educação e Cultura, das quotas de fiscalização federal, nos termos dos Decretos Federais numeros 21.241 e 22.784, de 4 de abril de 1932 e 30 de maio de 1933, respectivamente, assim discriminadas:

Escola Secundaria do Instituto de Educação, referentes aos anos de 1934 a 1937..... 79:480\$000
Escolas Técnicas Secundarias, referente ao ano de 1935 51:600\$000

Total geral 131:080\$000

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 137 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Abre, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de réis 327:030\$000 para despesas com a desapropriação que menciona.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o Artigo 180 da Constituição, e nos termos dos Artigos 2º numero II, e 31 do Decreto-Lei numero 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Artigo Único. Fica aberto, pela Prefeitura do Distrito Federal, o crédito especial de 327:030\$000 (trezentos e vinte e sete contos e

trinta mil réis), para atender ás despesas de indenização ao proprietário do prédio n. 123-124 da rua Senador Dantas, desapropriado pelo Decreto n. 6.072, de 4 de outubro de 1937, necessário á execução do projeto aprovado de alinhamento n. 1.869.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 138 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Suspende, provisoriamente, a cobrança do imposto de licença para localização de comércio, indústrias e profissões no Distrito Federal.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 180 da Constituição, tendo em vista o Decreto-Lei n. 118, de 29 de dezembro de 1937, que alterou no Distrito Federal a taxaço para cobrança do imposto de vendas e consignações, vedando a cobrança de qualquer quota proporcional ao volume de vendas, no imposto de licença para localização de comércio, indústrias e profissões,

Decreta:

Art. 1º. Fica suspensa, a partir de 1 de janeiro de 1938 e até a expedição de novo regulamento, a cobrança de imposto de licença para localização de comércio, indústria e profissões no Distrito Federal.

Art. 2º. Este imposto será devido a partir de 1 de janeiro de 1938, de conformidade com o novo regulamento a ser expedido.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 139 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1937

Interpreta o art. 89 e seu parágrafo do decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que o decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934, no parágrafo unico do art. 89, não estendeu ao empregado em banco ou casa bancária o direito á efetividade nos cargos que estiver exercendo em comissão;

Considerando que a redação do referido inciso tem provocado interpretações ambíguas, que lhe subvertem a exata aplicação;

Considerando que urge a fixação de uma interpretação uniforme e fiel ao referido artigo e seu parágrafo:

Decreta:

Art. 1º. Não dão direito á efetividade os cargos que o empregado de banco ou casa bancária exercer em comissão, por dois ou mais casos.

Parágrafo unico. Cessada a comissão, qualquer que tenha sido o prazo da sua duração, cessa *ipso facto* a percepção das vantagens a ela inerentes.

Art. 2º. Consideram-se cargos, em comissão, para os efeitos do art. 1º:

a) todos os cargos nos quais o empregado de banco ou casa bancária exercer função especial ou transitória, diferente daquela que competir ao cargo por ele ocupado na sua classificação permanente dentro do quadro do estabelecimento;

b) de uma maneira geral, todos os cargos de confiança, bem como aqueles, mesmo de classificação permanente, para os quais o empregado tenha sido indicado por conveniência de serviço, como interino, substituto, ou sob qualquer designação que denote o caráter temporário das funções e vantagens que lhe forem atribuídas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação e abrange todos os casos pendentes.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

A 16 de dezembro de 1937 foi expedido o seguinte decreto:

O Presidente da República:

Considerando que a resolução do Senado Federal, n. 14, de 6 de novembro de 1937, aposentou compulsoriamente, nos termos do § 3º do art. 170 da Constituição de 16 de julho de 1934, o funcionário da

respectiva secretaria, Júlio Gonçalves do Vale Pereira, conforme publicação feita no *Diário do Poder Legislativo*, de 10 do referido mês de novembro;

Considerando que a essa resolução, para complemento do ato, deveria seguir-se a expedição do respectivo título, assinado pela Comissão Diretora do mesmo Senado, o que não pode verificar-se, em virtude do disposto e efeitos do art. 178 da Constituição de 1934 do aludido mês;

Considerando que, nestas condições, cumpre seja o ato de aposentadoria levado a efeito pelo poder competente, nos termos do novo estatuto e de acordo com as disposições legais vigentes;

Resolve:

Artigo único. Fica aposentado, compulsoriamente, *ex-vi* da letra *d* do art. 156 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, Júlio Gonçalves do Vale Pereira, redator de Anais, padrão L, do extinto Senado Federal, nos termos do art. 2º da lei n. 583, de 9 do já referido mês de novembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1937, 116ª da Independência e 19ª da República.

GETÚLIO VARGAS,

Francisco Campos.

Por decreto de 13 do corrente, em face da comunicação do Ministério da Guerra, em o aviso n. 39, de 28 de abril do corrente ano e na conformidade do art. 119, letra *b*, da Constituição, perde os direitos políticos de cidadão brasileiro pela isenção do serviço militar, obtida por motivo de convicção religiosa, Artur Campos Costa, aluno do Seminário Maior de Mariana, alistado e sorteado pelo município de Tres Pontas, Estado de Minas Gerais, nascido a 2 de abril de 1915, naquele município, filho de Alamiro Costa e de Maria de Campos Brandão, residente no dito Estado.

Ministério da Fazenda

Com data de 20 do corrente, pelo Senhor Presidente da República, foram assinados os seguintes decretos, de acordo com o art. 1º *in fine*, das Disposições Transitórias da Lei n. 234, de 28 de outubro de 1936:

A Honorato Amendo, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe A, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado marinheiro das embarcações da Alfândega de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 24 de abril de 1935;

A Mússias Lazaro, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega de Santos, para o qual fôra nomeado em 12 de junho de 1922;

A José Arnozo de Sá Leitão, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe F, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega da Recife, no Estado de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 18 de maio de 1922;

A Tomaz Bispo Vieira, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe D, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado marinheiro das embarcações da Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 1 de junho de 1899;

A Olegário Targino Nunes, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe D, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado marinheiro das embarcações da Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 6 de julho de 1906;

A Hermogenio Alves de Oliveira, que exerce, efetivamente, o cargo de carpinteiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado carpinteiro calafate das oficinas da Ilha de Santa Barbara — Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 1 de janeiro de 1924;

A José de Azeredo Coutinho, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe D, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado marinheiro das embarcações da Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 9 de janeiro de 1919;

A Antônio de Azeredo, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe D, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado marinheiro das embarcações da Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 12 de fevereiro de 1923;

A Nicodemo Costa de Azevedo, que exerce, efetivamente, o cargo de ferreiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado ferreiro das oficinas da Ilha de Santa Barbara — Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 24 de maio de 1926;

A José Evangelista de Jesus, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega do Rio de Janeiro, para o qual fôra nomeado em 20 de março de 1924;

A Vilor Pedro dos Santos, que exerce, efetivamente, o cargo de marinheiro, classe A, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado remador das embarcações da Alfândega de João Pessoa, no Estado da Paraíba, para o qual fôra nomeado em 1 de abril de 1926;

A Edmundo Machado, que exerce, efetivamente, o cargo de fiel de armazem, classe C, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado fiel de armazem da Alfândega de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, para o qual fôra nomeado em 7 de julho de 1909;

A Domingos Angelo Plastina, que exerce, efetivamente, o cargo de agente fiscal, classe I, do Quadro IX do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado administrador da Mesa de Rendas de Santa Vitoria do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 2 de fevereiro de 1917;

A Silvio Vares, que exerce, efetivamente, o cargo de sargento aduaneiro, classe E, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado sargento da Polícia Aduaneira da Alfândega de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 28 de abril de 1924;

A Esperidião Alexandre Rosa, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega de Santos, para o qual fôra nomeado em 5 de junho de 1922;

A Jeremias Rabelo Leite, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe C, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega de Santos, para o qual fôra nomeado em 1 de junho de 1922;

A Homero Alves Caldeira, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe G, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 17 de maio de 1926;

A Marcelino Antônio da Silva, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe E, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 6 de junho de 1922;

A Adalmo Ferreira, que exerce, efetivamente, o cargo de guarda aduaneiro, classe E, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado guarda da Polícia Aduaneira da Alfândega do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, para o qual fôra nomeado em 6 de junho de 1922;

A Darlindo Antônio Machado, que exerce, efetivamente, o cargo de comandante aduaneiro, classe H, do Quadro VIII do Ministério da Fazenda, cargo este anteriormente denominado comandante da Polícia Aduaneira da Alfândega de Belém, no Estado do Pará, para o qual fôra nomeado em 25 de agosto de 1922;

Ministério da Marinha

Por decretos de 23 do corrente, foram reformadas, nos termos do art. 477, da Constituição, no interesse do serviço público, as oficiais seguintes:

Capitão de fragata farmacêutico Henrique Meireles Gaspari, capitão de fragata — QM — Paulo Fernandes Machado, capitão de corveta Lauro de Albuquerque Lima, capitão tenente Luiz Inimá do Miranda, 1º tenente intendente naval Rubem Cintra da Gama e Silva, 1º tenente fuzileiro naval Apulero Aguiar Boto de Melo, 2º tenente intendente naval Henrique da Costa Salgueirinho e o capitão tenente — QM — Fernando Garcia Vidal.

Foram nomeados:

O primeiro sargento auxiliar especialista de caldeira, n. 10.751, do Corpo de Marinheiros, Pedro Faustino Carlos, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluídos no quadro;

O primeiro sargento auxiliar especialista de caldeira n. 10.529, do Corpo de Marinheiros, Orlando Bispo de Lima, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada;

O primeiro sargento auxiliar especialista de caldeira, n. 10.514, do Corpo de Marinheiros, Antônio Caetano da Costa, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada;

O primeiro sargento auxiliar especialista de caldeira, n. 10.902, do Corpo de Marinheiros, João Antônio da Conceição, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada;

O primeiro sargento auxiliar especialista artífice de convez (carpinteiro), n. 9.174, do Corpo de Marinheiros, Zeferino Borges de Carvalho, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluído no quadro de Artífices de Convez;

Foram também nomeados para exercerem o cargo de sub-oficiais da Armada, sendo incluídos no Quadro de Enfermeiros, os primeiros sargentos auxiliares especialistas enfermeiros:

N. 1.249, do Corpo de Fuzileiros Navais, Avelino Bonifácio da Silva;

N. 12.079, do Corpo de Marinheiros, Valdemar Carneiro da Cunha;

N. 15.124, do Corpo de Marinheiros, Manuel do Carmo Saboia Barros;

N. 15.582, do Corpo de Marinheiros, Cláudio Maciel da Silveira;
 N. 9.193, do Corpo de Marinheiros, Francisco de Araújo;
 N. 3.412, do Corpo de Marinheiros, Antônio Alves Pessoa;
 N. 15.315, do Corpo de Marinheiros, Francisco Ferreira Cantão;
 N. 15.035, do Corpo de Marinheiros, Benjamin da Costa Neves;
 N. 9.273, do Corpo de Marinheiros, Domingos Dias dos Santos;

O primeiro sargento auxiliar especialista Fiel, n. 2.866, do Corpo de Marinheiros, Manuel Magalhães do Oliveira, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluído no quadro de Fieis (FL);

Os primeiros sargentos auxiliares especialistas telegrafistas, do Corpo de Marinheiros: n. 7.524, Irênio Moura do Nascimento, e número 3.826, Sotenes Gomes dos Santos, para exercerem o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluídos no quadro de Telegrafistas (TL);

O primeiro sargento auxiliar especialista torpedista (submarinista), n. 10.649, do Corpo de Marinheiros, Valdemar Pinto de Lima, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluído no quadro de Torpedistas (TP);

O primeiro sargento auxiliar especialista torpedista, n. 10.914, do Corpo de Marinheiros, José do Nascimento, para exercer o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluído no quadro de Torpedistas (TP);

Os primeiros sargentos auxiliares especialistas contra-mestres: n. 7.527, José da Cunha; n. 0.220, Itagiba Passos da Cunha Silveira; n. 10.663, do Corpo de Marinheiros, Antônio Alves de Lima, e número 2.464, do Corpo de Marinheiros, José Teixeira Rios, para exercerem o cargo de sub-oficial do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, sendo incluídos no quadro de contra-mestres (CM);

De acordo com o art. 1º, *in fine*, das Disposições Transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, expede decreto a Cláudio Lins de Vanconcelos Chaves, que exerce, efetivamente, o cargo de "professor", classe "G", do quadro IV — Serviços Regionais — do Ministério da Marinha.

Foram promovidos:

Por merecimento, no Corpo de Oficiais da Armada, (QM), ao posto de contra-almirante, o capitão de mar e guerra Manuel Pires de Lima;

Por antiguidade, no Corpo de Oficiais da Armada, ao posto de capitão de fragata, o capitão de corveta, Antônio Alvares Barata;

Por merecimento, no Corpo de Oficiais da Armada, ao posto de capitão de fragata, o capitão de corveta Plínio da Fonseca Mendonça Cabral;

Por antiguidade, de acordo com o art. 33, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, Mário Cristallino, do cargo da classe G, da carreira de mecânico, do quadro I, do Ministério da Marinha, para o cargo da classe H, da mesma carreira e do mesmo quadro, vago, conforme consta da relação nominal organizada de acordo com o disposto no parágrafo único, do art. 1º, das Disposições Transitórias da citada lei n. 284;

Nas mesmas condições, João Pedro da Conceição, da classe F, para o cargo da classe F, e Albategni Roemberg, do cargo da classe A, da carreira de mecânico, do quadro I, do Ministério da Marinha, para o cargo da classe E, da mesma carreira e do mesmo quadro, vago em virtude da promoção do respectivo titular João Pedro da Conceição.

Foram reformados:

De conformidade com a letra e do art. 156, da Constituição Federal, art. 1º, letra b e § 1º, do art. 2º, do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931 e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial, enfermeiro do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, Lourival de Deus e Costa, no mesmo posto e com o respectivo soldo, visto contar quatorze (14) anos, dois (2) meses e dias de serviço, e ter sido julgado inválido para o serviço, por sofrer de molestia incurável e contagiosa;

De conformidade com a letra b e seu § 1º, do art. 2º e art. 4º, do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial artífice de máquinas (caldeireiro de cobre), do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, Silvío Carneiro da Silva, conforme pediu, no posto de 2º tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) dos vencimentos e vantagens de que trata a letra a, do artigo 2º, acima citado e mais nove (9) quotas de dois por cento (2 %), sobre o total dos vencimentos e vantagens, visto contar vinte e nove (29) anos, um (1) mês e dias de serviço;

De conformidade com a letra b, do art. 2º e art. 4º, do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial sinaleiro, do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, José Barros da Silva, conforme pediu, no posto de 2º tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) dos vencimentos e vantagens de que trata a letra a, do artigo 2º, acima citado e mais oito (8) quotas de dois por cento (2 %), sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa, visto contar vinte e oito (28) anos, quatro (4) meses e dias de serviço;

De conformidade com a letra b e seu § 1º, do art. 2º, e art. 4º, do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial condutor-máqui-

nista, do Corpo de Sub-Oficiais da Armada, Franklin Fernandes Pereira, conforme pediu, no posto de 2º tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo os vencimentos e vantagens estabelecidos na letra e, do art. 2º, acima citado e mais onze (11) quotas de dois por cento (2 %), sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa, visto contar trinta e um (31) anos, dois (2) meses e dias de serviço;

De conformidade com a letra a — parte inicial — do art. 5º, do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931 e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o 1º sargento auxiliar especialista-elétricista, n. 4.835, do Corpo de Marinheiros, Manoel Pedro de Carvalho, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de 2º tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço;

Nas mesmas condições, o 1º sargento-auxiliar especialista-elétricista, n. 3.302, do Corpo de Marinheiros, Pedro Augusto dos Reis; 1º sargento-auxiliar-especialista-submarinista, n. 2.171, do Corpo de Marinheiros, João Bernardo; 1º sargento-auxiliar-especialista-motorista, n. 4.711, do Corpo de Marinheiros, Oláviano José dos Santos; o 1º sargento-especialista-máquinista, n. 10.745, do Corpo de Marinheiros, Antônio Gonçalves de Oliveira, e o 1º sargento-auxiliar-especialista de caldeira, n. 3.165, do Corpo de Marinheiros, Raimundo Borges da Silva, compulsoriamente, no mesmo posto e com o soldo de 2º tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço.

De conformidade com o decreto n. 19.761, de 19 de março de 1934, que tornou extensivo aos militares de terra e mar, as disposições do decreto n. 5.565, de 5 de novembro de 1928, aviso n. 741, de 15 de maio de 1936, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936, o 2º classe, praticante especialista, contra-mestre, n. 5.214, do Corpo de Marinheiros, Paulo Vicente de Oliveira, na mesma classe e com os vencimentos e vantagens integrais da ativa.

Atendendo ao que requereu, em 25 de novembro de 1937, o 2º tenente, reformado, (condutor-elétricista), João Gonçalves Redon, foi ratificado o decreto de 12 de agosto último, que o reformou, conforme solicitou, no posto de 2º tenente, com o distintivo de sua especialidade, de conformidade com a legislação em vigor, para o fim de conceder-lhe o abono de mais uma (1) quota de dois por cento (2 %), sobre o total dos referidos vencimentos e vantagens integrais da ativa, além das onze (11) que já percebe, a partir daquela data (12-8-1937), visto ter sido mandado adicionar por aviso n. 1.384, de 20 de novembro de 1937, o período de 16 de junho de 1910 a 25 de julho de 1911, num total de onze (11) meses e dois (2) dias, durante o qual trabalhou como aprendiz, sem vencimentos na Oficina de Eletricidade do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ficando assim elevado o seu tempo de serviço a trinta e dois (32) anos, quatro (4) meses e um (1) dia.

Foram concedidas aposentadorias:

A Pedro Nunes de Sousa, no cargo da classe E, da carreira de faroleiro, do quadro I, do Ministério da Marinha, nos termos da legislação em vigor;

A Sebastião Tenório Gomes, no cargo de foguista, classe F, do quadro I, do Ministério da Marinha, nos termos da legislação em vigor; Concessão de medalha:

De conformidade com o decreto n. 16.074, de 22 de junho de 1923, medalha da Vitória, ao capitão de corveta, Aires Pinto da Fonseca Costa.

Ministério da Guerra

RETIFICAÇÃO

Por decreto de 16 do corrente:

Foi demitido, em vista do parecer do Conselho de Disciplina a que foi submetido, o servente da classe "C" do quadro III do Ministério da Guerra, Luis dos Santos Aguiar, a bem da disciplina, e não como publicou o *Diário Oficial* de 22 do mesmo mês.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Decretos de 16 de dezembro de 1937:

O Presidente da República resolve, de acordo com o art. 1º, *in fine*, das disposições transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, expedir decretos aos seguintes funcionários do quadro XVIII do Ministério da Viação e Obras Públicas:

Maria Vilarim de Vasconcelos Galvão, que exerce efetivamente o cargo de Oficial Administrativo da classe "I", cargo este anteriormente denominado 1º Oficial da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fora promovido em 12 de janeiro de 1934 (processo n. 21.102-37);

José Aureliano Correia Filho, que exerce efetivamente o cargo de Ajudante de Tesoureiro, padrão "G", cargo este anteriormente denominado Ajudante de Tesoureiro, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fora nomeado em 7 de outubro de 1927;

Artur de Luna Freire, que exerce efetivamente o cargo de agente da classe "G", cargo este anteriormente denominado Agente de "Cinco

Pontas", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 1 de junho de 1931;

Teutli Guerra, que exerce efetivamente o cargo de Escriturário da classe "G", cargo este anteriormente denominado Auxiliar da primeira classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 26 de agosto de 1921;

Jerônimo Serapião de Albuquerque, que exerce efetivamente o cargo de Escriturário da classe "G", cargo este anteriormente denominado Auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 8 de dezembro de 1922;

Antônio Barreto Lins, que exerce efetivamente o cargo de Escriturário da classe "G", cargo este anteriormente denominado Auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 25 de abril de 1927;

José Feliciano dos Santos, que exerce efetivamente o cargo de Tesoureiro, padrão "F", cargo este anteriormente denominado Tesoureiro da Agência de "Cinco Pontas", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 23 de dezembro de 1924;

José Ferreira Leal Sobrinho, que exerce efetivamente o cargo de Agente da classe "E", cargo este anteriormente denominado Agente de "Brum", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 16 de janeiro de 1922;

Matia José de Almeida Lavour, que exerce efetivamente o cargo de Escriturário da classe "E", cargo este anteriormente denominado Auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 12 de julho de 1927;

Joaquim de Moura Gondim, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Estafeta de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 1 de abril de 1895;

Hortêncio Júlio do Rêgo e Alípio Holanda dos Santos, que exercem efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 24 de maio de 1921;

Manuel Amaro da Silva, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 2 de janeiro de 1921;

Tibúrcio Martins de Oliveira, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 1 de julho de 1921;

Vitor José dos Santos, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 10 de março de 1925;

José de Azevedo Maia, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 15 de janeiro de 1927;

José Tiago Batista, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "E", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 14 de fevereiro de 1927;

Manuel Francelino do Amaral, que exerce interinamente o cargo de Escriturário da classe "D", cargo este anteriormente denominado Auxiliar de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra designado em 15 de setembro de 1931;

Miguel Arcanjo dos Santos, que exerce efetivamente o cargo de Ajudante de Agente da classe "D", cargo este anteriormente denominado Ajudante da Agência da Estação Central, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 21 de outubro de 1910;

José Riedel Borges Ferreira, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "D", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 16 de agosto de 1921;

Nelson Gomes Pereira, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "D", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 2 de janeiro de 1921;

José Vieira Cabral e Manuel Trindade de Paula Machado, que exercem efetivamente o cargo de Carteiro da classe "D", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foram promovidos em 25 de setembro de 1924;

Irineu Gorgônio Paes Barreto, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "D", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 2 de maio de 1925;

José de Carvalho Cesar, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "D", cargo este anteriormente denominado Car-

teiro de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 15 de janeiro de 1927;

Arnaldo Nunes Viana, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "C", cargo este anteriormente denominado Carteiro Auxiliar da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 6 de outubro de 1921;

José de Albuquerque Ribeiro, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "C", cargo este anteriormente denominado Carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 25 de setembro de 1924;

Almáquio Penaforte de Negueiros, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "C", cargo este anteriormente denominado Carteiro Auxiliar da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 27 de novembro de 1926;

Luís Castelo Branco, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "C", cargo este anteriormente denominado Carteiro Auxiliar da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 1 de fevereiro de 1930;

Antônio Barbosa de Sousa, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "C", cargo este anteriormente denominado Carteiro Auxiliar da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 14 de setembro de 1931;

José Melquides de Farias, que exerce efetivamente o cargo de Servente da classe "C", cargo este anteriormente denominado Servente de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 28 de setembro de 1915;

Antônio José de França, que exerce efetivamente o cargo de Servente da classe "C", cargo este anteriormente denominado Servente de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 3 de novembro de 1922;

Sebastião Gomes de Andrade Lima, que exerce efetivamente o cargo de Servente da classe "C", cargo este anteriormente denominado Servente de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 13 de outubro de 1925;

Hilson de Almeida, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Pesqueira, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 1 de julho de 1921;

Oscar de Andrade Cavalcanti, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Pesqueira, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 3 de agosto de 1922;

José Peixoto, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Carteiro Auxiliar da Agência de "Brum", na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 17 de outubro de 1924;

Derneval Alves de Miranda, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Vitória, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 24 de abril de 1925;

Amaro do Nascimento Lima, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Caruarú, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 25 de abril de 1925;

Pedro Ferreira da Costa, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Caruarú, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 7 de maio de 1925;

Rodolfo Bezerra de Aguiar, que exerce efetivamente o cargo de Carteiro da classe "B", cargo este anteriormente denominado Estafeta da Agência de Nazaré, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 4 de julho de 1925;

José de Arimatéa Torres, que exerce efetivamente o cargo de carteiro da classe B, cargo este anteriormente denominado carteiro auxiliar da agência de Maciel Pinheiro, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 21 de julho de 1925.

Amaro Gomes de Oliveira, que exerce efetivamente o cargo de carteiro da classe B, cargo este anteriormente denominado estafeta da agência de Ribeirão, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 10 de março de 1926.

Denilde Marques da Gama, que exerce interinamente o cargo de carteiro da classe B, cargo este anteriormente denominado estafeta da agência de Maciel Pinheiro, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra designado em 11 de agosto de 1931.

Bráulio Penaforte de Negreiros, que exerce interinamente o cargo de carteiro da classe B, cargo este anteriormente denominado estafeta da agência de Goiana, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra designado em 20 de agosto de 1931.

Nelson Xavier de Araújo Albuquerque, que exerce interinamente o cargo de carteiro da classe B, cargo este anteriormente denominado estafeta da agência de Olinda, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra designado em 23 de outubro de 1935.

Salatiel José de Farias, que exerce efetivamente o cargo de servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 12 de junho de 1925.

Gastão Francisco de Paula, que exerce efetivamente o cargo de servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 13 de julho de 1925.

Graciliano Hipólito de Azevedo, que exerce efetivamente o cargo de servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 28 de janeiro de 1926.

Pedro José Ferreira Gomes, que exerce efetivamente o cargo de servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente da agência de Cinco Pontas, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 21 de setembro de 1926.

Manuel Basto Lavra, que exerce efetivamente o cargo de servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente da agência de Cinco Pontas, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 19 de outubro de 1919.

Decretos de 20 de dezembro de 1937

O Presidente da República resolve, de acordo com o art. 1º "infine", das Disposições Transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1935 expedir decretos aos seguintes funcionários do quadro XVIII, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

José Celestino de Sousa, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe C, cargo este anteriormente denominado 3º oficial da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 20 de abril de 1927.

Eulides Caloete Meira, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe G, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco para o qual fôra promovido em 9 de novembro de 1926.

Maria Barbosa Correia, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe G, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovida em 9 de novembro de 1926.

Manuel Carrilho do Rêgo Barros, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe G, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 18 de janeiro de 1927.

Agostinho Luna de Castro Nunes e Gisélia Eurídice Monteiro Lobato, que exercem efetivamente o cargo de es-
criturário da classe G, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foram promovidos em 25 de abril de 1927.

Elza Castelo Branco e Osvaldo Pinto, que exercem efetivamente o cargo de es-
criturário da classe E, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foram removidos em 9 de novembro de 1926.

Aida Ferreira Baltar e Sebastião Custódio Rigaud da Silva Júnior, que exercem efetivamente o cargo de es-
criturário da classe E, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foram promovidos em 9 de novembro de 1926.

Alexandre do Amaral e Silva, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe E, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foi nomeado em 9 de novembro de 1926.

Adalgiza Machado Moura, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe E, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovida em 12 de julho de 1927.

Aloisio Soares Beltrão, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe E, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 12 de julho de 1927.

Júlio da Vera Cruz Campos, que exerce efetivamente o cargo de es-
criturário da classe D, cargo este anteriormente denominado auxiliar de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra removido em 13 de setembro de 1917.

Mário Cavalcanti Cabral, que exerce efetivamente o cargo de car-
teiro da classe D, cargo este anteriormente denominado carteiro da agência de Cinco Pontas, na Diretoria Regional dos Correios e Telé-

grafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 27 de setembro de 1927.

Jorge Francisco Rodrigues, que exerce efetivamente o cargo de
carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 25 de setembro de 1924.

João Baptista Vieira do Sousa, que exerce efetivamente o cargo
de carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 23 de setembro de 1925.

Lourival Rubens Gonçalves, que exerce efetivamente o cargo de
carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra removido em 20 de março de 1926.

Ladislau Marques Freire, que exerce efetivamente o cargo de
carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 9 de setembro de 1926.

Esmeraldino Outtes Wanderley e Vicente Joaquim de Andrade, que exercem efetivamente o cargo de carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual foram nomeados em 15 de janeiro de 1927.

Severino Celestino de Araújo, que exerce efetivamente o cargo de
carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 3ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra removido em 13 de abril de 1927.

Francisco Machado de Lima, que exerce efetivamente o cargo de
carteiro da classe C, cargo este anteriormente denominado carteiro de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 27 de junho de 1921.

Mariano Porfírio da Silva, que exerce efetivamente o cargo de
servente da classe C, cargo este anteriormente denominado servente de 1ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra promovido em 19 de outubro de 1928.

João Batista Correia, que exerce efetivamente o cargo de car-
teiro da classe B, cargo este anteriormente denominado estafeta da agência de Bezerros, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 25 de abril de 1925.

José Marciano dos Santos, que exerce efetivamente o cargo de
servente da classe B, cargo este anteriormente denominado servente de 2ª classe da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco, para o qual fôra nomeado em 7 de abril de 1924.

Decretos de 27 de dezembro de 1937

O Presidente da República resolve:

Aposentar:

No interesse do serviço público, nos termos do art. 177 da Cons-
tituição Federal, os seguintes funcionários do quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas: Raimundo Saladino de Gusmão, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe M; José Fernandes Lima, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe M; José Pinto de Miranda Montenegro, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe L; Francisco Mangabeira Albernaz, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe K; João Antônio Rademacker Grunhewald, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe J; Alvaro Silva, no cargo de engenheiro (D.N.P.N. e D.S.B.F.) da classe I; Mário de Castro Lima, no cargo de oficial administrativo da classe K; Ernesto Frederico de Albuquerque Maranhão, no cargo de oficial administrativo da classe I; Armando Gercingia, no cargo de técnico de engenharia (D.N.P.N., D.A.C. e D.S.B.F.) da classe II (processo 25.406-37).

Augusto Santa Rosa da Silva Barbosa, no cargo da classe J, da
carreira de oficial administrativo, do quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.095-37.)

Amfilóquio Marques da Silva, no cargo da classe K, da carreira
de oficial administrativo, do quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.674-37.)

Aires Gonçalves de Queiroz, no cargo da classe J, da carreira de
condutor de trem, do quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.969-37.)

Laudelino Brandão, no cargo da classe I, da carreira de maqui-
nista da estrada de ferro, do quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.971-37.)

Jaime Rodrigues, no cargo da classe G, da carreira de carteiro, do
quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.462-37.)

José Edgar Sarzedas, no cargo da classe K, da carreira de oficial
administrativo, do quadro XIV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.655-37.)

Levydo Pinheiro Guimarães, no cargo da classe E, da carreira de carteiro, do quadro XVI, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.811-37.)

Pedro Fabrício de Barros, no cargo da classe K, da carreira de oficial administrativo, do quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos do art. 156, letra d, da Constituição Federal. (23.819-37.)

Raul Escórcio, no cargo da classe G, da carreira de carteiro, do quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.640-37.)

Casemiro Caetano da Cunha, no cargo da classe I, da carreira de telegrafista, do quadro III, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.476-37.)

José Marques da Silveira Calado, no cargo da classe J, da carreira de condutor de trem, do quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (24.772-37.)

Adelino de Vasconcelos, no cargo da classe H, da carreira de condutor de trem, do quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.975-37.)

Pedro Brandão dos Reis, no cargo da classe J, da carreira de mestre de eletricidade, do quadro II, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (23.973-37.)

Francisco Marques de Oliveira, no cargo da classe D, da carreira de ajudante de agente, do quadro XXXVIII, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (22.293-37.)

Januário Silva, no cargo da classe D, da carreira de guarda-fios, do quadro III, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (22.261-37.)

Ezéquias Quintino de Almeida, no cargo da classe F, da carreira de telegrafista, do quadro III, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (22.225-37.)

José Augusto Vieira, no cargo da classe C, da carreira de servente, do quadro XIV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (22.168-37.)

Leão Mendes Leão, no cargo da classe G, da carreira de carteiro, do quadro IV, do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos termos da legislação em vigor. (22.164-37.)

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO PUBLICO CIVIL

Correção da publicação da ata da 49ª sessão ordinária, em 9 de dezembro de 1937, feita no *Diário Oficial* n. 295, de 27 de dezembro de 1937:

Página 25.587, 2ª coluna:

19ª linha — onde se lê: "9 de outubro de 1937"; leia-se: "9 de dezembro de 1937";

32ª linha — onde se lê: "cedida a retificação de classificação de várias carreiras de ser procedida"; leia-se: "Conselheiro Matos apresentou uma indicação no sentido de ser procedida".

Página 25.588 — 2ª coluna:

17ª linha — onde se lê: "retificação dos reventes"; leia-se: "classificação dos serventes".

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria do Interior

Requerimentos despachados

ATOS DO SR. MINISTRO

Manuel de Jesus Borges, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Indeferido, à vista dos antecedentes criminais.

José Cabral de Melo, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Indeferido, à vista dos antecedentes criminais.

Armando Dias dos Santos, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Indeferido, à vista dos antecedentes criminais.

José da Silva Braga, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Indeferido, à vista dos antecedentes criminais.

ATOS DO SR. DIRETOR

Francisco Izquierdo Macias, Juan Rivera Alvarez, Francisco Bottaz, Jesuino Canelas, Abílio Ribeiro, Antônio São Bento, Armando Augusto e Antônio Soveral, residentes no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Juntam novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local e novos atestados de antecedentes.

Américo Gonçalves, Antônio José de Sousa, Paschoale Iamundo, Guilherme Cardoso da Silva, Hmniag Farsakian, Adolfo Pozo y Pozo, João da Costa Ovelha e José Maria Henriques, residentes no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Juntam novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local.

N. 4.888 — Manuel Gonçalves Pinto, residente no Estado do Rio-Grande do Sul, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local e atestado de antecedentes.

N. 4.885 — Júlio Martins do Monte, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da polícia e das justiças local e federal.

N. 4.874 — José Marçal, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Apresente novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local e atestado de antecedentes com individual datiloscópica, em duas vias.

N. 4.897 — Gabriel Martins Gomes, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Complete os selos dos documentos.

N. 4.436 — João dos Santos Malaquias Júnior, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da polícia e das justiças federal e local.

N. 6.629 — Heinz Wolfgang Kaamltzer, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Apresente os documentos do Instituto de Identificação, com o nome completo do requerente.

N. 4.486 — Bazan Jewminig, residente no Estado de São Paulo, solicitando restituição de documentos. — Restituam-se, mediante recibo, os documentos.

N. 6.536 — Eric Douglas Martin Geertz, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Sele convenientemente as individuais datiloscópicas.

N. 6.562 — Manuel Carneiro, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Prove, com documento hábil, maioridade legal.

N. 6.538 — Francisco Farace, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Sele convenientemente os documentos e junte novas folhas corridas.

N. 3.871 — Carl Adolf Hummel, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Junte novos documentos do Instituto de Identificação; reconheça a firma do requerimento e junte atestado policial do tempo de residência no Brasil.

N. 6.223 — Halm Joseph, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Prove meio de vida e junte atestado policial, declarando o tempo de residência no Brasil.

N. 6.011 — Adão Luís Carneiro, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Sele e inutilize convenientemente as estampilhas da petição e documentos apresentados.

N. 6.643 — Adriano Alves de Pina, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete o selo de um dos documentos apresentados.

N. 6.645 — Domingos Rodrigues, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete o selo de um dos documentos apresentados.

N. 2.600 — João Luís da Silva, residente nesta Capital, solicitando restituição de documentos. — Restituam-se, mediante recibo, os documentos que não se tornem mais necessários ao processo.

Kurt Schoneberg, José Joaquim Martins Catitas e José Ferreira, residentes nesta Capital, solicitando naturalização. — Juntam novos documentos do Instituto de Identificação.

N. 6.537 — Miguel Ule, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Sele convenientemente as individuais datiloscópicas.

N. 6.804 — Antônio Pinto, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Explique a divergência encontrada na citação do nome de sua progenitora e junte a certidão de casamento.

N. 6.584 — Custódio de Sousa Alvaralhão, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Esclareça a divergência encontrada na grafia de seu último nome.

N. 6.691 — Josef Erlich, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Faça reconhecer a firma do tradutor de um dos documentos.

N. 6.733 — Alexander Weyer, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Recenbeça a firma do tradutor de um dos documentos.

N. 6.639 — Inocêzio Antônio Fortes, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete o selo de um dos documentos.

N. 6.674 — Adelino Gonçalves Martins, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete o selo de um dos documentos.

N. 6.672 — Antônio José da Eira, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete o selo de um dos documentos.

N. 1.733 — Fritz Ehrhardt, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Solicite o título com o seu verdadeiro nome, apresentando os necessários documentos.

N. 7.337 — José Lopes, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Sele convenientemente o passaporte e o certificado consular.

N. 4.320 — Alfredo Josef Wolf, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Complete o selo no original da certidão de casamento.

N. 789 — Luis Francisco Vasques, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Cumpra a exigência feita por despacho de 21 de junho findo.

N. 5.916 — Antônio Jacinto, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes; declare estado civil, prole, profissão e residência.

N. 5.933 — Palmira Rodriguez de Santiago, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes; justifique a divergência na citação do nome de sua progenitora e declare a prole, si a houver, de legítimo consórcio.

N. 5.936 — José de Sousa Castro, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes e justifique as divergências da data do nascimento e do nome de sua progenitora.

N. 4.864 — João da Silva Ganança, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes, prova de nacionalidade de origem e maioridade legal, juntando a documentação com o seu nome.

N. 4.867 — João Leyser, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes com individual dactiloscópica e esclareça o motivo porque usa o nome de André Hans Leyser.

N. 807 — José dos Santos Lopes, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Cumpra as exigências feitas pelo despacho de 12 de março findo.

N. 6.318 — Francisco Acosta Castilho, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Apresente a tradução de documento junto em hhespanhol.

N. 5.917 — Antônio Mena Gimenez, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Ressalve a rasura feita na tradução da certidão de batismo.

N. 5.929 — Domingos Francisco Spadaro Cropanise, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Da prova da transcrição do imóvel não consta o nome com o qual requer e se encontra nos demais documentos.

N. 4.865 — Jacob Abuhab, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes com individual dactiloscópica; prove com documento hábil a nacionalidade de origem.

N. 4.866 — Carlos Alfredo Brander, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas e atestado de antecedentes com individual dactiloscópica e esclareça o motivo pelo qual usa dois nomes.

Diretoria de Contabilidade

Expediente dos dias 11, 13 e 14 de dezembro de 1937

Dia 11

Segunda Secção

ATOS DO SR. MINISTRO

Avisos:

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 619 — Solicitou-se o pagamento, no Tesouro Nacional, à Standard Oil Company of Brasil, da importância total de 36.900\$000, proveniente do aluguel das salas ocupadas pelo Departamento Nacional da Propaganda, nos meses de janeiro a junho do corrente ano.

Dia 13

Segunda Secção

ATOS DO SR. MINISTRO

Avisos:

Ao diretor do Domínio da União:

N. 12 — Solicitou-se a cessão a este ministério do prédio onde funciona presentemente o Departamento Nacional de Indústria e Comércio, à avenida Presidente Wilson, logo que se verifique a mudança daquela dependência para o Palácio do Ministério do Trabalho, ora em construção na Esplanada do Castelo.

— Ao ministro da Fazenda:

N. 626 — Solicitou-se o pagamento, no Tesouro Nacional, à Internacional Business Machines Co. of Delaware, da importância de 6:80\$000, proveniente do aluguel de máquinas "Hollenth", que funcionam na Diretoria de Estatística Geral, no período de 1 de julho a 30 de setembro do corrente ano.

Dia 14

Segunda Secção

ATOS DO SR. MINISTRO

Avisos:

Ao presidente do Instituto Central de Arquitetos, presidente da Associação de Imprensa e presidente do Club de Engenharia:

Sem número, n. 3 e n. 2 — Solicitou-se a designação de um representante que deverá fazer parte da Comissão Julgadora do concurso do ante-projeto para o novo edificio da Imprensa Nacional.

— Ao engenheiro-chefe do Escritório de Obras deste ministério:
N. 85 — Declarou-se autorizada a transferência, para o dia 15 de janeiro vindouro, da data em que deverão ser entregues os ante-projetos elaborados pelos concorrentes, para construção do novo edificio da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação e Saúde

Diretoria de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimentos despachados

Dia 28 de dezembro de 1937

Santa Casa de Misericórdia, de Lima Duarte (Minas Gerais) requerendo auxílio para o segundo semestre deste ano. — Prejudicado o pedido, por ter entrado fora do prazo (S. E. 34.679/37.)

Santa Casa de Misericórdia, de Gramma (São Paulo), requerendo auxílio para o segundo semestre do corrente ano. — Indeferido. A instituição não tem ainda dois anos de existência legal. (S. E. 31.828 de 1937.)

Sociedade Bagense de Auxílio aos Necessitados, de Bagé (Rio Grande do Sul), requerendo auxílio para o semestre corrente. — Indeferido. A instituição não tem ainda dois anos de existência legal. (S. E. 29.615/37.)

Hospital Evangélico, do Distrito Federal, requerendo auxílio para o corrente ano. — Complete a habilitação. (S. E. 6.964/37.)

Associação de São Vicente de Paulo, de Vila Americana (São Paulo), pedindo auxílio para o corrente ano. — Indeferido. (S. E. 2.824/37.)

Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, do Distrito Federal, solicitando um auxílio para o Natal do Pequeno Ruralista. — Não existindo verba orçamentária, o pedido deixa de ser satisfeito. (S. E. 30.868/37.)

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE GABINETE

Santa Casa de Misericórdia, de Belém (Pará), requerendo auxílio por meio de quotas lotéricas. — Arquite-se. (S. E. 35.633/37.)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DE CONTABILIDADE

Hospital de Caridade Brasileira Terra, de Tupacretan (R. G. de Sul), requerendo auxílio para o corrente ano. — Habilite-se no próximo exercício, na forma da lei. (S. E. 36.866/37.)

Santa Casa de Misericórdia, de Serro (Minas Gerais), pedindo auxílio para o segundo semestre do corrente ano. — Complete a habilitação na forma da lei. (S. E. 29.666/37.)

Orfanato Nossa Senhora das Dores, de Itabira (Minas Gerais), requerendo auxílio para o corrente ano e apresentando as prestações de contas dos auxílios concedidos para os segundos semestres de 1934 e 1936. — Complete a habilitação e legalize os demais documentos. (S. E. 2.601/37.)

Ordem Terceira de São Francisco, de São Luís de Cáceres (Mato Grosso), pedindo pagamento do auxílio concedido para o segundo se-

meio de 1935. — Requeira o pagamento por exercício encerrado. (S. E. 27.220/37.)

Grêmio Espírita de Beneficência, de Barra do Piraí (Rio de Janeiro), pedindo pagamento por exercício encerrado do auxílio concedido para o exercício próximo passado. — O pagamento já foi providenciado pelo aviso n. 2.680, de 9 de setembro último. (S. E. 3.341/37.)

Sociedade Anônima Teatro Brasileiro, do Distrito Federal, pedindo pagamento de auxílio concedido na importação de 150 contos de réis. — O pagamento já foi providenciado pelo aviso n. 4.052, de 8 de setembro. (S. E. 33.850/37.)

Divisão do Ensino Secundário

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 27 de dezembro de 1937

N. 17.185/37 — Náo Lopes de Almeida, pedindo segunda via de certificado. — Deferido.

N. 3.315/37 — Oscar Daniel de Deus, requerendo matrícula para seu filho Darcil Daniel de Deus. — Efetivou-se a matrícula.

Sem número — Emília de Alencar Pinto, pedindo traslado de certidão de idade. — Deferido.

N. 32.850/37 — Rubin Rosental, requerendo retificação de nome de seu filho Israel Rosental. — Deferido. Faça-se a retificação.

N. 36.489/37 — Ricardo Hugo Fwersen, requerendo 2ª via de certificado. — Declare o colégio e a época em que prestou os exames.

N. 30.824/37 — Halmalo Farcisio Pereira Cardoso, requerendo segunda via. — Deferido.

N. 27.140/37 — Lenio de Azevedo Machado e Nobel Gavezzoni Silva, pedindo dispensa de faltas. — Indeferido, por falta de apoio na legislação vigente.

N. P-89 — Diel Magalhães, solicitando retificação de nome. — Deferido.

Divisão do Ensino Industrial

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 18 de dezembro de 1937

N. 31.418/37 — Henrique da Silva Pinto, diretor e proprietário da Escola para Chauffeurs, pedindo seja reconhecida a validade dos diplomas expedidos pela referida Escola. — Despacho: A lei não regula a matéria.

Divisão do Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Dia 27 de dezembro de 1937

D. E. C. 1.164-34 — Clodomiro José da Rocha. — De acordo. Recebidos:

S. G. 37.298-37 — D. E. C. 3.785-37 — Dr. Urias Pinto Alves — Relatório, mês de novembro — Externato Ofélia Fonseca, S. Paulo.
S. G. 37.300-37 — D. E. C. 3.782-37 — Dr. Urias Pinto Alves — Relatório, mês de novembro — Academia Comercial de Santana, S. Paulo.

S. G. 37.307-37 — D. E. C. 3.781-37 — Fiscal, Bolivar Escher — Relatório, meses de julho, agosto, setembro e outubro — Instituto Comercial de Rio Claro, Estado de S. Paulo.

S. G. 37.315-37 — D. E. C. 3.784-37 — Fiscal, Teófilo Terra Lopes — Relatório, mês de novembro — Instituto Comercial Roque Gonzalez, Cachoeira — Estado do Rio Grande do Sul.

S. G. 37.305-37 — D. E. C. 3.786-37 — Fiscal Otávio de Almeida Barbosa — Relatório, mês de novembro — Faculdade de Comércio de Minas Gerais.

D. E. C. 3.690-37 — Fiscal Nestor Vitor, dos Santos Filho — Relatório, mês de novembro — Instituto La-Fayette Departamento Feminino, Distrito Federal.

S. G. 36.786-37 — D. E. C. 3.820-37 — Fiscal Plínio Ribeiro Cardoso — Relatório, mês de novembro — Escola Técnica de Comércio, S. Paulo.

D. E. C. 3.538-37 — Dr. Aristóteles Poch — Relatório, mês de novembro — Escola Técnico-Comercial, Distrito Federal.

D. E. C. 3.537-37 — Dr. Aristóteles Poch — Relatório, mês de novembro — Academia de Comércio do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

S. G. 37.309-37 — D. E. C. 3.789-37 — Fiscal Cornélio Neves — Relatório, mês de novembro — Escola de Com. Antônio Rodrigues Alves, Estado de S. Paulo.

S. G. 37.142-37 — Fiscal Severino Medina de Morávio — Relatório, mês de novembro — Instituto Comercial de Manhuassú, Estado de Minas Gerais.

S. G. 37.306-37 — D. E. C. 3.787-37 — Fiscal, Alvaro Ernesto de Araujo — Relatório, mês de novembro — Escola de Comércio Doze de Outubro, S. Paulo.

S. G. 37.763-37 — D. E. C. 3.978-37 — Fiscal Homero de Barros — Relatório, mês de novembro — Faculdade de Comércio do Paraná da Escola Remington, Curitiba, Estado do Paraná.

S. G. 36.656-37 — D. E. C. 3.348-37 — Fiscal Miguel Andrade Neves Meireles — Relatório, mês de setembro — Colégio Pontoura Ilha, Santa Maria, Estado do R. G. do Sul.

S. G. 37.120-37 — D. E. C. 3.655-37 — Fiscal Paulo Ferreira Campanhã — Relatório, Liceu Acadêmico S. Paulo, S. Paulo.

S. G. 37.129-37 — D. E. C. 3.929-37 — Fiscal Gastão Novais — Provas parciais — Escola Comercial Paulista, S. Paulo.

S. G. 36.655-37 — D. E. C. 3.366-37 — Fiscal Alvaro Ernesto de Araujo — Relatório, mês de setembro — Escola de Comércio Doze de outubro, S. Paulo.

D. E. C. 3.974-37 — Fiscal José Manhães — Relatório, mês de novembro — Ginásio Leopoldo de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

S. G. 37.728-37 — D. E. C. 3.976-37 — Fiscal Massanielo Lopes Cangado — Relatório, mês de novembro — Liceu Imaculada Conceição de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

S. G. 36.479-37 — D. E. C. 3.766-37 — Fiscal Vitor Kurudz — Relatório, mês de outubro — Colégio Aurora, Caçador, Estado de Santa Catarina.

S. G. 37.732-37 — D. E. C. 3.977-37 — Fiscal, Alfredo Martins — Relatório, meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, Colégio Salesiano Santa Tereza de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

S. G. 34.460-37 — D. E. C. 3.126-37 — Fiscal, Araken de Azevedo Coutinho — Relatório, mês de novembro — Escola Comercial Modelo, Colégio N. S. da Misericórdia, Distrito Federal.

S. G. 36.115-37 — D. E. C. 3.765-37 — Fiscal, João H. Biondi — Relatório, mês de outubro — Instituto Comercial São Jacob, Hamburgo Velho, Estado do Rio Grande do Sul.

S. G. 36.431-37 — D. E. C. 3.748-37 — Fiscal, José Salvador Sobrinho — Relatório, mês de outubro — Colégio N. S. das Dores, Bezerros, Estado de Pernambuco.

S. G. 36.659-37 — D. E. C. 3.386-37 — Fiscal, Platão de Andrade — Relatório, mês de setembro — Faculdade de Comércio "Clemente Ferraz", S. Paulo.

S. G. 37.254-37 — D. E. C. 3.683-37 — Fiscal, João Teixeira de Carvalho Filho — Relatório, mês de novembro — Instituto A. C. M., Distrito Federal.

S. G. 36.764-37 — D. E. C. 3.925-37 — Fiscal, Avelino Pires de Oliveira — Relatório, Instituto Comercial S. Simão, Estado de S. Paulo.

S. G. 38.117-37 — D. E. C. 3.991-37 — Fiscal, José Barreto Viana — Relatório, mês de novembro — Instituto Comercial Santo Antônio, Garibaldi — Estado do R. G. do Sul.

S. G. 38.149-37 — D. E. C. 3.992-37 — Fiscal, Agostinho Mariano de Oliveira — Relatório, mês de novembro — Escola de Comércio Professor Botelho Reis, Leopoldina, Estado de Minas Gerais.

S. G. 37.122-37 — D. E. C. 3.982-37 — Fiscal, Oscar Spilborghs — Relatório, mês de novembro — Escola de Comércio Tiradentes, S. Paulo.

S. G. 37.388-37 — D. E. C. 3.656-37 — Fiscal, Euclides Nunes Seabra — Relatório, mês de novembro — Ginásio Santa Cruz, Distrito Federal.

S. G. 38.210-37 — D. E. C. 3.722-37 — Fiscal, Valentina Brandão Silva — Relatório, mês de dezembro — Liceu Comercial Feminino, Santos, Estado S. Paulo.

S. G. 38.211-37 — D. E. C. 3.721-37 — Fiscal, Valentina Brandão Silva — Relatório, mês de dezembro — Escola de Comércio S. José, Santos, Estado de S. Paulo.

S. G. 38.008-37 — D. E. C. 3.723-37 — Dr. José de Alencar Almeida — Relatório, mês de novembro — Faculdade de Ciências Econômicas, Distrito Federal.

S. G. 36.636-37 — D. E. C. 3.381-37 — Fiscal, José Viana Marques — Relatório, mês de novembro — Colégio Santos Anjos, Escola Prática de Comércio Avelfred e Academia Comercial Santa Tereza de Jesus, Distrito Federal.

Ofícios:

N. 6.209 — Diretor da Escola Normal de Comércio.

N. 6.210 — Dr. Mário de Brito, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação.

Departamento Nacional de Saúde

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 27 de dezembro de 1937

A requerimento de Izidro Pinto, funcionário da Inspeção de Saúde do Porto de Santos, pedindo transferência para outra repartição. — Aguarde oportunidade.

Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal

CENTRO DE SAÚDE N. 6

Expediente do dia 28 de dezembro de 1937

Requerimentos despachados

- N. 3.095 — Chico H. Abdelnur. — Concedo o novo prazo pedido, de 90 dias.
 N. 5.042 — Nicolau Freire Rodrigues. — Concedo os 90 dias.
 N. 5.141 — Clementina Tavares. — Concedo 30 dias de prazo.
 N. 5.205 — José Manuel Marques. — Concedo o prazo de 90 dias.
 N. 5.218 — Cândido Gomes Ramodinhas. — Concedo o prazo de 90 dias.

Dia 29

- N. 5.214 — Tibúrcio V. de Carvalho Lima. — Concedo 90 dias.
 N. 5.221 — Manoelito Souza Ferreira Martins. — Concedo os 45 dias, não podendo porém habitar o prédio.
 N. 5.131 — Luís Dias Martins. — Concedo 90 dias.
 N. 5.254 — João Leão Braga. — Satisfaz as exigências da informação do Sr. Dr. engenheiro.
 N. 5.265 — José Augusto Ferreira. — Indeferido.

Ministério da Fazenda

Diretoria do Expediente e do Pessoal do Tesouro Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO EXPEDIENTE E DO PESSOAL

Dia 23 de dezembro de 1937

Ofício:

Ao Sr. presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil:

N. 123 — Remetendo, de conformidade com o despacho do Sr. secretário chefe do gabinete do ministro da Fazenda, o processo em que o pagador do Tesouro Nacional, pleiteia a criação de mais dois cargos de ajudantes de pagador.

Dia 28

Ofícios:

Ao Dr. Benedito da Costa, procurador geral da Fazenda Pública:

N. 598 — Comunicando haver o Sr. ministro resolvido mandar averbar nos assentamentos funcionais do referido Dr. procurador geral o seu agradecimento pela dedicação, proficiência e esforço demonstrados no desempenho da comissão especial junto à Caixa Econômica do Rio de Janeiro.

Idênticos ofícios foram dirigidos ao Sr. contador geral da República, relativamente aos contabilistas das classes K e J, Artur Guedes Filho e Percilio de Carvalho, e, bem assim, ao Dr. Tobias Rios Filho, delegado fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que também desempenhou a aludida comissão.

— Ao Sr. delegado fiscal em Minas Gerais:

N. 352 — Comunicando que o Sr. ministro, de acordo com o parecer da Comissão de Eficiência, resolveu indeferir o requerimento em que o servente da mesma delegacia José Ambrósio Junior, pede o seu aproveitamento no cargo de cartório da referida repartição.

Contadoria Central da República

Expediente de 24 de dezembro de 1937

Ofícios:

Ao senhor diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 3.269 — Transmitindo cópia do ofício n. 23.405, de 16 do corrente, do Tribunal de Contas, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 94.115-37, relativo ao registro do crédito suplementar de 800.000\$, à sub-consignação n. 19, do anexo n. 12 da lei orçamentária vigente, aberto pelo decreto lei n. 32, de 1 do referido mês, ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

N. 3.271 — Transmitindo cópia do ofício n. 23.420, de 16 do corrente, do Tribunal de Contas, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 94.119-37, relativo ao registro e à respectiva distribuição à Diretoria de Fazenda do Ministério da Marinha, do crédito especial de réis 2.000.000\$000, aberto pelo decreto lei n. 46, de 7 do referido mês, ao aludido Ministério.

— Ao senhor diretor da Despesa Pública:

N. 3.268 — Idêntico ao de n. 3.269.

N. 3.270 — Idêntico ao de n. 3.271.

— Ao senhor contador seccional no Ministério da Educação e Saúde:

N. 3.267 — Remetendo processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 37.733 de 1937 ao qual se acha junta por linha o de número 66.254-37 relativos à comprovação de adiantamento.

Expediente de 27 de dezembro de 1937

Ofícios:

Ao senhor diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 3.273 — Transmitindo cópia do ofício n. 23.406, de 16 do corrente mês do Tribunal de Contas, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 94.117-37, relativo ao registro do crédito suplementar de réis 5.000.000\$000, à verba 19ª — Subvenções, — Sub-consignação n. 1, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde, aberto pelo decreto lei n. 34, de 1 do referido mês, ao aludido Ministério.

N. 3.276 — Transmitindo cópia do ofício n. 23.419, de 16 do corrente mês, do Tribunal de Contas, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 94.123-37, relativo ao registro do crédito extraordinário de 3.000.000\$000, aberto pelo decreto n. 2.110, de 8 de novembro último, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para auxílio ao Governo de Alagoas.

— Ao senhor diretor da Despesa Pública:

N. 3.272 — Idêntico ao de n. 3.273.

N. 3.274 — Comunicando que o contabilista J, do quadro I, deste Ministério, Humberto J. J. Sportelli, continua à disposição do gabinete do senhor ministro da Fazenda, durante o mês de dezembro corrente.

N. 3.275 — Idêntico ao de n. 3.276.

— Ao senhor diretor regional dos Correios e Telégrafos em João Pessoa:

N. 3.277 — Agradecendo a designação do auxiliar contratado daquela Diretoria, Manuel Paulino de Oliveira, para exercer na Seccional junto a mesma, as funções de continuo.

— Ao senhor contador seccional no Departamento dos Correios e Telégrafos:

N. 3.279 — Remetendo relação dos "Depósitos Anteriores ao decreto n. 20.393", transferidos pela Contadoria Seccional na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Diamantina.

N. 3.280 — Remetendo relação dos "Depósitos Anteriores ao decreto n. 20.393", transferidos pela Contadoria Seccional na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Ribeirão Preto.

— Ao senhor chefe da Contadoria Seccional na Estrada de Ferro Goiás:

N. 3.278 — Respondendo ofício n. 274, relativo ao cumprimento do que determina a circular n. 290 de setembro último, desta Contadoria, declara que, na correspondência telegráfica deve ser suprimida a expressão — respeitosa saudações, bem como qualquer outra que não se prenda ao assunto tratado.

Procuradoria Geral da Fazenda Pública

Expediente de 24 de dezembro de 1937

Ao Sr. diretor da Imprensa Nacional:

N. 1.446 — Afim de ser publicado no "Diário Oficial", remeto, em cópia, autenticada, o contrato para exploração do serviço da Loteria Federal, assinado nesta Procuradoria, por Domingos Demarchi, conforme o processo fichado no Tesouro Nacional, sob n. 76.474, de 1937.

— Ao Sr. fiscal geral das Loterias — Distrito Federal:

N. 1.447 — Remete, em cópia autenticada, o contrato assinado nesta Procuradoria para a exploração do serviço da Loteria Federal, por Domingos Demarchi, o contratante, conforme o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 76.474, de 1937.

Dia 27

Ao Sr. Dr. 3º procurador da República:

N. 1.448 — Remete, para cobrança executiva, uma certidão do imposto de indústrias e profissões do exercício de 1934, sob número 6.490, série G. T., na importância de setecentos e quarenta e oito mil réis (748\$8000).

N. 1.449 — Remete tres certidões do imposto de indústrias e profissões do exercício de 1934, sob n. 2.694, 4.137 e 6.062, série G. T., na importância total de um conto setecentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos réis (1:755\$600).

N. 1.450 — Remete, para cobrança executiva, duas certidões de dívida do imposto de renda, dos exercícios de 1933 e 1934, de números 5.732 e 5.736, da série I, no total de mil novecentos e trinta e um contos cento e cinquenta e um mil e setecentos réis (1.931:151\$700), em nome da The Leopoldina Railway Company Limited, acompanhadas de cópia do termo de fiança.

N. 1.451 — Remete, para cobrança executiva, doze certidões de dívida do imposto de renda, dos exercícios de 1934 a 1935, de números 5.724 a 5.731, 5.733 a 5.735 e 5.737, da série I, no total de cinquenta e seis contos novecentos e cinco mil e oitocentos réis (56:905\$800).

— Ao Sr. diretor do Imposto de Renda:

N. 1.452 — Comunica haver remetido ao Sr. Dr. 3º procurador da República, para cobrança executiva, quatorze certidões de dívida, dos exercícios de 1931 a 1935, ns. 5.724 a 5.737, da série I, no total de mil novecentos e oitenta e oito contos e cinquenta e sete mil e quinhentos réis (1.988.057\$500), referidas em ofício de n. 627 datado de 16 de dezembro corrente.

Diretoria das Rendas Internas

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 29 de dezembro de 1937

Ao Sr. presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool:

N. 2.249 — Comunicando, para os devidos fins, que a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais, consoante telegrama n. 308, de 3 do corrente, notificou a esta Diretoria que em 1 deste mês, regularizou, de conformidade com a orde mn. 563, de 22 de novembro último, desta mesma Diretoria, a situação dos depósitos escriturados em favor desse Instituto, tendo creditado na conta "Instituto de Açúcar e do Alcool" a quantia de 16:929\$500.

— Ao Sr. presidente do Tribunal de Contas:

N. 2.250 — Solicitando providências no sentido de que seja restituído, a esta Diretoria, o processo n. 37.074, de 1937, de interesse da Seomore Warjo do Brasil S.A., encaminhando a esse Tribunal com o ofício n. 213, de 4 de agosto findo, desta mesma Diretoria.

— Ao Sr. presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários:

N. 2.251 — Respondendo o ofício n. 3-340, de 17 do fluente, informa que a "Imobiliária Higienópolis S.A." não está, por este Ministério, autorizada a praticar operações bancárias.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura:

N. 2.252 — Transmittindo o processo, fichado sob n. 91.541, de 1937, em que Raul Fernandes de Oliveira pede autorização para comprar pedras preciosas, solicita audiência a respeito.

— Ao Sr. diretor do Departamento Nacional do Trabalho:

N. 2.253 — Com os esclarecimentos prestados pela 2ª Sub-Diretoria, desta Diretoria, restitue o processo que acompanhou o vosso ofício n. 724, de 15 do fluente, de interesse da Agência Financeira de Portugal.

FISCALIZAÇÃO BANCARIA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Processos despachados

Dia 23 de dezembro de 1937

N. 71.621-37 — Banco de Lagoa Dourada, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada transformada em sociedade anônima com a denominação de "Companhia Comércio e Indústria de Lagoa Dourada", pedindo autorização para funcionar, nos termos do decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921, com uma seção bancária, pelo prazo de 20 anos, com o capital de 30:000\$000. — De acordo com o parecer, deferido. Expeça-se a carta-patente de autorização.

Diretoria do Domínio da União

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 23 de dezembro de 1937

Offícios

Ao diretor geral da Fazenda Nacional:

N. 554 — Transmittindo cópia de telegrama, do delegado fiscal do Tesouro em Mato Grosso e pedindo providências a respeito.

Dia 24

Ao delegado fiscal do Emplacamento:

N. 1.178 — Solicitando seja fornecido número e feito o respectivo emplacamento do caminhão da marca Ford, 85 H. P., motor n. 18-3-784.496, adquirido para serviço desta Diretoria.

Ao sub-diretor da Quarta sub-diretoria da Prefeitura do Distrito Federal:

N. 1.179 — Solicitando informações sobre o ato que autorizou a cessão do terreno à Nação Francesa para a construção do imóvel Petit Trianon, sede da Academia de Letras.

Ao diretor geral da Secretaria de Estado do Ministério da Justiça:

N. 1.180 — Solicitando informações sobre o ato que autorizou a cessão do terreno à Nação Francesa para a construção do imóvel Petit Trianon, sede da Academia de Letras.

Dia 27

Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Alagoas:

N. 33 — Reiterando os termos do ofício n. 32, de 12-XI-37.

Ao delegado fiscal no Estado da Paraíba:

N. 58 — Comunicando não ser possível a devolução do processo n. 53.482-24, anexado ao de n. 91.757-35.

Ao delegado fiscal no Estado do Ceará:

N. 80 — Solicitando a devolução do processo n. 18.888-37.

Ao delegado fiscal no Estado do Pará:

N. 87 — Reiterando os termos do ofício n. 76, de 27-X-37.

Ao delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo:

N. 129 — Reiterando os termos do ofício n. 120, de 3-XI-37.

Ao delegado fiscal no Estado do Rio de Janeiro:

N. 191 — Reiterando os termos do ofício n. 182, de 12-XI-37.

Ao diretor da Secretaria do Tribunal de Contas:

N. 558 — Solicitando a devolução do processo n. 63.470-27.

Dia 28

Ao diretor geral da Secretaria de Estado do Ministério da Justiça:

N. 1.183 — Solicitando cópias das plantas que se acham anexas ao "Parecer sobre a questão de limites entre os Estados do Maranhão e Piauí".

Ao diretor de Saneamento da Baixada Fluminense:

N. 1.185 — Remetendo o processo n. 55.650-37.

EXPEDIENTE DO SR. ADMINISTRADOR

Dia 29 de dezembro de 1937

Pelo presente, fica convidado o Sr. José João Martins Carneiro, roreiro do lote 190 A, da quadra 8, na Urca, no prazo de 8 (oito) dias, a requerer os favores da circular n. 14, de 13-4-922, afim de pagar os fóros atrasados, sob pena de ser providenciada a ação judicial competente. (Proc. 2.022-34-37).

Requerimento de Tereza de Jesus e Almeida, proprietária do lote de terreno n. 68, quarteirão 4, na Urca, pedindo para pagar os fóros em atraso. — Apresente a carta de aforamento. (Processo 34.372-33).

Requerimento de Augusto Moniz, pedindo para pagar taxa de ocupação de terrenos no lugar "Aracatiba e Figueira" na Estrada da Barra de Guaratiba. — Apresente prova de propriedade das benfeitorias. (Proc. 32.2170-37).

DESPACHO DO SR. DIRETOR

Requerimento de Noêmia de Melo Lins, auxiliar de escrita da classe E, pedindo férias regulamentares. — Deferido.

Proposta do Estabelecimento Industrial de Alberto Russo, referente ao elevador Radium, para o Gabinete do Sr. ministro da Fazenda — Sele os documentos de fls. 2 a 5. (Proc. 47.206-36).

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 29 de dezembro de 1937

Precatórios despachados

N. 44.923-937 — Juízo da Primeira Pretoria Criminal entrega de 300\$000 (trezentos mil réis) a favor de Ernani Corrêa. — Cumpra-se.

N. 44.922-937 — Juízo da Primeira Pretoria Criminal entrega de 300\$000 (trezentos mil réis) a favor de Ernani Corrêa. — Idem.

N. 45.061-937 — Juízo da Segunda Pretoria Criminal entrega de 300\$000 (trezentos mil réis) a favor de Ernani Corrêa. — Idem.

Requerimentos

N. 40.895-937 — José Giodano. — De-se baixa no lançamento pela rua General Severiano n. 94, no corrente exercício de 1937.

N. 35.342-937 — Aurélio Noce. — Indeferido. Mantenha-se o valor locativo de 18:000\$000, no lançamento para o corrente exercício de 1937.

N. 44.869-937 — Augusto Fernandes Arêas. — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação correspondente ao sêlo devido. Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Pública, para a inscrição da dívida.

N. 44.871-937 — Maria Santos. — Idem.

N. 44.872-937 — Hospital Evangélico. — Idem.

N. 44.874-937 — E. A. Ferreira. — Idem.

N. 44.873-937 — De: Nero Barbière. — Idem.

N. 45.091-937 — A. M. Cotten. — Idem.

N. 45.092-937 — Sansan Wolkeha. — Idem.

N. 45.090-937 — Políndustria S. A. — Idem.

N. 45.089-937 — Carlos Pereira Figueiredo. — Idem.

- N. 45.088-937 — Carlos H. Ninbuth. — Idem.
 N. 45.087-937 — Mesquita Oliveira Castro Ltda. — Idem.
 N. 42.386-937 — A. P. Oliveira & Cia. — De acordo com a informação e o parecer, deferido.
 N. 44.031-937 — José da Rocha Borges, e outro. — Idem.
 N. 43.675-937 — Banco Francês e Italiano. — De acordo com a informação e o parecer, imponho ao requerente a multa de 50\$000 de conformidade com o art. 70 do vigente regulamento.
 N. 43.805-937 — Cia. Fly Fox do Brasil S. A. — O requerente deve apresentar documento de que conste o valor realmente atribuído à cessão feita.

Auto n. 293-1937 — Miguel Jonas & Irmão. — Provada como se acha, a infração capitulada na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 4/5 e imponho a Miguel Jonas & Irmão, a multa de 200\$000, mínimo do art. 64, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 996-1937 — Antônio Luciano Pugliese. — A vista do que consta deste processo, que correu à revelia, conforme termo lavrado à fls. 5, julgo procedente o auto de fls. 3 e imponho a Antônio Luciano Pugliese, a multa de 100\$000, máximo do art. 111, § 12, "c", combinado com o art. 222, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.730-1937 — Diogo Mendonça. — A vista do que tudo consta deste processo e de acordo com a informação prestada pelo autuante, julgo improcedente o auto de fls. 4/5, e determino o arquivamento do mesmo, depois de feitas as necessárias anotações.

A Terceira Sub-Diretoria, para os devidos fins.

Auto n. 1.777-1937 — M. Aristão Jaccoud. — Provada como se acha, a infração que motivou a instauração deste processo, julgo procedente o auto de fls. 4/5 e imponho a M. Aristão Jaccoud, a multa de 50\$000, mínimo do art. 111, § 1º, "a", do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.823-1937 — P. Visentin. — Provada como se acha, a infração descrita na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 3/4 e imponho a P. Visentin, a multa de 50\$000, mínimo do art. 111, § 1º, "a", do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Auto n. 2.398-1937 — Domingos Fernandes — Provada e confessada como se acha, a infração que motivou a instauração deste processo, julgo procedente o auto de fls. 3 e imponho a Domingos Fernandes, a multa de 600\$000, mínimo do art. 53 do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 2.452-1937 — Panificação Odeon Limitada — Provada e confessada como se acha, a infração descrita na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 4 e imponho a Panificação Odeon Limitada, a multa de 600\$000, mínimo do art. 53 do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 27 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 2.646-1937 — Joaquim da Silva & Rocha — A vista do que consta deste processo, estando provadas as infrações nele arguidas, julgo procedente o auto de fls. 3 e imponho a Joaquim da Silva & Rocha, a multa de 200\$000, mínimo dos arts. 72 e 84 do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Requerimentos

- N. 44.588 — Ladeira Marques. — Proceda-se à inscrição nos termos do parecer. Imponho a multa de 100\$000, mínimo da lei.
 N. 44.589 — C. Seabra Veloso. — Idem.
 N. 42.840 — Mirsilio Gasparri. — Idem.
 N. 42.839 — Vicente Silva. — Idem.
 N. 44.593 — Domingos Saboia. — Idem.
 N. 44.592 — J. Luís Peixoto. — Idem.
 N. 44.591 — Alcides Martins. — Idem.
 N. 44.590 — A. de Lima Couto. — Idem.
 N. 34.573 — Rufino Pita. — Autorizo as transferências propostas. Imponho a firma Pita & Abreu a multa de 125\$000, médio da lei.
 N. 3.777 — Joaquim de Castro Bessa. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, pela forma proposta em a informação do Sr. João Borges Lagos, dando-se baixa "ex-officio" no lançamento existente em nome de Soledade de Jesus Rodrigues a quem imponho a multa de réis 125\$000, médio da lei.
 N. 42.314 — J. N. de Matos. — Proceda-se a inscrição nos termos da informação supra. Imponho a J. N. de Matos a multa de 100\$000, mínimo da lei.
 N. 37.059 — David da Cruz & Cia. — Faça-se a transferência "ex-officio" para o nome da firma Pereira Martins & Vieira, a qual imponho a multa de 125\$000, médio da lei.
 N. 40.905 — Comp. Petropolitana. — Averbese a baixa solicitada de acordo com a informação e parecer.
 N. 37.512 — Alexis Arab & Cia. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000, mínimo da lei.
 N. 28.871 — José Viniskofski. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000, mínimo da lei e mais a de 20% sobre os emolumentos de registro.
 N. 37.868 — Costa Souza & Simões Ltd. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000, mínimo da lei e mais a de 15% sobre os emolumentos de registro, de acordo com o art. 219 § 1º do registro 17.464 de 6 de outubro de 1926.
 N. 19.394 — Antônio Herminio dos Santos — Em face da informação do Sr. Lagos, de 13 de dezembro corrente, mantenho o despacho de fls. 2, proferido em data de 19 de dezembro de 1934.
 N. 40.568 — B. Marques Feigas. — Faça-se a transferência, de acordo com a informação e parecer. Imponho a B. Marques Feigas a multa de 50\$000, mínimo da lei.

- N. 33.524 — Augusto Alessio. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, de acordo com a informação do Sr. lançador.
 N. 24.624 — Paulino Izurriaga Senosiain. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, de acordo com a informação do Sr. lançador.
 N. 22.837 — J. S. Morais. — Deferido.
 N. 17.954 — Humberto Carlos Masson. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, de acordo com a informação do Sr. lançador.
 N. 17.547 — Eduardo Zaidar. — Proceda-se pela forma proposta na última parte da informação de 25 de maio do corrente ano.
 N. 12.127 — Olga Mimesse. — Inscreva-se a coleta de fls. 2, de acordo com a informação do Sr. lançador.
 N. 41.062 — Salomão Zucker & Cia. — Concedo o prazo improrrogável de 15 dias para a apresentação do documento exigido.
 N. 37.257 — Irmãos Lopes da Costa & Cia. — Faça-se a transferência "ex-officio" para o nome de Irmãos Lopes da Costa & Cia. a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei.
 N. 5.879 — José Alberto Pimentel — Façam as transferências propostas. Imponho a Germano Pinheiro de Miranda, a multa de 125\$000, médio da lei.

Certidões

- N. 44.706 — Henrique Lanés. — Certifique-se o que constar.
 N. 45.021 — Samuel Cvaigman. — Idem.
 N. 45.028 — W. Krebs. — Idem.
 N. 44.639 — Schilling Killier & Cia. Ltd. — Idem.
 N. 44.499 — Pedro de Menezes. — Idem.
 N. 41.748 — Fernandes Moreira & Cia. — Idem.
 N. 41.906 — Metal Ring. — Idem.
 N. 38.869 — Mayer Cynamon. — Certifique-se.
 N. 45.025 — Virgílio Antonino de Andrade. — Certifique-se o que constar.
 N. 45.066 — Comp. Comercial Marítima. — Esclareça o signatário a qualidade em que requer.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 29 de dezembro de 1937

Offícios expedidos:

- N. 383 — Sr. diretor da Recebedoria do Distrito Federal — Reiterando offícios solicitando informações.
 Ns. 285/286 — Sr. diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil — Solicitando informações.

N. 649 — Sr. diretor das Rendas Internas — Transmitindo relatório e notificação em que é interessado — M. Faria, e apresentando esclarecimentos.

N. 1.012 — Sr. diretor geral do pessoal da Armada — Solicitando informações.

N. 1.013 — Sr. diretor do Departamento do Pessoal do Exército — Idem.

N. 1.014/015 — Sr. diretor regional dos Correios e Telégrafos — Solicitando a devolução dos recibos "A. R.", referentes a registros dirigidos aos Srs. Mário Vieira Cortez e João Alfredo de Melo.

N. 1.016 — Sr. diretor de Contabilidade do Ministério da Marinha — Solicitando informações.

N. 2.344 — Sr. chefe da Seção do Rio Grande do Sul — Recomendando a devolução de uma declaração apresentada pelo general Francisco Ramos de Andrade Neves.

N. 2.345 — Sr. chefe da Seção de São Paulo — Reiterando ofício solicitando a remessa de uma declaração de renda de um contribuinte.

N. 2.346 — Sr. chefe da Seção de São Paulo — Prestando informações e solicitando esclarecimentos.

Telegrama expedido:

N. 250 — Sr. chefe de seção no Amazonas — Solicitando informações.

Segundo Conselho de Contribuintes

Resumo da sessão ordinária realizada no dia 21 de dezembro, deste ano, às 14 horas.

Compareceram os Srs. José Lourdes Salgado Scarpa, presidente; João Firmino Correia de Araújo, vice-presidente; os Srs. Cláudio Cunha, Carlos Freire Zenha, Valdemar Freire de Mesquita e Isnard de Castro Neves, membros do Conselho; o Sr. Otton de Melo, representante da Fazenda Pública e o secretário Frederico Dinis Martins.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior.

No expediente, foram lidos os ofícios ns. 239 e 240 da Diretoria do Expediente e do Pessoal, de 20 de dezembro de 1937, comunicando que o Sr. ministro resolveu dispensar, por equidade, as multas impostas a J. Cippolla & Comp. e Deocleciano de Melo, de acordo com o que propôs este Conselho.

Passando-se a ordem do dia, foram julgados os seguintes recursos:

N. 231 R — B. Gonçalves & Comp. Ltda. — Taxa de viação — Pedido de reconsideração do ac. 2.685 — Delegacia fiscal no Ceará — Relator, Sr. João F. Correia de Araújo. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ausente o Sr. Isnard de Castro Neves.

N. 245 R — Maria Amélia Alves de Siqueira — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do ac. 4.032 — Delegacia fiscal em Pernambuco — Relator, Sr. J. F. Correia de Araújo. — Indeferiu-se, em parte, para isentar a requerente da multa imposta, mantida porém, a obrigação de recolher o imposto devido, unanimemente. Ausente o Sr. Isnard de Castro Neves.

N. 251 R — Fernandes & Nuno — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do ac. 4.775 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. J. F. Correia de Araújo. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ausente o Sr. Isnard de Castro Neves.

N. 256 R — Franco Ferreira & Comp. Ltda. — Imposto de consumo — Pedido de reconsideração do ac. 3.560 — Delegacia fiscal em Pernambuco — Relator, Sr. João Firmino Correia de Araújo. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente. Ausente o Sr. Isnard de Castro Neves.

N. 931 — Gonçalo Rollemberg do Prado — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em Sergipe — Relator, Sr. J. F. Correia de Araújo. — Anulou-se pelo voto de qualidade, a decisão proferida, por falta de interposição de recurso "ex-offício", vencidos: o relator, Isnard de Castro Neves e Valdemar Freire de Mesquita. — O Sr. Cláudio da Cunha é designado para redigir o acórdão.

N. 3.856 — Alvaro Ramos — Imposto de consumo — Delegacia fiscal no Rio Grande do Sul "ex-offício" — Relator, Sr. J. F. Correia de Araújo. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", contra o voto do relator. O Sr. Carlos Freire Zenha é designado para redigir o acórdão.

N. 3.934 — Hugo Schmidlin — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em Santa Catarina — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Com vista ao Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, propondo-lhe a dispensa da multa, por equidade, unanimemente.

N. 4.564 — Antônio Minotto — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em Santa Catarina — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Deu-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 4.559 — Sociedade União Colonial — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em Santa Catarina — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Deu-se provimento ao recurso, para julgar improcedente o auto, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.196 — Usinas Santa Luzia, S/A. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. J. F. Correia de

Araújo. Com vista ao Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, propondo-lhe a dispensa da multa, por equidade, unanimemente.

N. 5.419 — Freitas Couto & Comp. — Recebedoria do Distrito Federal — Taxa de Educação e Saúde — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Não se tomou conhecimento do recurso, por escapar da competência do Conselho, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.469 — Arão Werba — Imposto de consumo — Delegacia fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, propondo-lhe a dispensa da multa, por equidade, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.499 — Nelson Goulart Monteiro — Decreto n. 14.594, de 1920 — Delegacia fiscal no Espírito Santo — "ex-offício" — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Não se tomou conhecimento do recurso "ex-offício", por escapar da competência do Conselho, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.504 — Companhia Nacional de Navegação Costeira — Decreto n. 23.900, de 1934 — Delegacia fiscal em S. Paulo — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.513 — Maria da Silva Novais — Imposto de consumo — Delegacia fiscal no Estado do Rio — "ex-offício" — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.517 — Sebastião Garrich — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 23.664, de 1933 — Delegacia fiscal em Minas Gerais — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.518 — José Luís Vieira — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em Minas Gerais — "ex-offício" — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.522 — Allegretti & Comp. — Imposto de consumo — Delegacia fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, propondo-lhe a dispensa da multa, por equidade, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.537 — Fábrica de Ferro Esmaltado "Silex" — Imposto de consumo — Recebedoria federal em São Paulo — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.539 — Zimo Leirner e Jacob Rosset — Decretos ns. 17.464, de 1926 e Lei n. 5.353, de 1927 — Recebedoria federal em S. Paulo — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso de Zimo Leirner e não se tomou conhecimento do recurso de Jacob Rosset, por perempto, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.543 — Horácio de Figueiredo Nogueira — Decreto número 22.423, de 1933 — Delegacia fiscal em S. Paulo — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Não se tomou conhecimento do recurso, por perempto, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.544 — Bechara Abdalla — Imposto de consumo — Delegacia fiscal em S. Paulo — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.548 — A. Saccomani & Comp. — Voluntário — Delegacia fiscal em São Paulo — "ex-offício" — Benedito Léo — Imposto de consumo — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Não se tomou conhecimento do recurso "ex-offício", por incabível e não se conheceu do recurso voluntário, por perempto, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.549 — Dulio Ambrogi — Decreto n. 22.423, de 1933 — Delegacia fiscal em S. Paulo — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.553 — B. Fang — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal "ex-offício" — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.558 — Companhia Agrícola e Industrial Magalhães — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal — "ex-offício" — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.563 — Ari C. Lomba & Comp. — Imposto de consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Não se tomou conhecimento do recurso, por perempto, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.568 — J. Lebre Filho — Imposto de consumo — Recebedoria federal em São Paulo — Relator, Sr. Isnard de Castro Neves. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araújo.

N. 5.591 — Eugênio Santa Catarina — Decreto n. 14.728, de 1921 — Delegacia fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. J. F. Correia de Araújo. — Deu-se provimento ao recurso contra o voto do relator. É designado o Sr. Cláudio Cunha, para redigir o acórdão.

N. 5.605 — Klein & Pasqual e Valdemar Petrini — Imposto de consumo — Delegacia fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento aos recursos, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.612 — Joaquim Luis Gonçalves Sobrinho — Imposto do consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais (*ex-officio*) — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.620 — Irmãos Cunha & Cia. Ltda. — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.625 — Cosmo G. Scattone — Decreto n. 22.262, de 1932 — Delegacia Fiscal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.627 — Dileta B. Parolo — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.630 — Irmãos Vecchi — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 21.459, de 1932 — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.632 — José Manuel Mendes — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina (*ex-officio*) — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Negou-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.635 — Arcas & Ferreira Ltda. — Imp. consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Waldemar Freire de Mesquita, que applicava a multa de 600\$000, unanimemente. Ausente, o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

N. 5.640 — Feino Fontes — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe (*ex-officio*) — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente. Ausente o Sr. João Firmino Corrêa de Araujo.

Os processos ns. 5.527 e 5.532 foram convertidos em diligência. Secretária do Segundo Conselho de Contribuintes, 22 de novembro de 1937. — *Frederico Diniz Martins*, secretário.

Resumo da sessão ordinária realizada no dia 28 de dezembro de 1937.

Compareceram os Srs. José Lourdes Salgado Scarpa, presidente João Firmino Corrêa de Araujo, vice-presidente; Carlos Freire Zenha, Isnard Castro Neves, Waldemar Freire de Mesquita e Cláudio Cunha, membros do Conselho; o Sr. Olon de Melo, representante da Fazenda Publica, e o secretário do Conselho, Sr. Frederico Diniz Martins.

Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da sessão anterior, realizada no dia 21 do corrente.

Passando-se á ordem do dia, foram julgados os seguintes

Recursos

N. 246R — Carvalho Castro & Cia. — Imp. consumo — Pedido de reconsideração do acórdão n. 3.307 — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente.

N. 247R — D. Almeida & Irmão — Imp. consumo — Pedido de reconsideração do acórdão n. 4.008 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, unanimemente.

N. 3.735 — Gouveia de Oliveira & Cia. — Imp. consumo — Recebedoria federal em São Paulo — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio* e não se toma conhecimento do recurso voluntário, por perempto, unanimemente.

N. 4.082 — Miguel Haddad — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Não se toma conhecimento do recurso, por perempto, e encaminha-se o processo ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando as providências necessárias quanto ao procedimento do escrivão da coletoria de Araraquara, ao atender ás exigências deste Conselho, unanimemente.

N. 4.067 — José Miguel de Oliveira — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Não se toma conhecimento do recurso, por perempto, unanimemente.

N. 4.146 — Abaño Calux & Cia. Ltda. — Imp. consumo — Recebedoria Federal em S. Paulo — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Dá-se provimento, em parte, ao recurso, para reduzir a multa a 600\$000, unanimemente.

N. 4.758 — Antônio do Prado Franco — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Sergipe — Relator, Sr. Isnard Castro Neves. — Anula-se, pelo voto de qualidade, a decisão recorrida, por falta de interposição de recurso *ex-officio*, obrigatório na espécie, contra os votos dos Srs. relator Isnard Castro Neves, J. F. Correia de Araujo e Waldemar Freire de Mesquita, que conheciam do recurso. E' designado o Sr. Carlos Freire Zenha para redigir o acórdão.

N. 4.779 — Banco Italo Belga — Decreto n. 14.728, de 1921 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Waldemar Freire de Mesquita, com vista ao Sr. Cláudio Cunha. — Dá-se provimento, em parte, ao recurso, para applicar a multa de 10.000\$000, do art. 70, letra "b", n. 1, do decreto n. 14.728, unanimemente.

N. 4.846 — Arnaldo Macedo — Imp. consumo — Recebedoria federal em São Paulo — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 4.917 — José Soares Garcia — Imp. consumo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Dá-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.040 — Vitorio Bergamaschi e Pedro Baldassari & Irmãos — Imp. consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator, Sr. Cláudio Cunha. — Dá-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.554 — João Bernardo Lourenço Serro — Decreto n. 23.664, de 1933 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.559 — Manuel da Silva Dias — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 22.344, de 1933 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.569 — Almeida & Serra — Decreto n. 22.344, de 1933. — Recebedoria Federal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

N. 5.574 — Irmãos Echenique — Decretos ns. 17.464, de 1926 e 22.344, de 1933 — Recebedoria Federal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

N. 5.579 — Vital Bastos — Imp. consumo — Delegacia Fiscal na Baía (*ex-officio*) — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

N. 5.584 — Luis Gazetta & Cia. — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais. — Relator, Sr. Valdemar Freire de Mesquita. — Nega-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, com a proposta de relevação da multa, por equidade, unanimemente.

N. 5.588 — Floriano Peixoto Linhares — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator, Sr. Isnard Castro Neves. — Nega-se provimento ao recurso e encaminha-se o processo ao Sr. ministro, propondo-lhe a dispensa da multa, por equidade, unanimemente.

N. 5.593 — Pedro Jacó — Imp. consumo — Delegacia fiscal no Ceará (*ex-officio*) — Relator, Sr. Isnard Castro Neves. — Dá-se provimento ao recurso *ex-officio* para applicar-se a multa de 200\$000, minimo do art. 111, § 4º, "c" do decreto n. 17.464, de 1926, unanimemente.

N. 5.608 — Gonçalves & Irmão — Decreto n. 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro — Relator, Sr. Isnard Castro Neves. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.621 — Sociedade Viti Vinícola S. Sebastião Ltda. — Imp. consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.623 — Angelo Mainini & Irmão — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. Isnard Castro Neves. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

N. 5.626 — Luis Leonardi — Decreto n. 22.262, de 1933 — Delegacia Fiscal em São Paulo (*ex-officio*) — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

N. 5.631 — João Augusto Felber — Imp. consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Nega-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.636 — Schilling, Hillier & Cia. Ltda. — Decreto n. 22.262, de 1932. — Recebedoria do Distrito Federal — Relator, Sr. J. F. Correia de Araujo. — Dá-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 5.637 — Luis Dubeux & Cia. — Decreto n. 23.664, de 1933 — Delegacia Fiscal em Pernambuco (*ex-officio*) — Relator, Sr. Carlos Freire Zenha. — Nega-se provimento ao recurso *ex-officio*, unanimemente.

Vista

N. 5.598 — Ao Sr. Valdemar Freire de Mesquita.
Ns. 5.617 e 5.618 — Ao Sr. Cláudio Cunha.

Diligência

N. 5.076 — The Rio de Janeiro City improvements.

Câmara de Reajustamento Econômico

Expediente do dia 29 de dezembro de 1937

O Sr. presidente ordenou a juntada das petições referentes aos processos de ns. 5.091, 4.543, 15.692, 17.300, 23.900 e aos recursos ns. 3.430 e 3.435.

Por despacho do Sr. presidente foram mandadas fornecer as certidões referentes aos processos de ns. 4.115, 4.586, 6.915, 7.317, 22.671, 22.996, 23.346, 24.751, 28.426 e 28.726.

O Sr. presidente determinou fossem protocoladas as petições de pedidos de reconsideração referentes aos processos de ns. 7.244, 17.103, 17.104, 17.150, 27.329 e 28.254.

Foram remetidos às agências do Banco do Brasil, para cumprimento de formalidades, os processos de ns. 17.605, 17.606, 17.607, 17.609, 17.610, 17.611, 17.612 e 28.738.

Em virtude de despacho de Sr. presidente foram notificados, para os devidos fins, os interessados nos processos de ns. 17.603, 28.709 e recurso n. 3.370.

Na petição do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais foi exarado o seguinte despacho: "Registre-se e archive-se.

Na petição de Brazilian Warrant Agency and Company Ltd., o Sr. presidente deu o seguinte despacho: "Protocolle-se. Concedo o prazo de oito dias.

Sessão de 29 de dezembro de 1937

No processo n. 27.089, série B (Presidente Alves — S. Paulo) decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 66-67, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Artur de Oliveira Guimarães e a consequente indenização de cento e trinta e nove contos e quinhentos mil réis (139:500\$000), em apólices, ao credor F. Camargo & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de trinta e três mil e setecentos réis (33\$700), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 28.771, série B (Araraquára — S. Paulo) decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 23, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Francisco Schuett e a consequente indenização de três contos de réis (3:000\$), em apólices, ao credor Fernando Hackradt & Comp., de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente e relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 27.090, série B (Presidente Alves — S. Paulo), decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 114, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Artur de Oliveira Guimarães e sua mulher, e consequente indenização de duzentos e quarenta e cinco contos e quinhentos mil réis, em apólices, ao credor F. Camargo & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de oitenta e quatro mil e novecentos e cinquenta réis (84\$950), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 8.918, série C (Ilhéos — Bafa), decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 55, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Aristarco Guilherme Weyll, e a consequente indenização de sessenta e quatro contos e quinhentos mil réis (64:500\$000), em apólices, ao credor Henrique Cardoso e Silva, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de quatrocentos e trinta e dois mil réis (432\$000), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.683, série B (Mirasol — S. Paulo), decidiu adotar as conclusões de fls. 40, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Julieta de Almeida Vieira, e a consequente indenização de dezesseis contos de réis (16:000\$000), em apólices, ao credor Silveira, Filho & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de trezentos e vinte e cinco mil e novecentos réis (325\$900), de conformidade com o decreto número 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 28.629, série B (Água Preta — Pernambuco), decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 29, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de Joaquim Soriano de Azevedo e Silva e sua mulher, e a consequente indenização de trinta e cinco contos e quinhentos mil réis (35:500\$000), em apólices, ao credor Espólio de Cândido Ferreira Casco, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de oitenta e seis mil e trezentos e dezoito réis (86\$318), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente e relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.791, série B (Cangussú — Rio Grande do Sul), decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 40, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito de Bruno Bias e sua mulher, e a consequente indenização de dez contos e quinhentos mil réis (10:500\$000), em apólices, ao credor João Frederico Jorge Schuch, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de duzentos e cinquenta e seis mil e quinhentos réis (256\$500), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente e relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.777, série B (Vargem Grande — S. Paulo), em que são declarantes Casa Bancária J. P. Fontão & Comp. (em liquidação), decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 27, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente e relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.514, série C (Guaíba — Rio Grande do Sul), em que é declarante Carlos Arndt, decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 16, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.513, série C (Encruzilhada — Rio Grande do Sul), em que são declarantes Castro & Comp., decidiu adotar a con-

clusão do relatório de fls. 23, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.775, série B (Vargem Grande — S. Paulo), em que são declarantes J. P. Fontão & Comp. (Casa Bancária J. P. Fontão & Comp.), decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 41, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.660, série B (Birigui — S. Paulo), em que são declarantes Barreto, Holl & Comp., decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 59, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.449, série B (Vila Neves — S. Paulo), em que são declarantes Alcides Esteves & Comp., decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 23, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.515, série C (Guaíba — Rio Grande do Sul), em que é declarante Carlos Arndt, decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 17, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 17.396, série C (Coromandel — Minas Gerais), em que é declarante Tobias Batista de Miranda Machado, decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 15, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 17.512, série C (Encruzilhada, Rio Grande do Sul), em que é declarante Pompílio Antunes Ferreira: "decidiu adotar a conclusão do Relatório de fls. 17 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 26.499, série B (Itabuna, Bafa), em que é declarante José da Silva Monteiro: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 31, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 28.494, série B (Birigui, Estado de São Paulo), em que são declarantes Gabriel de Paula & Cia. Ltd.: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 39, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.520, série C (Tapas, Estado do Rio Grande do Sul), em que é declarante Graciano Corleta ou Graciano Viegas Corleta: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 11, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.518, série C (Tapas, Rio Grande do Sul), em que é declarante Corbiniano Nestor Batista: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 19, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.517, série C (Tapas, Rio Grande do Sul), em que é declarante Corbiniano Nestor Batista: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 13, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.511, série C (Encruzilhada, Rio G. do Sul), em que é declarante Bernardino Francisco de Lima: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 7, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 17.519, série C (Tapas, Rio Grande do Sul), em que é declarante Trajano Barbosa da Silva: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 10, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 7.570, série C (Candeias, Minas Gerais), em que é declarante o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 21, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido." — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.526, série B (Biguassú, Santa Catarina), em que é declarante Carlos Hoepcke, S. A.: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 71, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.676, série B (Biguassú, Santa Catarina), em que é declarante o Banco Nacional do Comércio: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 84, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido". — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.713, série B (João Pessoa, Paraíba), em que são declarantes Raffaele Abenante & Cia.: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 30, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.572-B (Monte Azul), S. Paulo: "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 40, em virtude da qual, ex-vi do decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor Banco Francês e Italiano para a América do Sul a dar quitação plena

a Abdalla Casseb ou Abdalla Jorge Casseb e sua mulher, do seu débito verificado (121:336\$018), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 60:500\$000." — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Ernesto Rangel*. — *Reginaldo Nunes*.

No processo n. 24.616-B (Birigui, S. Paulo): "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 37 em virtude da qual, *ex-vi*, do decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor Banco Commercial do Estado de S. Paulo a dar quitação plena ao espólio de Relíquias de Souza Guimarães do seu débito verificado (163:000\$000), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam oitenta e três contos de réis (83:000\$000), devendo a indenização ser paga ao declarante, na qualidade de procurador legal de Bartolomei Serra & Cia." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangel*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No processo n. 28.820-B (Sertãozinho, S. Paulo): "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 33, em virtude da qual, *ex-vi* do decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor, espólio de Aurora Ferreira Fontes a dar quitação plena a João Ferreira Fontes e sua mulher do seu débito verificado (403:960\$349), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam réis (201:560\$000)." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.821-B (Sertãozinho, S. Paulo): "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 30 em virtude da qual, *ex-vi* do decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor, espólio de Palmira Ferreira Fontes Lessa a dar quitação plena a João Ferreira Fontes e sua mulher do seu débito verificado, réis (275:577\$318), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 137:500\$000." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 4.104-C (Campanas, S. Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 211, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % nos débitos dos herdeiros de Sílvia Azambuja de Oliva Maia e as correlatas indenizações, em apólices, de 258:500\$000 e de 159:000\$000, ao credor Banco do Estado de S. Paulo, continuando a cargo dos devedores as frações irrecusáveis de réis 211\$400 e de 222\$350, respectivamente, referentes aos 1º e 2º créditos." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 27.517-B (Sertãozinho, S. Paulo): "decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 68, em virtude da qual, *ex-vi* do decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934, fica obrigado o credor (espólio de Gabriel Garcia da Costa) a dar quitação plena a João Ferreira Fontes e sua mulher e José Ferreira Fontes e sua mulher do seu débito verificado (264:866\$700), recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 132:000\$000." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.160-B (Palmares, Pernambuco): "decidiu adotar as conclusões dos votos dos dois juizes revisores, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável, réis 35:800\$000 de José Ambrósio da Silva e a correlata indenização de 17:500\$, em apólices, ao credor A. Gonçalves Ferreira Júnior (firma comercial), continuando a cargo do devedor a fração não reajustável de 400\$0000" — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 5.733-C (S. Francisco, Sergipe): "decidiu adotar as conclusões dos votos dos dois juizes revisores, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no débito reajustável de 27:618\$700, de Idalina de Góis Tojal e seus filhos: João de Góis Tojal, Pedro, Manuel, Maria, Consuelo, Hermelina e Ernestina, e a correlata indenização, em apólices, de 13:500\$000, ao credor Manuel Braga, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustável de 309\$350, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

Pedidos de reconsideração:

No pedido de reconsideração n. 3.232 — Processo n. 4.327-C — Taquaritinga, S. Paulo: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 81 e seguintes, e, assim sendo considerar reajustável a mais do que na decisão anterior a importância de 4:819\$, concedendo afinal a indenização suplementar em apólices, de 2:000\$000, ao credor Banco do Estado de S. Paulo, correspondente a 50 % do débito verificado 4:819\$000, de Luis Berço e sua mulher, dando aos mesmos plena quitação da dívida." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Ernesto Rangel*, relator. — *Reginaldo Nunes*.

No pedido de reconsideração n. 3.293 — Processo n. 16.431-C — Castelo — Espírito Santo "resolveu manter a decisão lançada a fls. 14 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração." — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.273 — Processo n. 14.041-C — Mogi-Mirim, S. Paulo: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 33, deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.214 — Processo n. 27.538-B S. Sebastião do Paraíso — Minas Gerais: "resolveu manter a decisão lançada a fls. 45 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração." — *Sergio de Oliveira*, presidente, relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.321 — Processo n. C-16.452-C — Siqueira Campos — Espírito Santo: "resolveu manter a decisão

lançada a fls. 31 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 3.262 — Processo n. 4.516-G — Livramento, Rio Grande do Sul: "resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 90 e seguintes, e, assim sendo conceder, mediante quitação plena, a indenização de 218:500\$000, em apólices (indenização já concedida na decisão anterior, sem quitação plena) ao credor Estado do Rio Grande do Sul, correspondente a 50 % do débito verificado (437:010\$700) de Moisés Pereira Viana sucessão e sua mulher, dando ao mesmo plena quitação da dívida." — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante

Relação dos processos julgados na sessão de 21 de dezembro de 1937.

Relatados pelo Dr. Felizardo Leite Filho

Processos:

N. 11.340-1923 — Jacob Funck, 7:000\$000 — procedente.

Relatados pelo Dr. Alvaro Bomilear

N. 2.423-A-1930 — Colombin Jordan, 8:738\$600 — procedente.

N. 1.695-1930 — Companhia Telefônica Brasileira, 421\$000 — procedente.

N. 1.603-1927 — Luis Pestana & Comp., 11:267\$400 — procedente.

N. 1.592-1924 — S. A. du Gaz de Rio de Janeiro, 6:385\$700 — procedente.

N. 1.586-1928 — Companhia Telefônica Brasileira, 15\$000 — procedente.

N. 12.756-1923 — Carlos Moskó — procedente 4:800\$ e improcedente 7:600\$000.

N. 12.871-1923 — Jacob Lokmann, 6:883\$ — diligência.

N. 12.896-1923 — Patricio Dias Ferreira, 32:640\$ — procedente.

N. 12.940-1923 — Virgílio Francisco de Bastos, 3:600\$000 — procedente.

N. 12.996-1923 — Carlos de Barros Vieira, 14:900\$000 — procedente.

N. 12.548-1923 — Roberto Silveira, 423:400\$000 — procedente 355:500\$ e improcedente 67:900\$000.

Relatados pelo Dr. Floriano Reis

N. 14.329-1923 — João Pereira Martins — procedente 58:995\$ e improcedente 19:665\$000.

N. 14.332-1923 — Cândido Ribeiro Borba — procedente 61:775\$ e improcedente 20:625\$000.

N. 11.024-1923 — Africo Serpa, 20:750\$ — procedente.

N. 12.997-1923 — Leopoldo Costa Beber — procedente 12:900\$ e improcedente 1:285\$000.

N. 12.915-1923 — Antônio Domiciano dos Santos — procedente 8:850\$ e improcedente 8:850\$000.

N. 12.862-1923 — João Maria de Linhares, 8:085\$ — procedente.

N. 11.228-1923 — Francisco Pereira da Silva — procedente 37:364\$ e improcedente 10:545\$000.

N. 11.173-1923 — Cândido Rodrigues Filho, 49:760\$ — a Comissão, em sessão plena, resolve, de acordo com o relator, indeferir o pedido de reconsideração, mantido assim, o acórdão de 14 de junho último.

N. 11.172-1923 — Edmundo Tórres — procedente 26:650\$. improcedente a quantia de 5:500\$000.

N. 11.165-1923 — Francisco Brandi, 18:448\$ — a Comissão, em sessão plena, resolve, de acordo com o relator, indeferir o pedido de reconsideração, mantendo, desse modo, o acórdão de 11-6-937.

N. 10.865-1923 — Inácio Valinde Azevedo, 13:970 — a Comissão em sessão plena, resolve, de acordo com o relator, indeferir o pedido de reconsideração, mantendo assim, o acórdão de 29 de março último.

N. 2.399-1930 — S.A. du Gaz de Rio de Janeiro, 4:025\$700 — procedente.

N. 2.402-1930 — Companhia Telefônica Brasileira, 2:088\$000 — procedente.

Ministério da Guerra

Na carta-patente do oficial abaixo mencionado foi lavrada a seguinte apostila:

O 2º tenente reformado Pedro Cavalcante Bastos, de quem trata esta carta-patente, conta como tempo de serviço, vinte e sete anos, cinco meses e vinte e oito dias, fazendo jus a duas quotas de 2 %, concernente aos anos de serviço excedentes de vinte e cinco, de acordo com a solução da consulta n. 577, de 21 agosto do corrente e o despacho de 23 do corrente. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — general Eurico G. Dutra.

Requerimentos despachados pelo Sr. ministro da Guerra:

Antônio Francisco Antunes, ex-praça do Exército, solicitando cancelamento da nota referente à sua exclusão. — Indeferido. Dirija-se, querendo, ao Cmt. da 2ª R.M. para os efeitos do art. 66, do R.D.E.

Adelino de Barros, solicitando providências para que o soldado Arquillino Francisco dos Santos, lhe pague a quantia de 37\$300. — Indeferido. O devedor já foi excluído.

Companhia Carbonífera Rio Grandense, solicitando pagamento, em virtude de requisição militar. — Reconhecida a dívida na importância de 185:971\$000, conforme opinou a C.C.R.

Casa Mafrink Veiga S.A., propondo a venda ao M.G. de uma padaria de campanha. — A firma proponente pedirá fazer exemplares das viaturas em apreço, afim de serem experimentadas, mas sem compromisso para o Ministério.

Deonídia Maria de Carvalho Ludovices, solicitando reabilitação ao montepio, em virtude da morte de seu marido. — Indeferido, por falta de amparo legal.

Nicanor Gomes Perez, sentenciado militar, solicitando transferência de prisão. — Seja submetido à inspeção de saúde.

Soares e Irmão, solicitando providências para que o soldado Dam Vaz Durier, lhe pague a quantia de 253\$700. — Já foi providenciado.

Departamento do Pessoal do Exército

Requerimentos despachados por esta chefia:

Agapito Costa, reservista, certidão de assentamentos que lhe fora concedida pelo B.E., n. 4 de 20-1-36, seja-lhe entregue por intermédio da 4ª Bda. I. — Arquivar-se, item "II" da informação.

Aristides e Araujo, Jacob Benet, Manuel Joaquim Fernandes e Pedro Pires, comerciantes, pedindo providências sobre dívidas de sargentos. — Compareçam a este D.P.E., afim de prestarem esclarecimentos sobre o assunto de suas petições os senhores Aristides e Araujo, Jacob Benet, Manuel Joaquim Fernandes e Pedro Pires.

Arlindo Pereira, 2º tenente da 2ª classe da reserva de 1ª linha, carteira de identidade. — Indeferido em face da informação da D.S.M.R.

Djécir Nunes da Gama, soldado da 1ª B.I.A.C., transferência para o Contingente de Operários Militares do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, despesas por conta própria. — Indeferido, em vista da extinção do referido Contingente.

Esculápio Castilho do O. de Almeida, capitão dentista, conste no "Almanack" Militar ter o curso Electroradiologista. — Arquivar-se. Já foi feita.

Fernando, Hari & Comp. Ltda., comerciantes, providências sobre dívida do 1º Sgt. Amázilio de Souza Lima do 17º B.C. — Compareça a Divisão (D-1) deste D.P.E.

Francisco de Assis da Cruz, 3º Sgt. do Q.I., engajamento por 3 anos. — Deferido, em face da informação, item "III", da D-1.

Frederico Vendemiat, soldado padoleiro do R.Mx.A., transferência para um dos Corpos de Artilharia da 1ª R.M., despesas de transporte por conta própria. — Indeferido.

Galileu da Silva Freitas, 2º Sgt. da F.C.I., reengajamento por mais 4 anos. — Deferido, em vista da informação da D-1.

João Batista de Oliveira, reservista, pedindo entrega de sua cadereta militar. — Entregue-se ao requerente mediante recibo.

João José Ferreira, soldado músico de 3ª classe do 8º B.C., elevação de classe. — Indeferido, em face do item "II", da informação.

João Silveira de Araujo, soldado músico de 2ª classe do 17º B.C., transferência para o 6º R.I., sujeitando-se a rebaixamento de classe, caso não haja vaga e as despesas de transporte. — Indeferido, em face da informação.

Joaquim de Souza Pereira, 1º Sgt. monitor de Educação Física no C.M.R.J., permissão para gozar férias em Ipameri (Goiás). — Deferido em face da informação da D-1.

Ministério da Viação e Obras Públicas

PORTARIA N. 585

O Ministro do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que requereu o Sindicato Condor Ltda., tendo em vista o que dispõe o art. 9º, § 1º, n. 1, do regulamento aprovado pelo decreto n. 21.411, de 1 de março de 1932, e de acordo com o parecer da Comissão Técnica de Rádio, constante do processo número 23.769-37, do Protocolo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas;

Resolve:

1º. Autorizar o Sindicato Condor Ltda., a instalar na cidade de Carolina, no Estado do Maranhão, uma estação radiotelegráfica destinada a prover, exclusivamente, à segurança, orientação e administração do tráfego aéreo das aeronaves de sua propriedade;

2º. aprovar as plantas, orçamentos e especificações técnicas da referida estação, os quais com esta baixam, rubricados pelo diretor de Expediente da mesma Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1937. — João de Mendonça Lima.

(C. 8.532 — 29-12-37 — 28\$600.)

PORTARIA N. 586

O Ministro do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que requereu o Sindicato Condor Ltda., e de acordo com os pareceres constantes do processo n. 21.496-37, do Protocolo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas;

Resolve:

1º. Autorizar o referido Sindicato a adicionar à sua estação radiotelegráfica instalada à rua Barão de Petrópolis n. 579, nesta Capital, três receptores de ondas curtas e longas, do tipo Telefunken, afim de atender ao serviço de segurança e orientação do tráfego aéreo;

2º. aprovar as plantas, especificações técnicas e orçamento dos referidos transmissores que com esta baixam, rubricados pelo diretor de Expediente, da mesma Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1937. — João de Mendonça Lima.

(C. 8.531 — 29-12-37 — 24\$500.)

Portarias:

PORTARIA N. 586

O Ministro do Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, em nome do Presidente da República:

Atendendo ao que solicitou o diretor da Rede de Viação Cearense, em ofício n. M-324, de 11 de novembro último;

Resolve delegar ao engenheiro José Augusto Lopes Filho, chefe de Divisão dessa Estrada, competência para requisitar, de acordo com o artigo 20 do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934, despachos livres de direitos aduaneiros, para os materiais destinados aos serviços da mesma.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — João de Mendonça Lima.

Portaria n. 597 — Concedendo ao cabineiro de estrada de ferro da classe "F", da Estrada de Ferro Central do Brasil, Quadro II, deste Ministério, Benjamin Acácio Flores, um ano de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, a contar de 8 de outubro de 1937, com o ordenado, de acordo com o artigo 19, parágrafo 2º, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, combinado com o artigo 1º da lei n. 79, de 8 de julho de 1935. 22.120-37.

Requerimentos despachados

Sociedade "A Voz do Sertão", solicitando permissão para estabelecer uma estação de rádio-difusão, na cidade Presidente Prudente, Estado de São Paulo. — Aguarde oportunidade, em face do parecer da C.T.R. — (a C.T.R. está procedendo a estudos para a organização do plano da rede nacional de rádio-difusão) — (22.799 de 1937).

Sociedade Espanola de Beneficência, solicitando dispensa de armazenagem no porto do Rio de Janeiro para mercadorias importadas da Alemanha. — Indeferido, por falta de apoio legal — (10.638 de 1936).

Antonieta Weiss, escriturária da classe "E", da DR do Distrito Federal, solicitando sua nomeação para o cargo de ajudante de tesoureiro. — Indeferido, em face do que dispõe a lei n. 474, de 16 de agosto de 1937 — (23.650-37).

Isnard Barreto, ex-auxiliar de escrita da E. F. Oeste de Minas, recorrendo do ato do diretor da referida Estrada, que o exonerou daquelas funções. — Dirija-se, querendo, ao Sr. governador do Estado de Minas Gerais, de vez que a E. F. Oeste de Minas, se acha arrendada àquele Estado — (23.255-37).

Otilia de Oliveira, agente postal-telegráfica de Porto Real de Colégio, Estado de Alagoas, solicitando sua nomeação para agente de 3ª classe. — Indeferido, em face do parecer do D.C.T. — (19.950-37).

Pascoal Palazzo, tesoureiro da classe "E" da DR de São Paulo, pedindo promoção à classe imediata. — Indeferido, em face das informações — (21.051-37).

Adolfo Marcondes da Veiga, carteiro de 2ª classe, da DR de São Paulo, alegando ter sido indicado à promoção, por antiguidade, a carteiro de 2ª classe em 1 de dezembro de 1933 e somente em 30 de junho de 1935 foi promovido, assim, para os efeitos de antiguidade, pede que seu tempo na vaga seja contada a partir de 1 de dezembro de 1933. — Indeferido, consoante a doutrina existente — (20.984-37).

Miguel Oliveira, contínuo, interino, da DR do Rio Grande do Sul, pedindo efetivação no referido cargo. — Indeferido, em face dos pareceres — (21.043-37).

Miguel Dória, auxiliar de 3ª classe, interino, da agência de Correio de São Carlos, Estado de São Paulo, pedindo efetivação no aludido cargo. — Aguarde oportunidade — (19.751-37).

Francisco Lopes Gouveia, ajudante de agente da classe "C", aposentado, pedindo remessa de seu título e seus respectivos pagamentos a partir de 25 de junho p.fundo. — Dirija-se à Diretoria Regional de Juiz de Fora, para onde foram enviados os documentos pedidos — (20.224-37).

Anísio de Carvalho Costa, amanuense de 4ª classe, extranumerário, da I.F.O.C.S., pedindo lhe seja reconhecido o direito à estabilidade no exercício de suas funções. — Indeferido, por falta de fundamento legal — (22.574-37).

Antônio Figueiredo, pedindo nomeação para o cargo de servente, ou contratado nesta Secretaria de Estado. — Aguarde-se a publicação do orçamento da despesa para o exercício de 1938 — (23.597 de 1937).

Ladário Pereira de Andrade, tesoureiro da agência postal-telegráfica de Lages, Estado de Santa Catarina, pedindo melhoria de gratificação. — Aguarde-se a revisão das tabelas das agências — (23.890-37).

Agência Bandeirante. — Compareça, por seu procurador, ao protocolo geral desta Secretaria de Estado, das 14 às 15 horas — (17.437-37).

Estado do Rio Grande do Sul (arrendatária da Viação Férrea do mesmo Estado). — Idem — (24.873-37).

Estado do Rio Grande do Sul (Prefeitura Municipal da cidade de Rio Grande). — Idem — (22.917-37).

Rádio Club de Santos — Idem — (20.189-37).

Aviso n. 3.355, de 7 de dezembro de 1937:

Sr. inspetor federal das Estradas:

Declaro-vos, para os devidos fins, que aprovo, conforme propuzestes no ofício n. 540-Z, de 4 de novembro próximo findo, a tomada de contas, relativa ao 2º semestre de 1936, da Estrada de Ferro Carangola, a cargo de "The Leopoldina Railway Company Limited".
Saudações. — J. de Mendonça Lima

Inspetoria Federal das Estradas — Ofício n. 540-Z, de 24 de novembro de 1937.

Exmo. Sr. ministro:

Tenho a honra de submeter á apreciação de V. Ex. a ata e mais documentos da tomada de contas relativa ao 2º semestre de 1936, da Estrada de Ferro Carangola a cargo de "The Leopoldina Railway Company, Limited".

Extensão em tráfego 225km,057

Movimento financeiro

Pelos documentos apresentados pela Companhia, a Junta apurei o seguinte:

Receita	3.656:640\$244
Despesa	2.543:533\$557
Saldo	1.113:106\$687

Figura na receita e na despesa a importância de 475:827\$720, quota pertencente á Estrada de Ferro Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim, das despesas comuns ás duas Estradas — Carangola e Santo Eduardo ao Cachoeiro do Itapemirim—concernentes ao tráfego locomoção, almoxarifado etc.

A Junta excluiu essa quantia (475:827\$720), por isso que levada também á despesa se anula, registrando a receita de 3.180:812\$524 e, não concordando com a distribuição das despesas comuns feita pela Companhia, pelos motivos expostos na ata, procedeu á nova distribuição aplicando a fórmula de longa data mandada adotar pela portaria de 16 de dezembro de 1895. Com essa nova distribuição, conforme quadro anexo á ata, achou para a quota da Estrada de Ferro Itapemirim, das ditas despesas comuns, a importância de réis 466:713\$860 e para a quota da Estrada de Ferro Carangola réis 1.063:962\$760. Reunindo esta importância a de 983:735\$597 das despesas exclusivas da Carangola, apurou que a despesa total desta Estrada no semestre importa em 2.047:698\$357, concluindo que o respectivo balanço semestral deverá ser o seguinte:

Receita	3.180:812\$524
Despesa	2.047:698\$357
Saldo	1.133:114\$167

Taxa adicional de 10 %

A arrecadação, durante o semestre em exame, atingiu ao valor de 278:867\$800, que, somado ás arrecadações anteriores 4.057:391\$273, perfaz o total de 4.336:259\$073. Conforme documentos exibidos foram dispendidos, no semestre em exame, 10:723\$850, com obras na Estrada. A apuração da despesa por conta dessa taxa é feita na tomada de contas da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo.

Caixa de Aposentadorias e Pensões

A arrecadação para esta Caixa, em todas as Estradas a cargo da Companhia, foi de 2.447:899\$600, conforme demonstração feita pelo seu representante.

Não consta aí, a quantia de 28:800\$ que foi recolhida ao Tesouro Nacional á disposição do Conselho Nacional do Trabalho.

A Companhia não apresentou á Junta, documentos que comprovassem o recolhimento ao Banco do Brasil, da importância de réis 250:595\$400, depositada pela Caixa de Aposentadorias e Pensões e referente á contribuição para o Ministério do Trabalho, em obediência ao decreto 890, de 9 de junho de 1936.

Quota de fiscalização

Na ata nota-se a omissão de referência a este assunto, entretanto, a devida quota relativa ao semestre em exame, no valor de 6:000\$ foi recolhida ao Tesouro Nacional, conforme o conhecimento n. 3.495, de 9 de julho de 1936.

RESUMO DO ANO DE 1936

Movimento financeiro

Receita:	
1º semestre	2.236:470\$872
2º semestre	3.180:812\$524
Total	5.417:283\$396
Despesa:	
1º semestre	2.104:918\$147
2º semestre	2.017:698\$357
Total	4.152:616\$504
Saldo total	1.264:636\$892

Taxa adicional

Arrecadação:	
1º semestre	187:474\$100
2º semestre	278:867\$800
Total	466:338\$900
Despesa:	
1º semestre	9:153\$560
2º semestre	10:723\$850
Total	19:877\$410

Caixa de Aposentadorias e Pensões

Arrecadação:	
1º semestre	2.120:446\$875
2º semestre	2.447:899\$600
Total	4.568:346\$475

Esta arrecadação é referente á todas as linhas a cargo da Companhia.

Restituição de juros

Por força da cláusula 14ª (decreto 6.995, de 10-8-1878 e não 1876 como, por equívoco, consta da ata) a Companhia é obrigada a restituir aos cofres públicos federais a meada do excedente a quantia de 480:000\$ (8 % sobre o capital garantido 6.000:000\$000).

Em face do saldo anual apurado, na importância de réis 1.264:636\$892, o recolhimento deve ser de 392:318\$446, que corresponde á metade da quantia de 784:636\$892 que é a diferença entre o saldo — 1.264:636\$892 e os 8 % sobre o capital garantido — 480:000\$000.

O presidente da Junta fez expedir a competente guia para o recolhimento devido mas o Sr. diretor gerente da Companhia devolveu-a por ofício D. G. 221,09-(RI) de 28 de julho próximo findo, anexo por cópia.

A respeito o Sr. engenheiro chefe do 3º Distrito manifestou-se nos termos do ofício 112/I, de 6 de agosto próximo findo, junto por cópia.

Como recordei, em traços rápidos, no ofício 283/Z, de 25 de junho último, com o qual submeti a V. Ex. a tomada de contas da Carangola, relativa ao 1º semestre de 1936, a Fazenda Nacional promoveu a cobrança judicial de algumas das quantias devidas. Como de ano em ano essas quantias vêm sendo acrescidas e como a cobrança foi promovida por meio de ação ordinária, a Companhia, alegando que cada parcela da restituição de juros, apurada nas tomadas de contas,

teria de constituir nova ação, com fundamento nas mesmas causas, pediu que se aguardasse a solução da primeira ação. Esse ministério atendeu-lhe o pedido, cuja resolução foi comunicada a esta Inspeção por offício n. 108, de 7 de novembro de 1928, da Diretoria Geral de Contabilidade dessa Secretaria de Estado. Por sentença do juiz federal da Primeira Vara, de 11 de agosto do corrente ano, publicada no *Diário da Justiça* de 24 desse mesmo mês, anexa por cópia, foi julgada procedente a ação e condenada a Companhia no pedido e nas custas.

Até 1928 já era devida a quantia de 4.505:063\$893 e dessa data a do presente tomada de contas foram apuradas mais as seguintes quantias:

1929	870:694\$925
1930	270:636\$972
1931	261:070\$700
1932	464:307\$600
1933	202:035\$231
1934	382:281\$767
1935	164:035\$156
1936	392:318\$446
Total	2.707:380\$797
1929 a 1928	1.505:063\$893
1929 a 1936	2.707:380\$737
1929 a 1936	4.212:444\$690

Parece-me, pois, que em face dessa decisão judicial deverá ser a Companhia Leopoldina convidada a recolher o total supra indicado; se, porventura, recusar-se a fazê-lo, sob a possível alegação de haver ocorrido dessa sentença, ser promovida a cobrança judicial de mais 2.707:380\$797, dos juros a serem restituídos correspondentes aos anos de 1929 a 1936, conforme as respectivas tomadas de contas.

Junta

A Junta foi assim constituída: presidente e representante desta Inspeção — o engenheiro fiscal João Ferreira de Sá e Benevides; secretário e representante da Fazenda Nacional — o oficial administrativo da letra "J" da Caixa de Amortização, José da Costa Carvalho; representante do Tribunal de Contas — Dr. José Mátos de Vasconcelos, oficial administrativo da letra "K" do mesmo Tribunal e representante da Companhia — o Sr. Edmundo Siqueira.

Parecer

A vista do exposto, sou de parecer que a presente tomada de contas está em condições de merecer a aprovação nos termos deste parecer.

Saúde e fraternidade. — *Alvaro Crespo de Oliveira*, inspetor.

Aviso n. 3.356, de 27 de dezembro de 1937:

Sr. inspetor federal das Estradas:

Declaro-vos, para os devidos fins, que, de acordo com as conclusões das respectivas atas, aprovo as tomadas de contas, relativas aos 1º e 2º semestres de 1934, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cujos documentos acompanharam os officios dessa Inspeção ns. 544-Z e 542-Z, de 25 de novembro próximo findo.

Saudações. — *Mendonça Lima*.

(Processo n. 23.154-37.)

Offício n. 544-Z, de 25 de novembro de 1937:

Exmo. Sr. ministro:

Tenho a honra de transmitir a V. Ex. o processo da tomada de contas relativa ao 1º semestre de 1934, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

Extensão em tráfego 360km,485

Movimento financeiro

A Junta apurou os seguintes resultados:

Balanco do tráfego da Estrada:

Receita do tráfego	670:593\$800
Despesa de custeio	682:888\$100
Deficit	12:294\$300

Balanco dos Serviços comerciais:

Receita	120:633\$400
Despesa	56:255\$800
Saldo	64:377\$600

Balanco geral:

Receita do Tráfego	670:593\$800
Receita comercial	120:633\$400
Total	791:227\$200
Despesa de custeio	682:888\$100
Despesa comercial	56:255\$800
Total	739:143\$900
Receita total	791:227\$200
Despesa total	739:143\$900
Saldo	52:083\$300

Este foi o saldo em numerário e não o real, por isto que nesses balanços não estão computadas as importancias dos materiais deixados pela Companhia, nos Almoxarifados, empregados no custeio da Estrada (31:036\$600) e nos serviços comerciais (2:023\$500).

O valor dos aludidos materiais deixados pela Companhia, provavelmente, foi considerado pela comissão incumbida de apresentar as bases de revisão ou rescisão, amigável e estará incluído na quantia de 17.514:198\$ a ser-lhe paga com indenização pela rescisão do contrato.

Consequentemente o balanço geral será:

Receita	791:227\$200
Despesa	772:204\$000
Saldo	19:023\$200

Renda líquida

Não foi possível apurar a renda líquida e a respectiva contribuição, por isto que não estava fixado o capital da Companhia arrendataria.

Quota de arrendamento

Foi apurado pela Junta que a quota referente ao semestre em exame, importava em 67:059\$380 (10 % sobre a Receita do Tráfego, de acordo com a letra b da cláusula III do contrato) a qual não foi recolhida aos cofres federais em virtude do disposto no offício 1.475, de 17 de abril de 1934, do Ministério da Viação.

A maioria da Junta verificou que a quota em apreço, foi calculada, nos primeiros e segundo semestres de 1932 e 1933, de acordo com a letra a da cláusula III (5 % sobre a renda bruta) quando deveria ter sido calculada de acordo com a letra b da mesma cláusula (10 % sobre a renda bruta).

Assim, existem as seguintes diferenças:

1º semestre de 1932, em vez de 27:671\$461 deve-se considerar— 55:342\$922; 2º semestre de 1932, em vez de 22:818\$530—45:637\$060; 1º semestre de 1933, em vez de 28:392\$400 — 56:784\$800; 2º semestre de 1933, em vez de 34:859\$765 — 69:719\$530.

Quota de fiscalização

Também de acordo com o citado offício 1.475, de 17 de abril de 1934 não foi feito o recolhimento da quota de fiscalização.

Taxa adicional de 10 %

A Companhia deixou de recolher o produto da referida taxa, em face das disposições do decreto 19.996, de 15 de maio de 1931.

Isenção de direitos aduaneiros

A Junta verificou que nenhuma importação foi feita durante o semestre em exame, com isenção de direitos alfandegários.

Imposto de transporte

A maioria da Junta verificou que a Companhia recolheu à Mesa de Rendas Alfandegada de Porto Velho, em tempo oportuno, a quantia líquida de 3:019\$300, correspondente à arrecadação do imposto de transporte.

Taxa de viação

A maioria da Junta verificou também o recolhimento à citada Mesa de Rendas, da quantia líquida de 5:374\$900, correspondente à arrecadação da taxa de viação.

Caixa de Aposentadorias e Pensões

A arrecadação para esta Caixa, atingiu a soma de 46:324\$100, incluindo a importancia de 383\$800, posta à disposição do Conselho Nacional do Trabalho, em obediência ao artigo 14 do decreto 20.465, de 1 de outubro de 1931.

Junta

A Junta foi assim constituída: presidente e representante desta Inspeção — o engenheiro de 1ª classe Adolfo José Moreira; secretário e representante da Fazenda Nacional — o 2º escrivão da Alfândega de Manaus, atualmente servindo na Mesa de Rendas de Porto Velho, Emiliano da Silva Rebelo; representante do Tribunal de Contas — o 3º escrivão deste Tribunal, Carlos Augusto Moisés e também do diretor da Estrada, capitão Aluísio Pinheiro Ferreira.

O Sr. presidente da Junta declarou que a Companhia tendo sido convidada, com suficiente antecedência, deixou, entretanto, de se fazer representar alegando que já considerava rescindido o contrato. Inicialmente já havia declarado o Sr. presidente que se ia proceder à tomada de contas apesar da Estrada estar sendo administrada pelo Governo da União na forma da parte final da cláusula XV do contrato a que se refere o decreto 7.344, de 25 de fevereiro de 1909, por continuar em pleno vigor o citado contrato até que fique definitivamente solucionado o caso do abandono da Estrada, já previsto, aliás, pelo decreto 24.598, de 6 de julho de 1931.

Parecer

A vista do exposto, a presente tomada de contas poderá merecer aprovação de acordo com as conclusões da ata.

Saúde e fraternidade. — *Alvaro Crespo de Oliveira*, inspetor.

Ofício n. 512-Z, de 25 de novembro de 1937.

Exmo. Sr. Ministro:

Tenho a honra de transmitir a V. Ex. o processo da tomada de contas, relativa ao 2º semestre de 1934, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Extensão em tráfego Km 366,485

Movimento financeiro

A junta apurou os seguintes resultados:
Balanços parciais

Receita do tráfego	681:368\$800
Despesa do custeio	761:586\$800

Deficit	80:518\$000
-------------------	-------------

Serviços comerciais explorados pela estrada

Receita	118:860\$800
Despesa	56:942\$709

Saldo	61:918\$100
-----------------	-------------

Balanço geral

Receita	799:929\$600
Despesa	818:529\$300

Deficit	18:599\$900
-------------------	-------------

Este foi o "deficit" em numerário e não o real, por isto que nesses balanços não estão computadas as importâncias dos materiais deixados pela Companhia nos Almoxarifados — empregados no custeio da Estrada 31:466\$200 e nos serviços comerciais 1:241\$400.

O valor dos aludidos materiais deixados pela Companhia, provavelmente foi considerado pela comissão incumbida de apresentar as bases de revisão ou rescisão amigável e estará incluído na quantia de 17.514:198\$000 a ser-lhe paga como indenização pela rescisão do contrato.

Consequentemente o balanço geral será:

Receita	799:929\$600
Despesa	854:267\$200

Deficit	54:337\$600
-------------------	-------------

Renda líquida

Não foi possível apurar a renda líquida e, consequentemente, a contribuição sobre essa renda, por isto que não estava fixado o capital da Companhia arrendataria.

Quota de arrendamento

De acordo com a letra b da cláusula III do contrato, a quota de arrendamento foi de 68:106\$880 não tendo sido recolhida em virtude do dispositivo no ofício 1.475, de 17 de abril de 1934, do Ministério da Viação.

Quota de fiscalização

Também de acordo com o citado ofício não foi feito o recolhimento da quota de fiscalização.

Isenção de direitos aduaneiros

A Junta constatou que nenhuma importação foi feita no semestre em exame, com isenção de direitos alfandegários.

Taxa adicional de 10 %

O produto desta taxa, deixou de ser recolhido em face das disposições do decreto 19.996, de 15 de maio de 1931.

Imposto de transporte

A Junta verificou que foi recolhida à Mesa de Rendas de Porto Velho, a importância líquida de 2:658\$100 proveniente da arrecadação do imposto de transporte.

Taxa de Viação

A Junta também verificou o recolhimento, à mesma Mesa de Rendas, da quantia líquida de 2:770\$600, oriunda da arrecadação da taxa de viação.

Caixa de Aposentadorias e Pensões

A arrecadação para esta Caixa foi de 49:706\$900, feita durante o semestre em exame, segundo apurou a Junta, inclusive a quantia de 414\$800 que coube ao Conselho Nacional do Trabalho.

Junta

A Junta foi assim constituída: presidente e representante desta Inspeção — o engenheiro de 1ª classe, Adolfo José Moreira; secretário e representante da Fazenda Nacional — o 2º escrivão da Alfândega de Manaus, servindo na Mesa de Rendas de Porto Velho, Emiliano da Silva Rebelo; representante do Tribunal de Contas — o 3º escrivão deste Tribunal, Carlos Augusto Moisés e o capitão Aluísio Pinheiro Ferreira, diretor da estrada. O Sr. presidente deu a explicação sobre a tomada de contas e sobre a ausência do representante da Companhia exatamente como já consta da tomada de contas do 1º semestre do presente ano.

Resumo do ano de 1934

Receita do tráfego:	
1º semestre	670:593\$900
2º semestre	681:068\$800
Total	1.351:662\$700

Despesa do custeio	
1º semestre	682:888\$100
2º semestre	761:586\$800
Total	1.444:474\$900
Deficit total	92:812\$200

Serviços comerciais

Receita:	
1º semestre	120:633\$400
2º semestre	118:860\$800
Total	239:494\$200

Despesa:	
1º semestre	56:253\$800
2º semestre	56:942\$700
Total	113:198\$500
Saldo total	126:295\$700

Materiais retirados

1º semestre	33:060\$100
2º semestre	35:737\$700
Total	68:797\$800

Receita geral:	
1º semestre	791:227\$200
2º semestre	799:929\$600
Total	1.591:156\$800

Despesa geral:	
1º semestre	739:143\$900
2º semestre	818:529\$500
Total	1.557:673\$400

Levando em consideração o valor dos materiais empregados, o resultado geral, acusa um deficit de 35:314\$400.

Quota de arrendamento

1º semestre	67:059\$380
2º semestre	68:106\$880
Total	135:166\$260

Imposto de transporte

1º semestre	3:019\$300
2º semestre	2:658\$700
Total	5:678\$000

Taxa de Viação

1º semestre	5:374\$900
2º semestre	2:770\$600
Total	8:145\$500

Caixa de Aposentadorias e Pensões

1º semestre	46:324\$100
2º semestre	49:706\$900
Total	96:031\$000

Parecer

A vista do exposto, sou de parecer que a presente tomada de contas está em condições de ser aprovada de acordo com as conclusões da ata.

Saúde e fraternidade. — *Alvaro Crespo de Oliveira*, inspetor.

Expediente de 27 de dezembro de 1937

Avisos:

N. 3.325 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando o pagamento da conta de 47:679\$500 de Henrique da Rocha Pinto, proveniente de serviços prestados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense (24.284-37).

N. 3.326 — Ao mesmo — Idem, da conta de 14:670\$000 de Zorobabel Alves Barreira, proveniente de serviços prestados, no corrente ano, à mesma diretoria (24.244-37).

N. 3.327 — Ao mesmo — Idem, da conta de 10:764\$700, de Raul Niu Ferreira, pelo mesmo motivo (24.244-37).

N. 3.328 — Ao mesmo — Idem, da conta de 51:832\$700 de Raul Niu Ferreira, pelo mesmo motivo (24.245-37).

N. 3.329 — Ao mesmo — Idem, da conta de 12:823\$200 de Henrique da Rocha Pinto, pelo mesmo motivo (24.368-37).

N. 3.330 — Ao mesmo — Idem, da conta de 55:582\$500 de Alfredo Aires Fernandes, pelo mesmo motivo (24.369-37).

N. 3.331 — Ao mesmo — Idem, da conta de 107:612\$700, de Vidal, Alceforado & Comp., pelo mesmo motivo (24.412-37).

N. 3.332 — Ao mesmo — Idem, das contas na importância total de 13:021\$500, da mesma firma, pelo mesmo motivo (24.418-37).

N. 3.333 — Ao mesmo — Idem, da conta de 25:000\$000 de Manuel Gomes de Almeida, pelo mesmo motivo (24.416-37).

N. 3.334 — Ao mesmo — Idem, da conta de 27:560\$000 de José Francisco Pinto, pelo mesmo motivo (24.117-37).

N. 3.335 — Ao mesmo — Idem, da conta de 19:570\$000 de José Francisco Pinto, pelo mesmo motivo (24.105-37).

N. 3.336 — Ao mesmo — Idem, da conta de 67:038\$800 de Ezequiel Ribeiro de Castro, pelo mesmo motivo (24.243-37).

N. 3.337 — Ao mesmo — Idem, da conta de 84:494\$700 de Manuel Gomes de Almeida, pelo mesmo motivo (24.252-37).

N. 3.338 — Ao mesmo — Idem, da conta de 199:450\$000, de Estaleiros de Construções Navais Ltda., proveniente de serviços prestados no corrente ano, em proveito do D. N. Portos e Navegação (23.945-37).

N. 3.339 — Ao mesmo — Idem, da conta de 77:956\$400 da Companhia Fornecedora de Materiais, proveniente de serviços prestados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense (24.282-37).

N. 3.340 — Ao mesmo — Idem, da conta de 14:058\$000, de Vítorio Ferreira da Silva, pelo mesmo motivo (24.099-37).

N. 3.341 — Ao mesmo — Idem, da conta de 28:800\$000 de José Francisco Pinto, pelo mesmo motivo (24.370-37).

N. 3.342 — Ao mesmo — Idem, da conta de 450\$000 de José Ulmann, proveniente do aluguel do prédio sito à rua Dr. Siqueira n. 10, em Magé, ocupado pela D. S. Baixada Fluminense, nos meses de outubro a dezembro do corrente ano (24.762-37).

N. 3.343 — Ao mesmo — Idem, da conta de 5:200\$000, de Fernando Magalhães & Comp., proveniente de serviços prestados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense (24.107, de 1937).

N. 3.344 — Ao mesmo — Idem, da conta de 58:233\$000 de Alfredo Aires Fernandes, pelo mesmo motivo (24.246-37).

N. 3.345 — Ao mesmo — Idem, da conta de 131:551\$400 de Alfredo Aires Fernandes, pelo mesmo motivo (24.247-37).

N. 3.346 — Ao mesmo — Idem, da conta de 12:792\$300, da Companhia Nacional de Construções Cíveis e Hidráulicas, pelo mesmo motivo (24.289-37).

N. 3.347 — Ao mesmo — Idem, da conta de 19:357\$000 da mesma companhia, pelo mesmo motivo (24.290-37).

N. 3.348 — Ao mesmo — Idem, da conta de 28:517\$800 da mesma companhia, pelo mesmo motivo (24.291-37).

N. 3.349 — Ao mesmo — Idem, da conta de 42:179\$200 da mesma companhia, pelo mesmo motivo (24.292-37).

N. 3.350 — Ao mesmo — Solicitando que, por conta do crédito especial aberto pelo decreto n. 2.129, de 12 de novembro de 1937, seja distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão, a importância de 500:000\$000, à disposição da Diretoria da E. F. São Luís a Terezina, para despesas com a continuação das obras do ramal ferroviário Coroatá-Pedreiras, no referido Estado (23.574-37).

N. 3.351 — Ao mesmo — Delegando competência ao engenheiro Norberto da Silva Pais, diretor da E. F. São Luís a Terezina, para empenhar despesas, expedir ordens de pagamento e requisitar adiantamentos e suprimentos até a importância de 500:000\$000, distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão, por conta do crédito especial aberto pelo decreto n. 2.129, de 1 de novembro último (23.574-37).

N. 3.352 — Ao Tribunal de Contas — Idêntico (23.574-37).

N. 3.353 — A I. F. Estradas — Idêntico (23.574-37).

N. 3.354 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Maranhão — Idêntico (23.574-37).

N. 3.355 — A I. F. Estradas — Tomadas de contas. (22.238-37).

N. 3.356 — A mesma — Tomadas de contas. (23.154-37).

N. 3.357 — Ao D. Aeronáutica Civil — Comunicando que esse departamento fica autorizado a permitir que a Pan American Airways inicie o tráfego aéreo internacional sobre o território brasileiro, da linha aérea Miami-Assunção. (25.162-37).

N. 3.358 — Ao Ministério da Fazenda — Solicitando o pagamento da conta de 24:792\$000 de Honório Ferreira de Freitas, proveniente de serviços executados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense. (24.367-37).

N. 3.359 — Ao mesmo — Idem, da conta de 141:860\$000 da Companhia Brasileira Melhoramentos e Construções, pelo mesmo motivo. (24.255-37).

N. 3.360 — Ao mesmo — Idem, da conta de 5:522\$900 da Companhia Telefônica Brasileira, proveniente de assinaturas de aparelhos telefônicos a serviço desta Secretaria de Estado, nos meses de julho a dezembro do corrente ano. (23.710-37).

N. 3.361 — Ao Ministério da Fazenda — Idem, da conta de 7:290\$000 dos Irmãos Boves, proveniente de serviços prestados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense. (24.109, de 1937).

N. 3.362 — Ao mesmo — Idem, da conta de 39:974\$300, da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.219-37).

N. 3.363 — Ao mesmo — Idem, da conta de 19:042\$000, da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.250-37).

N. 3.364 — Ao mesmo — Idem, da conta de 39:240\$100 da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.258-37).

N. 3.365 — Ao mesmo — Idem, da conta de 7:290\$000 da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.283-37).

N. 3.366 — Ao mesmo — Idem, da conta de 32:773\$000, da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.285-37).

N. 3.367 — Ao mesmo — Idem, da conta de 44:647\$300 da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.286-37).

N. 3.368 — Ao mesmo — Idem, da conta de 21:646\$200 da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.287-37).

N. 3.369 — Ao mesmo — Idem, da conta de 283:960\$000 da mesma firma, pelo mesmo motivo. (24.288-37).

N. 3.370 — Ao mesmo — Idem, da conta de 4:080\$000 de F. R. Moreira & Comp., proveniente de fornecimentos feitos, no corrente ano, a esta Secretaria de Estado (24.235-37).

N. 3.371 — Ao mesmo — Idem, da conta de 423\$200 do Lloyd Brasileiro, proveniente de transporte fornecido em proveito do D. N. Portos e Navegação. (24.091-37).

N. 3.372 — Ao mesmo — Idem, da conta de 4:417\$500 de Alcebíades Barbosa, proveniente de serviços executados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense. (24.410-37).

N. 3.373 — Ao mesmo — Idem, da conta de 29:533\$200 de Joaquim Gonçalves Fonseca, pelo mesmo motivo. (24.414-37).

N. 3.374 — Ao mesmo — Idem, da conta de 33:506\$000 de Alfredo Aires Fernandes, pelo mesmo motivo. (24.248-37).

N. 3.375 — Ao mesmo — Idem, da conta de 238\$400 do Lloyd Brasileiro, proveniente de passagem fornecida, no corrente ano, a um funcionário do D. N. Portos e Navegação. (24.509-37).

N. 3.376 — Ao mesmo — Idem, da folha de diárias, na importância total de 11:628\$000, do pessoal titulado da D. S. Baixada Fluminense, relativa ao corrente mês. (24.749-37).

N. 3.377 — Ao mesmo — Idem, da conta de 1:577\$800, de Alcebíades Barbosa, proveniente de serviços prestados, no corrente ano, em proveito da D. S. Baixada Fluminense. (24.260-37).

N. 3.378 — Ao mesmo — Idem, da conta de 2:600\$000 de Fred Figner (Casa Edison), proveniente de fornecimento feito, no corrente ano, a esta Secretaria de Estado. (19.180-37).

N. 3.379 — Ao mesmo — Idem, da importância de 29:700\$000 a Boabaid & Irmão, de subvencão pelos serviços de navegação realizados, no corrente ano, entre Porto Esperança e Cuiabá. (21.224-37.)

N. 3.380 — Ao mesmo — Idem, da importância total de 120:300\$ a Miguéis & Comp., pelos mesmos serviços. (21.224-37.)

N. 3.381 — Ao mesmo — Solicitando providências no sentido de serem desembarcados, com isenção de direitos aduaneiros, os materiais citados no requerimento junto por cópia, endereçado ao D.N. Portos e Navegação pela Companhia de Mineração e Meta-lurgia Brasil — "Cobrasil". (21.239-37.)

N. 3.382 — Ao Tribunal de Contas — Atendendo ao pedido do Sindicato Côndor Limitada, quanto ao levantamento da caução de 30:000\$, feita na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, em 23 de março de 1934, para a execução da linha aérea S. Paulo-Cuiabá, solicita providências no sentido de ser autorizado o levantamento em questão. (23.617-37.)

Offícios:

N. 5.457 — Ao prefeito de Anadaraí, Estado da Baía — Em referência ao ofício solicitando a cessão a esse município, de 200 trilhões usados, pertencentes à V.F.F. Leste Brasileiro, comunica que, ouvido a respeito, informou o diretor daquela estrada não ser possível atender ao pedido, dada a deficiência do stock e às necessidades dos serviços. (22.385-37.)

N. 5.458 — A Administração do Domínio da União no Estado da Baía — Comunicando que este ministério nada tem a opor ao aforamento de um terreno de marinha e alagados, situados em São Domingos da Sabara, no município de Santo Amaro, nesse Estado, requerido pelo Sr. Isaac Requião dos Santos. (24.767-37.)

N. 5.459 — A mesma — Idem, quanto ao aforamento de um terreno de marinha, situado à rua Euclides de Mito, em Rio Vermelho, na capital desse Estado, requerido pelo Sr. Tancreto Teixeira de Sousa. (24.765-37.)

N. 5.460 — A mesma — Idem, quanto ao aforamento de um terreno de marinha, situado à avenida Beira-Mar, distrito de Penha, na capital desse Estado, requerido por D. Senhorinha Marques Campelo. (24.861-37.)

N. 5.461 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco — Relativamente ao aforamento de um terreno de marinha situado entre a avenida Alfredo Lisboa e a praça Artur Oscar, no porto de Recife, nesse Estado, requerido pela Associação Comercial de Pernambuco, comunica que, segundo informação do D. N. Portos e Navegação, o terreno em apreço está compreendido na cláusula V do contrato de concessão do porto, autorizado pelos a esse Estado, dispôr do referido terreno, mediante aprovação do Governo Federal. (19.702-37.)

N. 5.462 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Minas Gerais — Remetendo o papel n. 23.631-37, para cumprimento da Lei do Selo. (21.631-37.)

N. 5.463 — A mesma — Idem, do papel n. 23.684-37. — decretos ns. 23.141 e 23.323, de 15-9 e 3-11-1933, competindo, pois, (23.884-37.)

N. 5.464 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de S. Paulo — Idem, do papel n. 23.891-37. (23.891-37.)

N. 5.465 — A mesma — Idem, do papel n. 24.706-37. — (24.706-37.)

N. 5.466 — A mesma — Comunicando que este ministério nada tem a opor ao aforamento de um terreno de marinha situado à rua Císio Ferreira, município de Conceição do Itanharen, nesse Estado, requerido por Celeste Stipanich. (23.583-37.)

N. 5.467 — A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba — Remetendo o papel n. 23.955-37, para cumprimento da Lei do Selo. (23.955-37.)

N. 5.468 — A Comissão Executiva da 2ª Exposição Viti-Vinícola e de Frutas do Estado de S. Paulo — Comunicando que, por falta de apoio legal, o Sr. ministro não pode atender ao pedido de franch-quia postal e telegráfica feito por essa comissão em ofício 10-37-2, de 5-10-37. (22.046-37.)

N. 5.469 — Ao Sr. A. de Faria Filho, diretor da Comissão Central de Compras — Comunicando que a seção interessada na aquisição do material constante da requisição n. 901.000, deu sua preferência ao material da exclusividade de Paul J. Christoph Co., por ser o mais indicado aos fins destinados, dentre os que foram examinados nas diversas casas especializadas na fabricação de fichários de aço. (21.977-37.)

N. 5.470 — Ao diretor executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior — Solicitando a remessa de uma nova cópia do parecer que acompanhou o ofício n. 4.761, de 24-11-37, visto ter o mesmo chegado nesta Secretaria de Estado com a falta da folha 20. (22.442-37.)

N. 5.471 — A Imprensa Nacional — Solicitando sejam fornecidos, com a possível urgência, à V.F.F. Leste Brasileiro, 20.000 exemplares de portarias de contrato conforme o modelo junto.

N. 5.472 — A Diretoria do Expediente e do Pessoal do Tesouro Nacional — Restituindo o processo referente à reversão das pensões de montepio a que tem direito Ana e Paula de Oliveira Andrade, em consequência do falecimento de sua genitora, D. Francisca Cândida de Oliveira, viúva de Manuel de Oliveira Andrade, ex-administrador dos Correios de Campanha, Estado de Minas Gerais, comunica que, apenas por um lapso, deixaram de ser feitas, em tempo oportuno, neste ministério as necessárias apostilas nos títulos das referidas pensionistas, providência essa que já agora incumbe a essa repartição, em face do que resolveu o Tribunal de Contas. — (24.207-37.)

N. 5.473 — Ao D. N. Portos e Navegação — Relativamente ao ofício em que esse departamento encarece a vantagem da acatilação da proposta da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Paraná para demolir o barracão existente junto ao prédio da Fiscalização do Porto de Paranaguá, removendo o material e tomando outras providências, comunica que o Sr. ministro exarou no respectivo processo o seguinte despacho: "Autorizado, mediante a lavratura de um termo, na forma do art. 1º do decreto n. 21.063, de 19-11-1932". (14.792-37.)

N. 5.474 — Ao D. N. Estradas de Rodagem — Comunicando que a funcionária desse departamento, Celina Fernandes, voltou a servir no gabinete do Sr. ministro, a partir do dia 2 do corrente. (23.402-37.)

N. 5.475 — A D. S. Baixada Fluminense — Comunicando que o Sr. ministro da Educação e Saúde declarou não julgar mais oportuna a realização das obras de emergência para reforçar o abastecimento d'água do Distrito Federal, achando, assim, desnecessária a escolha de uma comissão para novo exame do assunto, conforme sugeriu essa diretoria no ofício n. 445, de 3-7-37. (23.512-37.)

N. 5.476 — A Imprensa Nacional — Solicitando providências no sentido de ser aí confeccionado um livro conforme o modelo junto, destinado à Diretoria Geral de Contabilidade desta Secretaria de Estado.

N. 5.477 — A I. F. Obras contra as Secas — Restituindo, rubricado, o orçamento na importância de 10.275\$995, para a execução, pelo regime de cooperação, de cada um dos dois poços tubulares, requeridos pelo Governador de Pernambuco, e situados no lugar denominado "Tapara", município de S. Lourenço, naquele Estado. (22.086-37.)

N. 5.478 — A Diretoria do Domínio da União — Transmittindo cópia da informação prestada pela D. S. Baixada Fluminense sobre o assunto do ofício dessa diretoria, n. 835, de 19-9-37, esclarecendo que a diretoria da E. F. Central do Brasil, também ouvida a respeito, informou que está afeto à L. Águas e Esgotos o trecho onde se acham situados os referidos terrenos. (21.201-37.)

N. 5.479 — A secretaria geral da Câmara de Comércio Polono-Brasileira — Relativamente à carta em que essa secretaria pede informar quais os certames, feiras ou exposições a se realizarem no território nacional durante o ano de 1938, e as realizadas durante o ano de 1936, comunica que este ministério não tem elementos para prestar aquelas informações, as quais, entretanto, poderão ser obtidas da Comissão Permanente de Exposições e Feiras, que funciona junto ao Ministério do Trabalho. (21.776-37.)

N. 5.480 — A Comissão de Eficiência — Transmittindo o processo relativo ao memorial em que os guardas de armazém da E. F. Central do Brasil pedem ao Sr. Presidente da República equiparação de seus vencimentos aos dos manobreiros da mesma via-férrea. (13.956-37.)

N. 5.481 — A V.F.F. Leste Brasileiro — Remetendo cópia do decreto de aposentadoria do chefe de divisão dessa via-férrea, Argemiro Paiva. (16.844-37.)

N. 5.482 — Ao D. N. Portos e Navegação — Devolvendo o ofício n. 4.241, de 23-12-37, por ser o mesmo endereçado ao senhor ministro da Fazenda. (25.078-37.)

Departamento dos Correios e Telégrafos

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 3 de dezembro de 1937

(*) Na portaria n. 1.475-30-11-37, onde se lê: Ataulpa C. Fernandes, leia-se: Ataulpa Cesar Fernandes.

Dia 7 de dezembro de 1937

(*) Louvando o telegrafista da classe K, do Departamento, Edgar Saboia Ribeiro, os oficiais administrativos: de classe K, Mário Xavier Carneiro de Albuquerque; de classe J, Jaime Dias França, da Diretoria Geral, e de classe I, Luiz de Carvalho Coutinho, da Diretoria Regional do Distrito Federal, que constituíram a Comissão Central de Lotação.

(*) Reproduz-se por ter saído com incorreções.

criada de coordenar os trabalhos das Comissões de Inspeção e Leitura Regional, pelo desempenho dado à missão que lhes foi confiante, elaborando e apresentando, com proficiência, o projeto de aumento de pessoal necessário às Diretorias Regionais; trabalho de real valor para o Departamento, aprovado por esta Diretoria Geral. (Port. 1.488-3-12-37).

DIRETORIA DO PESSOAL

Licenças concedidas

(*) Genésio Lima Câmara, inspetor de linhas da classe H, da Diretoria Regional do Rio Grande do Norte, dois meses, em prorrogação, em três quartos do ordenado, para tratamento de saúde, a contar de 1 de outubro último. (22.228-37).

(*) Artur Vieira de Campos, auxiliar de expediente de 2ª classe, contratado, da Diretoria Regional de São Paulo, três meses, com dois terços da mesalidade, para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 15 de outubro último. (25.581-37).

(*) Sndik Norat, telegrafista da classe J, da Diretoria Regional do Rio Grande do Sul, um ano, com todos os vencimentos, nos termos do art. 1º do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde; o gozo será iniciado dentro de 30 dias. (51.260-37).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 8 de dezembro de 1937

(*) Dispensando João Batista Cardoso, do lugar de praticante de carteiro com função na Diretoria Regional de São Paulo, como incurso no artigo 130, n. 6, do regulamento baixado com o decreto n. 20.850, de 23 de dezembro de 1934, combinado com o artigo 14, § 2º, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921. (Port. 1.497-7-12-37).

Dia 9

(*) Transferindo da estação Rio Rádio para a Diretoria Regional do Estado do Rio de Janeiro, o telegrafista da classe F, Fernando Ce- stino Teixeira e, dessa Diretoria Regional para a Superintendência do Tráfego Telegráfico, o telegrafista da classe G, Silvino da Cunha Henriques. (Port. 1.499-7-12-37).

(*) Transferindo de João Pessoa para Santa Rita a sede do 1º eche da 2ª secção de linhas da Diretoria Regional da Paraíba. (Port. n. 1.503-9-12-37).

DIRETORIA DO PESSOAL

Licenças concedidas

(*) Henrique Garboggini, escriturário da classe D, da Diretoria Regional do Distrito Federal, dois meses, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 1 do corrente. (69.112-37).

(*) Benedito Soares de Gouveia, condutor de malas da linha postal de São José da Lagôa a Aimorés, na Diretoria Regional de Minas Gerais, seis meses, com dois terços da diária, para tratamento de saúde, a partir de 30 de novembro último. (67.764-37).

(*) Maria José Sampaio, agente com funções de tesoureiro da agência postal telegráfica de Igreja Nova, na Diretoria Regional de lagos, três meses, com a gratificação integral, nos termos do artigo 156, letra A, da Constituição Federal, a partir de 1 de outubro último. (58.504-37).

(*) Joaquim Fernandes da Cunha, carteiro da classe B, da Diretoria Regional de Minas Gerais, um mês, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 10 de outubro. (65.403-37)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR TÉCNICO DE CORREIOS

Usando das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria do Sr. diretor geral, n. 295, de 5 de abril de 1937)

(*) Suprimindo a linha postal de Dores do Campo a Lagôa Dourada, custeada por 1:320\$ anuais e criando, em substituição, pelo mesmo custo a de Garandal a Lagôa Dourada, com 35 quilômetros de extensão, com seis viagens por semana, em auto ônibus, ambas subordinadas à Diretoria Regional de Juiz de Fora (Port. 1.517, de 12-37).

DIRETORIA DO PESSOAL

Licença concedida

(*) Joaquim Ribeiro de Carvalho, condutor de malas da linha de Santo Antônio do Guanhães a Divino de Guanhães, na Diretoria Regional de Minas Gerais, seis meses, com dois terços da diária, para tratamento de saúde. (69.093-37).

(*) Reproduz-se por ter saído com incorreções.

Requerimento despachado

(*) João de Deus Barroso, mestre de lanchas, da classe G, da Diretoria Regional do Distrito Federal, pedindo mandar averbar nos seus assentamentos o tempo de serviço prestado à Marinha de Guerra Brasileira. — Deferido. (66.990-37).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 29 de dezembro de 1937

Tornando sem efeito a portaria n. 1.538, de 15 deste mês, que designou para servir no Gabinete da Diretoria Geral o oficial administrativo da classe J do Quadro da Diretoria Regional do Distrito Federal, Luiz Marques. (Port. 1.619-29-12-37).

Requerimento despachado

Boaventura de Paula Avelino, escriturário da classe G da Diretoria Regional do Amazonas e Acre, pedindo sua adição por seis meses à Diretoria Regional de Paraíba. — Indeferido. (Req. 68.079-37).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR TÉCNICO DE CORREIOS

Usando das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria do Sr. diretor geral, n. 295, de 5 de abril de 1937)

Suprimindo a linha postal de Nepomuceno à estação de Cervo, custeada por 3:000\$ anuais e restabelecendo, com o mesmo custo a de Lavras a Nepomuceno, ambas subordinadas à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha. (Port. 1.617-29-37).

DIRETORIA DO PESSOAL

Licenças concedidas

Francisca Benfêa Paim, agente de Secretário, na Diretoria Regional do Estado do Rio de Janeiro, seis meses, com a gratificação integral, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 22 de setembro último. (59.683-37).

Clarice Amaral Martins, agente de Tíbagi, na Diretoria Regional do Paraná, três meses, com a gratificação integral, nos termos do artigo 170, n. 10, da Constituição Federal, a partir de 7 de maio último. (41.613-37).

Carlos Cals de Oliveira, oficial administrativo da classe I da Diretoria Regional do Ceará, oito meses e nove dias, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada. (59.328-37).

Divina Maria de Jesus, agente de Ibiracá, na Diretoria Regional de Campanha, três meses, com dois terços da gratificação, para tratamento de saúde, a partir de 18 de dezembro. (72.105-37).

Magnólia Tavares de Almeida, ajudante, da agência de Anchieta, na Diretoria Regional do Espírito Santo, três meses, com a gratificação integral, nos termos do art. 156, letra A, da Constituição Federal, a partir de 9 do corrente. (72.490-37).

Arabela Gomes Coimhã, escriturária da classe G da Diretoria Regional de Ribeirão Preto, dois meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 16 de novembro último. (69.365-37).

Domingos Dionísio Simões Filho, carteiro da classe B, de Ubá, na Diretoria Regional de Juiz de Fora, três meses com dois terços da gratificação, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada. (72.098-37).

Ana da Cunha Pina, agente de Casa Verde, na Diretoria Regional de São Paulo, seis meses, com a gratificação integral, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada. (67.802, de 1937).

Oswaldo Camardelli, praticante de auxiliar, da Diretoria Regional da Bahia, seis meses, com dois terços da diária, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada. (38.370-37).

Gregório da Rocha Coutinho, condutor de malas, de Parati, na Diretoria Regional de Barra Velha, na Diretoria Regional de Santa Catarina, seis meses, com a diária integral, nos termos do art. 1º parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 1 do corrente. (72.431-37).

Alarico Carvalho, praticante de auxiliar da Diretoria Regional do Espírito Santo, dois meses, com dois terços da diária, para tratamento de saúde, a partir de 17 de novembro último. (70.648-37).

José Firmino Júlio, condutor de malas de Plumbi a Capitólio, na Diretoria Regional de Minas Gerais, seis meses, com a diária integral, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde a partir de 1 de novembro. (72.492-37).

(*) Reproduz-se por ter saído com incorreções.

Ara Quadros de Sá Watson, escriturária da classe E, da Diretoria Regional do Distrito Federal, seis meses, sendo cinco meses e 28 dias com ordenado, e o restante com três quartos, para tratamento de saúde, a partir de 28 de outubro. (72.451-37).

José Bento de Carvalho, condutor de malas, de Bebedouro a Nova Granada, na Diretoria Regional de São Paulo, um mês e 20 dias, em prorrogação, com dois terços da diária, para tratamento de saúde, a partir de 14 de novembro último. (64.153-37).

Salvador Flosi Nto, escriturário da classe E, da Diretoria Regional de São Paulo, dois meses, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 23 de novembro último. (70.654-37).

Valdemar Nogueira, escriturário da classe E, da Diretoria Regional de São Paulo, dois meses, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 5 de novembro último. (71.372-37).

Oscar Ramos Nogueira, condutor de malas, da Diretoria Regional de São Paulo, as agências urbanas, na Diretoria Regional de São Paulo, um mês, com dois terços da diária, para tratamento de saúde, a partir de 14 de setembro último. (47.938-37).

Paulo Ananias de Carvalho Filho, telegrafista, adjunto de 4ª classe, contratado, da Diretoria Regional de São Paulo, três meses, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 18 de novembro último. (72.661-37).

Arnaldo Ivo Sales, telegrafista adjunto de 5ª classe, contratado, da Diretoria Regional de Paraíba do Norte, dois meses, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 26 de junho último. (46.042-37).

Arremildo Baldoim, auxiliar de tráfego de 5ª classe, contratado, da Diretoria Regional de São Paulo, quatro meses, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 1 de novembro último. (72.476-37).

Pubens Alves Bonifácio, telegrafista de 5ª classe, contratado, da Estação Central Telefônica, três meses, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 1 de novembro último.

Antônio Alísio Gondim de Abreu, telegrafista auxiliar de 1ª classe, contratado, da Diretoria Regional de Minas Gerais, três meses, em prorrogação, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 1 de dezembro corrente. (55.318-37).

Antônio Aloísio Gondim de Abreu, telegrafista auxiliar de 1ª classe, contratado, da Diretoria Regional de Minas Gerais, três meses, com dois terços da mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 1 de setembro último. (55.318-37).

José Lopes de Vasconcelos, telegrafista da classe F, da Diretoria Regional de Minas Gerais, dois meses, em prorrogação, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 23 de outubro. (44.923-37).

Norbertina de Figueiredo Rodrigues, telegrafista adjunta de 3ª classe, contratada, da Diretoria Regional de Corumbá, três meses, com a mensalidade integral, nos termos do art. 156, letra h, da Constituição da República, a partir de 1 de dezembro corrente. (73.682-37).

Euridice Romão, telegrafista da classe F, da Diretoria Regional do Distrito Federal, seis meses, sendo três meses com ordenado e o prazo restante com três quartos do mesmo, para tratamento de saúde, a partir de 2 de abril último. (47.378-37).

Herclio Arrais Maia, telegrafista adjunto de 4ª classe, contratado, da Estação Central Telefônica, um ano, com dois terços da mensalidade nos termos do art. 2º da lei 79, de 8 de julho de 1935, para tratamento de saúde, a partir de 5 de outubro último. (35.388-36).

Bermosilo de Oliveira Suepura, telegrafista da classe G, da Diretoria Regional do Espírito Santo, seis meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a qual deverá ser iniciada dentro de 30 dias. (27.066-37).

Manuel Alves de Sousa, mensageiro ajudante de 1ª classe, contratado, da Diretoria Regional de Pernambuco, seis meses com dois terços de mensalidade, para tratamento de saúde, a partir de 1 de outubro último. (8.797-37).

Elias Batista dos Santos, telegrafista da classe I, da Diretoria Regional da Bahia, seis meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a qual deverá ser iniciada dentro de 30 dias. (35.837-37).

Requerimentos despachados

Rômulo Maiolino, trabalhador de 4ª classe, contratado, da Diretoria Regional de Corumbá, solicitando dois meses de licença. — Indeferido. (65.380-37).

Geraldo Guimarães, carteiro da classe B, da agência de Valença, na Diretoria Regional do Estado do Rio de Janeiro, pedindo seu aproveitamento como praticante, interino, da classe B, na referida agência. — Indeferido, visto que não existe nas tabelas anexas à lei número 284, de 28 de outubro de 1936, o cargo pretendido.

João Antônio Nepomuceno Júnior, oficial administrativo da classe II, do Distrito Federal, pedindo transcrever em seus assentamentos o teor do ofício do ex-presidente do Tribunal Eleitoral. — Deferido. (69.009-37).

Hugo José Pereira da Silva, carteiro da classe F, da Diretoria Regional do Distrito Federal, pedindo dois dias de licença, em prorrogação. — Tendo em vista o que dispõe o art. 18 do decreto número 14.663, de 1 de fevereiro de 1924, não há o que deferir.

Edna Nascimento Moreira, ajudante da agência Estação Central, na Diretoria Regional do Espírito Santo, pedindo alteração de seu nome, para Edna Nascimento da Vitória, por ter contraído matrimônio. — Deferido.

Severiano Botelho, condutor de malas da Capital a Ponte Nova, linha subordinada à Diretoria Regional de Minas Gerais, pedindo certidão das informações, que motivou o indeferimento do seu pedido de reintegração do cargo de auxiliar de carteiro. — Dirija-se ao senhor ministro da Viação, querendo.

Sebastião de Sousa Santos, pedindo nomeação para o carteiro de Campanha. — Não possuindo o requerente concurso para o cargo que pretende, não há que deferir.

Izabel Maria Carneiro, ajudante da agência de Cristina, na Diretoria Regional de Campanha, pedindo promoção ao cargo de ajudante da agência de Alfenas. — Tendo em vista o que dispõe a lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, em seus artigos 30, parágrafo único, e 31, não há o que deferir.

Jcel de Aquino, carteiro da classe B, interino, da Diretoria Regional de São Paulo, pedindo sua efetivação. — Aguarde a execução das providências já autorizadas pelo Sr. Presidente da República.

PROTOCOLO

Requerimento despachado

José Correia Pais Neto, escriturário da classe E, da Diretoria Regional de Sergipe, presentemente nesta Capital em gozo de licença, pedindo para ser submetido à inspeção de saúde para efeito de prorrogação de licença. — Compareça ao Protocolo da Diretoria Geral para legalizar o selo da petição. (Req. 74.491-37).

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR REGIONAL

Dia 24 de dezembro de 1937

Requerimentos despachados

Herclio do Nascimento Rocha, pedindo férias. — Concedo, à vista do atestado médico. (59.638-37.)

Gustavo Carpenter Meyer, escriturário "E", pedindo reconsideração de penalidade. — Indeferido, à vista do informado. (42.548, de 1937.)

Dia 27 de dezembro de 1937

Vicente Saraiva de Carvalho Neiva Filho, pedindo vista de processo. — Sim, na 1ª seção. (48.813-33.)

Estrada de Ferro Central do Brasil

PORTARIA N. 19-G

O diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o regulamento que baixou aprovado pelo decreto n. 20.560, de 23 de outubro de 1934, em seus §§ 3º e 15º do art. 6º.

Resolve delegar, até ulterior deliberação, ao assistente geral, engenheiro Gontran de Souza, poderes para, em seu nome, assinar a correspondência interna, e despachar os processos que forem submetidos à decisão da diretoria.

Cumpra-se.

Diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1937. — O diretor, Waldemar Luz.

Inspetoria Federal de Obras contra as Secas

O inspetor federal de Obras contra as Secas, por portaria número 98, de 28 do corrente, concedeu a seguinte licença para tratamento de saúde:

De seis meses, em prorrogação, ao ajudante técnico de 2ª classe, Alberico Barbosa de Moura, com exercício no 1º distrito.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be addressed. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

O Diretor do Departamento de Aeronautica Civil, usando da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo a. 189 n. 1.824, de 10 de junho de 1938 do Ministro da Viação e Obras Publicas, Atendendo ao que requereu o Syndicato Condor Limitada, concessionario dos servicos de navegacao aerea e que referem os decretos n. 1.067, de 20 de janeiro de 1928 e 19.331, de 29 de agosto de 1939, tendo em vista o despacho do ministro da Viação e Obras Públicas, a que se refere o officio n. 5.435, de 23 de fevereiro da Unidade Central de Expediente da Secretaria de Estado, e de acordo com o art. 59 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1952, combinado com o art. 25, letra c, do regulamento para os Servicos Gerais de Navegacao Aerea, aprovado pelo decreto n. 16.033, de 22 de julho de 1925,

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — J. Furtado Reis, diretor.

Fio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — J. Furtado Reis, diretor.

TABLE 1. QUOTE SE REFERS A PORTARIA N. 188, DESIA DATA

SYNDICATO CONDOR LIMITADA

Tarifa de passagens das linhas aéreas costeiras

[illegible]

Bases para a aplicação da tarifa

1. — Esta tarifa só se aplica às passagens adquiridas no Brasil.
2. — A tarifa não limita o peso do passageiro, e a pa fazem da direito ao transporte gratuito de 15 a 25 quilos de bagagem, de acordo com o percurso da viagem, como se segue: ate 1.000 quilômetros, 15 quilos; entre 1.500 e 3.200 quilômetros, 20 quilos; acima de 3.200 quilômetros, 25 quilos. O calculo sera feito pelas tabelas de distancias constantes dos livros e horários das linhas.
3. — O transporte da bagagem excedente áqueles limites será cobrado, por kilo excedido, a razão de 1 % sobre o preço da passagem respectiva.
4. — As crianças menores de 3 anos, levadas ao colo das pais ou responsáveis, terão transporte gratuito, sem direito, ent-e-las, a transporte gratuito de bagagem. As crianças de 3 a 12 anos pagarão meia passagem, com direito a ocupar lugar e ao transporte gratuito de metade do peso de bagagem correspondente ao bilhete de passagem inteira equivalente.
5. — As passagens de volta, quando adquiridas antecipadamente com as de ida correspondentes, gozarão do desconto de 50 %.

Divisão de Tráfego do Departamento de Aeronáutica Civil, 27 de dezembro de 1937. — Luciano Koeler, chefe da Divisão.

(C. 8.533-29-12.937 - 269,500.)

PONTARIA N. 183

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, usando da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo aviso n. 1.322, de 10 de junho de 1935, do Ministro da Viação e Obras Públicas.

Atendendo ao que requereu a Panair do Brasil, S. A., concessionária dos serviços de navegação aérea a que se referem os decretos ns. 19.079, de 24 de janeiro de 1930, e 19.417, de 21 de novembro do mesmo ano; tendo em vista o despacho do Ministro da Viação e Obras Públicas, a que se refere o ofício n. 5.431, de 23 do corrente da Direção da Geral da Expediente da Secretaria de Estado, e de acordo com o art. 59 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, combinado com o art. 63, letra e, do Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, aprovado pelo decreto n. 13.933, de 22 de julho de 1935.

Resolve aprovar a tarifa de passagens aplicável às linhas aéreas costeiras da Panair do Brasil, S. A., que com esta baixa assinada pelo ch.f. da divisão do Tráfego deste Departamento.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — *Luciano Koer, diretor.*

TARIFA A QUE SE REFERE A PORTARIA N. 183, DESTA DATA

PANAIRO DO BRASIL, S. A.

Tarifa de passagens das linhas aéreas costeiras

Origem	São Luís	Amatragão	Camocim	Fortaleza	Aracaju	Natal	Cabedelo	Recife	Maceió	Aracaju	Baía	Ilheus	Canavieiras	Vitoria	Campos	Rio de Janeiro	Santos	Paranaguá	Florianópolis	Porto Alegre
Belém	600\$	830\$	920\$	1:150\$	1:330\$	1:520\$	1:700\$	1:700\$	1:330\$	2:030\$	2:230\$	2:420\$	2:530\$	2:530\$	2:970\$	3:170\$	3:430\$	3:670\$	3:840\$	4:110\$
São Luís	340\$	340\$	410\$	670\$	830\$	1:130\$	1:150\$	1:250\$	1:110\$	1:590\$	1:500\$	1:330\$	2:210\$	2:130\$	2:590\$	2:770\$	3:020\$	3:200\$	3:370\$	3:720\$
Amatragão	340\$	340\$	410\$	670\$	830\$	1:130\$	1:150\$	1:250\$	1:110\$	1:590\$	1:500\$	1:330\$	2:210\$	2:130\$	2:590\$	2:770\$	3:020\$	3:200\$	3:370\$	3:720\$
Camocim	140\$	140\$	140\$	410\$	500\$	720\$	830\$	940\$	1:100\$	1:230\$	1:500\$	1:330\$	1:940\$	1:860\$	2:300\$	2:530\$	2:730\$	2:940\$	3:110\$	3:450\$
Fortaleza	240\$	240\$	240\$	470\$	500\$	720\$	830\$	940\$	1:100\$	1:230\$	1:500\$	1:330\$	1:940\$	1:860\$	2:300\$	2:530\$	2:730\$	2:940\$	3:110\$	3:450\$
Aracaju	240\$	240\$	240\$	470\$	500\$	720\$	830\$	940\$	1:100\$	1:230\$	1:500\$	1:330\$	1:940\$	1:860\$	2:300\$	2:530\$	2:730\$	2:940\$	3:110\$	3:450\$
Natal	240\$	240\$	240\$	470\$	500\$	720\$	830\$	940\$	1:100\$	1:230\$	1:500\$	1:330\$	1:940\$	1:860\$	2:300\$	2:530\$	2:730\$	2:940\$	3:110\$	3:450\$
Cabedelo	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$
Recife	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$
Maceió	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$	100\$
Aracaju	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$	250\$
Baía	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Ilheus	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Canavieiras	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Vitoria	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Campos	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Rio de Janeiro	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Santos	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Paranaguá	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Florianópolis	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$
Porto Alegre	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$	320\$

Bases para aplicação da tarifa:

- 1.º A tarifa não limita o peso do passageiro, e a passagem dá direito ao transporte gratuito de 15 a 25 quilos de bagagem, de acordo com o percurso da viagem, como se segue: até 1.600 quilômetros, 15 quilos; entre 1.600 e 3.200 quilômetros, 20 quilos; acima de 3.200 quilômetros, 25 quilos. O cálculo será feito pelas tabelas de distâncias constantes dos itinerários e horários das linhas.
- 2.º O transporte da bagagem excedente daqueles limites será cobrado, por quilo excedido, à razão de 1% sobre o preço da passagem respectiva.
- 3.º As crianças menores de 2 anos, levadas ao colo dos pais ou responsáveis, terão transporte gratuito, sem direito, entretanto, a transporte gratuito de bagagem. As crianças de 2 a 12 anos pagarão pela passagem, com direito a ocupar lugar e ao transporte gratuito de metade do peso de bagagem correspondente ao bilhete de passagem inteira equivalente.
- 4.º As passagens de ida e volta, quando adquiridas antecipadamente, terão direito ao desconto de 10%.

Divisão de Tráfego do Departamento de Aeronáutica Civil, 27 de dezembro de 1937 — *Luciano Koer, chefe da Divisão*

PORTARIA N. 190

O diretor do Departamento de Aeronáutica Civil, usando da delegação de poderes que lhe foi conferida pelo Aviso n. 1.922, de 10 de junho de 1935, do ministro da Viação e Obras Públicas:

Atendendo ao que requerem a Pan American Airways, Inc., autorizada a funcionar na Republica, por força dos decretos ns. 18.768, de 28 de maio de 1929 e 20.498, de 7 de outubro de 1931, e a estabelecer tráfego aéreo internacional sobre o território brasileiro, em virtude das portarias ns. 179, de 21 de fevereiro de 1934 e 464, de 13 de setembro de 1937, do Ministro da Viação e Obras Públicas; tendo em vista o despacho do Ministro da Viação e Obras Públicas, a que se refere o officio n. 3.495, de 23 do corrente, da Diretoria Geral do Expediente da Secretaria de Estado, e de acordo com o art. 59 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, combinado com o art. 66, letra e, do Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, aprovado pelo decreto n. 16.983 de 22 de julho de 1925,

Resolve aprovar a tarifa de passagens das linhas aéreas costeiras da Pan American Airways, Inc., com esta baixam assinadas pelo chefe da Divisão de Tráfego deste Departamento, applicavel aos trechos Belém - Buenos Aires e Belém - Rio de Janeiro das suas linhas aéreas internacionais Miami - Buenos Aires e Miami - Assunção, respectivamente.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — T. Furtado Reis, diretor.

TARIFA A QUE SE REFERE A PORTARIA N. 190, DESTA DATA

PAN AMERICAN AIRWAYS, INC.

Tarifa de passagens das linhas aéreas costeiras

Escalas	São Luís	Amaração	Camocim	Areia Branca	Natal	Recife	Maceió	Aracaju	Baía	Caravelas	Vitória	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Montevideo	Buenos Aires
Belém.....	600\$	850\$	920\$	1:330\$	1:520\$	1:730\$	1:880\$	2:050\$	2:260\$	2:620\$	2:350\$	3:170\$	4:110\$	4:710\$	4:350\$
São Luís....		340\$	410\$	840\$	1:030\$	1:250\$	1:410\$	1:590\$	1:800\$	2:210\$	2:430\$	2:770\$	3:720\$	4:230\$	4:440\$
Amaração.....			140\$	580\$	790\$	990\$	1:160\$	1:340\$	1:570\$	1:930\$	2:240\$	2:590\$	3:490\$	4:070\$	4:200\$
Camocim.....				500\$	720\$	940\$	1:100\$	1:280\$	1:500\$	1:940\$	2:170\$	2:530\$	3:450\$	4:010\$	4:170\$
Areia Branca....					290\$	520\$	690\$	860\$	1:100\$	1:550\$	1:300\$	2:170\$	3:100\$	3:650\$	3:310\$
Natal.....						290\$	480\$	670\$	900\$	1:340\$	1:520\$	1:930\$	2:940\$	3:460\$	3:620\$
Recife.....							230\$	440\$	690\$	1:140\$	1:400\$	1:800\$	2:770\$	3:280\$	3:440\$
Maceió.....								250\$	510\$	970\$	1:240\$	1:650\$	2:610\$	3:120\$	3:280\$
Aracaju.....									320\$	790\$	1:060\$	1:490\$	2:450\$	2:990\$	3:120\$
Baía.....										550\$	830\$	1:240\$	2:230\$	2:800\$	2:930\$
Caravelas.....											350\$	790\$	1:360\$	2:460\$	2:500\$
Vitória.....												500\$	1:620\$	2:210\$	2:330\$
Rio de Janeiro....													1:210\$	1:830\$	1:990\$
Porto Alegre....														770\$	930\$

Bases para applicação da tarifa

1.ª — A tarifa não limita o peso do passageiro, e a passagem dá direito ao transporte gratuito de 15 a 25 quilos de bagagem, de acordo com o percurso da viagem, como se segue: até 1.500 quilômetros, 15 quilos; entre 1.600 a 3.000 quilômetros, 20 quilos; acima de 3.200 quilômetros, 25 quilos. O cálculo será feito pela tabela de distâncias constantes dos itinerários e horários das linhas.

2.ª — O transporte de bagagem excedente daqueles limites será cobrado, por quilo excedido, á razão de 1 % sobre o preço da passagem respectiva.

3.ª — As crianças menores de 2 anos, levadas ao colo dos pais ou responsáveis, terão transporte gratuito, sem direito, entretanto, a transporte gratuito de bagagem. As crianças de 1 a 12 anos pagarão meia passagem, com direito a ocupar lugar e ao transporte gratuito de metade do peso de bagagem correspondente ao bilhete de passagem inteira equivalente.

4.ª — As passagens de ida e volta, quando adquiridas antecipadamente terão direito ao desconto de 10 %.

Divisão de Tráfego do Departamento de Aeronáutica Civil, 27 de dezembro de 1937. — Luciano Koeler, chefe da Divisão.

Ministério da Agricultura

Por portaria n. 5.171, de 28 do corrente, foi posto à disposição do Governo do E. da Paraíba do Norte, sem direito à percepção de vencimentos, o agrônomo do Departamento Nacional da Produção Vegetal, Lauro Bezerra Montenegro.

Comissão Reguladora do Tabelaento

Portaria n. 11

O presidente da Comissão Reguladora do Tabelaento, em nome do Sr. ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, usando das atribuições que lhe confere o art. 14 do decreto n. 14.027, de 24 de janeiro de 1920, revigorado pelo de n. 1.007, de 4 de agosto de 1936,

Considerando ter-se normalizado o mercado de carne verde no Distrito Federal,

Resolve,

Tornar sem efeito a portaria n. 10, de 7 de dezembro corrente, publicada no "Diário Oficial" de 9 do mesmo mês, que restringia a re-exportação de xarque.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — H. Blanc de Freitas, presidente.

Processos despachados pelo Sr. presidente da Comissão Reguladora do Tabelaento, em 27 de dezembro de 1937:

1° — Diretoria de Organização e Defesa da Produção, remetendo o processo n. 12 de 1937, em que José Ferreira Soller põe a disposição do Governo vários armazéns para entrepostos de mercadorias. — Ao Sr. chefe da Fiscalização para informar. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

— Sr. diretor do Expediente e Contabilidade:

2° — Processo de executivo fiscal, movido pela Fazenda Nacional, contra Antônio Soares. — A. C. R. T. já se pronunciou neste processo, conforme informações a fls. 15 e 16. Nada tendo a acrescentar aquelas informações, devolve o processo à vossa esclarecida consideração. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

— Sr. diretor da D. E. C.:

3° — Processo de executivo fiscal, movido pela Fazenda Nacional, contra Antônio Nunes Elvas. — A. C. R. T. já se pronunciou sobre o presente processo em 29 de setembro do corrente ano, como se verifica às fls. 16. Nada podemos dizer sobre a autenticidade do carimbo apostado no cabeçalho da 2ª via da guia de recolhimento expedida por esta Comissão.

Normalmente a prova do recolhimento da multa é o recibo do Tesouro e não um carimbo na guia de recolhimento. Consequentemente só a repartição arrecadadora poderá dizer se foi feito ou não o pagamento da multa. 4-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

4° — Processo do Executivo Fiscal movido pela Fazenda Nacional, contra João dos Santos Carvalho. — Faça-se o necessário expediente transmitindo o processo, devidamente informado, ao Sr. procurador da República. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

5° — Ofício da Diretoria da Despesa Pública, solicitando esclarecimentos à cerca do processo fidejussório sob o n. 10.467/37, em que o Banco do Brasil pede pagamento de transportes feitos pela S. A. Lloyd Nacional. — Ao Sr. chefe da Fiscalização para informar. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

— Ao Sr. diretor da D. E. C.:

6° — Processo de Executivo Fiscal, movido pela Fazenda Nacional, contra a Companhia Panificadora Andaraí Ltda. — A. C. R. T. já se pronunciou sobre o presente processo às fls. 18 e 19, nada mais tem a acrescentar sobre as informações prestadas. 17-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

7° — Manuel A. Santos. — Ao Sr. chefe da Fiscalização, para tomar as providências que se fizerem necessárias. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

8° — Julião de Baére Filho. — Aguarde oportunidade, à vista das informações. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

9° — Luis do Rêgo C. Albuquerque. — Aguarde oportunidade, à vista das informações. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

10 — Antônio José de Matos Musso. — Aguarde oportunidade, à vista das informações. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

11 — Ciro Portugal Loretto. — Aguarde oportunidade, à vista das informações. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

12 — Barcia & Comp. — Visconde de Pirajá n. 611. — Indeferido. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

13 — N. Praça & Alves, em transferência para M. Ribeiro & Alves — Avenida Antenor Navarro n. 138. — Indeferido, à vista das informações. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

14 — João Ferreira dos Santos — Praça Niterói n. 5. — Indeferido. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

15 — Antônio Pires — Senador Eusébio n. 230. — Imponho a multa de 100\$000 (cem mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 7-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

16 — Café Acadêmico Ltda. — Rua do Catete n. 236. — Imponho a multa de 100\$000 (cem mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 27-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

17 — Gomes & Henrique — Rua Uranos n. 1.017. — Imponho a multa de 100\$000 (cem mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 7-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

18 — Augusto Pereira — Rua Demétrio Ribeiro n. 160. — Imponho a multa de 200\$000 (duzentos mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 6-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

19 — Joaquim Francisco Marques — Rua da Matriz n. 103. — Imponho a multa de 300\$000 (trezentos mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 6-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

20 — Angelo Ferreira Tavares — Rua Voluntários da Pátria n. 269. — Imponho a multa de 100\$000 (cem mil réis). Intime-se o autoado a fazer o depósito dentro do prazo de 10 dias, a contar da data que tomar ciência. 6-XII-37. — H. Blanc de Freitas.

Departamento Nacional da Produção Vegetal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 21 de dezembro de 1937

Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 116-V — Solicita providências no sentido de ser concedida franquia postal e telegráfica ao Sr. Ariosto Rodrigues Pelizoro, agrônomo-fruticultor, classe K, e que vai em comissão ao Governo aos Estados do Paraná e Santa Catarina.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 23 de dezembro de 1937

N. 4.332-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 22:012\$500, de salários a que fizeram jus, no corrente mês, Daniel Luiz Brandão Reis e mais 61 contratados.

N. 4.333-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 4:104\$000, de salários a que fizeram jus, no corrente mês, Alfredo José da Rosa e mais 11 diaristas.

N. 4.334-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 7:350\$000, de salários a que fizeram jus, no mês de dezembro do corrente ano, Nilo de Freitas Bruzzi e mais nove contratados.

N. 4.335-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 3:990\$000, de salários a que fizeram jus, no mês de dezembro do corrente ano, Marina Alves da Costa e mais sete contratados.

N. 4.336-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 29:116\$100, de salários a que fizeram jus, no mês de dezembro do corrente ano, Newton Viana Alonso e mais 77 contratados.

N. 4.337-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 56:811\$500, de salários a que fizeram jus, no mês de dezembro do corrente ano, Gastão de Carvalho, técnico especializado, e mais 180 contratados.

N. 4.338-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 3:751\$500, de salários a que fizeram jus, no mês de dezembro do corrente ano, Francisco de Andrade Barroso, trabalhador diarista, e mais 18 contratados.

N. 4.339-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha suplementar, de 200\$000, relativa à diferença de vencimentos a que tem direito, em novembro do corrente ano, Henrique Vaz Garcia, sub-assistente técnico de 1ª classe, contratado.

N. 4.340-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha, de 1:500\$000, relativa à ajuda de custo concedida pelo senhor ministro a José Soares Brandão Filho, agrônomo fitossanitarista do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal.

N. 4.341-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 800\$000, de diferença de vencimentos a que fez jus, de 1 a 30 de outubro do corrente ano, Manoel Mendes da Fonseca, agr. cont., por ter substituído o diretor do Serviço de Fruticultura.

N. 4.342-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 34:862\$800, de salários a que fizeram jus, no corrente mês, Hugo de Sousa Lopes, sub-ajudante técnico, e mais 100 contratados.

N. 4.344-V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta de 41\$500, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, proveniente de transportes de pessoal, feitos durante o corrente exercício, em proveito do S. P. T.

N. 4.349-V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta de 70\$600, da São Paulo Railway Company, proveniente de transportes de pessoal, feitos durante o corrente exercício, em proveito do S. P. T.

N. 4.364-V — Remete a cópia da portaria de 1 do mês corrente, designando o agrônomo do D. N. P. V., classe G, para ter exercício na Estação Experimental de Surubim, do S. P. T.

N. 4.267-V — Remete cópia da portaria de 21 do corrente, concedendo ao jardineiro da classe D, do quadro único deste ministério, Pedro Casabovsky, 30 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde.

N. 4.373-V — Remete a comprovação do adiantamento de 3:090\$000, recebido pelo oficial administrativo, classe K, Justo Antonio de Oliveira.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este ministério:

N. 4.343-V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha, na importância de 13:982\$500, relativa a diárias a que fizeram jus, nos meses de setembro a novembro do corrente ano, Nestor Barcellos Fagundes e 29 outros funcionários do S. D. S. V.

N. 4.346-V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta, de 1:502\$500, da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes de material, feitos durante o mês de setembro do corrente ano, em proveito do S. F. P. V.

N. 4.347-V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta, de 44\$600, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, proveniente de transportes de material, feitos durante o corrente exercício, em proveito do S. P. T.

N. 4.348 — Solicita providências no sentido de ser paga a conta de 78\$100 da São Paulo Railway Company, proveniente de transportes de material, feito durante o corrente exercício, em proveito do S. P. T.

N. 4.350 — Solicita providências no sentido de ser paga, a conta de 47\$500 da São Paulo Railway Company, proveniente de transportes de material, feitos durante o corrente exercício em proveito do S. I. R. C.

N. 4.351 — Solicita providências no sentido de serem pagas as contas no total de 221\$200 da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes de material, feitos durante o corrente exercício, em proveito do S. R. I. C.

— Sr. diretor do Serviço de Fomento da Produção Vegetal:

N. 4.353 — Remete o decreto de nomeação de Carlos de Azevedo, para o cargo de agrônomo do Fomento Agrícola, classe K.

N. 4.356 — Remete o decreto transferindo o datilógrafo, classe F, Jurandir de Oliveira Nunes, para igual cargo na Sub-Inspeção Agrícola de Fortaleza.

N. 4.359 — Remete as portarias do Sr. ministro, de números 5.042 a 5.051, de 9 de novembro último, designando os agrônomos Rafael Nioac de Souza, Silvano Alves da Rocha, Sebastião de Campos Borges, Otávio Brandão Caldas, Luiz Gonzaga Gomes de Freitas, Liberalino Sales Gadelha, José Monteiro Machado, José Fonseca Ferreira, Franklin Ribeiro Viegas e Euler Coelho, para exercerem as funções de delegados regionais do Conselho Florestal Federal.

N. 4.360 — Remete a portaria n. 5.040, de 9 de novembro último, do Sr. ministro, designando o agrônomo do D. N. P. V., classe I, Augusto Numa Pinto, para servir na Inspeção Agrícola no último Estado.

N. 4.362 — Remete apostilado o decreto de nomeação de Lina Pires Leal Kleimann, datilógrafa, classe F.

N. 4.365 — Comunica que, por portaria de 1 do mês corrente, foi designado o agrônomo do D. N. P. V., classe G, José Henrique de Novais, para ter exercício na Estação Experimental de Strubim do S. P. T.

— Sr. diretor do Ensino Agrícola:

N. 4.358 — Remete o incluso decreto, transferindo o agrônomo do D. N. P. V., classe I, Romeu Cruz Lima, para igual cargo no Aparentado Agrícola do Rio Grande do Sul.

N. 4.361 — Remete o decreto de nomeação do Dr. Amaro Teodoro Damasceno Junior, para o cargo de médico-clínico, classe H, do quadro único do Ministério da Agricultura.

— Sr. diretor do Serviço de Defesa Sanitária Vegetal:

N. 4.354 — Remete o incluso de nomeação de Alberto Goulart de Macedo Soares.

— Sr. diretor do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização:

N. 4.355 — Restitue os decretos de nomeação de Artur de Miranda Bastos e Julio Ferreira de Aguiar.

— Sr. diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional:

N. 4.368 — Comunica que, por portaria de 21 do corrente, foram concedidos 30 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, ao jardineiro da classe D, do quadro único deste ministério, com exercício no Instituto de Biologia Vegetal, Pedro Casobosky.

— Sr. diretor da Escola Nacional de Agronomia:

N. 4.374 — Em resposta, comunica que nesta data foram expedidos telegramas aos Srs. interventores dos Estados e Território do Acre, bem como ao Sr. governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do edital de concurso de títulos para provimento das 3^{as}, 7^{as}, 10^{as} e 11^{as} cadeiras do curso dessa Escola.

— Sr. diretor geral do Fazenda Nacional:

N. 4.375 — Afim de que sejam completadas as sugestões já lembradas, relativas a oportunidade da cessão a este ministério para o efeito de colonização do terreno de propriedade da União, sito à beira do rio Xerem, na Estação desse nome, da Estrada de Ferro Rio d'Ouro, Estado do Rio de Janeiro, pede seja solicitada da Diretoria do Domínio da União a transferência das terras em apreço, correspondendo-se assim as mesmas requisitadas para serem incorporadas ao patrimônio da Fazenda de São Bento, dependente do S. I. R. C.

Dia 24

— Sr. diretor de Expediente e Contabilidade:

N. 4.380 — Solicita providências no sentido de ser paga, a folha de 77:131\$200, de salários a que fizeram jus no mês de de-

zembro do corrente ano, Antônio Emílio Faial Junior, assistente técnico de 2^a classe e mais 280 contratados.

N. 4.381 — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 24:613\$900, de salários a que fizeram jus no corrente mês, Emilia Xavier Cavalcanti de Albuquerque, auxiliar de escrita de 4^a classe e mais 82 contratados.

N. 4.382 — Solicita providências no sentido de ser paga a folha de 500\$, relativa a salários a que fez jus no mês de dezembro do corrente ano, Antônio Laurindo da Silva, ajudante de motorista de 5^a classe.

N. 4.383 — Solicita providências no sentido de ser paga a folha na importância de 4:752\$, relativa a salários a que fizeram jus no mês de dezembro do corrente ano, o trabalhador Manuel Pedro Cossich e 19 outros contratados a título precário.

N. 4.384 V — Solicita providências no sentido de ser paga a folha suplementar, na importância de 220\$000, de salários a que fez jus no mês de novembro do corrente ano, Osvaldo Gomes, trabalhador de 2^a classe, contratado.

N. 4.385 V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta da The Leopoldina Railway Company Ltda., proveniente de transportes de pessoal, feitos durante o mês de agosto do corrente ano, em proveito do S. F. P. V.

N. 4.396 V — Solicita providências no sentido de ser paga a conta de 919\$100, da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes de pessoal, feitos durante os meses de outubro e novembro do corrente ano, em proveito do S. P. T.

N. 4.411 V — Remete a cópia da Portaria desta data, suspendendo, por 15 dias, a partir de 2 do mês corrente, o trabalhador, contratado, do Horto Florestal de Lorena, do S. I. R. C., Ernani Ricardo, por haver faltado ao serviço, sem causa justificada, mais de 8 dias consecutivos.

N. 4.413 V — Remete a cópia da Portaria desta data, suspendendo, por 8 dias, a partir de 28 de outubro último, o trabalhador de 5^a classe, contratado, do Horto Florestal de Lorena, do S. I. R. C., Juvenal Ribeiro dos Santos, por haver faltado ao serviço, sem causa justificada, mais de 8 dias consecutivos.

N. 4.391 V — Solicita pagamento da folha de 312\$000, relativa a diárias a que fez jus nos meses de junho a agosto do corrente ano, Alfredo Silva, motorista de 3^a classe, por serviços prestados fora da sede.

N. 4.392 V — Solicita o pagamento da folha de 3:802\$200, relativa a gratificação a que fez jus no período de 1^o de janeiro a 30 de novembro do corrente ano, o agrônomo da D. E. A., Paulo Américo de Argolo Silvado.

N. 4.393 — Solicita pagamento da folha de 200\$000, de gratificação a que fez jus no mês de dezembro do corrente ano, o amanuense de 5^a classe, contratado, Manuel Damásio.

N. 4.394 V — Solicita pagamento da folha de 200\$000, de gratificação a Rute de Freitas, datilógrafa.

N. 4.395 — Solicita providências no sentido de ser entregue ao agrônomo Alexandre Grangier, um adiantamento de 4:000\$000.

N. 4.396 V — Solicita pagamento da conta de 5:000\$000, de Romualdo Lotti, proveniente de alugueis do prédio n. 45-A, da rua Dr. Augusto de Vasconcelos, em Campo Grande, Distrito Federal, de janeiro a dezembro do corrente ano.

N. 4.397 V — Solicita pagamento da conta de 36\$300, da Companhia Telefônica Brasileira, proveniente de serviços telefônicos e interurbanos, concedidos nos meses de janeiro a junho do corrente ano, em proveito da Escola Nacional de Agronomia.

N. 4.398 V — Solicita pagamento das contas, no total de 250\$600, da Light, provenientes do fornecimento de energia elétrica ao Instituto de Biologia Vegetal durante o mês de outubro do corrente ano.

N. 4.399 V — Solicita pagamento da conta na importância de 900\$000, de Adino Maciel Xavier, proveniente de alugueis do prédio n. 111 da rua Dr. Feliciano Sodré, em S. Gonçalo, E. do Rio, e relativos aos meses de maio a dezembro do corrente ano.

N. 4.402 V — Solicita pagamento da conta de 788\$300 do Lloyd Brasileiro, proveniente de transportes de material, feitos durante o corrente exercício, em proveito da Diretoria do Ensino Agrícola.

N. 4.403 V — Solicita pagamento das contas no total de 204\$500, da Leopoldina Railway, provenientes de transportes de material, feitos durante o corrente ano, em proveito do Serviço de Fruticultura.

N. 4.405 V — Solicita pagamento da conta de 5\$400, da Leopoldina Railway, proveniente de transporte de material, feito durante o mês de setembro do corrente ano, em proveito do Serviço de Fruticultura.

N. 4.406 V — Solicita pagamento das contas no total de 486-800, da Société Anonyme du Gaz, provenientes de fornecimentos de gás e luz elétrica, feitos aos Instituto de Biologia Vegetal e dependências, nos meses de outubro e novembro do corrente ano.

— Ao Sr. diretor do S. I. R. C.:

N. 4.410 V — Comunica que foi suspenso, por 15 dias, a partir de 2 do corrente, o trabalhador, contratado, Ernani Ricardo.

N. 4.412 V — Comunica que foi suspenso, por 15 dias, a partir de 28 de outubro último, o trabalhador, contratado, Juvenal Ribeiro dos Santos.

— Ao Sr. administrador do Horto Florestal de Ibura, Estado de Sergipe:

N. 4.400 V — Solicita providências no sentido de ser elaborada uma folha suplementar de pagamento, em nome do almoxarife, classe E, Anísio Pedro de Moraes.

— Ao Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Sergipe, Aracaju:

N. 4.401 V — Comunica que por decreto de 20 de setembro do corrente ano, foi nomeado para exercer o cargo de almoxarife, classe E, do Quadro Unico deste Ministério, o Sr. Anísio Pedro de Moraes, na vaga verificada com a aposentadoria de Jarbas Guimarães.

— Ao Sr. diretor da Escola Nacional de Agronomia:

N. 4.407 V — Em referência ao ofício n. 491, de 20 do corrente, transmite a cópia que acompanhou a circular n. 64-V, dispondo sobre o direito dos funcionários extranumerários à concessão de licença, nos termos do decreto n. 14.663, de 1º de fevereiro de 1921.

DIRETORIA DO SERVIÇO DE FRUTICULTURA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 20 de dezembro de 1937

Sr. Diretor Geral do D. N. P. V.:

N. 3.497 — Remetendo-vos, em anexo, a pedido do interessado, uma certidão relativa ao tempo de serviço público estadual, prestado pelo Sr. José Ribeiro Gonçalves Neto, auxiliar de escrita de 2ª classe desta Diretoria, rogo vossos bons ofícios no sentido de que seja convenientemente registrado o que da mesma consta.

Outrossim, solicito-vos remeterdes o documento incluso à D. E. C., para efeitos idênticos, devendo o mesmo ser restituído a esta diretoria, após serem providenciadas as anotações precisas.

— Sr. Presidente do Instituto Nacional da Previdência — Nesta:

N. 3.501 — Em aditamento ao ofício n. 2.569, que esta Diretoria vos remeteu em 3 de setembro do ano vigente, tenho a informar-vos que do arquivo da 2ª Seção Técnica deste serviço, consta o contrato do Sr. Anésio Vieira Cortez, como auxiliar de Fiscalização de 3ª classe, com os vencimentos mensais de 350\$000 e o desconto de 28\$300 para pecúlio, a favor desse Instituto.

Outrossim, informo-vos que o referido funcionário figurou nas folhas de pagamento organizadas por aquela seção, durante os meses de agosto a dezembro de 1935, sendo que o desconto da contribuição de pecúlio a crédito desse Instituto foi reduzido dos seus vencimentos, relativamente aos meses de agosto, setembro e outubro, num total de 84\$900, não sendo, entretanto, feita essa dedução quanto aos meses de novembro e dezembro do mesmo ano.

— Sr. Diretor Geral do D. N. P. V.:

N. 3.502 — Comunico-vos, para os devidos fins, que foram concedidos 30 dias de licença, para tratamento de saúde, ao auxiliar de escrita de 4ª classe, contratado, Sr. Sizenando Borges, de acordo com a legislação vigente respectiva, e a partir de 1 de dezembro corrente.

— Sr. Diretor de Expediente e Contabilidade:

N. 3.503 — Idêntico ao ofício n. 3.502.

— Sr. Diretor Geral do D. N. P. V.:

N. 3.504 — Encontrando-se a 4ª Seção Técnica deste serviço, na carência dos trabalhos do agrônomo do D. N. P. V., classe I, Amur Ferreira do Amorim, servindo no S. T. C., solicito vossas providências no sentido de que esse técnico seja designado para ter exercício neste serviço, até ulterior deliberação.

— Sr. Diretor de Expediente e Contabilidade:

N. 3.507 — Remeto-vos, para os devidos fins, a inclusa cópia da ata de concorrência administrativa realizada na Estação Experimental de Fruticultura Tropical de Espírito Santo, Estado da Paraíba.

— Sr. Diretor Geral do D. N. P. V.:

N. 3.508 — Idêntico ao ofício n. 3.507.

Dia 21

Sr. chefe da Fiscalização de Frutas no porto desta Capital:

N. 3.509 — Comunico-vos, para vosso conhecimento e devidos fins, que a firma José da Silva Lopes, de acordo com o decreto número 22.737, de 22 de maio de 1933, foi inscrita no Registro Federal de Exportadores de Frutas sob o n. 38, como exportadora de abacaxis.

Outrossim, incluso vos remeto, para vosso governo, uma exemplar de rótulo da marca "Ararigóia", de propriedade da firma acima mencionada e com o qual a mesma está autorizada a distinguir sua exportação de abacaxis.

— Sr. chefe da Fiscalização Bancária — Rua General Camara n. 19, 3º andar — Nesta:

N. 3.510 — Idêntico ao ofício n. 3.509.

— Sr. inspetor da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 3.511 — Idêntico ao ofício n. 3.509.

— Sr. Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil:

N. 3.513 — Solicito vossas providências afim de que sejam fornecidas mensalmente a esta Diretoria, durante o ano vindouro, 50 assinaturas de passes de pequeno percurso da E. F. C. B., sendo 40 de 3 seções e 10 de 2 seções, para uso dos funcionários encarregados da inspeção de pomares e casas de embalagem, correndo a despesa respectiva por conta desta Diretoria.

Dia 22

Sr. Diretor da D. E. C.:

N. 3.514 — Para os devidos fins, passo às vossas mãos, as inclusas primeiras vias dos boletins da renda arrecadada na forma do disposto no art. 2º do regulamento aprovado pelo decreto n. 23.835, de 6 de fevereiro de 1934 — taxa de inspeção de citros e de expedição de certificação de inspeção para exportação — nos portos de Santos e São Sebastião, durante o mês de julho do corrente ano, nas importações, respectivamente, de 42.254\$000 e 2.914\$000, pela Fiscalização de Frutas deste serviço, no primeiro daqueles portos.

Como comprovante da arrecadação em apreço, transmito-vos os documentos anexos, de ns. 2.657 a 2.690, 2.690 A, 2.491 a 2.732, 2.732 A, 2.735 a 2.809, 2.809 A e 2.810 a 2.947, relativos ao porto de Santos, e de 17 a 26, ao porto de S. Sebastião, e sobre vossas providências no sentido de ser passada a respectiva quitação e dada baixa de responsabilidade aos funcionários encarregados destes serviços, uma vez verificada a exatidão da arrecadação das devidas taxas que, no já mencionado mês de julho, procedeu àquela fiscalização.

— Sr. Diretor Geral do D. N. P. V.:

N. 3.515 — Idêntico ao ofício n. 3.514.

— Sr. Diretor da D. E. C.:

N. 3.516 — Para os devidos fins, anexo, passo às vossas mãos a 1ª via do boletim da renda arrecadada pela Estação Experimental de Pomologia em Deodoro, deste serviço, na importância de 7.523\$00, proveniente da venda de plantas frutíferas, de acordo com as posturas de 6 de março de 1935 e de 30 de janeiro de 1936 (art. 2º item 2º, letra "a"), durante o mês de novembro do corrente ano.

De conformidade com o aviso n. 15, de 20 de agosto de 1934, do Ministério da Fazenda, a importância supracitada foi recolhida, por meio de guia, ao Tesouro Nacional, que fornecer o respectivo certificado, do qual vos remeto a inclusa cópia-autêntica.

— Sr. Diretor da D. N. P. V.:

N. 3.517 — Idêntico ao ofício n. 3.516.

— Sr. chefe da Sub-Contadoria Seccional junto a este Ministério:

N. 3.518 — Idêntico ao ofício n. 3.516.

— Sr. Diretor da D. E. C.:

N. 3.519 — Para os devidos fins, passo às vossas mãos a inclusa 1ª via do boletim da renda arrecadada pela Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas do Clima Temperado em Deodoro, no Estado de Santa Catarina, deste serviço, na importância de 2.967\$00, proveniente da venda de material agrícola, durante o mês de outubro do corrente ano.

De conformidade com o aviso n. 15, de 20 de agosto de 1934, do Ministério da Fazenda, a importância supracitada foi recolhida à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná por meio de guia, da qual vos remeto a inclusa cópia.

Outrossim, comunico-vos que os boletins dos meses de agosto e setembro do corrente ano deixam de ser remetidos a esta Diretoria em virtude de dependerem de esclarecimentos daquela estação.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.520 — Idêntico ao ofício n. 3.519.

— Sr. chefe da Sub-Contadoria Seccional junto a este Ministério:

N. 3.521 — Idêntico ao ofício n. 3.519.

— Sr. chefe da Fiscalização de Frutas no porto de Santos:

N. 3.522 — Atendendo aos pedidos constantes dos vossos ofícios ns. 420 e 435, respectivamente, de 7 e 13 do mês em curso, incluso vos devolvo os talões de "Quitações diversas" de ns. 306 e 2.524.

Outrossim, recomendo-vos que a entrega dos talões acima referidos, aos interessados, seja feita mediante recibo, ficando essa Fiscalização, porém, com uma cópia-autêntica dos mesmos.

— Sr. agrônomo fruticultor — Cls. "J" — Joaquim Inácio Silveira da Mota — Estação Experimental de Viticultura e Enologia — Perdizes — Santa Catarina:

N. 3.523 — Para os fins indicados em o vosso telegrama número 200, incluso vos devolvo uma das vias do boletim de renda que acompanhou o vosso ofício n. 380, de 9 de outubro do corrente ano.

— Sr. agrônomo Antenor Alves Pedrosa — Campo de Propagação de Plantas Frutíferas de Guarimiranga — Estado do Ceará:

N. 3.524 — Com referência ao ofício n. 177, dirigido a esta Diretoria em 17 de novembro último, junto remeto-vos cópia do ofício n. 6.294, de 15 de dezembro presente, no qual a D. E. C. comunica que o Sr. ministro autorizou a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional nesse Estado a efetuar os pagamentos das repartições deste Ministério, nesse mesmo Estado, conforme as cópias inclusas.

— Sr. diretor da Diretoria de Estatística da Produção:

N. 3.526 — Rogo vossas providências no sentido de serem impressos 50 (cincoenta) talões, para recibo de pagamento de inspeção de frutas, em papel apergaminhado iguais ao modelo anexo.

Outrossim, esta Diretoria aguarda vossos esclarecimentos, quanto à qualidade e quantidade do material em apreço, afim de que possa autorizar o almoxarifado do S. F. a fornecer-lo a essa repartição.

Dia 23

Sr. diretor secretário da Associação Citrícola de São Paulo — Rua Libero Baduró n. 311, 2º andar, sala 8:

N. 3.532 — Em resposta ao vosso ofício dirigido ao Sr. ministro, datado de 25 de novembro último, em o qual essa associação solicita esclarecimentos sobre a regulamentação e respectiva execução do decreto n. 994, de 28 de julho de 1936, que instituiu o "Drawback", e com satisfação que vos comunico que o processo para a obtenção daquele favor é por intermédio do Ministério da Fazenda, de conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º do decreto em apreço.

Outrossim, informo-vos que o decreto acima citado, se achava publicado no Diário Oficial de 31 de julho de 1936.

— Sr. chefe da Fiscalização Portuária em Santos — Estado de São Paulo:

N. 3.538 — Em anexo remeto-vos a conta da São Paulo Railway Company, em quatro vias, na importância de 249\$800 (duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos réis), dos transportes requisitados durante os meses de março a novembro do corrente ano, por essa Fiscalização, afim de providenciardes o seu pagamento pela verba distribuída à Delegacia Fiscal nesse Estado, para esse fim.

— Sr. agrônomo fruticultor, Classe "L", chefiando a 1ª Seção Técnica:

N. 3.541 — Comunicando-vos que, por portaria desta data que segue em anexo, concedi 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, à auxiliar de escrita de 4ª classe, servindo na Estação Experimental de Pomologia de Deodoro, Sra. Emilia Xavier Cavalcanti de Albuquerque, cuja licença é em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 17 de novembro último, sollicito-vos as providências necessárias afim de que o presente documento seja encaminhado à interessada, para que a mesma satisfaça a exigência do selo devido.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.542 — Para os efeitos precisos comunico-vos que, nesta data, concedi 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, à auxiliar de escrita de 4ª classe da Estação Experimental de Pomologia de Deodoro, Sra. Emilia Xavier Cavalcanti de Albuquerque, nos termos do art. 8º, n. 1, Cap. II, do decreto 11.662, de 1 de fevereiro de 1921.

A referida licença, que é em prorrogação à que lhe foi concedida por portaria de 17 de novembro último, deverá ser considerada a partir de 9 de dezembro corrente.

— Sr. diretor de Expediente e Contabilidade:

N. 3.543 — Idêntico ao ofício n. 3.542

— Sr. encarregado do Campo de Propagação de Plantas Frutíferas "Buenos Aires" — Terezina — Estado do Piauí:

N. 3.544 — Reiterando-vos pelo presente os termos dos ofícios ns. 1.901, de 23 de junho último e 3.237, de 22 de novembro próximo passado, que já vos reiterei aquele, comunico-vos que deveis mandar com a maior brevidade a esta Diretoria nova planta da área das terras doadas pelo Governo desse Estado à Fazenda Nacional, para a instalação desse Campo e, bem assim, a folha do cálculo analítico da referida área, e demais elementos necessários ao registro, afim de que esta Diretoria possa atender a sollicitações reiteradas da Diretoria do Domínio da União.

— Sr. diretor da D. E. C.:

N. 3.545 — Para os fins convenientes, passo às vossas mãos as inclusas primeiras vias dos Boletins da renda arrecadada nos termos do disposto no decreto n. 22.757, de 22 de maio de 1933, nos portos de Santos e de São Sebastião, pela Fiscalização de Frutas deste Serviço, no primeiro daqueles portos, durante o mês de novembro do ano em curso, nas importações, respectivamente, de silos e as guias dos recolhimentos, em depósito, feitos na Alfândega 39:8453 e 3:38630, como também a 1ª via do balancete dos depósitos Santos, no já mencionado mês de novembro.

— Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 3.546 — Idêntico ao ofício n. 3.545.

— Sr. chefe da Sub-Contadoria Seccional junto a este Ministério:

N. 3.547 — Idêntico ao ofício n. 3.545.

Diretoria de Expediente e Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Primeira seção

Dia 22 de dezembro de 1937

Avisos:

Ao Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 6.446 — Submete ao exame e registro o acordo celebrado em 15 do corrente, entre o Governo da União e o do Estado de Minas Gerais, para a manutenção da Estação Geral de Experimentação de Sete Lagoas, naquele Estado, cujo custeio estava regulado, até agora, pelo acordo celebrado em 11 de janeiro do ano findante, entre os dois referidos governos, e registrado por esse instituto em sessão de 7 de maio de 1937.

O termo do acordo em causa foi publicado no *Diário Oficial* de 17 do mês em curso, à páginas 25.069 e 25070.

— Ao Sr. secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais:

N. 6.458 — Atendendo ao pedido constante do ofício SPV-4.283, de 8 de novembro último, dirigido a este Ministério, comunica que, por aviso n. 6.168, de 10 do corrente, a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional nesse Estado, foi delegado competência ao agrônomo do D. N. P. V., classe I, do quadro único deste Ministério, Gastão da Costa Pinheiro, para requisitar pagamentos e adiantamentos por conta dos créditos distribuídos ou que o venham a ser àquela Delegacia Fiscal, destinados às despesas da Inspeção Agrícola Federal nesse mesmo Estado, durante o exercício vigente.

Dia 23

— Ao Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 6.463 — Submete ao exame e registro as cópias em duas vias do acordo celebrado em 20 do mês em curso, entre este Minis-

tério, e a Associação de Criadores de Holandês do Rio Grande do Sul, para a manutenção do registro genealógico dos animais da raça holandesa naquele Estado.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 21 de dezembro de 1937

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.430 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de um conto, seiscentos e cinquenta mil réis (1:650\$), de que é credor o Dr. O. Quilte de Lima, médico, proveniente de serviços prestados ao trabalhador, contratado, Abelardo Ferreira, da Estação Experimental de Cana de Açúcar de Campos, Estado Rio de Janeiro.

— Ao Sr. inspetor chefe regional do Serviço de Fomento da Produção Animal — Pedro Leopoldo — Estado de Minas Gerais:

N. 6.431 — Transmite o processo em que David Ferreira pede pagamento da importância de 2:283\$300 relativa a fornecimento feito, em 1929, em proveito da extinta Fazenda Modelo de Criação Pedro Leopoldo e sollicita providências afim de que sejam satisfeitas as exigências constantes da informação desta Diretoria, à fls. 21 e 25 do mesmo processo.

Dia 23

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.432 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de dez contos e noventa e nove mil réis (10:099\$000), a título de adiantamento, a ser feito ao agrônomo Nelson Dantas Maciel, diretor do Aprendizado Agrícola da Paraíba, para a despesa com os trabalhos necessários à instalação elétrica daquele Aprendizado, no Estado da Paraíba.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 6.464 — Sollicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja entregue ao agrônomo, classe J, do D. N. P. V., José Orestes Montero, a título de adiantamento, a quantia de 80:000\$000 (oitenta contos de réis), para atender a despesas com a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos agrícolas, pulverizadores, bombas e outros materiais de defesa agrícola, para serem revendidos pelo custo aos lavradores.

N. 6.465 — Sollicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja entregue ao oficial administrativo, classe I, do D. N. P. V., Lício da Silva Barros, a título de adiantamento, a quantia de réis . . . 100:000\$000 (cem contos de réis), para atender a despesas com a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos agrícolas, pulverizadores, bombas e outros materiais de defesa agrícola, para serem revendidos pelo custo aos lavradores.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.467 — Encaminha o processo, relativo ao pagamento da quantia de quatro contos seiscentos e oitenta mil réis (4:680\$000), a título de adiantamento, a ser feito ao classificador de café, classe H, do Serviço Técnico do Café, do D. N. P. V., Antônio Isidoro Cavalcanti, para atender às despesas da "Semana da Semente", no município de Pomba, Estado de Minas Gerais.

N. 6.475 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de noventa mil réis (90\$000), de que é credor Lafaiete Fernandes da Cunha, cinematografista, contratado, da Diretoria de Estatística da Produção, desta Secretaria de Estado, proveniente de diárias por serviços prestados fora da sede, durante o período de 9 a 11 de outubro de 1937, no Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.479 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da quantia total de oito contos trezentos e cinquenta mil réis (8:350\$000), de que são credores Luís Pessoa Guerra e 24 outros funcionários deste Ministério, proveniente da gratificação por serviços fora das horas regulamentares, em proveito da Comissão Reguladora do Tabelamento.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 6.481 — Transmite a folha suplementar de pagamento da datilógrafa classe "C", Marieta Campos Tapajós, desta Secretaria de Estado, relativa aos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

— Ao Sr. inspetor regional do S. I. P. O. A. — Curitiba:

N. 6.487 — Em referência aos ofícios ns. 1.807 e 1.808, de 25 de novembro findo, comunica que as folhas de pagamento e demais documentos comprobatórios das despesas feitas por essa repartição, deverão ser enviados mensalmente, e de uma só vez, a esta Diretoria, com o balancete demonstrativo do estado dos créditos.

— Ao Sr. chefe de seção do Serviço Técnico do Café — S. Paulo:

N. 6.488 — Restitue o processo D. E. C. 18.862/37 e sollicita as necessárias providências no sentido de serem feitas as correções indicadas à fls. 1, do processo, que deverá ser restituído a esta Diretoria com a máxima brevidade.

— Ao Sr. diretor do Serviço Técnico do Café:

N. 6.491 — Em referência ao ofício n. 1.638, de 1936, comunica que nesta Diretoria não consta que a disponibilidade de Piora-tom Domicio, tenha ocorrido por motivo disciplinar, podendo ser concedida a passagem pelo mesmo requerida.

— Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.492 — Encaminha o processo, relativo ao pagamento da importância de cinquenta mil réis (50\$000), de que é credor Fre-

derio Santana, trabalhador de 1ª classe, contratado, desta Diretoria, servindo de vigia da Pagadoria deste Ministério, proveniente de gratificação por serviços fora das horas regulamentares, durante o mês de dezembro do corrente ano.

N. 6.601 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de 2:040\$000 (dois contos e quarenta mil réis), a título de adiantamento, a ser feito ao datilógrafo, classe G, do D. N. P. V., Osvaldo Gomes de Azevedo, para atender ao pagamento das despesas com os reparos na casa habitada pelo almoxarife do Instituto de Química Agrícola.

Dia 27

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.505 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de vinte e sete mil réis (27\$000), de que é credora a "Sociedade Anonyme do Gaz do Rio de Janeiro", proveniente de fornecimento de luz elétrica, no corrente exercício, em proveito da Diretoria de Organização e Defesa da Produção.

— Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 6.510 — Solicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja paga a Eduardo Pereira Gomes a quantia de um conto de réis (1:000\$000), proveniente de auxílio a que tem direito pela construção de um banheiro carrapateada na fazenda de sua propriedade, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

N. 6.511 — Solicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja paga a José Santoro a quantia de um conto seiscentos e dez-eis mil e trezentos (1:616\$350), proveniente de auxílio a que tem direito pela construção de um sítio na fazenda de sua propriedade, no município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

N. 6.513 — Solicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja paga a José Gonçalves de Araújo a quantia de um conto de réis (1:000\$000), proveniente de auxílio pela construção de um banheiro carrapateada na fazenda de sua propriedade, no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

— Ao Sr. diretor geral do D. N. P. V.:

N. 6.523 — Em referência ao ofício n. 2.584, de 26 de novembro último, do Serviço de Plantas Têxteis dirigido a esse Departamento, comunica que, o Sr. ministro baseado nas informações desta Diretoria, resolveu recusar a concessão do adiantamento de 3:000\$000 do classificador de algodão classe II, Hernani Carvalho.

Segunda seção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 22 de dezembro de 1937

Ofícios:

Ao diretor da Despesa Pública:

N. 6.460 — Comunica em resposta ao vosso ofício n. 1.910, de 7 de dezembro de 1937, que a delegação da importância de 40:000\$000 ali referida, foi feita na quota de 200:000\$000, constante da Sub-consignação 116 — do anexo 11 — artigo 3º — da lei n. 300, de 13 de novembro de 1936 — Material, IV — DNPA.

Comunica, outrossim, que por conta da quota citada distribuída ao Tesouro Nacional pelos avisos 758 e 1.619 e destacada pelo aviso n. 2.555, de 11 de junho de 1937, foram requisitados os seguintes adiantamentos:

Pelo aviso n. 2.412, de 31 de maio de 1937.....	20:000\$000
Pelo aviso n. 3.388, de 26 de julho de 1937.....	15:000\$000
Pelo aviso n. 4.093, de 1 de setembro de 1937.....	80:000\$000
Pelo aviso n. 4.094, de 1 de setembro de 1937.....	40:000\$000

Saldo. 200:000\$000

Dia 23

Ao Sr. delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 6.468 — Solicita seja anulado e devolvido a esta Diretoria, o empenho n. 182 de 59:200\$000, em proveito da Pimenta de Melo & Comp., por conta do título III — Serviços e Encargos Diversos, Verba 1ª DNPV — Sub-consignação 4, do vigente orçamento.

— Ao Sr. chefe da Contadoria Seccional deste Ministério:

N. 6.469 — Comunica que foi solicitada, à Delegação do Tribunal de Contas junto a este Ministério, a anulação do empenho n. 182, de 24 de maio de 1937, de 59:200\$000, em proveito da Pimenta de Melo & Companhia, por conta do título III — Serviços e Encargos Diversos, Verba 1ª — II — DNPV — Sub-consignação n.º, do vigente orçamento e pede a devolução da 3ª via desse documento.

— Ao Sr. presidente da Comissão Central de Compras:

N. 6.476 — Solicita providências afim de que, no crédito à disposição dessa Comissão pelo Título II — Material, verba 1ª — II — Material de consumo, Sub-consignação 56 — do vigente orçamento, seja anulada a importância de 15:000\$000, que será aplicada por meio de adiantamento.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 6.477 — Solicita providências junto à Comissão Central de Compras afim de que, no crédito "em ser" à disposição da mesma Comissão, pelo Título II — Material, verba 1ª — II — Material de consumo, Sub-consignação 56 — do vigente orçamento, seja anulada a importância de 15:000\$000, que será aplicada por meio de adiantamento.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Diretoria Geral de Expediente

Primeira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 23 de dezembro de 1937

Foram assinadas as cartas que, aprovando os estatutos apresentados, reconhecem como profissionais, nos termos da legislação em vigor, o Sindicato dos Trabalhadores de Recife, com sede em Recife, Estado de Pernambuco (DGE. 5.317-937) e Sindicato dos Empregados em Serviços de Esgoto, com sede nesta capital (DGE. 18.167-937).

Processos despachados

Dia 22 de dezembro de 1937

Maria Leticia Moreira, escriturário E, pedindo promoção (DGE. 20.405-937). — De acordo. (Este despacho se refere ao seguinte parecer: "Maria Leticia Moreira, escriturário E, tendo em vista a resolução dada no processo 19.371-936, vem solicitar sua promoção em uma das vagas existentes, de escriturário G. O assunto deve ser considerado quando da escolha para lista triplere. Assim cabe aguardar.")

Dia 23

Sindicato dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches, com sede em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, requerendo cópia de seus estatutos (DGE. 635-937). — Deferido, de acordo com o parecer. (Este despacho se refere ao seguinte: "Com o documento de fls. 6 o Sindicato concordou em pagar os selos da certidão. Proponho o deferimento do pedido de fls. 2, sendo este processo anexado ao DNT. 20.479-935 e remetido à Inspetoria Regional, afim de ser extraída e cobrada a certidão requerida.")

Dia 24

Administração do Porto do Rio de Janeiro, recorrendo do ato do Departamento Nacional do Trabalho pelo qual lhe foi imposta a multa de 200%, por infração do decreto n. 24.637, de 1934 (DGE. 2.600-937 — P. 2.734-937). — Dou provimento ao recurso, por equidade.

José Silva & Comp. Ltda., pedindo avocação do processo em que são interessados os requerentes e seu ex-empregado José Augusto dos Reis (DGE. 20.465-937 — P. 5.400-937). — Indefiro o pedido de avocação de fls. 35, para o efeito de manter a decisão da Junta.

Dia 27

Sindicato Médico de Campinas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, pedindo seu reconhecimento como associação de classe (DGE. 6.870-936). — Deferido. Prossiga-se.

Instituto Nacional de Previdência, sugerindo a criação de uma Seção Médica (DGE. 20.467-937). — Aprovo, encaminhando-me à proposta do presidente do Instituto Nacional de Previdência.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Processos despachados

Em 28 de dezembro de 1937

Angelo Pinheiro Machado Filho, pedindo devolução de documentos (DGE. 20.278-937). — Deferido, de acordo com o parecer, devendo, porém, a seção organizar previamente uma relação dos documentos que vão ser restituídos, com os característicos de cada um.

"Instituto Nacional de Previdência — Gabinete do Presidente. 11-857. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. Exmo. Sr. ministro. Devidamente apreciado pelo Conselho Deliberativo, passo às mãos de V. Ex. o presente processo relativo à criação da Seção Médica do Instituto Nacional de Previdência. — A proposta que esta Presidência submeteu à aprovação do Conselho visava organizar a referida Seção sob as seguintes bases gerais: a) tornar todos os serviços médicos do Instituto, tanto os da sede como os das agências subordinados à orientação única, como a prática vem demonstrando ser necessário; b) promover o Dr. Joaquim Montano Difini — para chefe da Seção Médica, com os vencimentos de 2:300\$, correspondentes portanto ao que percebem os demais chefes de seção; c) promover o Dr. Ruy Coutinho a médico adjunto, com os vencimentos de 1:850\$, subordinando assim o médico adjunto ao médico chefe de seção; d) exigência do tempo integral de serviço tanto para o chefe da Seção Médica como para o médico adjunto. — A indicação do Dr. Joaquim Montano Difini para chefe da seção foi feita com fundamento na antiguidade de serviço neste Instituto e, principalmente, no merecimento proveniente duma dedicação que já se vai tornando proverbial, de par com o desejo de contribuir, com maximo de seu esforço, no sentido do melhor exito da administração, o que já tornou esta Presidência devedora de grato reconhecimento.

cimento. — A resolução do Conselho Deliberativo, porém, limitou-se a elevar os vencimentos de ambos os médicos, Drs. Joaquim Montano Difini e Rui Coutinho para 2:300\$ com obrigação do tempo integral de serviço, submetendo-a previamente à aprovação de V. Ex. — Encaminhando o processo, Sr. ministro, estou certo que ao lucido espírito de V. Ex. não passou despercebido o sério inconveniente que sob o ponto de vista administrativo ou de organização racional de serviço poderá acarretar a decisão do Conselho Deliberativo. — De fato, assim como não se compreende que uma seção não tenha um dirigente, responsável imediato pelo bom andamento dos serviços que lhe são inerentes, também não se admite que ela seja dirigida simultaneamente por dois chefes, sem gradação hierárquica; e nem o vulto dos serviços médicos justificaria a criação de duas seções ou uma sub-divisão que, fatalmente, veria tirar a indispensável uniformidade na execução de tais serviços. — Assim, mantendo integralmente meu modo de pensar conforme a exposição enviada ao Conselho Deliberativo, tenho a subida honra de encaminhar a V. Ex. o presente processo, para decisão final. — Sirvo-me desta oportunidade, Sr. ministro, para reafirmar a V. Ex. meus protestos de elevada admiração."

"Instituto Nacional de Previdência — Gabinete do Presidente. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1937. — Exmos. Srs. conselheiros. — A atividade médica no Instituto Nacional de Previdência distribue-se por tres setores perfeitamente distintos, a saber: a) aquele em que se envolvem questões de probabilidade de vida ou, de um modo geral, a medicina aplicada aos seguros de vida; b) parte de clinica particular que se limita à assistência medica aos funcionarios e suas familias, acidentados em obras, inspeções, e laudos; c) assuntos administrativos referentes a relatorios, inspeções, laudos e parecer nos processos que forem submetidos para estudo de carater profissional. — No primeiro deste setores se póde classificar o exame medico dos candidatos a emprestimos. — Bem sabem VV. EEx., Srs. conselheiros, que o peculio constituido não responde pela divida da quantia emprestada; portanto, é necessario que o exame medico seja muito preciso na fixação do prazo maximo em que deva ela ser resgatada pelo contribuinte. — Entretanto, fixado o prazo maximo, digamos 4 anos, o mutuario, no fim de 1 ano já poderá reformar seu emprestimo e assim vir consecutivamente procedente até atingir a idade limite. — Deste modo, o primitivo prazo de 4 anos fica excedido de muito, e na realidade o calculo do risco ao em vez de restringir-se a 4 poderá atingir até 14 anos. — Como consequencia natural decorre que a parcela dos emprestimos desertos tenderá a crescer demasiadamente se o Serviço Medico do Instituto não ficar bem aparelhado para controlar a saúde ou a marcha do estado fisiologico geral dos mutuarios. — A responsabilidade do medico só neste particular já é extremamente séria, e esta presidencia, com a valiosa ajuda do Dr. Joaquim Montano Difini, tem esboçado o programa a desenvolver e a organização a adotar, afim de melhor defender o Instituto dos perniciosos efeitos provenientes de semelhante causa. — No setor da clinica particular, já este Egregio Conselho, em sessão de 15 de outubro p. p. houve por bem aprovar as Instruções para regulamentação da assistência medica a todos os funcionarios e suas familias. — Sabem VV. EEx. Srs. conselheiros que, atualmente, a qualquer hora do dia ou da noite, o medico Dr. Joaquim Montano Difini atende ao chamado de qualquer funcionario deste Instituto. E nos assuntos de ordem administrativa, já não tem numero as vezes que determinei ao Dr. Difini visitar os enfermos para depois informar os papeis relativos a comunicações de faltas por motivo de doenças. Neste particular, então, tem sido preciosissima a colaboração deste illustre medico evitando o cometimento de abusos por parte de funcionarios menos escrupulosos no cumprimento de suas obrigações, e ajudando lealmente esta presidencia por todos os meios e modos ao seu alcance. — Agora mesmo acabo de determinar uma revisão igual em todos os processos relativos e habilitações de peculios, afim de fixar com precisão as *causa-mortis* para efeitos de estatística e estudo de fatores que, para o futuro, possam induzir o Instituto a medidas que melhor acautelem seus proprios interesses. Pelo regimen até agora seguido, o medico tinha seus trabalhos limitados ao simples exame dos candidatos a emprestimos e, assim, bem poderia aplicar em outras atividades o restante do tempo que lhe sobrava com a fatura. Mas, pelo regimen que pretendemos adotar, isto é, com o desenvolvimento que estamos imprimindo ao serviço medico, conforme estão exigindo os reais interesses do Instituto, já se torna preciso não apenas o tempo integral, dentro das horas de expediente, mas, também, um tempo que não obedece a horarios nem a medidas nem a confortos, representado pelos chamados de todos aqueles que necessitem de um socorro pronto e um alivio imediato. — Ora, Exmos. Srs. conselheiros, para que tão vasto programa possa ser realizado, cumpre estabelecer primordialmente que a recompensa a conceder esteja na razão direta do esforço a exigir. Mas, enquanto todos os chefes de serviços e chefes de seções percebem os vencimentos mensais de 2:300\$000, os 2 medicos da seção percebem 1:500\$000 sem obrigação do tempo integral de serviço. Proponho, assim, a este Egregio Conselho, que me seja permitido organizar a Seção Medica do Instituto, sob a seguinte base geral: a) promoção do atual medico do Instituto Dr. Joaquim Montano Difini para chefe da Seção Medica, com os vencimentos de 2:300\$000 equiparando-se, assim, aos vencimentos dos demais chefes de serviços; b) promoção do Dr. Rui Coutinho para medico adjunto com os vencimentos de 1:850\$000; c) exigencia do tempo integral de serviço para ambos os medicos. — Aproveito a oportunidade para apresentar aos Exmos Srs. conselheiros os protestos de minha alta estima e mui distinta consideração."

Segunda Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 18 de dezembro de 1937

Hime & Comp., pedindo providencias no sentido de ser aceito o deposito de apólices da Divida Publica efetuado no Banco do Brasil em nome de Desmond Hugh Freeland e Phoebe Freeland, de nacionalidade inglesa, para o fim de serem visados pelo Consulado do Brasil em Londres os passaportes dos referidos imigrantes, que pretendem radicar-se no Brasil, em companhia de seus pais (DGE. 19.742-937). — Em face da informação do Departamento Nacional do Povoamento, o assunto escapa à alçada do Ministerio do Trabalho.

Gladstone de Carvalho, reclamando contra a sua demissão dos serviços da Rede Mineira de Viação — Estrada de Ferro Paracatu (DGE. 2.189-937). — Ciente. Prossiga-se.

Dia 21

Laviero Buono, pedindo que, por equidade, lhe seja concedido novo prazo para pagamento da taxa final para a expedição da patente relativa à sua invenção, como modelo de utilidade, de "uma nova disposição de retentor de tampas para abertura automatica destas" (DGE. 20.440-937). — Deferido, por equidade.

Frank Walter Lucas, pedindo que, por equidade, seja autorizado a efetuar o pagamento das anuidades e da taxa de expedição, que se encontram em atraso relativas ao privilegio de invenção, como modelo de utilidade, para "um isqueiro simplificado" (DGE. 20.432-937). — Deferido, por equidade.

Dia 23

Casino Balneario Atlantico S. A., recorrendo da decisão do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes que considerou associados daquele Instituto os seus "empregados de jogo" (DGE. 15.759-937). — Arquite-se. (Este despacho é motivado pela circunstancia de já estar a requerente atendida pela resolução constante da portaria ministerial de 3 de novembro ultimo, publicada no *Diário Oficial*, de 4 do mesmo mês.)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Foram expedidos officios declarando que este Ministerio nada tem a opôr ao desembarço das maquinas, ou peças e accessorios aos mesmos destinados, cuja importação promovem os interessados seguintes:

Dia 22 de dezembro de 1937

Alfandega de Santos:

N. 2E-3.188 — Glossop & Comp. — DNIC 3.649-937 ou DGE. 18.376-937.

N. 2E-3.189 — Idem DNIC. 3.651-937 ou DGE. 18.375-937.

Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 2E-3.191 — Glossop & Comp. — DNIC. 3.650-937 ou DGE. 18.374-937.

N. 2E-3.187 — Sociedade Industrial e Comercial Schmuizer Limitada — DNIC. 3.733-937 ou DGE. 18.975-937.

N. 2E-3.190 — Lodovico Lazzati & Comp. — DNIC 3.626-937 ou DGE. 19.918-937.

Diretoria Geral de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 28 de dezembro de 1937

Portarias

O ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio:

Resolve admitir Armando Ribeiro Falcão, para exercer as funções de auxiliar-contratado junto à representação do Instituto Nacional de Previdência, em Fortaleza, Estado do Ceará, com a remuneração mensal de 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis). (Processo n. 19.747-37.)

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1937. — *Waldemar Falcão*.

Resolve admitir João Augusto Lopes Cançado, para exercer as funções de identificador do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, 18ª Inspetoria Regional, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 11 — S. I. P. — Extranumerários — Administração Geral — Verba 1ª — Pessoal, do vigente orçamento.

Esta portaria poderá ficar sem efeito em qualquer tempo, se assim convier aos interesses da administração pública e sem que fique ao serventário admitido direito a reclamação ou indenização de qualquer espécie. (Processo n. 19.278-37.)

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1937. — *Waldemar Falcão*.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 27 de dezembro de 1937

Ao Sr. ministro da Fazenda:

Aviso 1 C-376 — Solicitando transferência do Banco do Brasil para a conta especial do Ministério, da quantia de 2.033.782\$, saldo da contribuição do Governo Federal para a formação da receita relativa ao exercício de 1936, de novos Institutos e Caixas de Aposentadori e Pensões. (Processo n. 2.647-37.)

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 27 de dezembro de 1937

Ofícios:

Ao Sr. presidente do Instituto Nacional de Previdência:

N. 1 C-2.558 — Solicitando informações sobre o despacho do Sr. ministro que concedeu, em 1935, a gratificação correspondente a um mês de vencimentos aos funcionários do Instituto Nacional de Previdência. (Processo n. 18.438-37.)

N. 1 C-2.559 — Transmittindo cópia da portaria de 14 de dezembro corrente, pela qual ficam alteradas, como solicitado no ofício 1. N. P. 11.834-37, as importâncias distribuídas nas sub-consignações 1 e 2 do vigente Orçamento. (Processo n. 19.272-37.)

— Ao Sr. inspetor regional da 16ª Inspeção Regional (Santa Catarina):

N. 2 C-2.560 — Confirmação telegrama 2 C-373-37, reiterando o pedido de mais uma via do inventário que acompanhou o ofício 1. R. 2.222-37. (Processo n. 2.128-37.)

— Aos Srs. diretor do Domínio da União e ao Sr. contador geral da República:

Ns. 2 C-2.561 e 2 C-2.562 — Remetendo inventário dos bens pertencentes à Fazenda Nacional, existentes em 10 de agosto do corrente ano, na 16ª Inspeção Regional, Santa Catarina. (Processo número 2.128-37.)

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 2 C-2.563 — Solicitando pagamento ao engenheiro Manoel A. Santos Dias, fiscal do Governo junto à S. A. Fábricas "Orion", da gratificação a que fez jus no mês de dezembro corrente.

— Ao Sr. diretor do Instituto Nacional de Tecnologia:

N. 2 C-2.564 — Comunicando, em solução à proposta constante do ofício n. 738-37, haver a C. E. T. julgado improcedente a proposta de Eros Orosco para o lugar de tecnólogo, J, por não existir vaga. (Processo n. 17.848-37.)

— Ao Sr. diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho:

N. 2 C-2.565 — Remetendo o processo D. G. E. 19.103-37, referente à designação de um funcionário para servir na Delegacia do Trabalho Marítimo no Estado do Rio de Janeiro. (Processo número 19.103-37.)

N. 2 C-2.566 — Circular — D.N.T., D.N.P.I., D.N.I.C., D.N.P., D.E.P., I.N.T. e D.N.E.P.C. — Solicitando, até 31 do corrente, o encaminhamento das reclamações dos funcionários, sobre a classificação por antiguidade, até 31-12-1936, publicada no *Diário Oficial*.

— Ao Sr. diretor do Instituto Nacional de Tecnologia:

N. 2 C-2.567 — Comunicando que Francisco José dos Santos, servindo nesta Secretaria de Estado, nos dias 20 de novembro e 1 a 6 do vigente, de acordo com a O. S. n. 479-37, esteve em serviço no gabinete do ministro. (Processo n. 1.714-36.)

— Ao Sr. contador geral da República e ao Sr. diretor do Domínio da União:

Ns. 2 C-2.568 e 2 C-2.569 — Remetendo inventário dos bens pertencentes à Fazenda Nacional, existentes em 31-12-1936, na 1ª I. R. (Piauí). (Processo n. 1.693-37.)

— Ao Sr. diretor do Departamento de Estatística e Publicidade:

N. 2 C-2.570 — Reiterando o pedido de capas de processo, destinadas às Inspetorias Regionais. (Processo n. 2.696-37.)

— Ao Sr. inspetor da 5ª Inspeção Regional (Ceará):

N. 2 C-2.571 — Confirmação do telegrama 2 C-374-37, relativo à demissão do guarda fiscal José Pinto do Carmo Sobrinho. (Processo n. 18.793-37.)

— Ao Sr. Bomero Estelita:

N. 2 C-2.572 — Acusando e agradecendo a comunicação de haver assumido o cargo de diretor geral da Fazenda Nacional. (Processo n. 20.020-37.)

Departamento Nacional do Trabalho

Expediente da 3ª seção

Processos despachados pelo Sr. diretor:

N. 11.547-36 — Juvenal de Oliveira, reclamando férias contra a firma José Scarrone. — Sendo a reclamada reincidente, imponho-lhe a multa de um conto de réis, de acordo com o art. 29 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 25 do mesmo decreto, sem embargo da indenização devida ao reclamante. A 3ª seção, para fazer as notificações necessárias.

N. 15.068-36 — Ernestina Gonçalves, reclamando férias contra a firma Hermínio Junqueira & Comp. — Sem prejuízo da indenização devida ao reclamante, imponho à infratora a multa de 100\$000, de acordo com o art. 29 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, por infração ao disposto no art. 25, do referido decreto. Façam-se as notificações necessárias. A 3ª seção.

N. 1.791-37 — Alvaro de Carvalho, reclamando férias contra a firma José Scarrone. — Não tendo a reclamada cumprido, na interposição do recurso, o disposto no decreto n. 22.131, de 23 do novembro de 1932, deixo de tomar conhecimento do mesmo e determino o feito, como proposto.

N. 16.547-37 — Eduardo de Sousa, reclamando retificação na sua carteira profissional. — A vista da verificação feita (fls. 24), reformo a decisão recorrida, para absolver a reclamada da penalidade que lhe foi imposta e julgar improcedente a reclamação de fls. 2. Encaminhe-se o processo à 1ª Inspeção. A 3ª seção.

N. 25.272-36 — Zeno Jarzinski, reclamando férias contra a firma Christiani & Nielsen. — Tendo sido a prova do pagamento ou indenização feita posteriormente à decisão condenatória de fls. 17, verso, mantenho a multa imposta e determino se intime a firma, Christiani & Nielsen a fazer o respectivo recolhimento à Recebedoria do Distrito Federal.

N. 15.796-37 — Richard Paul & Comp., comunicando liquidação de sua firma. — A vista do resolvido pela Recebedoria do Distrito Federal, no DNT 14.434-37, sele o interessado a comunicação de fls. 2.

N. 4.025-35 — Artur Damião, reclamando férias contra a firma Joaquim Moreira Mota. — Recolha-se ao Arquivo.

N. 55.423-36 — Manuel Alves da Silva, reclamando férias contra a firma J. Portela & Costa. — Em face do parecer supra e do que consta do DNT 54.381-36, indefiro a petição de fls. 2. Arquivar-se. A 3ª seção.

N. 22.010-35 — Simy C. Rudge & Comp., consultando sobre leis trabalhistas. — Arquivar-se, atendendo não ter sido pelo interessado satisfeita a publicação feita no "Diário Oficial". A 3ª seção.

N. 11.686-37 — Antônio Bernardino reclamando férias contra a firma A. J. Biato. — Arquivar-se, de acordo com o parecer da Procuradoria. A 3ª seção. (O parecer a que se refere esse despacho, é do teor seguinte: "Antônio Bernardino reclamando férias contra A. J. Biato, alegando ter trabalhado no feriado 1 de novembro de 1935 a 27 de janeiro de 1937, percebendo o salário diário de \$8000.

O reclamante, em defesa apresentada a fls. 9, alegou não ter o reclamante direito às férias reclamadas por não ter trabalhado 150 dias, no período de um ano.

Essa alegação está provada pela informação de fls. 9v., que declara ter o reclamante trabalhado somente 120 dias e não no período já aludido.

Assim, nos termos do parágrafo único do art. 8º do decreto número 23.768, de 18 de janeiro de 1934, o reclamante não tem direito às férias que reclamou. Opino pelo arquivamento.

N. 1.616-37 — Eugênio da Costa Carvalho, reclamando férias contra a firma Lar Brasileiro. — Arquivar-se, de acordo com o parecer. A 3ª seção.

Recursos:

N. 710-29 — Antônio Ferreira da Rocha, reclamando férias contra a firma Moinho Inglês, Biscoitos Almoré Ltda. — Recolha-se ao Arquivo, de acordo com o parecer. A 3ª seção.

N. 1.019-30 — José Gomes de Andrade, reclamando férias contra a firma Viagem Excelsior. — Recolha-se o presente processo ao Arquivo, de acordo com a O.S. citada no parecer supra.

Processos:

N. 1.014-J-33 (Rec. 1.095-28) — Djalma Paiva, reclamando férias contra a firma José Jorge Primo. — Recolha-se ao Arquivo, de acordo com o parecer. A 3ª seção.

N. 30.813-34 — Haderval Pereira Martins, reclamando férias contra a firma Coelho, Oliveira & Comp. — Não há que deferir, quanto ao requerido a fls. 22, pelo Sindicato dos Operários e Empregados em Calçados e Anexos, atendendo a que, como se verifica pelos esclarecimentos prestados pela Procuradoria (fls. 20, verso), o reclamante já recebeu a indenização que lhe era devida. Recolha-se ao Arquivo.

N. 15.820-36 — João Batista de Magalhães, reclamando férias contra a firma M. Andrade & Comp. — Atendendo ter sido reclamada em a inicial de fls. 2 uma indenização correspondente às férias a que fez jus o reclamante no período de 22 de janeiro de 1935 a igual data de 1936 (15 dias), e considerando o pagamento realizado, resolvo à vista do recibo de fls. 21, reformar a decisão de fls. 17, verso, para o fim de rejeitar a multa imposta e determinar o arquivamento do presente processo. A 3ª seção.

N. 24.762-36 — Aliança dos Operários na Indústria da C. Civil, reclamando férias em favor de seu associado Jesuino Tavares, contra a firma Graça Couto & Comp. — Arquivar-se, de acordo com o parecer. A 3ª seção.

N. 12.882-36 — Granado & Comp., comunicando dispensa de seu empregado Fernando Alves da Silva. — Arquivar-se. A 3ª seção. N. 49.942-36 — Clélia da Rosa Lousada, reclamando férias contra a firma José Maria Teixeira & Comp. — Arquivar-se. A 3ª seção.

Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

Expediente do dia 27 de dezembro de 1937

Despacho do relator conselheiro Jorge Werneck, no processo n. 450-37, referente a Afonso Tourinho. — Apresente certidão do registro do contrato social de Tourinho & Comp., bem como a prova de que essa firma estava quites com o fisco estadual, com o imposto de indústrias e profissões para o 2º semestre de 1933 ou que estava lançado para esse imposto, em tempo hábil. — Jorge Werneck.

Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE

Dia 21 de dezembro de 1933

Ao Srs. Pirie, Vilares & Cia. Ltd.:

N. 596-37 — Acuso o recebimento da vossa carta datada de 16 corrente, que respondendo, levando ao vosso conhecimento que deveis querer a este Conselho, mediante petição selada, o registro dos profissionais responsáveis pela parte técnica dos serviços da vossa firma, de acordo com o artigo 8º do decreto n. 23.569 de 11 de dezembro de 1933.

— Ao Sr. R. Fischer:

Ofício n. 597-37 — CREA/1.163 — Levo ao vosso conhecimento este Conselho, em sua Sessão de 20 do mês corrente, resolveu, de acordo com o parecer do Sr. Conselheiro relator, manter a multa de 1:000\$000 (um conto de reis), constante do auto de infração n. 92, datado de 17-2-37.

Comunico-vos que vos foi concedido o prazo de 10 (dez) dias contar da data da publicação deste, no "Diário Oficial" desta Capital, afim de efetuades amigavelmente o devido pagamento, sob pena de ser o referido auto de multa enviado ao Judiciário para cobrança executiva, na forma do Artigo 41 § 1 e 2, do decreto número 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Dia 22

Ao Sr. Dr. Luiz Derenzi:

N. 598-37 — Tenho o prazo de acusar o recebimento da vossa carta datada de 14 do corrente, bem como dos processos que a acompanharam.

Agradecendo as congratulações recebidas pela passagem do dia do engenheiro, aproveitando a oportunidade para vos comunicar que pagamento referente à expedição das carteiras relativas aos protestos recebidos, pôde ser efetuado até o julgamento dos mesmos.

Reitero-vos os meus protestos de consideração e apreço.

— Ao Sr. presidente do CREA da 3ª Região — Bafa — Cidade do Salvador:

N. 599-37 — Tenho a subida honra de acusar o recebimento da circular n. 6, comunicando que assumistes o cargo de Presidente desse Conselho, para o qual fostes eleito pelo egregio Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Fazendo votos para que a vossa administração seja prospera e feliz, aproveito a oportunidade para vos apresentar os meus sinceros cumprimentos.

Dia 22

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Publicas:

N. 600-37 — Este Conselho Regional foi cienteificado pela imprensa de que o Sr. Leão Pedro Jourdan d'Escoffier apresentou a esse Ministério um projeto da ponte de ligação entre esta cidade e a de Niterói.

No intuito de bem servir aos interesses gerais e da classe, tomo a liberdade de levar ao conhecimento de V. Ex. que o Sr. Leão Pedro Jourdan d'Escoffier não se acha registrado neste Conselho Regional.

Reitero a V. Ex. os meus protestos de consideração e apreço.

Dia 23

— Ao Exmo. Sr. diretor do Departamento Nacional de Educação:

N. 601-37 — C.R.E.A. 4.554 — Junto encontrareis o processo n. 4.554, referente ao Sr. Miran Harentz, com 11 documentos, entre os quais um diploma expedido pela "Université de l'Etat à Liège", em favor do referido Sr., que vos remeto para o devido registro nesse Departamento.

Reitero-vos os meus protestos de consideração e apreço.

— Ao Sr. Antonio Jesus de Oliveira:

Ofício n. 602-37 — CREA/1.528 — Levo ao vosso conhecimento este Conselho, em sua Sessão de 20-12-37, resolveu de acordo com o parecer do Sr. Conselheiro relator, manter a multa de reis 500\$000 (quinhentos mil reis), constante do auto de infração número 273, datado de 20-10-37.

Para cumprimento dos dispositivos do artigo 41 § 1 e 2, do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, será enviado ao Judiciário, para cobrança executiva, o referido auto de multa, caso não preferais fazer, amigavelmente, o devido pagamento.

— Ao Sr. diretor da Construtora Azevedo & Irmão Ltd. — Avenida Nilo Peçanha n. 155 — Nesta:

Ofício n. 603-37 — CREA/1.282 — Levo ao vosso conhecimento este Conselho, em sua Sessão de 20-12-37, resolveu de acordo com o parecer do Sr. Conselheiro relator, cancelar os autos de infração ns. 112 e 280, datados de 18-5-37 e 28-10-37, respectivamente. Convido-vos a comparecer neste Conselho, afim de fazerdes o registro de vossa firma.

Apresento-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

— Ao Sr. Nelson Macedo Ltd.:

Ofício n. 604-37 — CREA/1.560 — Levo ao vosso conhecimento que este Conselho, em sua Sessão de 20-12-37, resolveu de acordo com o parecer do Sr. Conselheiro relator, cancelar o auto de infração n. 301, datado de 13-11-37.

Outrossim comunico-vos que, de acordo com o artigo 17 do decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933, é vedado às firmas se proporem por meio de anúncios a executar serviços de engenharia, arquitetura ou agrimensura, sem que previamente estejam registradas neste CREA, devendo também provarem de que os encarregados da parte técnica de seus serviços são profissionais habilitados e devidamente registrados neste Conselho.

Apresento-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

— Ao Sr. Antonio Fernandes Quintas:

Ofício n. 605-37 — CREA/4.249 — Levo ao vosso conhecimento que este Conselho, em Sessão plena realizada em 20-12-37, aprovou o parecer do Conselheiro relator, do vosso processo n. 4.249, o qual determina que deveis apresentar provas de que as obras executadas no predio sito à rua Formosa n. 273, — Campos, — foram concluídas em fevereiro do corrente ano.

Apresento-vos os meus protestos de elevada estima e consideração.

— Ao Exmo. Sr. diretor do Departamento Nacional de Educação:

N. 606-37 — C.R.E.A. 4.389 — Junto encontrareis o processo n. 4.389, referente ao Sr. Isaac Rafael Benoliel, com 8 documentos, entre os quais um diploma expedido pelo "Instituto Superior Técnico de Lisboa", em favor do referido Sr., que tenho a honra de submeter à vossa apreciação para os fins de registro nesse Departamento.

Reitero-vos os meus protestos de consideração e apreço.

N. 607-37 — C.R.E.A. 4.220 — Junto encontrareis o processo n. 4.220, referente ao Sr. Artur Robotton, com 13 documentos, entre os quais um diploma expedido pela "University Of Pennsylvania" em favor do referido Sr., que tenho a honra de submeter à vossa apreciação para os fins de registro nesse Departamento.

Reitero-vos os meus protestos de consideração e apreço.

Conselho Nacional do Trabalho**SESSÃO PLENA**

Proc. 11.514-37. CB/ZC. — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovianos da E. de F. Goiás submete à apreciação deste Conselho a sua proposta orçamentaria para o exercício de 1938.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, aprovar os orçamentos em questão, excluindo a verba "Carteira de Empréstimos" e reduzindo para rei. 28:800\$000 e 18:000\$000, respectivamente, as verbas "Serviços Médicos-Pessoal" e "Despesas de Administração-Pessoal", de vez que qualquer alteração nas despesas de pessoal deve ser proposta em separado para constituir processo especial, conforme resolução deste Conselho.

Resolvem, ainda, determinar à Caixa a remessa do orçamento da Carteira de Empréstimos.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Mendes Cavalleiro*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 13.985-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões Companhia Cantareira e Viação Fluminense submete à apreciação deste Conselho a sua proposta orçamentaria e a da Carteira de Empréstimos para o exercício de 1938.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, aprovar os orçamentos supra, determinados a redução para 61:858\$000 da verba "Serviços Médicos-Hospitalares, "ex-vi", do parágrafo único do art. 23 do dec. 20.465, de 4 de outubro de 1931 modificado pelo de n. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Manoel Tiburcio da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 15.033-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Agua, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão submete à apreciação deste Conselho a sua proposta orçamentaria e a da Carteira de Empréstimos para o exercício de 1938.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, aprovar os orçamentos apresentados, com as seguintes restrições:

Orçamento geral

- a) redução das rubricas "Júros da Carteira de Empréstimos" e "Júros da Carteira Predial" para 7:000\$000 (sete contos de réis) e réis 8:400\$000 (oito contos e quatrocentos mil réis) respectivamente;
- b) exclusão da rubrica "Lucros Líquidos das Carteiras";
- c) redução da verba "Despesas Administração-Pessoal para réis 13:875\$000 (treze contos oitocentos e setenta e cinco mil réis), mantendo-se a dotação vigente em virtude do limite de 4% sobre a Receita, estabelecido pela jurisprudência deste Conselho;
- d) inclusão da "Contribuição da Caixa" em "Despesas de Administração-Material-Despesas não discriminadas";

Carteira de Empréstimos

- e) redução das rubricas "Júros de Empréstimos a Prazo" e "Júros de Empréstimos Rápidos" e da verba "Júros sobre Fundo Autorizado" para 13:200\$000 (treze contos e duzentos mil réis), 920\$000 (novecentos e vinte mil réis) e 7:000\$000 (sete contos de réis) respectivamente, considerando-se capital autorizado de 100:000\$000, (cem contos de réis).

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Moreira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral. Processo 15.310-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Central do Piauí submete à apreciação deste Conselho a sua proposta orçamentaria para o exercício de 1938,

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, aprovar o orçamento proposto pela Caixa, determinando sejam as "Contribuições do Empregador e da União" iguais a "Contribuição dos Empregados", "ex-vi" do art. 1º da lei 159, de 30 de dezembro de 1935 e incluído em "Despesa de Administração-Material" a "Contribuição da Caixa de 490\$000 (quatrocentos e noventa mil réis).

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Moreira de Azevedo*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral. Processo 14.396-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Urbanos-Oficiais em Vitória submete à apreciação deste Conselho a sua proposta orçamentaria e a da Carteira de Empréstimos para o exercício de 1938,

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, de acordo com a informação da Contadoria e parecer da Procuradoria Geral, aprovar os orçamentos em questão, determinando a inclusão da verba "Móveis e Utensílios" em "Despesas de Administração-Material".

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral. Proc. 18.663-37 — Vistos e relatados os autos do processo relativo à eleição do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para o período trienal de 1938 a 1940:

Considerando que, nos termos do artigo 199, parágrafo único, do decreto n. 1.918 de 27 de agosto de 1937, mediante edital de convocação publicado no "Diário Oficial" dos dias 7, 8 e 9 do corrente mês e ano, reuniram-se na sede do Conselho Nacional do Trabalho, sob a direção do respectivo presidente, doutor Francisco Barbosa Rezende, os delegados eleitores dos sindicatos de indústria convidados a participar da assembleia prevista nos artigos 128 e 130 do citado decreto, afim de elegerem o Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, que se constitui de dois membros efetivos e dois suplentes, do grupo patronal, e dois membros efetivos e dois suplentes do grupo operário;

Considerando que, na sessão preparatoria realizada a 14 do corrente, foram reconhecidos os poderes dos delegados que preencheram totalmente as exigências do artigo 125 do referido decreto, instalando-se a assembleia no dia imediato, com o comparecimento de 91 delegados, tudo em conformidade com a ata de fls. 89/98 do presente processo;

Considerando que, atendidas as formalidades legais, foram eleitos: membros efetivos, representantes patronais: Mario Leão Ludolf e Walter James Gosling. Suplentes representantes patronais: Vicente Paulo Galiez e Raul D'Utra e Silva. Membros efetivos, representante operários: Luiz Agenor de Lemos e Romeu José Fiori. Suplentes, representantes operários: Hiram Xavier de Lima e Bartolomeu Maurício Wanderley;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, homologar a eleição do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para o triênio de 1938 a 1940, e nos termos da ata constante deste processo, mandar louvar a Doutora Beatriz Sofia Mineiro, diretora da 3ª Seção e respectivos funcionários, pelos trabalhos extraordinários prestados, bem como o auxiliar Laura Simões Lopes, designada pelo presidente da Comissão Organizadora do citado Instituto, para cooperar nos trabalhos eleitorais ora em apuro.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Humberto Schmidt Vasconcellos*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

ATA DA ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA

E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS, PARA O PERÍODO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E OITO A MIL NOVECENTOS E QUARENTA

Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, na sede do Conselho Nacional do Trabalho, e sala das sessões do mesmo Conselho, à Praça da República número vinte e quatro, convocados por edital publicado no *Diário Oficial* dos dias sete, oito e nove do corrente mês e ano, em cumprimento do parágrafo único do artigo cento e noventa e nove, do decreto número mil novecentos e dezoito, de vinte e sete de agosto de mil novecentos e trinta e sete, reuniram-se às quatorze horas os delegados eleitores dos sindicatos de indústria, operários e empregadores com o fim de, nos termos do artigo noventa e seis do citado decreto, elegerem os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, que é composto dos respectivos representantes, sendo dois efetivos e dois suplentes, pelo período de mil novecentos e trinta e oito a mil novecentos e quarenta. Na conformidade do artigo cento e vinte e sete do aludido decreto, presidiu a assembleia o senhor doutor Francisco Barbosa de Rezende, presidente do Conselho Nacional do Trabalho, assistido pelo doutor Joaquim Leonel de Rezende Alvim, procurador geral, pela doutora Beatriz Sofia Mineiro, diretora da Terceira Seção e pelo auxiliar Laura Simões Lopes, designada pelo presidente da Comissão Organizadora do referido Instituto. Compareceram também diversos funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Iniciados os trabalhos, o senhor presidente saudou com palavras entusiásticas os delegados presentes, expondo em seguida os fins da assembleia, a qual, tendo em vista o disposto no artigo cento e vinte e oito, preliminarmente funcionaria como sessão preparatória, para proceder-se à verificação das credenciais apresentadas pelos delegados dos sindicatos, resolvendo o plano sobre a validade dos documentos comprovativos dos requisitos enumerados nas letras a, b, e c, do art. cento e vinte e cinco, cuja leitura mandou proceder. Assim deliberado, iniciou-se a chamada pela lista de presença, havendo a Procuradoria emitido parecer sobre as provas exibidas no ato. Nessa conformidade, foram reconhecidos os poderes de quarenta e nove delegados patronais, e de trinta e seis delegados operários, tendo a mesa deixado de reconhecer por não se acharem devidamente habilitados cinco delegados patronais e onze delegados operários. Votaram em separado três delegados patronais. Em seguida, o senhor presidente deu a palavra a qualquer dos presentes para as reclamações e pedidos de esclarecimento que houvessem de formular. Não havendo reclamação, preparou-se a mesa para instalar a assembleia eleitoral. Examinada a lista de presença, verificou-se não haver número legal em ambos os grupos. Falaram os delegados Roberto Simonsen, Mozart Novais e Bartolomeu Maurício Wanderley, a propósito do adiamento. O senhor presidente deliberou então suspender os trabalhos, convocando para o dia quinze do corrente, às quatorze horas, a assembleia eleitoral, que se realizará com qualquer número, declarando que examinara previamente os poderes dos delegados, que não puderam comparecer ao se instalar a sessão preparatória. E assim o fez. De acordo com os artigos cento e vinte e sete, cento e vinte e nove e cento e trinta, reabriu-se a assembleia de eleição simultânea e alternada dos representantes dos sindicatos patronais e operários, com a presença das seguintes instituições: **Sindicatos patronais:** Sindicato dos Berradores de Fortaleza, delegado Egberto de Paula Pessoa, Rodrigues, Sindicato Construtores Cíveis de Vitória, delegado Noberto Madeira da Silva, Sindicato Proprietários Padarias de Vitória, delegado Francisco Sarlo, Sindicato Construtores Cíveis de Niterói, delegado Antônio Martins de Barros, Associação Proprietários Padarias de Niterói e São Gonçalo, delegado Máximo Rodrigues Fontoura, Sindicato Industriais de Petrópolis, delegado Nestor Alrends, Sindicato dos Industriais do Açúcar e Alcool de Campos, delegado Luís Guaraná, Sindicato dos Proprietários de Tinturarias do Rio de Janeiro, delegado José Bernardo Vaz de Carvalho. **Sindicatos operários:** Sindicato dos Serradores de Fortaleza, delegado Edmundo Pereira Leite, Sindicato Industriais de Cerâmica e Vidros, delegado Américo Ludolf, Associação dos Construtores Cíveis, delegado Francisco de Magalhães Castro, Centro Industrial Fiação e Tecelagem de Algodão, delegado Vicente Paulo Galiez, Sindicato Industriais em Combustíveis Nacionais, delegado Dorval Pires Porto, União dos Proprietários de Marcenarias, delegado Osvaldo Schuback, Sindicato Industriais de Siderurgia e Fundição, delegado Augusto Moniz, Sindicato Industriais de Cigarros, delegado Pedro Magalhães Corrêa, Sindicato Industriais Refinadores de Açúcar, delegado Iermeval Dias, Sindicato Industriais de Produtos Farmacêuticos do Rio de Janeiro, delegado Raul D'Utra Silva, Sindicato Industriais em Calçados e Couros, delegado Armando Bordalo, Sindicato dos Industriais Metalúrgicos do Rio de Janeiro, delegado João Baylongue, Sindicato Patronal dos Tintureiros da Cidade de São Paulo, delegado Ricardo Mascigrande, Sindicato Fabricantes de Fumos e Cigarros de São Paulo, delegado Carlos Silveira, Sindicato Patronal Industrias de Madeira de São Paulo, delegado Anunciato Valério, Sindicato Fabricantes Aduhos e Colas, delegado Niso Vianna, Sindicato Fabricantes de Pentes e Botões, delegado Samuel Gomes Cruz, Sindicato Industriais Produtos Químicos e Farmacêuticos, delegado Maximino Pires Franco, Sindicato Fabricantes Cimento, Cal e Gesso, delegado Carlos Azambuja, Sindicato Fabricantes Guarda-Sól e Bergamas, delegado Luis Forte, Sindi-

catos Industriais Perfumarias, delegado Germano Schuetz, Sindicato Patronal dos Construtores do Estado de São Paulo, delegado Roberto Simonsen, Sindicato Fabricantes Artefatos de Papel, delegado Benedito Pádua Leite, Sindicato Fabricantes Balanças, Pêso e Medidas de São Paulo, delegado Nicolau Filizola, Sindicato Fabricantes Caixas de Papelão de São Paulo, delegado João Leite de Arruda, Sindicato Industriais Massas Alimentícias de São Paulo, delegado Henrique Sochi Sobrinho, Sindicato Fabricantes Oleos Vegetais e Derivados, delegado Antônio Piosse, Sindicato Industriais de Calçados, delegado Horácio Frugoli, Sindicato Fabricantes Ladrilhos e Mosaicos, delegado José Maria Gonçalves Almeida, Sindicato Curtidores de Couro do Estado de São Paulo, delegado Orlando Augusto de Toledo, Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis do Estado de São Paulo, delegado Alberto F. Kowarick, Sindicato Fabricantes de Sacos de Papel, delegado José Rubino de Oliveira, Sindicato das Indústrias de Chapéus, delegado Higino Serichio, Sindicato dos Produtores e Engarrafadores de Bebidas, delegado Ivan Fernandes, Sindicato Industriais em Obras de Funilaria e Hidráulica de São Paulo, delegado Herbert Franklin Arruda Pereira, Sindicato Patronal Oficinas Montagem e Reparação de Veículos, delegado Mariano Jaaf Marcondes Ferraz, Sindicato Industriais Comestíveis e Doces, delegado Edgard Zanota, por procuração Alvaro Bastos, Sindicato Patronal Indústria Panificadora, delegado Dante João Catalane, Sindicato Construtores de Máquinas e Acessórios Têxteis de São Paulo, delegado Luís Jorge Ribeiro, por procuração José Vidipal Miranda, Sindicato Patronal dos Exportadores de Herva Mate, delegado Arcezio Guimarães, Sindicato Patronal Madeiros do Paraná, delegado Rui Ilbiré da Cunha, Sindicato Patronal Fiação e Tecelagem, delegado Rolf Colin, Sindicato Pequenas Indústrias, delegado Mozart Novais, Sindicato de Usineiros e Exportadores de Leite de Nazare, Município de São João Del Rei, delegado José Viegas Leite, Sindicato Fabricantes Lonas do Estado de São Paulo, delegado Paulo Alves da Assunção, Sindicato Patronal Indústria Cerâmica de Pó de Pedra do Estado de São Paulo, delegado Francisco Sales Vicente de Azevedo, Sindicato Fabricantes Calçados a Mão, delegado Ricardo Navajas, Sindicato Industriais Moageiros de Tigo, delegado José Matarazzo, por procuração Rodolfo Faria de Macedo, Procuradoria nova chamada, verificou-se a ausência dos senhores Nestor Almeida, delegado do Sindicato dos Industriais de Petrópolis, Luís Guaraná, delegado do Sindicato dos Industriais do Acre e Alacá de Campos, Niso Viana, delegado do Sindicato dos Fabricantes de Adubos e Colas de São Paulo, sendo de cinquenta e três o total dos delegados patronais presentes. E mais os seguintes sindicatos operários, Sindicato dos Operários em Construção Civil, delegado José do Nascimento Solrinho, por procuração J. A. Borges, Sindicato dos Operários Pedreiros, delegado Antônio Alves da Costa, Sindicato Operários Panificação de Niterói, delegado Olavio Queiroz, Sindicato Operários e Empregados Comp. Petrópolis, delegado Sebastião de Oliveira Melo, Sindicato Operários Fábricas de Tecidos de Petrópolis, delegado Luiz Agenor Lemos, Sindicato dos Padeiros de Petrópolis, delegado Omar Abanquillo, Sindicato Trabalhadores Têxteis da Raiz da Serra, Pau Grande, delegado José Cassiano Junior, Sindicato Trabalhadores Usinas Açúcar e Classes Anexas, delegado Carlos Pinto Duarte, Sindicato Operários em Papel e Cartomagem, delegado Manuel Barbosa Simões, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Campos, delegado Rafael Manhães, Sindicato Fabricação Papel de Sabão, delegado Antônio Carlos Araújo, Sindicato Têxteis de Valença, delegado José Dantas Moreira, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Distrito Federal, delegado Bartolomeu Maurício Vanderlei, Sindicato União Operários Empregados em Molinos, Fábricas Biscoitos e Massas Alimentícias, delegado Eduardo da Silva Porto, Centro dos Operários Confeiteiros do Rio de Janeiro, delegado José Segreto, Sindicato Profissional Têxteis do Distrito Federal, delegado Miguel Alonso, União dos Operários em Fábricas de Tecidos, delegado Esau Sant'Ana, Sindicato dos Operários em Refinação de Açúcar e Similares do Distrito Federal, delegado João dos Santos, Sindicato Operários Macarroneiros, delegado Romeu José Fiori, Sindicato Fiação Tecelagem de Algodão de São Paulo, delegado Teodoro A. Oliveira, Sindicato dos Marceneiros de São Paulo, delegado Claudionor Azevedo Marques, Sindicato Operários Eletricistas, delegado Narciso Antônio Oliveira, Sindicato Trabalhadores em Fiação e Tecelagem e Anexos, delegado Guilherme Michelin, Sindicato dos Operários em Construção Civil de Presidente Prudente, delegado Domingos de Campos, Sindicato Operários em Construção Civil de São Paulo, delegado Eliseu Bertoni, Sindicato Operário Marceneiros e Carpinteiros do Estado de São Paulo, delegado José Giovanini, Sindicato Operários Metalúrgicos do Estado de São Paulo, delegado Salvador do Lúlis, Sindicato Chapelheiros de São Paulo, delegado Guerino Ferrari, Sindicato Trabalhadores em Fumos e Cigarros, Domingas Olívia, por procuração Joaquim Teixeira, Sindicato dos Contadores e Guarda-Livros do Paraná, delegado Newton Biffencourt, União Trabalhadores do Livro e Jornal, delegado Arturino Benevenuto Faria, Sindicato Operários em Construção Civil, delegado Irineu Teixeira de Azevedo, Sindicato Têxtil do São João Nepomuceno, delegado Hiram Xavier de Lima, Sindicato Operários em Construção Civil de Campo Grande, delegado Antônio Paulo, Sindicato Operários em Construção Civil de Corumbá, delegado Manuel Vicente Moreira, Sindicato Operários Carpinteiros e Marceneiros de Goiás, delegado Francisco Nascete, por procuração Acari de Passos Oliveira, Sindicato dos Operários em Fabricação de Papel de Porto Novo, José Gomes Araújo — Sindicato Operários Ladrilheiros, delegado José Soares de Oli-

777veira; em o total de trinta e oito Achando-se presentes ao todo noventa e um delegados eleitores, o senhor presidente iniciou os trabalhos, chamando para comporem a mesa, como secretários, Mozart Novais e Acari de Passos Oliveira, aquele delegado patronal e este operário, e como escrutinadores Carlos Azambuja e Hiram Xavier de Lima, aquele delegado patronal e este operário. Logo após procedeu à leitura dos artigos cento e trinta e cento e trinta e tres, referentes à eleição em uma mesma sessão, explicando que o pleito será por escrutínio secreto, utilizando-se duas urnas, das quais uma para os empregadores e outra para os operários. Deu-se em seguida a palavra a quem dela quizesse usar para qualquer observação. Não havendo quem dela precisasse, o senhor presidente suspendeu a sessão para o preparo das cédulas, fazendo distribuir as sobrecartas. Reiniciados os trabalhos, procedeu-se a chamada para a votação alternada dos delegados patronais e operários, votando um de cada grupo por sua vez, correndo em perfeita regularidade a votação. Terminada esta, o senhor presidente procedeu à apuração dos sufrágios, que teve o seguinte resultado: do grupo patronal para membros efetivos: Mario Leão Ludolf, com cinquenta e um votos e um em separado; Valtter James Gosling, com trinta e oito votos; Vicente de Paula Galiez, vinte e quatro votos e um em separado; Raul D'Utra e Silva, com dezoito votos e um em separado; Edmundo Pereira Leite, tos; Euvaldo Lodi, com três votos; Armando Bordalo, com três votos; Euvaldo Lodi, com três votos; Armando Bordalo, com três votos; Raimundo de Castro Maia, com três votos; Augusto Muniz, com três votos; havendo uma cédula em branco. Em face de tal resultado, que foi enunciado em voz alta, o senhor presidente proclamou eleitos: Mario Leão Ludolf e Valtter James Gosling, membros efetivos e Vicente de Paula Galiez e Raul D'Utra e Silva, suplentes, todos como representantes do grupo patronal. Imediatamente após o senhor Euvaldo Lodi usou da palavra para congratular-se com a presidência pela maneira criteriosa com que foram encaminhados os trabalhos eleitorais, felicitando-se ainda por ter sido vencedora a chapa que reunia a maior simpatia, solicitando ainda fosse admitido a votação, uma vez que o voto era secreto, que a urna se achava fechada e que ainda não se tinha iniciado a apuração dos delegados operários, em caráter de apelo, que o senhor presidente admitisse a votação o delegado procedente de Mato Grosso, Manoel Vicente Moreira, o qual, por motivo de força maior, não pudera atender a chamada para a votação. O senhor presidente, expondo a sua situação de fiscal da lei, via-se na contingência, em face do calor do apelo, de solucionar o caso deferindo o pedido, porém, admitindo o voto em separado para que o mesmo fosse em tempo oportuno apreciado pelo Conselho Nacional do Trabalho em sua alta sabedoria. O delegado do elemento patronal paranaense solicitou fosse lido a auxiliar Laura Simões Lopes pelos serviços prestados às eleições em curso. Deferido o pedido, o senhor presidente tornou o louvor extensivo ao procurador geral, ao diretor da Terceira Seção e aos funcionários desta que não pouparam esforços para o pleno êxito das eleições. Proseguindo na apuração, foi antes tomado o voto em separado do delegado operário Manoel Vicente Moreira, havendo o seguinte resultado: — do grupo operário — Luiz Agenor de Lemos, com trinta votos e um em separado; Romeu José Fiori, com vinte e um votos; Hiram Xavier de Lima, com vinte votos; Bartolomeu Maurício Vanderlei, com quatorze votos; Eliseu Bertoni, com treze votos e um em separado; José Gomes de Araújo, com onze votos e um em separado; José Segreto, com onze votos e um em separado; Esau Santa Anna, com sete votos; e Antonio Paulo, José Nascimento Solrinho, Manoel Barbosa Simões e N. A. de Oliveira cada um com dois votos, havendo tres cédulas em branco. Em face do resultado, o presidente proclamou eleitos membros efetivos do grupo operário: Luiz Agenor de Lemos e Romeu José Fiori e suplentes Hiram Xavier de Lima e Bartolomeu Maurício Vanderlei. O Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, ora eleito, terá mandato por tres anos, que se iniciará em dois de janeiro de mil novecentos e trinta e oito, data fixada para a posse na sede do Conselho Nacional do Trabalho. A presidência congratulou-se entusiasticamente com a escolha verificada, formulando votos de felicidade no respectivo mandado. Os eleitos agradeceram as felicitações e louvaram a superior orientação dos trabalhos eleitorais, tendo usado da palavra os delegados Acari de Passos Oliveira, Domingos de Campos, Bartolomeu Maurício Vanderlei, Mario Leão Ludolf e o procurador geral, agradecendo as referências feitas à assistência prestada pela Procuradoria e aos funcionários da Terceira Seção. Imediatamente após, o senhor presidente suspendeu a assembléia para a lavratura da ata, que eu, Beatriz Sofia Mineiro, diretor da Terceira Seção da Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho, lavrei, e que lida e aprovada, vai assinada pela presidência, pela mesa e pelos delegados presentes. — Francisco Barbosa de Rezende. — J. Lequel de Rezende Alvim. — Beatriz Sofia Mineiro. — Mozart Novais. — Acari de Passos Oliveira. — Carlos Azambuja. — Hiram Xavier de Lima. — Dante João Catalane. — Horacio Furgoli. — Edmundo Fernandes. — Ricardo Mascigrande. — Germano Schuetz. — Claudionor Azevedo Marques. — Antonio Alves Costa. — Guerino Ferrari. — Arturino Benevenuto Faria. — José Segreto. — João dos Santos. — Roberto Simonsen. — Manoel Vicente Moreira. — Antonio Paulo. — José Cassiano Junior. — Salvador de Lúlis. — Antonio Lopes da Silva. — Sebastião de Oliveira Melo. — Eduardo Silva Porto. — José Soares de Oliveira. — B. R. Carvalho. — José Gomes de Araújo. — Irineu Teixeira de Azevedo. — Rafael Manhães. — Romeu José Fiori. — Armando Amarante. — O. P. Joaquim Teixeira. — Bartolomeu Maurício Vanderlei. — Otavio Queiroz. — Carlos Pinto Duarte. — Luiz Agenor de Lemos.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

**RESUMO DA ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO ANO DE 1937
PELA JUNTA ADMINISTRATIVA NO DIA 15 DE DEZEMBRO**

Presidência do Sr. Aderbal Novais, com a presença dos diretores Dr. Cesar Rabelo, K. F. J. Edwards, Wilhelm Moeser, Ismario Cruz, Juvenal Conrado e Saul Dias Coelho.

Decisões**Benefícios:**

Aposentadorias por invalidez — Em revisão, mantida a de Euclides Fulheiro. Concedidas a Carlos Mastrofrancesco, e em lugar do auxílio-enfermidade solicitado a Francisco Murat, Mario Giudicelli — retificada a importância da aposentadoria para Rs. 655\$555 mensais, computando-se, assim, no cálculo, os vencimentos de associado durante o tempo em que esteve em gozo de auxílio-enfermidade.

Diversos:

Recusa da Caixa de Liquidação S. A. em Santos, de inscrever os funcionários da sua seção bancária como associados do Instituto, alegando não ter tal seção, e, ainda, por já ser contribuinte do Instituto dos Comerciantes. — Marcado o prazo de 15 dias, a partir da data em que for notificado, para regularizar a sua situação perante o Instituto.

Banco Francês e Italiano para a América do Sul, no Rio de Janeiro, o qual não tem descontado as contribuições legais sobre um abono provisório que, desde julho último, vem pagando mensalmente aos seus funcionários. — Decidido, em face da jurisprudência firmada sobre o assunto, em casos idênticos, se notificasse aquele estabelecimento para recolher as contribuições referentes ao aludido abono, porquanto embora provisório, faz parte, enquanto foi pago, da remuneração estabelecida para um mês de trabalho, isto é, do vencimento-base.

João Silveira, funcionário do Instituto na Delegacia do mesmo em São Paulo, tendo sido sorteado para o serviço militar, pede-lhe seja concedida licença sem vencimentos, durante o tempo em que permanecer nas fileiras do Exército. — Concedida a licença solicitada, sem vencimentos; decidindo, porém, a Junta solicitar ao Conselho Nacional do Trabalho seja arbitrada uma gratificação, não somente para o caso presente, mas também para os demais que vierem a ocorrer.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1937. — Aderbal Novais, presidente. — Edilberto Mendes, secretário.

TRIBUNAL DE CONTAS

ATO DO SR. MINISTRO-PRESIDENTE

Dia 17 de dezembro de 1937

Portaria n. 51, concedendo ao ministro do mesmo Tribunal, José Américo de Almeida, quinze dias de licença, sem vencimentos, na forma do art. 15 do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ficando marcado o prazo de oito dias para início da referida licença. (Processo n. 32.324.)

DESPACHO DO SR. MINISTRO-PRESIDENTE

Dia 23 de dezembro de 1937

Requerimento de João Gonçalves de Oliveira Sobrinho, pedindo certidão de provisão n. 2.630, de 2 de janeiro de 1935. — Prove a qualidade em que requer. (P. G. 32.010 — G. 15, fls. 448.)

TERMOS DE CONTRATO**MINISTÉRIO DA FAZENDA****Comissão Central de Compras do Governo Federal**

Térmo de contrato n. 397 — Requisição n. 904.194/9 — Nota de empenho n. 4.556 — (Aditivo ao contrato n. 189, de 24 de maio de 1937) — Fornecedores: Dias Garcia & Cia. Ltda. — Reparação: Estrada de Ferro Central do Brasil.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade do Rio de Janeiro, perante a Comissão Central de Compras, representada por seu diretor, Dr. Manuel

Moreira da Fonseca, compareceu a firma Dias Garcia & Cia. Ltda., estabelecida nesta praça, à rua Visconde de Inhaúma n. 23, inscrita no Registro de Fornecedores do Governo Federal, sob o n. 288, representada por seu procurador, Sr. Heitor Marques Corrêa; e por ele foi dito que, por sua constituinte, ratificava todas as cláusulas do termo de contrato n. 189, de 24 de maio de 1937, retificando porém, a cláusula terceira, que fica substituída pela seguinte:

Cláusula terceira:

O material será entregue até o dia 31 de dezembro do corrente ano de 1937, ao 1º Almoxarifado da Inspeção Administrativa de Materiais, Estação Marítima.

A validade deste termo aditivo de contrato depende do seu registro pelo Tribunal de Contas.

Tendo ambos os contratantes manifestado o seu assentimento, foi lavrado este termo n. 397, a fls. 912, do livro 20º de Registro de Contratos da Comissão Central de Compras, sendo subscrito pelas partes e testemunhas do ato.

Pela Comissão Central de Compras. — Manoel Moreira da Fonseca, diretor. Pelo fornecedor: pp. Heitor Marques Corrêa. Testemunhas: Fernando Thedim. — Antonio da Silva.

Aprovado, por delegação do Sr. ministro da Fazenda. — Otto Schilling, presidente.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Estrada de Ferro Central do Brasil**

CONTRATO N. 4

Contrato celebrado entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Servix Elétrica Limitada, para a execução do serviço de instalações de telefone com as respectivas caixas e tomadas, no novo edifício, em construção, da estação D. Pedro II.

Aos 23 dias do mês de dezembro de 1937, presentes na Contabilidade da Estrada de Ferro Central do Brasil os Srs. Dr. Valdemar Luz, diretor da mesma estrada, e Aderbal de Miranda Fougny e Armando Teixeira, representantes legais da Servix Elétrica Limitada, companhia essa com sede à rua Senador Pompeu ns. 46 a 58, nesta Capital, que elege para seu domicílio, para todos os efeitos de direito e neste instrumento denominada "contratante", uma vez que foi julgada idônea para contratar com o Governo Federal, por ter satisfeito as exigências do respectivo edital, pelo Sr. diretor da Central do Brasil foi dito que, devidamente autorizado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, conforme consta do ofício n. 4.934, de 2 de dezembro de 1937, da Diretoria Geral da Contabilidade daquela Secretaria de Estado, e em virtude da aceitação da proposta apresentada à concorrência pública n. 3, realizada em 7 de junho de 1937, por ser vantajosa para a execução de serviços de instalações de telefone com as respectivas caixas e tomadas, no novo edifício em construção da estação D. Pedro II, de que é objeto deste contrato, este edital, datado de 12 de maio do corrente ano, foi publicado no *Diário Oficial* do dia 15 seguinte e retificado no dia 20 ainda do mesmo mês, tendo sido a proposta publicada no *Diário Oficial* de dia 19 de junho de 1937, tudo de inteiro acordo com a legislação em vigor, contrata com a aludida companhia a execução dos serviços acima citados, mediante as seguintes condições:

1ª — Os serviços de instalações de telefones com as respectivas caixas e tomadas serão executados dentro do prazo de três (3) anos, a contar da data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, e em perfeita harmonia com a proposta, especificações e projetos apresentados pela contratante, podendo as instalações ser entregues à Estrada à medida que forem sendo concluídas.

2ª — Os serviços serão executados de conformidade com o andamento da construção do edifício da estação D. Pedro II a que a Estrada ora se acha procedendo, obrigando-se a contratante a concluí-los até sessenta (60) dias depois de terminada a aludida construção, salvo caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado. Se, entretanto, o edifício não se achar terminado dentro do prazo de três (3) anos a contar da data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas, a contratante terá o direito de declarar o mesmo rescindido de pleno direito, independente de qualquer interposição judicial ou extra-judicial, de suspender os seus serviços e de ser paga de todas as obras até então executadas e de materiais empregados nas mesmas.

3ª — Serviços a executar — especificações técnicas:

1º) a contratante executará com os seus próprios materiais os serviços de instalação das tubulações rígidas, respectivas caixas de derivação e acessórios para os seguintes fins:

- a) Rede da Companhia Telefônica Brasileira (Light);
- b) Rede oficial;
- c) Rede para intercomunicação no edifício;
- d) saída dos circuitos telegráficos. Seletivos; e

c) cabia dos circuitos telegráficos.
Todas essas tubulações devem ser independentes.
Não estão incluídos no presente contrato entalho, 1000 metros; lhos;
2ª) a rede da Companhia Telefônica Brasileira (Light) destinada a comunicações com as redes urbanas da mesma Companhia. Devem ser previstas cerca de 150 saídas. Pretende-se usar mesa de ligações particular automática, entretanto deve ser prevista a hipótese das entradas para os aparelhos serem feitas diretamente dos cabos da Companhia. No caso do uso da mesa, a mesma será localizada nas proximidades da Agência.
4ª — A contratante obriga-se a observar na execução dos serviços, as disposições aplicáveis dos regulamentos ora em vigor da Inspetoria de Iluminação e C. T. S.
5ª — Os fornecimentos e serviços de que se trata serão executados pela importância total de 85:824\$500 (oitenta e cinco contos, oitocentos e vinte e quatro mil e quinhentos réis) a qual será dividida em três (3) parcelas anuais da maneira seguinte:

Primeiro ano (1937)	20:032\$800
Segundo ano (1938)	45:791\$700
Terceiro ano (1939)	20:000\$000
Total	85:824\$500

Os pagamentos serão efetuados ou no Tesouro Federal, ou na Tesouraria da Central do Brasil, ou em repartição pagadora competente, mensalmente, de acordo com as medições que forem sendo feitas pela Estrada e à vista das contas devidamente processadas.
6ª — A contratante obriga-se, como obrigada fica a assumir inteira responsabilidade pelo perfeito funcionamento das instalações durante o prazo de dois (2) anos, a contar das datas das respectivas entregas a Estrada, podendo fazer acompanhar o dito funcionamento por técnicos de sua confiança. Salvo caso fortuito ou de força maior, durante esse prazo de garantia a contratante obriga-se a reparar ou substituir, sem onus de espécie alguma para a Central do Brasil, todas as peças defeituosas, salvo quando os defeitos se verificarem comprovadamente por culpa da Estrada, de seus funcionários ou de terceiros, hipótese em que a Estrada caberão os onus resultantes da reparação ou substituição.
7ª — Se a contratante não efetuar dentro dos prazos que forem conveniados os reparos ou substituições, de que trata a cláusula anterior e decorrentes da sua responsabilidade e garantia, a Central do Brasil poderá ou mandará efetuar esses trabalhos por conta exclusiva da contratante, que também fica obrigada a indenizar a Estrada das importâncias que ela tiver de dispendar para sanar as interrupções no funcionamento das instalações, durante o prazo de garantia, por defeitos, falhas ou avarias, cuja culpa caiba provadamente a contratante.

8ª — A Estrada de Ferro Central do Brasil exercerá a fiscalização do material a ser empregado e serviços a executar por intermédio do respectivo engenheiro residente.
9ª — Pelo excesso do prazo estipulado na cláusula 1ª para conclusão dos serviços, ficará a contratante sujeita a multa de 500\$000 (quinhentos mil réis) por dia de atraso e pela inobservância de outras cláusulas, as multas poderão ser de 500\$000 (quinhentos mil réis) a 2\$500\$000 (tres contos e quinhentos mil réis), com recurso, em todos os casos, para o diretor da Central do Brasil.

10ª — As multas de cuja aplicação não caiba mais recurso deverão ser recolhidas à Tesouraria da Central do Brasil, dentro do prazo improrrogável de dez (10) dias, a contar da data do recebimento da intimação, por escrito, para tal fim, e, no caso do não recolhimento da multa no prazo estabelecido será a mesma descontada da caução de que trata a cláusula 15 que deverá ser integralizada dentro de dez (10) dias, a contar da data do recebimento de nova intimação, sob pena de rescisão do contrato.

11ª — O material que a Companhia tiver de importar para a execução dos serviços será recebido no Cais do Porto do Rio de Janeiro, sobre vagões que serão fornecidos pela Central do Brasil, nas seguintes condições:

- a) o que não tiver similar registrado no Ministério da Fazenda deverá ser consignado diretamente à Central do Brasil, em cujo nome virão também os documentos de embarque para ser pela mesma desembarcado pela Alfândega, de acordo com o art. 12 do decreto número 24.023, de 21 de março de 1924;
- b) do que tiver similar registrado caberá o desembaraço alfandegário a contratante, por cuja conta correrão os direitos aduaneiros;
- c) em qualquer hipótese as despesas de transportes marítimos até o Rio de Janeiro, de seguros até o local da construção, da descarga, armazenagem e outras que forem devidas à Companhia do Cais, correrão por conta da contratante;
- d) o transporte de materiais até o local da construção, por linhas e vagões da Central do Brasil será feito gratuitamente e a descarga no local da obra por conta da contratante.

12 — As multas e responsabilidades decorrentes deste contrato, que não forem satisfeitas nos prazos determinados serão cobradas consecutivamente, de acordo com o decreto n. 10.902, de 20 de maio de 1914, servindo de título de dívida líquida e certa as certidões extraias dos respectivos livros de lançamentos da Central do Brasil.

13 — Este contrato só se tornará efetivo depois de aprovado definitivamente pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização de qualquer espécie, dado que esse Instituto lhe denegue o registro.

14 — A despesa decorrente deste contrato correrá por conta de verba própria, do orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, de cada um dos exercícios financeiros em que o mesmo vigorar, já tendo sido a do corrente exercício, na importância de 20:032\$800 (vinte contos, trinta e dois mil e oitocentos réis), empenhada sob número 181, na Contabilidade da Central do Brasil.

15 — Para garantia da fiel execução do presente contrato e efetividade das multas e obrigações em que incorrer, a contratante depositou como caução na Tesouraria da Estrada de Ferro Central do Brasil, antes da respectiva assinatura e de acordo com o edital de concorrência, a importância de 6:000\$000 (seis contos de réis), em seis (6) apólices da dívida pública federal, do valor nominal de réis 1:000\$000 (um conto de réis) cada uma, do decreto n. 15.319, de 19 de agosto de 1922, de ns. 527.132 a 527.137, todas com os coupons de julho de 1938 e seguintes, conforme recibo n. 100, de 23 de dezembro de 1937.

Essa caução só será restituída depois de fiel e integralmente cumpridas todas as cláusulas deste contrato.

16 — O selo proporcional relativo ao valor deste contrato será pago nas contas que forem sendo apresentadas pela contratante.

E, para constar, lavrei o presente contrato, em livro próprio, sob n. 48, a fls. 5 v. a 8 v., que vai assinado pelas partes interessadas, na presença das testemunhas abaixo, depois de lido e achado conforme e por mim Antônio Lopes de Vasconcelos, escrivão de 2ª classe que o escrevi.

Diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1937. — Waldemar Luz, — Adherbal de Miranda Pougny. — Armando Teixeira.

Testemunhas. — Phyllocrato Soares Brasil. — Celso Coelho de Souza. — Antonio Lopes de Vasconcellos.

Estavam coladas e devidamente inutilizadas, estampilhas federais no valor total de 56\$000 (cincoenta e seis mil réis), e um selo de educação e saúde.

Confere. — Phyllocrato Soares Brasil, oficial administrativo de 4ª classe.

Visto. — Raul Augusto de Pinho, chefe de contabilidade.

NOTICIARIO

MINISTERIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE ÁGUAS

Bacia amazônica

Dia 28

Estações	Obs. em 24 hrs.	
	Mts.	Dif.
S. P. Olivença.	9.68	0.01
S. Felipe.	9.28	0.06
Tafé.	10.02	-0.03
Labrea.	3.16	0.16
Manaus.	16.08	—
Porto Velho.	86.62	0.00
Humaitá.	4.38	0.03
Maués.	1.03	0.05
Obidos.	0.32	—
Arumanduba.	2.10	0.16
Altamira.	3.07	0.00
Porto Nacional.	9.06	0.10

Bacia Itapicuru — Maranhão

Dia 27

Picos.	1.30	0.00
Coroatã.	1.22	0.00

Bacia do Mearim

Dia 27

Barra do Corda.	0.74	-0.06
-------------------------	------	-------

Bacia Paraná-Paraguai e Uruguai

Dia 28

Jupia.	1.50	0.10
Tomazina.	0.32	0.00
Tibagi.	0.74	-0.04
Jatai.	1.54	-0.04
S. Mateus.	0.82	-0.05
Rio Negro.	0.70	0.08
S. Luis de Cáceres.	2.00	0.16
Pôrto Esperança.	1.28	0.00
Forte de Coimbra.	1.89	0.02
Pôrto Murinho.	1.78	0.00

Bacia S. Francisco

Dia 29

Pôrto Real.	8.64	0.00
Pirapóra.	2.70	—
S. Francisco.	7.24	0.14
Januária.	7.30	0.14

Bacia Itapicuru — Baía

Dia 28

Pindobassu.	0.48	-0.02
Cipó.	0.54	0.00
Itapicuru.	0.41	0.00

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 29

Salinas.	1.01	-0.71
Rio Pardo.	2.73	-0.16

Bacia Paraíba do Sul

Dia 29

Caçapava.	1.58	-0.14
Cachoeira.	2.06	0.00
Cruzeiro.	2.01	-0.10
Resende.	1.16	0.04
Barra do Pirai.	2.46	0.20
Paraíba do Sul.	1.60	0.02
Pôrto Novo do Cunha.	1.88	0.02
S. Fidelis.	4.10	0.04
Campos.	8.78	0.02

Bacia Itajaf-Assu

Dia 28

Taíó.	0.65	-0.04
Barracão.	0.18	-0.07
Rio do Sul.	1.67	-0.01
Nova Bremen.	0.51	-0.02
Hansenia.	0.62	0.00

Subida.	0.65	-0.05
Indaial.	1.14	-0.04
Passo Manso.	1.78	-0.02
Blumenau.	0.18	-0.17
Ilhota.	2.30	0.20

As cotas de Manaus, Porto Velho e Campos, acham-se referidas ao nível do mar.

Estado e tendência das águas dos rios

Baía amazônica

Dia 28

Em ascensão em S. Paulo de Olivença, S. Felipe, Labrea, Humaitá, Maues, Arumanduba, Pôrto Nacional e Imperatriz, estacionário em Pôrto Velho e Altamira e em declínio em Tefé.

Bacia Parnaíba

Dia 27

Não foram recebidos informes.

Bacia Itapicuru — Maranhão

Dia 27

Estacionário em Picos e Coroatã.

Bacia do Mearim

Dia 29

Em declínio em Barra do Corda.

Bacia Paraná-Paraguai e Uruguai

Dia 28

Em ascensão em Jupia, Rio Negro, S. Luis de Cáceres e forte de Coimbra, estacionário em Tomazina, Pôrto Esperança e Pôrto Murinho e em declínio em Tibagi, Jatai e S. Mateus.

Bacia S. Francisco

Dia 29

Continuará em rápida ascensão em todo o curso.

Bacia Itapicuru — Baía

Dia 28

Em declínio em Pindobassu e estacionário em Cipó e Itapicuru.

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 29

Continuará em declínio em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul

Dia 29

Continuará em ascensão entre Barra do Pirai e Campos e entrará em declínio no resto do curso.

Bacia Itajaf-Assu

Dia 27

Entrará em declínio em todo o curso.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — DEPARTAMENTO DE AERONÁUTICA CIVIL.

Boletim diário do Instituto de Meteorologia

SUB-DIVISÃO DE METEOROLOGIA APLICADA

RIO DE JANEIRO, — E. U. DO BRASIL — EM 26 DE DEZEMBRO DE 1937

Previsões para o período das 18 horas de hoje às 18 horas de amanhã

Distrito Federal e Niterói — Tempo: Instável com chuvas; trovoadas possíveis. **Temperatura:** Estável. **Ventos:** Variáveis e sujeitos a rajadas de muito frescas a fortes.

Estado do Rio de Janeiro — Tempo: Instável com chuvas; trovoadas possíveis. Temperatura: Estável.

Estados do Sul — Tempo: Instável com chuvas e trovoadas. Temperatura: Estável até Santa Catarina onde entrará em declínio no Rio Grande. Ventos: Variáveis até Santa Catarina onde rondarão para o quadrante sul e deste quadrante no Rio Grande. Raíadas de muito frescas a fortes.

Observações realizadas às 9 horas (T. C. G.) de hoje

[illegible]

89 9.1.1. 1.1.1.

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do sólo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 hs. m/m	Tempo ocorrido das 13 horas às 9 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Ouro Fino (X)																
Paracatu (X)																
Pirapora (X)																
Poços de Caldas	E	2	9.4	19	92	Nb	—	—	9 A		4	Húmido	23	15		
S. João del Rei	E	2	5.1	20	85	Cb-nb	—	—	9 A		8	Sêco	24	17		Chuva
S. Lourenço	C	0	8.7	20	35	Co	As	—	9 E		6	Ench.	24	15		Chuva
Teófilo Otoni (X)																
Uberaba (X)																
Viçosa X																
Goiania (X)																
Catalão (X)																
Formosa (X)																
Ipanema (X)																
Porto Nacional (X)																
Pirenópolis (X)																
Santa Luzia (X)																
Cuiabá	N	2	3.0	25	35	St	Ac	—	8 N		8	Sêco	23	22	0.1	E
Aquidauana (X)																
Bela Vista (X)																
Campo Grande	N	2	6.5	25	75	0	Ac	0	5 B		8	Húmido	32	16		2 B
Corumbá	ESE	2	5.0	27	15	Cu	0	Cc	7 N		—	Sêco	35	22		0 E
General Gomes Carneiro (Meruri) (X)																
Presidente Murtinho (X)																
S. Luis de Cáceres (X)																
Tres Lagoas (X)																
Umariti (X)																
Vitória	C	0	10.6	24	91	St	Ac	—	9 E		6	Sêco	23	22		2 Chuva
Barra de São Mateus	C	0	10.3	24	35	Nb	—	—	9 E		5	Tranq.	27	21		8 Chvs
Rio de Janeiro	C	0	9.9	22	75	St	—	—	9 Chvs.		7	Calmo	23	21	0.3	Chvs
Angra dos Reis	C	0	8.7	22	85	Cb	As	—	9 Chvs.		6	P. agit	24	20		6 Chuva
Cabo Frio	NE	3	19.3	23	92	—	—	Cs	3 N		6	—	24	21		0 E
Campos	C	0	10.4	22	93	Nb	—	—	9 Chuva		3	Ench.	27	20		4 Chuva
Friburgo	NE	2	13.1	20	35	Nb	—	—	9 E		5	Humido	21	16		11 Chvs.
Petropolis	SE	1	—	22	35	Nb	0	0	9 Chvs.		4	Tranq.	25	20		1 Chu

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de hoje

[illegible]

Nada — Ch — Indica que não foi recebido o despacho telegrafico.

Observações - Área de céu encoberto: em décimos, sendo 0 - totalmente limpo e 10 - totalmente encoberto. Estado do tempo: B - Bom; N - Nublado; E - Encoberto; ≡ - Nevoeiro; ∞ - Névoa seca; Chuva - Chuva; Chvs - Chuviscos; ☉ - Neve; Δ - Pancadas; T - Trovoada com raios e trovões; C - Relâmpagos; ~ - Geadas; U - Orvalho; ⚡ - Ventania; ▲ - Granizo; ~ - Arco-íris; h.s. - halo solar; h.l. - halo lunar; c.s. - coroa solar; c.l. - coroa lunar; Estado do mar ou do solo: Estado do mar - Estações costeiras; Estado do solo - Estações do interior.

Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort.

Sinópse de tempo ocorrido no Distrito Federal das 13 horas de ontem ás 13 horas de hoje

O tempo ocorreu instável com chuvas fracas. A temperatura foi estável. As médias das temperaturas extremas observadas nos postos do Distrito Federal foram: máxima 27,4 e mínima 20,4, e as temperaturas extremas registradas no Observatório Meteorológico da Avenida das Nações, foram: máxima 26,0 e mínima 20,9, respectivamente, até 13 horas e 46 7 horas e 5 minutos. Os ventos sopraram de sudeste a nordeste com rajadas de 12 m/s e a muito fracos, durante um período de calmaria entre 8 e 11 horas.

Sinopse do tempo ocorrido em todo o país das 9 horas de ontem às 9 horas de hoje

Nota: Não é feita a sinópse, por não terem sido recebidos, em tempo, informes meteorológicos suficientes para sua elaboração.

Nota: Centro - O tempo, nas 24 horas, foi em geral perturbado com chuvas; A's 8 horas de hoje, era encoberto com chuvas esparsas. Os ventos foram fracos e variáveis.

Amã, Ont. — O tempo nas 24 horas foi instável com chuvas. Às 9 horas de hoje o tempo era bom nublado. Os ventos sopraram do quadrante no N. e N. E. Não se trata a sinópse de S. Catarina e Rio Grande por não terem chegado a tempo as informações meteorológicas.

Nota — A presente sinópse foi elaborada com os dados da rede meteorológica recebidos até às 13 horas.

Divisão das Zonas — Zona Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — **Zona Centro:** Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Postos Termo-Pluviométricos do Distrito Federal

Locales	Máxima	Mínima	Precipitação	Fontes	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Campesina.....	—	—	—	Jardim Botânico.....	—	19.4	0.5	Campo Grande.....	—	—	—
Barro Alto.....	27.5	18.6	—	Saenz Pena.....	29.8	20.1	0.8	Santa Cruz.....	—	—	—
Algodão.....	—	—	—	Andaraí.....	—	—	—	Bangú.....	—	—	—
Ilheus.....	26.4	21.0	0.4	Olaria.....	—	—	—	Campo dos Afonsos.....	—	—	—

Nota — As temperaturas são lidas às 13 horas e a chuva às 7 horas.

Sondagens aerológicas por meio de balões-piloto

Estações Aerológicas	Hora local	Altitude em metros sobre o nível médio do mar								Altura máxima
		200	500	1.000	1.500	2.000	3.000	4.000	5.000	
		Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	Direção Vel. Km./H.	
S. Gabriel (X).....	8.30									
Manaus (X).....	8.30									
Belém (X).....	9.30									
S. Luis (X).....	9.30									
Quixeramobim (X).....	9.30									
Fernando de Noronha.....	10.30 E	32 ESE	25 E	11 NNE	14 NNE	22 ESE	32	—	—	3.400 m.
Natal (X).....	9.30									
Oitinda (X).....	9.30									
Maceió (X).....	9.30									
S. Salvador (X).....	9.30									
Cuiabá (X).....	8.30									
Ipameri (X).....	9.30									
Caravelas (XX).....	9.30									
Belo Horizonte (X).....	9.30									
Vitória (XX).....	9.30									
Campes (XX).....	9.30									
Rio de Janeiro.....	9.30 NE	4 NNE	14 NNW	29 N	22 N	22 N	14	—	—	3.700 m.
Rio de Janeiro.....	13.00 SE	11 NE	7 NE	7 ENE	4 NNE	7 N	18	—	—	3.500 m.
Santos.....	9.30 SW	25 WNW	4 NW	22 NW	29 NW	14	—	—	—	2.400 m.
Curitiba (X).....	9.30									
Florianópolis.....	9.30 NNW	32 NW	32 WNW	36 WNW	36	—	—	—	—	1.500 m.
Porto Alegre.....	9.30 SSW	11 W	18 W	36 WNW	36	—	—	—	—	1.000 m.

Nota—(X) indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(XX) indica que não houve sondagem.

RENDAS PÚBLICAS

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas

Importâncias
Em papel

Receita do dia:

28 de dezembro de 1937	1.840:665\$000
28 de dezembro de 1936	1.126:946\$500

Receita mensal:

De 1 de dezembro a 28 de dezembro de 1937	49.888:973\$700
De 1 de dezembro a 28 de dezembro de 1936	38.978:682\$800

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	10.910:290\$900
---	-----------------

Receita global:

De 1 de janeiro a 28 de dezembro de 1937	504.768:955\$200
De 1 de janeiro a 28 de dezembro de 1936	441.249:873\$900

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	63.519:081\$300
---	-----------------

Recebedoria do Distrito Federal

COMPARAÇÃO DA RENDA

Geral

Exclusive
depósitos

Arrecadada de 1 a 27 de dezembro de 1937	32.992:002\$300	32.122:691\$800
Em 28 de dezembro de 1937	1.408:548\$300	1.361:264\$100

Total	34.400:550\$600	33.483:955\$900
Em igual período de 1936	27.760:461\$700	27.294:684\$600

Diferença para mais em 1937	6.640:088\$900	6.189:271\$300
-----------------------------------	----------------	----------------

Arrecadada de 2 de janeiro a 28 de dezembro de 1937	377.615:057\$400	368.257:593\$000
Em igual período de 1936	347.431:182\$000	337.674:317\$600

Diferença para mais em 1937	30.183:875\$400	30.586:185\$400
-----------------------------------	-----------------	-----------------

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 21

COMPARAÇÃO DA ARRECAÇÃO GERAL

Arrecadada de 1 a 23 de dezembro de 1937	21.059:353\$900
Em 24 de dezembro de 1937	531:102\$300

Total	21.590:456\$200
Em igual período de 1936	19.099:812\$200

Diferença para mais em 1937	2.490:644\$000
-----------------------------------	----------------

Arrecadada de 2 de janeiro a 24 de dezembro de 1937	283.490:104\$900
Em igual período de 1936	247.412:923\$500

Diferença para mais em 1937	36.077:181\$400
-----------------------------------	-----------------

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 1 a 23 de dezembro de 1937	20.883:173\$000
Em 24 de dezembro de 1937	525:122\$700

Total	21.408:295\$700
Em igual período de 1936	18.973:321\$500

Diferença para mais em 1937	2.434:974\$200
-----------------------------------	----------------

Alfândega de Santos

RECEITA ARRECADADA

Datas

Importâncias
Em papel

Receita do dia:

23 de dezembro de 1936	1.180:950\$600
23 de dezembro de 1937	1.946:384\$100

Receita mensal:

De 1 de dezembro a 23 de dezembro de 1936	29.189:385\$800
De 1 de dezembro a 23 de dezembro de 1937	42.415:915\$000

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	13.226:529\$200
---	-----------------

Receita global:

De 1 de janeiro a 23 de dezembro de 1936	492.699:995\$400
De 1 de janeiro a 23 de dezembro de 1937	573.606:123\$100

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	80.906:127\$700
---	-----------------

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas:

Importâncias

Receita do dia:

20 de dezembro de 1937	225:720\$400
20 de dezembro de 1936	Não houve

Receita mensal:

De 1 de dezembro a 20 de dezembro de 1937	4.388:112\$000
De 1 de dezembro a 20 de dezembro de 1936	3.933:261\$300

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	454:850\$700
---	--------------

Receita global:

De 1 de janeiro a 20 de dezembro de 1937	79.281:525\$800
De 1 de janeiro a 20 de dezembro de 1936	63.315:862\$200

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	15.965:663\$600
---	-----------------

RECEITA ARRECADADA

Datas:

Importâncias

Receita do dia:

21 de dezembro de 1937	174:723\$800
21 de dezembro de 1936	188:315\$500

Receita mensal:

De 1 de dezembro a 21 de dezembro de 1937	4.562:835\$800
De 1 de dezembro a 21 de dezembro de 1936	4.121:576\$800

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	441:259\$000
---	--------------

Receita global:

De 1 de janeiro a 21 de dezembro de 1937	79.456:249\$600
De 1 de janeiro a 21 de dezembro de 1936	63.504:177\$700

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	15.952:071\$900
---	-----------------

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Câmbio e Moeda Metálica

Dia 28 de dezembro de 1937

Praças	A' vista	
	Oficial	Livre
Paris.	—	\$600
Itália.	—	\$931
Alemanha:		
Reichsmark.	—	—
Reisemark.	—	4\$400
Verrechnungsmark.	—	5\$500
Unterstützungsmark.	—	—
Portugal.	—	\$828
Bélgica:		
Papel.	—	—
Duro.	—	2\$990
Espanha.	—	—
Suécia.	—	—
Suécia.	—	—
Noruega.	—	—
Dinamarca.	—	—
Tcheco-Slováquia.	—	—
Novo-York.	—	17\$500
Montevideo.	—	—
Buenos Aires (peso-papel).	—	5\$200
Holanda.	—	9\$790
Japão.	—	—
Rumânia.	—	—
Canadá.	—	—
Áustria.	—	—
Chile.	—	—

Moedas

Libra.	91\$437
Dólar.	18\$099
France.	\$629
Escudo.	\$823
Peso-argentino.	5\$378
Peso-uruguio.	9\$976
Lira.	\$803
Florim.	9\$674
Zloty.	2\$725
Coroa-norueguesa.	4\$350
Coroa-suécia.	4\$400

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — Ary de Almeida e Silva, síndico.

Cotações oficiais de títulos

Apólices e obrigações:

Diversas emissões de 1:000\$, port.	789\$000
Reajustamento econômico de 1:000\$, 5 %, port.	741\$000
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$, 7 % (1932)	1:002\$000
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$000, 6 % (1937)	900\$000
Obrigações ferroviárias de 1:000\$, 7 % (3ª emissão)	980\$000
Empréstimo municipal de 1920, port.	146\$000
Empréstimo municipal de 7 %, port. (decreto 1.535)	165\$000
Empréstimo municipal de 8 %, port. (decreto 1.933)	200\$000
Empréstimo municipal de 7 %, port. (decreto 3.264)	164\$000
Empréstimo municipal de 1931, port.	170\$000
Estado de Minas Gerais de 1:000\$, 7 %, port. (decreto n. 10.246)	667\$000
Estado de Minas Gerais de 200\$, 5 %, port. (1934)	149\$000
Estado de Minas Gerais de 200\$, 9 %, port. (1934) 2ª série	169\$000
Estado de Pernambuco de 100\$, 5 %, port.	90\$000
Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %, port.	105\$000
Estado do Rio de Janeiro de 500\$, 8 %, port.	420\$000
Estado de São Paulo de 200\$, 5 %, port.	194\$000
Uniformizadas do Estado de São Paulo de 1:000\$, 8 % port.	926\$000

Ações de Companhias:

Paulista de Estradas de Ferro.	212\$000
Sul Mineira de Eletricidade, ordinárias.	220\$000
América Fabril.	315\$000
Brasil Industrial.	310\$000
Seguros de Vida Sul América.	875\$000

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — Ary de Almeida e Silva, síndico.

REUNTA DOS CORRETORES

Dia 29 de dezembro de 1937

ABRIGADO DISPONÍVEL.

N. 281

Movimento do dia 28

Café		Ros
Entradas.		10.21
Saídas.		6.26
Consumo local.		54
Café doado.		31
Café de bonificação.		1.11
Existência.		688.71

Preços por 10 quilos:

Tipo 3.	—
Tipo 4.	—
Tipo 5.	—
Tipo 6.	—
Tipo 7.	—
Tipo 8.	—

Açúcar

Entradas — Não houve.	
Saídas.	1.71
Existência.	64.36

Preços por saco com 60 quilos:

Branco cristal.	50\$500 a 50\$800
C. amarelo.	Nominal
Mascavinho.	Nominal
Mascavo regular.	41\$500 a 42\$000

Algodão

Entradas.	1.97
Saídas.	4
Existência.	14.61

Mercado, estável:

Preços por 10 quilos:

Fibra longa:	
Tipo Seridó:	
Tipo 3.	39\$500 a 40\$000
Tipo 4.	38\$000 a 38\$500
Fibra média:	
Seridões:	
Tipo 3.	36\$500 a 39\$000
Tipo 5.	35\$000 a 35\$500

O síndico, Bento Dias Pereira.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937

Preços correntes oficiais que vigoraram na semana de 20 a 24 de dezembro de 1937

Águas minerais:

Por caixa:	S/carro	C/carro
------------	---------	---------

Nacionais — Diversas marcas.	37\$000	55\$000
Algodão em rama:		
Por 10 quilos (líquido):		
Fibra longa — Seridó, tipo 3.	37\$500	48\$000
Fibra média — Ceará, tipo 5.	—	—
Fibra curta — Matas, tipo 5.	—	—
Fibra curta — Paulista, tipo 5.	—	—

Aguardente:

Por pipa c/180 litros — Caldos extra sélos:

De Parati.	—	320\$000
De Angra.	—	320\$000
De Campos.	200\$000	220\$000
De Pernambuco.	—	—
De 40 grãos.	30\$000	30\$000
De 36 grãos.	—	—
De 36 grãos.	—	—

Alfafa:		
Por quilo:		
Nacional.....	\$540	\$560
Azeite:		
Diversas marcas.....	—	—
Alhos:		
Por cento:		
Nacionais.....	2\$500	10\$000
Estrangeiros.....	8\$000	14\$000
Arroz:		
Por 60 quilos:		
Agulha especial brilhado).....	98\$000	100\$000
Agulha de 1ª (brilhado).....	90\$000	92\$000
Agulha especial.....	93\$000	95\$000
Japonez especial.....	78\$000	80\$000
Japonez de 1ª.....	76\$000	78\$000
Japonez de 2ª.....	70\$000	72\$000
Japonez de 3ª.....	64\$000	66\$000
Sanga.....	36\$000	38\$000
Acucar:		
Por 60 quilos:		
Branco cristal.....	58\$500	59\$000
Cristal amarelo.....	Nominal	Nominal
Cascavinho.....	Nominal	Nominal
Cascavo (regular).....	41\$500	42\$000
Por quilo:		
Refinado de 1ª (extra).....	—	1\$000
Refinado de 1ª.....	—	\$200
Refinado de 3ª.....	—	\$300
Bacalhão:		
Por caixa c/ 58 quilos:		
Especial.....	240\$000	245\$000
Superior.....	265\$000	270\$000
Secado.....	170\$000	175\$000
Banha:		
Por caixa c/ 60 quilos:		
de Porto Alegre.....	210\$000	220\$000
de Laguna.....	210\$000	212\$000
de Itajaí.....	212\$000	222\$000
Batatas:		
Por quilo:		
Nacional — do interior.....	\$400	\$800
Nacional do sul.....	—	—
Estrangeiras.....	—	—
Cebolas:		
Por caixa:		
Nacionais.....	41\$000	45\$000
Por quilo:		
Nacionais.....	\$400	\$600
Café:		
Por quilo:		
Arábico de 1ª.....	Nominal	Nominal
Arábico de 2ª.....	Nominal	Nominal
Por 10 quilos:		
de São — tipo 7.....	Nominal	Nominal
Farinha de mandioca:		
Por 50 quilos:		
Especial.....	35\$000	36\$000
Comum.....	34\$000	35\$000
Superfina.....	20\$000	30\$000
Grossa.....	24\$000	26\$000
Farelo de trigo:		
Por saco c/ 35 quilos:		
dos Moínhos Nacionais.....	10\$000	10\$500
Remoído:		
Por saco c/ 40 quilos:		
dos Moínhos Nacionais.....	13\$500	14\$000
Farelinho:		
Por saco c/ 35 quilos:		
dos Moínhos Nacionais.....	10\$000	10\$500
German.....		
Por saco c/ 40 quilos:		
dos Moínhos Nacionais.....	—	—
Farinha de trigo:		
Por saco c/ 44 quilos:		
de 1ª qualidade.....	—	60\$000
de 2ª qualidade.....	—	58\$000
Comum.....	—	63\$000
Feijão:		
Por saco c/ 60 quilos:		
Preto especial.....	31\$000	36\$000
Preto bom.....	26\$000	28\$000
Canjica (novo).....	46\$000	50\$000
Branco.....	72\$000	110\$000
Canjica (novo).....	48\$000	50\$000
Galatinho.....	30\$000	36\$000
Herba mate:		
Por barricas:		
Do Paraná e Santa Catarina.....	10\$500	12\$000
Lombo de porco:		
Por quilo:		
De Minas — salgado.....	3\$100	3\$200
Do Sul — salgado.....	2\$400	2\$600

Manteiga:		
Por quilo:		
Do interior.....	6\$200	6\$800
Milho:		
Por saco com 60 quilos:		
Amarelo.....	23\$000	24\$000
Vermelho (Caete).....	24\$000	25\$000
Mesclado.....	21\$000	22\$000
Óleo:		
Por quilo bruto:		
De linhaça — em barril.....	—	3\$600
De linhaça — em lata.....	—	3\$800
Por litro:		
De caroço de algodão, nacional.....	—	2\$800
Pólvilla:		
Por quilo:		
Do Norte.....	\$850	\$900
Do Sul.....	\$800	\$850
Por saco com 60 quilos:		
Sal:		
Do Norte — grosso.....	—	17\$100
Do Norte — moído.....	—	18\$300
De Cabo Frio — grosso.....	—	15\$000
De Cabo Frio — moído.....	—	16\$200
Tapioca:		
Por quilo:		
Diversas procedências (Sul).....	2\$000	2\$000
Toucinho:		
Por quilo:		
Mineiro.....	2\$800	3\$000
Paulista.....	3\$300	3\$400
De Fumero.....	4\$300	4\$100
Xarque:		
Por quilo:		
Nacional.....	3\$300	3\$400
Do Sul — patos e mantas.....	2\$900	3\$000
Mineiro — patos e mantas.....	2\$800	2\$900

O síndico, Bento Dias Pereira.

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Intendência Geral da Polícia Militar do Distrito Federal

De ordem do Sr. coronel comandante geral faço público que esta Intendência, situada à rua Evacista da Veiga n. 78, está recebendo requerimento de inscrição para o fornecimento durante o ano de 1938, dos artigos constantes dos grupos abaixo.

A concorrência é feita de conformidade com o art. 52 do Código de Contabilidade Pública e resolução do Tribunal de Contas, publicada no *Diário Oficial* de 15 de novembro de 1937, a folhas 24.081 e obedecendo às seguintes cláusulas:

1ª — Os pedidos de inscrição são dirigidos ao Sr. coronel comandante geral, em requerimento até o dia 15 de janeiro, às 10 horas, acompanhados dos documentos comprobatórios da idoneidade do requerente com declaração de se sujeitar a todas as exigências, quer as relativas às concorrências em geral, como as constantes não só do Código de Contabilidade Pública como também do regulamento da Polícia Militar, ou parte relativa a fornecimentos, importando a infração dos mesmos no cancelamento da inscrição.

2ª — Os candidatos à inscrição são obrigados a apresentar o recibo de depósito da caução (em dinheiro ou apólices federais), na Caixa Econômica, relativa a cada grupo, para garantia de fornecimento que lhes venha a ser adjudicado.

3ª — Os documentos comprobatórios de idoneidade a que se refere a cláusula 1ª deste edital, são os seguintes:

- recibo do imposto sobre a renda;
 - contrato social;
 - recibo do depósito da caução na Caixa Econômica;
 - da Recebedoria do Distrito Federal: recibo de indústria e profissão; registro de patente, quando for o caso; registro para o comércio que explorarem, sendo o de fazenda e calçado em grande escala. Quando se tratar de sociedade anônima, é preciso provar a sua constituição nos termos da lei;
 - da Prefeitura do Distrito Federal: recibo do pagamento de imposto da negação; recibo de imposto sobre "comissões e consignações" apresentado, não exime o do pagamento referente ao registro dos artigos para os quais se pretende inscrever;
 - certidão negativa do pagamento do imposto de indústria e profissão, sendo dispensada se já for fornecedor da Corporação;
 - certidão do Departamento Nacional do Trabalho, na qual consta ter o requerente cumprido as disposições do regulamento aprovado pelo decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1921.
- 4ª — Só serão aceitas as propostas feitas nas listas impressas e fornecidas pela Intendência Geral aos concorrentes. Estas listas, especialmente feitas para cada grupo, serão apresentadas no dia re-

ferido na cláusula 7ª com os preços dos artigos que se propuzerem fornecer, em envelope fechado e com indicação do respectivo grupo.

5ª — Por conveniência do serviço, serão aceitos, como se listas fossem, os catálogos de preços de peças de automóveis dos representantes, das diversas fábricas, desde que sejam os mesmos autenticados pelos concorrentes e preencham todos os requisitos exigidos para as demais relações, exceto a oposição dos preços por extenso.

6ª — As propostas serão apresentadas em duas vias, sendo a primeira a lista fornecida pela Intendência Geral cujos dizeres, sob pretexto algum poderão ser alterados e a segunda em papel da casa comercial do proponente. Estas listas serão datadas e assinadas sendo nelas especificados em algarismos e por extenso o preço de cada artigo, sem acréscimos, emendas, entre-linhas, rasuras ou ressalvas. Somente a 1ª via será selada.

7ª — No dia 17 de janeiro, às 14 horas, perante o Conselho Administrativo da Repartição, serão abertas todas as propostas apresentadas pelas firmas devidamente habilitadas, presentes ou não no momento. Os concorrentes, berrtas as propostas, as rubricarão.

8ª — Expirado o prazo para a inscrição, ninguém mais poderá inscrever-se, salvo para futuras concorrências.

9ª — Para aquisição de artigos que não tenham sido previstos nesta concorrência ou para o qual não tenha havido preço, ou mesmo que haja preço e não convenha a Corporação, se fará a aquisição depois de consultado, por meio de convite, aos especialistas no gênero.

10ª — Não serão tomadas em consideração as propostas que contiverem preços excedentes de 10 % dos correntes no Mercado.

11ª — Os artigos a serem fornecidos serão de 1ª qualidade e obedecerão aos tipos existentes no mostruário e constantes do caderno de encargos da Repartição. A Intendência Geral poderá mandar a exames ou análises os artigos que não obedeceram aquelas condições, ou não tenham marcas, correndo as despesas, por conta do proponente.

12ª — As despesas com os transportes dos artigos pedidos, ou mesmo rejeitados, correrão por conta dos fornecedores. Os artigos não fornecidos ou rejeitados e não substituídos, dentro do prazo marcado, serão adquiridos na praça por conta do fornecedor, independente de qualquer aviso.

13ª — As concorrências para o fornecimento de gêneros alimentícios e forragens, serão feitas mensalmente, em virtude das oscilações mercantis, podendo no entretanto, serem prorrogadas por mais de um mês.

14ª — Os preços apresentados, com exceção dos gêneros alimentícios e forragens, vigorarão pelo prazo de 4 meses, considerando-se esse prazo prorrogado por igual tempo, e assim, sucessivamente, até a conclusão do exercício se antes de 15 dias de sua terminação não tiverem os fornecedores pedido alteração dos preços. Esses pedidos serão feitos em requerimento dirigido ao Sr. coronel comandante, acompanhado de uma relação em duas vias, onde constem as alterações propostas.

15ª — Os artigos pedidos serão entregues pelos fornecedores nos quartéis ou lugares indicados pela Intendência Geral, dentro dos prazos estipulados nos respectivos pedidos, que não poderão ser exceções, salvo caso de força maior, a juízo da Diretoria da Intendência Geral ou da autoridade que organizar o pedido, devidamente comprovado com os documentos, e isso antes de terminação o prazo para a entrega.

16ª — As contas devem ser entregues na repartição de origem até o dia 5 do mês seguinte ao da entrega do material, ficando arquivadas na Contadoria, para serem pagas no fim do exercício, as apresentadas depois da data aqui fixada.

17ª — Ficam isentas das cauções das inscrições de Estabelecimento do Estado ou por ele patrocinados, bem como para fornecimento de gêneros e forragens por serem de concorrência mensal.

18ª — Os concorrentes que tenham caução para garantia de fornecimento em 1936, poderão transferi-la para o corrente ano, desde que solicitem esta providência ao Comando Geral.

19ª — Na quantidade líquida dos artigos pedidos não serão computados, em hipótese alguma, o peso do vasilhame e respectiva embalagem.

20ª — Os preços apresentados para a roupa lavada a que se refere o 15º grupo, serão aceitos pelo global da proposta, ficando, no entanto, à Intendência Geral com a liberdade de escolher os mais baratos de cada proposta, se assim convier.

Os grupos a que se refere o presente edital são os seguintes:

1º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Combustível para máquinas, automóveis e outros mistos;
- 2ª série — Material de limpeza e de fabricação de máquinas, veículos e outros objetos;
- 3ª série — Carvão mineral.

2º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Armamento, arreamento, equipamento e seus acessórios;
- 2ª série — Couros e artigos de courearia.

3º grupo — Caução 3:000\$000

- 1ª série — Ferramentas;
- 2ª série — Ácidos para oficinas e usinas;
- 3ª série — Ferragens em geral;
- 4ª série — Tintas, vernizes e material para pintura;
- 5ª série — Louças;
- 6ª série — Material para limpeza dos quartéis.

4º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Madeiras;
- 2ª série — Material para construção.

5º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Câmaras de ar e pneumáticos;
- 2ª série — Peças e acessórios para automóveis, inclusive ferramentas.

6º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Peças de fundamento e acessórios;
- 2ª série — Panos;
- 3ª série — Artigos para alfaiate;
- 4ª série — Aviaamentos;
- 5ª série — Calçados e perneiras.

7º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Drogas, medicamentos e reativos;
- 2ª série — Preparados farmacêuticos;
- 3ª série — Desinfetantes.

8º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Material para curativos;
- 2ª série — Instrumentos cirúrgicos.

9º grupo — Caução 200\$000

- 1ª série — Material dentário;
- 2ª série — Material fotográfico e cinematográfico.

10º grupo — Caução 300\$000

Série única — Vasilhame e acessórios para laboratório farmacêutico.

11º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Móveis;
- 2ª série — Roupa branca de cama e mesa;
- 3ª série — Artigos para dormitório;
- 4ª série — Tapeçaria e bandeiras.

12º grupo — Caução 2:000\$000

- 1ª série — Objetos de expediente e material para impressão;
- 2ª série — Aparelhos e objetos para escritório.

13º grupo — Caução 2:000\$000

Série única — Material de electricidade e Caixas de Avisos Postais.

14º grupo — Caução 200\$000

Série única — Papel e acessórios para instrumentos de música.

15º grupo — Caução 200\$000

Série única — Lavagem e passagem a ferro de roupa pessoal, de cama e mesa.

Nota — Na Intendência Geral da Polícia Militar do Distrito Federal serão fornecidos aos interessados, todos os informes de que necessitarem, listas impressas com os dizeres dos artigos para os quais desejarem apresentar preços, bem como a minuta do requerimento de inscrição.

Quartel à rua Evaristo da Veiga, em 28 de dezembro de 1937. — Tenente-coronel Domingos José Pereira Junior, diretor.

Polícia do Distrito Federal

INSPECTORIA DO TRAFEGO

EXAME DE MOTORISTAS

Resultado dos exames efetuados no dia 29 do corrente:

Aprovados:

Maria da Penha Soares, Altair Martins Costa, Ari de Oliveira, Baltazar Morgado, Francisco Rufino da Silva Filho, Francisco Martinho Pires, José Augusto, Fernando dos Santos, José Gomes Soares, Roberto Moreira Santos, Sergio da Silva Lopes, Luiz Vieira da Silva.

Reprovados: 12.

Observação: — A falta à chamada na turma efetiva importará no pagamento de nova inscrição. Art. 294 do R. T.)

Inspeção do Tráfego, em 29 de dezembro de 1937. — O Inspetor, Dr. Edgard Pinto Estrella.

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta instância dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações ao Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matrícula indistinta, artigo 366:

Auto onibus

- The Rio de Janeiro, Light and Power, ns. 34 e 401 — Arts. 144 e 145.
 Roberto J. Schmidt, ns. 784 e 877 — Arts. 248 C e 248 L.
 Independência Auto Onibus Ltd., ns. 895 e 897 — Arts. 144 e 248 L.
 Empresa de Onibus de Luxo, ns. 440 e 441 — Arts. 248 L e 248 L.
 Vição Seleta Ltda., n. 323 — Art. 248 L.
 Mário Bianchi, n. 402 — Art. 248 L.
 José Correia Lopes & Comp., n. 436 — Art. 248 L.
 M. P. Salgado, n. 488 — Art. 248 L.
 Empresa Interestadual Onibus de Luxo, n. 541 — Art. 248 L.
 Cruz Filho & Comp. Ltd, n. 928 — Art. 144.
 Vição Seleta Ltda., n. 999 — Art. 248 L.

Autos de Carga

- Oscarino Arantes, n. 2.500 — Art. 85.
 Agninaldo Augusto da Silva, n. 2.949 — Art. 248 L.
 Idelfonso José de Azevedo Falcão, n. 4.430 — Art. 242 C.
 Domingos Moreira de Souza, n. 5.145 — Art. 82.
 Antônio Alves Correia Filho, n. 6.742 — Art. 81.
 Antônio José Esteves Neto, n. 7.289 — Art. 248 L.
 Amaro Pereira da Silva, n. 8.205 — Art. 314, parágrafo único.
 Fausto Faria, n. 10.256 — Art. 144.
 Valtor Nogueira, ns. 10.479 — Art. 144.
 Francisco Clasire, n. 10.515 — Art. 248 L.

Autos de Passeio

- Epitácio Pessoa C. de Albuquerque, n. 442 — Art. 102.
 José de Almeida Rios, n. 914 — Art. 102.
 Jorge Barwich, n. 1.432 — Art. 248 L.
 Fritz Gustav Urban, n. 3.954 — Art. 248 L.
 Mário Franco, n. 6.009 — Art. 102.
 Eduardo São Clemente de Azevedo, n. 6.327 — Art. 143.
 Antônio Teixeira Mendes do Carvalho, n. 6.598 — Art. 102.
 Manoel José Vinhais, n. 6.705 — Art. 102.
 Edmundo do Souto de Oliveira, n. 6.823 — Art. 102.
 Antônio Botelho, n. 6.871 — Art. 248 L.
 José de Figueiredo, n. 7.041 — Art. 102.
 João Alfredo Correia O. Neto, n. 7.214 — Art. 102.
 Jaime Manoel S. B. de Souza, n. 7.488 — Art. 102.
 Paulo Cardoso Mourão, n. 7.501 — Art. 248 L.
 Frederick Josef Buck, n. 7.680 — Art. 102.
 Edes Gurgel Tourinho de Bitencourt, n. 8.202 — Art. 102.
 Carlos Magalhães, n. 9.315 — Art. 102.
 José Augusto Antunes, n. 9.326 — Art. 248 L.
 José de Carvalho, n. 9.478 — Art. 102.
 Arnaldo Antônio Fernandes, n. 9.620 — Art. 88.
 Artur Lourenço, n. 9.705 — Art. 102.
 Manoel Caetano de Amorim, n. 10.246 — Art. 98.
 Elias Bendogau, n. 11.620 — Art. 248 L.
 José da Costa Estrada, n. 11.809 — Art. 102.
 Adelino de Araujo, n. 14.930 — Art. 248 L.
 José Cândido de Araujo, n. 14.935 — Art. 102.
 Albano Vaz Pinto, n. 14.978 — Art. 248 L.
 Alfredo Josef Liconati, n. 15.030 — Art. 248 L.
 Humberto Rivera Cardoso, n. 15.147 — Art. 248 L.
 Antônio L. de Figueiredo, n. 16.449 — Art. 102.
 José Carlos Lopes Leitão, n. 18.238 — Art. 82.
 Leopoldo de Vasconcelos, n. 18.706 — Art. 248 L.
 Joaquim Bertuino de Moraes Carvalho, n. 19.036 — Art. 102.
 Orlando Dias do Amaral, n. 19.176 — Art. 102.
 Dennis Rudolf Malden, n. 19.399 — Art. 248 L.
 Genaro Ponte de Souza, n. 19.649 — Art. 102.
 Bartlett James, n. 19.826 — Art. 248 L.
 Antenor Mairink Veiga, n. 19.971 — Art. 248 L.
 Antônio Marques Machado, n. 21.241 — Art. 82.
 Letácio Medeiros Jansen Ferreira, n. 21.838 — Art. 248 L.
 Moacir Sampaio, n. 22.447 — Art. 102.
 Acácio Adelino Pais, n. 22.450 — Art. 248 L.
 Ismael Vivaqua, n. 22.608 — Art. 248 L.
 Mateus Donadio, n. 22.652 — Art. 102.
 Luiz Lopes Saraiva, n. 22.706 — Art. 102.
 Antônio Pereira, n. 22.740 — Art. 102.
 Antônio Correia Marques, n. 23.327 — Art. 102.
 Mário de Castro, n. 23.367 — Art. 102.
 Raul Adolfo Davi de Sansson, n. 23.429 — Art. 102.
 Albano Manoel da Costa, n. 23.432 — Art. 248 L.
 João Augusto de Souza, n. 23.450 — Art. 248 L.
 Mário Pacheco da Silva Pinto, n. 23.551 — Art. 82.
 Bernardino Ventura, n. 23.552 — Art. 102.
 José Gomes de Oliveira, n. 23.676 — Art. 102.

- Elizets Salvador, n. 24.194 — Art. 102.
 Delfim Moreira da Silva, n. 24.213 — Art. 102.
 Armando de Moraes, n. 24.288 — Art. 102.
 Hélio dos Santos, n. 24.891 — Art. 82.
 Carlos Melza, n. 25.147 — Art. 102.
 Luiz Brandão de Moraes, n. 25.193 — Art. 102.
 Francisco Vieira Sobrinho, n. 25.343 — Arts. 81 e 257.
 Bento da Cunha Rosa, n. 25.409 — Art. 102.
 Eugene Slades, n. 25.428 — Art. 102.
 Adriano Augusto de Sá, n. 25.450 — Art. 102.

Nota — A falta de pagamento das multas importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor, de acordo com o previsto no artigo n. 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — O inspetor.

Instituto de Identificação e Estatística Criminal

Faço público, para os devidos fins, haver perdido todo valor batório de identidade, a carteira concedida a Alvaro José Dias, 14 de fevereiro de 1914.

Instituto de Identificação. Rio. 28 de dezembro de 1937. — Leonidio Ribeiro, diretor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 24 do corrente, à página 25.555.

Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 24 do corrente, à página 25.554.

Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção do interessado para o edital publicado no *"Diário Oficial"* de 28 do corrente, à página 25.695.

Serviço de Febre Amarela

REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 98-37

Pelo presente faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado que a Gra. Milagros Marin Ferreira, residente na cidade de Paraíba do Sul, responsável pelo prédio de n. 441 da rua Visconde de Santa Isabel, está sendo intimada pelo termo de intimação 7.037 (2º termo), incidente sobre o prédio acima referido, de acordo com o termo de intimação que vai adiante transcrito:

Zona 3.284 — 1ª Via — N. 7.037

Ministério da Educação e Saúde

Serviço de Febre Amarela

Segundo termo de intimação

De conformidade com o artigo 3 — Letra c § único do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela no Brasil, aprovado pelo Decreto n. 21.434, de 23 de maio de 1932, fica por este instrumento intimado o responsável do prédio sito à rua Visconde de Santa Isabel e, na falta do cumprimento desta intimação, sujeito às penalidades da lei, a executar no prazo de 10 dias o seguinte: Ligar todas as águas residuárias da casa à rede de esgotos instalada no eixo da rua, pela Prefeitura Municipal.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937. — Dr. Sylvio Cardoso.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Diretoria do Domínio da União

EDITAL N 74

De ordem do senhor diretor, faço público para conhecimento dos interessados, que o Sr. Joaquim Marques da Silva requereu o aforamento do terreno lote n. 2-A, da rua da Emancipação, na Fazenda Nacional de Santa Cruz. (Processo n. 11.549-37). — Arnaldo de Pinto, escrivão.

(C 8.117 — 15-12-1937 — 293\$800, 24 vezes)

Diretoria do Domínio da União

EDITAL N. 22

De ordem do senhor diretor, faço público para conhecimento dos interessados, que a Sociedade Beneficente e Funerária São Sebastião requereu o aforamento do terreno lote n. 31-Bis, da avenida Izabel, na Fazenda Nacional de Santa Cruz. (Processo n. 709-95-31). — *Arnaldo Fé Pinto*, escrivão.

Câmara Sindical dos Corretores

EDITAL

A Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal, para preenchimento de uma vaga de corretor, convida a todos os interessados a apresentar, à sua secretaria, até ao dia 30 de dezembro próximo futuro, os documentos de que trata o art. 6º do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1937. — *Jorge Goulart*, adjunto.

(C 7.928 — 30-11-1937 — 146\$900 — 10 vezes)

Comissão Central de Compras do Governo Federal

AVISO

Prorrogação de concorrência

Referência edital de concorrência para fornecimento de 450.000 toneladas de carvão de pedra para a E. F. C. B.

A Comissão Central de Compras leva ao conhecimento dos interessados que, devido à situação cambial, a concorrência relativa ao edital supra, que se achava marcada para o dia 28 do corrente mês, fica prorrogada para 7 de janeiro de 1938.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — *Otto Schilling*, pre-

Tribunal de Contas

Terceira Diretoria

Pelo presente edital ficam intimados os herdeiros de Artur de Oliveira Bastos, ex-escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Palhoça, Estado de Santa Catarina, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, alegar o que for a bem de seus direitos sobre o alcance de 762\$098, sendo 350\$798 de selo de nomeação a menos pago e 411\$300 de percentagens a mais extraídas, verificado no processo de tomada de suas contas, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1935, constituir procurador na sede do Tribunal ou declarar o domicílio, para o efeito de ser nele notificado das decisões proferidas na tomada de contas, sejam das interlocutórias ou definitivas, sob pena de revelia.

Diretoria de Tomada de Contas, em 13 de dezembro de 1937. — *Mario Newton de Figueiredo*, diretor.

Tribunal de Contas

Terceira Diretoria

Pelo presente edital fica intimada a senhora dona Cibele Loiola, ex-agente postal em Cachoeirinha, Estado do Paraná, para, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, alegar o que for a bem de seus direitos, sobre o alcance de 3:143\$600, débito verificado na tomada de suas contas, relativo ao período de 1 de outubro de 1928 a 2 de março de 1935, constituir procurador na sede do Tribunal e declarar o domicílio, para o efeito de ser nele notificado das decisões proferidas na tomada de contas, sejam elas interlocutórias ou definitivas, sob pena de revelia.

Diretoria de Tomada de Contas, em 16 de dezembro de 1937. — *Mario Newton de Figueiredo*, diretor.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público, nos termos do art. 155 do regulamento, que o contribuinte abaixo relacionado se acha em débito dos impostos relativos a 1931, 1932, 1933 e 1934, de acordo com o art. 174 do regulamento.

Dentro de dez dias, contados do trigésimo da publicação do presente edital, deverá o interessado comparecer à Secção de Lan-

çamento, para efeito de pagamento, ressalvado, no aludido prazo, o direito de reclamação contra os respectivos impostos.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — O secretário, *Ramiro Affonso Guerreiro*.

Exercício de 1931:

José Francisco Tinoco.

Exercício de 1932:

José Francisco Tinoco.

Exercício de 1933:

José Francisco Tinoco.

Exercício de 1934:

José Francisco Tinoco.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público, nos termos do art. 155 do regulamento, que os contribuintes abaixo relacionados, se acham em débito do imposto relativo ao exercício de 1932, decorrente de lançamento efetuado nesta diretoria.

Dentro de dez dias, contados do trigésimo da publicação do presente edital, deverão os interessados comparecer à Secção do Lançamento, para efeito de pagamento, ressalvado, no aludido prazo, o direito de reclamação contra os respectivos lançamentos.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — O secretário, *Ramiro Affonso Guerreiro*.

Exercício de 1932:

A. M. A. Silva & Comp. Ltda.

A. M. Ribeiro & Carvalho.

Abreu — Hipólito de

Abreu — José Rodolfo Toledo de

Almeida — Adelino Manuel de

Alves — Alfredo Francisco

Alves — Francisco Augusto ou Francisco Alves

Avila — José da Silveira

Barreto & Raul.

Bastos — Francisco Micas (Suc. por Elói Montes).

Bastos — Horácio M. Costa

Borges — José Linhares

Brito — José Paula

Bruce — Juvenino de Farias

Bugarim — Gabriel

Burbridge — Ivan Ryder

Cabral — Júlio Lopes

Cabrera — Carlos da Cunha

Camargo — Ubirajara Schafflor

Campos — Antenor Gomes Medeiros

Campos — Antônio Gomes de Medeiros

Campos — Fernando Gomes de Medeiros

Campos — Manuel Gomes de Medeiros

Campos — Zulmira Travassos Gomes

Capovilla — Lourenço

Carreira — Antônio Augusto de C. Queiroz (falecido)

Carvalho — Hugo Afonso de

Carvalho — João D. Ferreira de

Carvalho — José Teixeira de

Carvalho — Elídio de

Carvalho — Manuel Emilio de

Castegnino — Antônio Souto

Castanheira — Maria do Rosário Alves

Castro — M.

Cavalcante — Felinto Abaité (cap.)

Chaves — Armando da Silva Ferreira (esp. Alio)

Coelho — Fernando José

Costa — Ademar d'Abreu Esteves

Costa — Carlos S.

Costa — Manuel Pereira da

Costa — Oscar

Couto — E. Sousa

Cruz — José F. da (Suc. e resp. Domingos Moreira da Cunha)

Cunha — Frederico Ernesto de

Cunha — José Dias da

Cunha — Manuel Braz da

Czamara — Z.

Deutsch — Alexandre

Diniz — Manuel Joaquim Alves

Duarte — José Diniz Moreira

Elias — Miguel

Empresa Diversões Madureira Ltd.

Fernandes — Edmundo José

Fernandes — José Antônio

Ferreira — João Alves

Ferreira — José Paulo

Ferreira — Mário Alves. (Dr.)

Ferro — João Martins

Figueira — Claudemiro Júlio de Andrade

Figueira — F.

Figueiredo & Alves.

Figueiredo — Bernardo de

Figueiredo — Eurico de Brito

Fontes — Osmar de Sousa

Freitas — Manuel José de

Gabriel — Casemiro
 Gama Júnior — Alvaro de Almeida
 Gipe — Augusto Joseph Jules (alc. da Madeira: Antoinete Eugénio Gresse Gipe)
 Gomez — Eugénio Sanchez
 Gonçalves — José Joaquim
 Gonçalves — José Lucas da Pena
 Gouveia — Francisco Mário de
 Guese Júnior — João
 Guimarães — Almir

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público, os termos do art. 155 do regulamento, que os contribuintes abaixo mencionados, se acham em débito do imposto relativo ao exercício 1932, decorrente de lançamento efetuado nesta diretoria.

Dentro de dez dias, contados do trigésimo da publicação do presente edital, deverão os interessados comparecer à Secção do Lançamento, para efeito de pagamento, ressalvado, no aludido prazo, o direito de reclamação contra os respectivos lançamentos.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1937.—O secretário, *Ramiro Affonso Guerreiro*.

Hearn — Ivone Mari
 Hees — Fernando
 Proença A. (Suc. de Proença & Irmão).
 Roach — George E. (Suc. de A. S. Racy & Comp. Ltda.)
 Souto — Francisco Moraes

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, torno público, os termos do art. 155 do regulamento, que os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no art. 114 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta diretoria, devendo, para esse fim, dirigir-se à Secretaria:

Processos:

N. 23.408-37 — Rubens Travessa — endereço desconhecido.
 N. 23.407-37 — Artur Vale — endereço desconhecido.
 N. 23.406-37 — Jorge Torreão — endereço desconhecido.
 N. 23.405-37 — Otto Taneske — endereço desconhecido.
 N. 23.404-37 — Mário Jaime de Sousa — endereço desconhecido.
 N. 23.403-37 — Manuel dos Santos — endereço desconhecido.
 N. 23.402-37 — Ernesto Di Raga — endereço desconhecido.
 N. 23.401-37 — Eugénio Qmaglieri — endereço desconhecido.
 N. 23.400-37 — Marcos Maia — endereço desconhecido.
 N. 23.399 — Kund Aage Gunge Norbelle — endereço desconhecido.
 N. 23.398-37 — José V. Martinez — endereço desconhecido.
 N. 23.397-37 — P. Galhano — endereço desconhecido.
 N. 23.409-37 — Charles A. Rice — endereço desconhecido.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1937.—O secretário, *Ramiro Affonso Guerreiro*.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no art. 114 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta diretoria, devendo, para esse fim, dirigir-se à Secretaria.

Processos:

N. 1.442-36 — João dos Santos Ribeiro — endereço desconhecido.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1937 — *Ramiro Affonso Guerreiro*, secretário.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no art. 114 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta diretoria, devendo, para esse fim, dirigir-se à Secretaria.

Processos:

N. 13.964-37 — Augusto Duarte Senra — endereço desconhecido.
 N. 8.015-37 — Teodoro Gomes de Matos — endereço desconhecido.

N. 8.016-37 — Manuel Correia de Matos — endereço desconhecido.

N. 13.740-37 — Vitorino Mantique Pereira — endereço desconhecido.

N. 22.994-37 — J. Martins de Araújo — endereço desconhecido.

N. 13.738-37 — Américo Ribeiro — endereço desconhecido.

N. 13.732-37 — Artur da Silva Ribeiro — endereço desconhecido.

N. 13.728-37 — Geraldino de Faria Pereira — endereço desconhecido.

N. 13.726-37 — Manuel Pereira — endereço desconhecido.

N. 13.724-37 — Angelo Ribeiro — endereço desconhecido.

N. 9.635-37 — Luis Simas — endereço desconhecido.

N. 8.212-37 — Antônio Gonçalves Moreira — endereço desconhecido.

N. 7.910-37 — Sebastião Marcondes — endereço desconhecido.

N. 16.384-37 — Tavares Pereira & Melo — endereço desconhecido.

N. 16.383-37 — Teixeira & Barbosa — endereço desconhecido.

N. 16.416-37 — Soares Almeida & Comp. — endereço desconhecido.

N. 17.527-37 — Carlos da Costa Oliveira — endereço desconhecido.

N. 16.419-37 — Nunes da Silva — endereço desconhecido.

N. 16.417-37 — Alvaro dos Santos Soares — endereço desconhecido.

N. 16.413-37 — Simões & Teixeira — endereço desconhecido.

N. 16.411-37 — Octaviano Roque Marinheiro — endereço desconhecido.

N. 16.409-37 — Armando da Silva — endereço desconhecido.

N. 16.407-37 — Adelino de Castro Seixas — endereço desconhecido.

N. 16.306-37 — José Joaquim de Sousa — endereço desconhecido.

N. 16.308-37 — Admar Tavares — endereço desconhecido.

N. 16.307-37 — Manuel P. de Sousa — endereço desconhecido.

N. 16.310-37 — José Gomes Viana — endereço desconhecido.

N. 16.309-37 — Etlere Toralbo — endereço desconhecido.

N. 16.311-37 — Teixeira Marques & Comp. Ltda. — endereço desconhecido.

N. 14.769-37 — Lourenço & Peixoto — endereço desconhecido.

N. 14.775-37 — Mário & Fernandes — endereço desconhecido.

N. 14.768-37 — M. Prestes & Comp. — endereço desconhecido.

N. 14.767-37 — Guimarães & Chaves — endereço desconhecido.

N. 16.312-37 — Teixeira & Filho — endereço desconhecido.

N. 16.382-37 — Angelino José da Costa Simões — endereço desconhecido.

N. 16386-37 — Miguel F. de Sousa — endereço desconhecido.

N. 16.385-37 — Sucena & Assunção — endereço desconhecido.

N. 17.727-37 — Teixeira & Alonso — endereço desconhecido.

N. 16.041-37 — Rufino de Rezende e Afonso dos Santos — endereço desconhecido.

N. 16.083-37 — Marques & Monteiro — endereço desconhecido.

N. 16.087-37 — Alvaro Pereira Soares — endereço desconhecido.

N. 16.081-37 — Manuel Perez Vaqueiro & José Blanco Pose — endereço desconhecido.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937 — *Ramiro Affonso Guerreiro*, secretário.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no art. 114 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta diretoria, devendo, para esse fim, dirigir-se à Secretaria.

Processos:

N. 16.305-37 — José Alves de Sousa — endereço desconhecido.

N. 14.750-37 — Rodrigues Seixas & Cia. — endereço desconhecido.

N. 17.710-37 — W. Peixoto — endereço desconhecido.

N. 17.709-37 — Artur Vicente da Silva — endereço desconhecido.

N. 14.191-37 — Chil Maier Waichenberg — endereço desconhecido.

N. 14.187-37 — José Marques da Silva — endereço desconhecido.

N. 14.186-37 — Darcí Muniz Ribeiro — endereço desconhecido.

N. 14.185-37 — Adolfo Conde Ribas — endereço desconhecido.

N. 14.184-37 — Rezende & Constantino — endereço desconhecido.

N. 14.183-37 — Elisa Eleiot Reis — endereço desconhecido.

N. 14.011-37 — Silverio Ignarra Sobrinho — endereço desconhecido.

N. 13.718-37 — Jesus de Vilar Ozon — endereço desconhecido.

N. 13.716-37 — Luís Moreli — endereço desconhecido.
 N. 13.714-37 — Augusto Moreira — endereço desconhecido.
 N. 12.461-37 — Hernani Selvati — endereço desconhecido.
 N. 12.459-37 — Meta Schmidl — endereço desconhecido.
 N. 9.637-37 — Rui França da Silva — endereço desconhecido.
 N. 7.219-37 — Rui Neves — endereço desconhecido.
 N. 11.588-37 — Joseph Strasser — endereço desconhecido.
 N. 17.708-37 — José Antônio da Silva — endereço desconhecido.
 N. 17.738-37 — Soares & Antunes Ltda. — endereço desconhecido.
 N. 17.737-37 — Augusto Conceição de Sousa — endereço desconhecido.
 N. 17.730-37 — M. Assud — endereço desconhecido.
 N. 17.734-37 — Sebastião Sidronio Sousa — endereço desconhecido.
 N. 17.733-37 — Francisco Suarez — endereço desconhecido.
 N. 16.315-37 — Soares & Castelo Branco — endereço desconhecido.
 N. 14.193-37 — Julieta Valente da Silva — endereço desconhecido.
 N. 12.428-37 — Otto Steindorf — endereço desconhecido.
 N. 9.652-37 — S. Neves & Irmão — endereço desconhecido.
 N. 8.975-37 — José Mendes Pereira — endereço desconhecido.
 Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — *Ramiro Affonso Guerreiro*, secretário.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Diretoria do Ensino Naval

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO QUADRO DE CIRURGIÕES-DENTISTAS DO CORPO DE SAÚDE DA ARMADA

O vice-almirante José Machado de Castro Silva, diretor geral do Ensino Naval, faz público que, de acordo com o memorandum n. 831 de 16 de dezembro de 1937, do Ministério da Marinha, e conforme o preceituado no art. 3º do decreto n. 24.581, de 5 de julho de 1934, será aberta, na Diretoria do Ensino Naval, no período de 27 de dezembro de 1937 a 27 de janeiro de 1938, a inscrição para as provas de concurso para admissão ao Quadro de Cirurgiões-Dentistas do Corpo de Saúde da Armada, no posto de segundo tenente.

Os candidatos deverão provar:

- ser diplomado por uma das Faculdades de Odontologia Oficial ou reconhecida do País e ter o respectivo diploma registrado no Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social;
- ter no máximo 30 anos de idade, o que provará com a respectiva certidão;
- ser reservista militar, o que provará com a respectiva cadernela, certificado ou certidão;
- ter boa conduta civil e militar, o que provará pelo atestado do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal e Carteira de Identidade;
- satisfazer os padrões de robustez física e de saúde estabelecidos na Marinha, o que se verificará por inspeção de saúde.

O concurso constará das seguintes provas:

- prova de clínica odontológica e dentária operatória;
 - prova de prótese clínica;
 - prova de higiene, patologia e terapêutica aplicadas.
- A prova de clínica odontológica e dentistério operatória constará de:

a) exame de um paciente de clínica odontológica, sorteado dentre os escolhidos no momento pela junta examinadora; o tempo para o exame será de quinze minutos e durante esse tempo os examinadores observarão sem arguir a técnica empregada pelo candidato;

b) terminado o exame do paciente, o candidato fará uma exposição do caso indicando as lesões patológicas encontradas, meios de tratá-las e corrigi-las, técnica operatória a empregar nas intervenções aconselháveis.

Essa exposição durará no máximo trinta minutos, finda a qual o candidato poderá ser arguido pelos examinadores.

É vedado ao candidato dissertar exclusivamente sobre a etiologia de determinadas lesões patológicas comumente encontradas com prejuízo propriamente da exposição do caso que lhe coube por sorte.

A prova de prótese clínica constará de:

a) execução de um trabalho prático de prótese de gabinete, tirada a sorte, diferente para cada candidato da mesma turma, no prazo de duas horas;

b) relatório escrito sobre a prática executada, com o prazo de trinta minutos;

c) leitura do relatório, exibição do trabalho, seguida de arguição pelos examinadores.

A prova de higiene, patologia e terapêutica aplicadas será escrita sobre ponto sorteado na ocasião entre dez formulados no início da prova pela Junta Examinadora.

No mais se procederá de acordo com as disposições do concurso para médicos.

Diretoria do Ensino Naval, 20 de dezembro de 1937.

Escola Naval

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de admissão ao curso prévio, publicado no *Diário Oficial* de 23 do corrente, à página 25.190.

Reserva Naval Aérea

Os candidatos à Reserva Naval Aérea estão convidados a comparecer à Diretoria de Aeronáutica (Divisão do Pessoal) entre os dias 27 e 31 do corrente, afim de receberem instruções relativas à inspeção de saúde a que deverão ser submetidos.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Policlinica Militar

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no *Diário Oficial* de 20 do corrente, a página 25.242.

Estado Maior do Exército

REGIMENTO ANDRADE NEVES

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no *Diário Oficial* de 20 do corrente, a página 25.246.

Companhia Escola de Engenharia

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no "Diário Oficial" de 24 do corrente, à página 25.574.

Segunda Região Militar — Segunda Divisão de Infantaria — Quarta Brigada de Infantaria

Quinto Regimento de Infantaria

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no "Diário Oficial" de 15 do corrente, à página 24.912.

Quartel General da Primeira Brigada de Artilharia

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no "Diário Oficial" de 17 do corrente, à página 25.099.

Escola Técnica do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 16 do corrente, à página 25.000.

Estado Maior do Exército — Escola das Armas — Grupo Escola — Serviço de Aprovisionamento

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 20 do corrente, a página 25.244.

Primeiro Regimento de Cavalaria Divisionário

EDITAL DE CONCORRÊNCIA

De ordem do Sr. capitão presidente da Comissão de Rancho, aviso aos interessados que até o dia 30 do corrente, às 10 horas, serão aceitas propostas para venda de resíduos do rancho no ano de 1938.

Os interessados firam avisados que os resíduos deverão ser retirados diariamente, inclusive domingos e feriados, às 6 horas da manhã.

Quartel em São Cristóvão, 22 de dezembro de 1937. — *Nilson Rodrigues Monteiro*, 1º Ten. Sec. da C. R.

Nona Região Militar

22ª CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Sr. coronel presidente do Conselho Administrativo desta C. R., chamo a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no *Diário Oficial* de 22 do corrente, à pág. 25.416.

Chefia da 22ª R. C., em Campo Grande, 15 de dezembro de 1937. — *Nestor Francisco de Assis*, 2º Ten. Conv. Tes. Int. da 22ª C. R.

Diretoria do Serviço Militar e da Reserva

AVISO DE CONCURRÊNCIA

Chama-se a atenção dos Srs. negociantes interessados, para o edital de concorrência publicado no "Diário Oficial" n. 296, de 28 do corrente, para o fornecimento de diversos artigos, durante o ano de 1938. — Capitão *Bellarmino de Mendonça Pudiha*, secretário do C. A.

Escola Veterinária do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no "Diário Oficial" de 28 do corrente, à página 25.714.

Oitava Brigada de Infantaria — Quartel General

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa publicado no "Diário Oficial" de 28 do corrente, à página 25.715.

Escola de Saúde do Exército

CONCURSO PARA A MATRICULA DE MÉDICOS E FARMACEUTICOS NA ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO

De ordem do Sr. coronel médico, diretor da Escola de Saúde do Exército, em virtude de despacho do Sr. ministro da Guerra, de 23 do corrente, faço público que, a partir de 27 do corrente e pelo prazo de 40 dias se acham abertas na Escola de Saúde do Exército e nas Chefias do Serviço de Saúde das Regiões Militares as inscrições para o concurso de admissão à matrícula de candidatos aos cursos de formação de médicos e farmaceuticos para o ano de 1938 e de acordo com as instruções publicadas nos Boletins do Exército n. 1 e 68, ambos de 1936.

As inscrições se farão a requerimento dos candidatos que juntarão documentos comprobatórios das condições exigidas. Na Capital Federal, o requerimento será dirigido ao diretor da Escola de Saúde do Exército e nas Regiões Militares aos respectivos comandantes. No momento da inscrição deve ser paga a respectiva taxa, representada, por uma estampilha federal de dez mil réis (10\$000) e mais um selo de Educação.

Deve o candidato à matrícula atender a estas condições:

- a) ser diplomado em medicina ou farmácia por escolas oficiais ou oficialmente reconhecidas;
- b) ser brasileiro nato e estar no gozo de todos os direitos civis;
- c) ter menos de 29 anos de idade na data da inscrição, comprovando-se esta exigência por certidão original do Registro Civil;
- d) ser reservista do Exército ou da Armada;
- e) ter aptidão física comprovada em inspeção de saúde por junta do Exército;
- f) ter carteira de identidade, e atestado de vacina;
- g) atestado de conduta passado por dois oficiais do Exército.

Todos os documentos devem ter a firma reconhecida por tabelião. Em hipótese alguma serão restituídas as certidões de idade dos candidatos inscritos no concurso.

As provas deste concurso serão: escrita, prática e oral. A prova escrita será realizada no mesmo dia e hora, na Escola e nas Chefias do Serviço de Saúde das Regiões situadas nas cidades onde houver escolas de medicina e farmácia, com o mesmo ponto sorteado para todos os candidatos.

As provas práticas e orais serão efetuadas na Escola.

O sorteio dos pontos para as provas se fará na Escola de Saúde do Exército, pela Comissão Julgadora do Concurso, três dias antes da data fixada para essas provas.

O candidato que, depois de sorteado o ponto alegar motivo para não fazer as provas ou o que as não terminar, será considerado reprovado.

O não comparecimento do candidato a qualquer prova constitui motivo de exclusão do concurso.

As provas escritas de concurso serão eliminatórias para o candidato que não obtiver, em cada uma, a média aritmética superior a 4.

Nas provas orais, por matéria e para cada candidato, será de meia hora no máximo a arguição; para as provas práticas a Comissão estipulará o tempo que lhe parecer necessário, em relação com o caso clínico ou a natureza do trabalho a executar.

A prova escrita para os médicos versará sobre questões de patologia médica e cirúrgica, higiene do meio individual; geografia médica do Brasil e profilaxia das doenças transmissíveis e intoxicações; para os farmaceuticos sobre questões de farmacognosia, química analítica e problemas de química.

Aos candidatos habilitados nas provas escritas efetuadas nas chefias do Serviço de Saúde Regionais, o comandante da Região concederá passagem para a Capital Federal, afim de prestarem as outras provas na Escola.

A prova prática para os médicos constará de um trabalho operatório no cadaver, amputação, desarticulação ou ligaduras de vasos

ou de aplicação de um aparelho no vivo. Para os farmaceuticos constará de três trabalhos:

- a) reconhecimento de um droga de uso em farmácia;
- b) reconhecimento de uma substancia química de uso em farmácia;
- c) aviamento de uma receita médica.

A prova oral para os médicos constará de exames clínicos de um doente de medicina e outro de cirurgia; para os farmaceuticos, de questões de química analítica e de bromatologia, tiradas a sorte.

Os médicos terão vinte minutos para exame de cada doente e uma hora para a redação de uma observação escrita com a discussão sobre diagnóstico e prognóstico e o tratamento sobre ambos os casos clínicos e trinta minutos para a leitura da dita observação e consequente arguição por parte da Comissão Examinadora.

Os farmaceuticos terão trinta minutos para a preparação da prova e de outros trinta para explanação do ponto e arguição por parte da Comissão Examinadora, ficando também incomunicáveis os candidatos nas mesmas condições.

As demais informações sobre este concurso serão prestadas na Escola, a rua Licínio Cardoso n. 102, das 12 às 15 horas.

Capital Federal, 27 de dezembro de 1937. — José Alexandre de Carvalho, 2º tenente, adm. respondendo pelo ajudante, secretário.

Escola de Saúde do Exército

CONCURSO DE ADMISSÃO À MATRICULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS DO EXÉRCITO

De ordem do Sr. coronel médico diretor da Escola de Saúde do Exército, em virtude de despacho do Sr. ministro da Guerra, de 23 do corrente, faço público que, de acordo com o regulamento para Organização do Quadro de Enfermeiros do Exército, aprovado pelo decreto número 21.141, de 10 de março de 1932, publicado no Boletim do Exército n. 102, de 20 do mesmo mês e ano, se acham abertas na Escola de Saúde do Exército e nas chefias do Serviço de Saúde das Regiões Militares, a inscrição para o concurso de admissão ao curso de formação de enfermeiros do Exército pelo prazo de 40 dias a contar da data deste edital.

São condições exigidas para a inscrição no concurso:

a) para os militares (praças graduadas do Exército):

- 1º) ter menos de 30 anos de idade;
- 2º) ter, pelo menos, um ano de serviço numa formação sanitária regimental ou dois anos de tropa;
- 3º) ter exemplar comportamento;
- 4º) ter robustez física comprovada em inspeção de saúde;
- 5º) ter certidão de assentamentos sem nota que desabone;

b) Para os civis:

- 1º) ter menos de 26 anos de idade, comprovada pela certidão de idade;
- 2º) ser reservista do Exército ou da Armada e estar em dia com as suas obrigações militares;
- 3º) apresentar carteira de identidade e folha corrida;
- 4º) ter moralidade, o que será comprovado pelo testemunho de duas pessoas idôneas, em termo assinado com firmas reconhecidas em tabelião;
- 5º) ter sido vacinado ou revacinado contra a varíola;
- 6º) ter aptidão física para o serviço militar comprovada em inspeção de saúde;

7º) apresentar certidão ou diploma de enfermeiro por escola ou curso oficial ou oficialmente reconhecidos ou curso particular de notório valor ou ainda documentos que demonstrem idoneidade técnica incontestável.

Para os sargentos de saúde, reservistas de 1ª categoria das Formações Sanitárias Divisionárias, documento de idoneidade técnica será a caderneta onde se acha consignado o aproveitamento na instrução de enfermeiros dessas unidades demonstrado pelas notas de exame e fins de período.

c) para as forças efetivas das formações sanitárias divisionárias:

- 1º) ser praça engajada ou reengajada;
- 2º) satisfazer as demais exigências especificadas para os candidatos militares;
- 3º) serem propostos pelos chefes dessas unidades em officio dirigido ao diretor de Saúde da Guerra por via hierárquica.

Todos os candidatos à inscrição no concurso de matrícula exclusiva as praças das Formações Sanitárias e Divisionárias deverão dirigir requerimento ao diretor da Escola de Saúde do Exército, na Capital Federal e nas Regiões Militares aos respectivos comandantes, satisfazendo todas as exigências.

Na Escola de Saúde do Exército, à rua Licínio Cardoso n. 102, e nas Chefias do Serviço de Saúde das Regiões, serão fornecidas aos candidatos informações sobre programas e demais exigências.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1937. — José Alexandre de Carvalho, 2º ten. adm. respondendo pelo ajudante-secretário.

D. C. M. T.

AVISO

Aviso aos senhores interessados que o edital da concorrência administrativa n. 1, para 1938, foi publicado à fs. 24.101, do *Diário Oficial* de 9 de dezembro de 1937. — *Enesto da Costa Seabra*, 2º tenente, secretário do C. A.

Quarta Região Militar — Quarta Divisão de Infantaria — Quarta Formação de Intendência

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência, publicado no *Diário Oficial* de 29 do corrente. — *Luiz Nunes*, 2º tenente-secretário.

Depósito Central do Material Bélico

Declara-se para todos os efeitos que faz parte do edital de concorrência, publicado no *Diário Oficial* de 17 de dezembro de 1937, o Grupo n. 6, Combustíveis e lubrificantes. — *Everardo de Simas Kelly*, 1º tenente-secretário do C. A.

Depósito Central do Material Bélico

EDITAL DE CONCURRÊNCIA

VENDA DE FERRO VELHO

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência, publicado no *Diário Oficial* do dia 29 do corrente, página n. 25.796.

Nona Região Militar — Destacamento de Oeste — Nona Formação de Intendência

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 29 do corrente, à página 25.786.

Segundo Esquadrão de Trem

CONCURRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Sr. 1º tenente Glímedes Rêgo Barros, presidente da C/Rancho, faço público que se acha aberta nesta data, no Quartel desta Unidade, a inscrição para concorrência administrativa destinada ao fornecimento dos diversos artigos dos grupos abaixo, de acordo com a letra A, do § 2º, do art. 738, do Código de Contabilidade da União, para fornecimento, durante o primeiro semestre do próximo ano, ao Rancho, e mediante as condições seguintes:

A — Os interessados deverão apresentar até às 16 horas do dia 10 de janeiro do próximo ano, requerimento, devidamente estampilhado, dirigido ao Sr. 1º tenente presidente da Comissão de Rancho, declarando as sedes das firmas; espécies de documentos que juntam ao requerimento e pedindo inscrição na concorrência do grupo de artigos a que se candidatar ou de todos os grupos e que se sujeitam a todas as condições do presente edital, bem como as penas previstas no artigo 762, do C/C da União.

B — Os candidatos deverão juntar ao requerimento, todos os documentos que possam constituir prova de idoneidade: contrato social em original, registro do contrato social ou da firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com declaração expressa do capital, quitação dos impostos federais, estaduais e municipais, inclusive o do último imposto sobre a renda, recibo da quantia depositada no esquadrão como caução do grupo que pretende fornecer e como garantia dos compromissos que vier a assumir;

C — Estatutos em original ou *Diário Oficial* em que se acham publicadas, com aprovação e registro, quando forem sociedades anônimas, legalmente organizadas, de acordo com o decreto n. 343, de 4 de julho de 1890;

D — Declaração escrita do negociante indicando o ramo de sua indústria ou do seu comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos de artigos que são de sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração deverá ser provada com documentos próprios além da licença da Prefeitura, de negociante em grande escala.

E — Certidão provando que cumpriu fielmente, o último contrato ou ajuste celebrado com o Governo.

F — Verificada a idoneidade do concorrente, será por despacho do Sr. 1º tenente-presidente da Comissão de Rancho, ordenada a imediata inscrição do interessado, sendo então restituídos os documentos apresentados nos itens B, C e D, mediante recibo.

G — As propostas serão apresentadas em três vias, em envelope lacrado, datadas, assinadas, rubricadas em todas as suas páginas, sendo que, a primeira via, será selada na forma da lei e mencionados, sem emendas, rasuras ou entre linhas, os artigos que desejarem for-

necer, pela ordem que se acharem arrolados, com os preços em algarismos e por extenso.

H — Os preços oferecidos não poderão ser alterados e vigorarão, durante o período que durar esta concorrência.

I — O fornecimento de cada artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo em caso algum o negociante preferido, recusar-se a satisfazer o pedido de fornecimento, bem como adulterar, fornecer artigos inutilizados, ou de inferior qualidade, sob pena de ser excluído o seu nome ou firma, nas futuras concorrências ou fornecimentos, e perda total ou parcial da caução.

J — Se depois de realizada a concorrência, o candidato vencedor recusar à assinar o ajuste, perderá em favor do Esquadrão a caução depositada.

K — Os fornecimentos serão pedidos por este Esquadrão e entregues no Rancho do mesmo, dentro do prazo máximo de 12 horas, para o concorrente residente nesta cidade e no prazo de 18 horas para os demais concorrentes, correndo as despesas de embalagem, transporte, etc., por conta dos fornecedores.

L — As contas dos fornecimentos feitos serão apresentadas em três vias, devidamente seladas até o dia 5 do mês subsequente ao fornecimento, acompanhadas do respectivo pedido ou pedidos.

M — Em caso de empate de preços, será resolvido no mesmo dia da sessão o respectivo desempate, tendo-se em vista o que preceitua o art. 756 do C/C União.

N — A abertura das propostas das firmas inscritas será feita em sessão pública, no dia 12 de janeiro próximo, do próximo ano, às 10 horas, no Quartel do 2º Esquadrão de Trem, podendo, caso queiram, os interessados e demais pessoas assistirem a este ato.

O — Os casos omissos do presente edital serão julgados, tendo-se em vista o Código de Contabilidade da União, demais regulamentos e leis.

P — A caução arbitrada para o 1º grupo é de 400\$000, para o 2º, 100\$000, para o 3º, 80\$000 e para o 4º, 40\$000.

Q — A caução para a garantia de ajuste e dos futuros fornecimentos será imediatamente restituída, após a abertura das propostas, aos concorrentes não contemplados.

R — São os seguintes os grupos de artigos da presente concorrência:

I — Arroz, quilo; açúcar de 1º quilo; banha, quilo, peso líquido; café moído, quilo; carne seca, quilo; farinha de mandioca, quilo; feijão preto, quilo; massa para sopa, aimoré, ou outra, quilo, e mais em folha, quilo.

II — Carne verde, quilo.

III — Pão de trigo, quilo.

IV — Pescado nacional, quilo.

Observações ao grupo II (carne verde):

a) a carne será pedida diariamente com exceção das segundas-feiras e será fornecida em partes iguais, dianteiras e trazeiras, suprimindo-se com partes destas a diferença em peso que se tiver de completar e com uma percentagem de 25 % ossos;

b) o gado destinado a matança, será examinado *em pé*, pelo 2º tenente veterinário do Esquadrão, o qual examinará também a carne, depois de abatido o gado;

c) quer o gado ou a carne desde que seja impugnado, por justa causa pelo tenente veterinário, em caso algum poderá ser aceito para o consumo;

d) o gado deverá ser abatido na véspera do dia destinado ao consumo, como também a entrega da carne ao Rancho, far-se-á na véspera deste mesmo dia, depois do exame previsto na letra B.

Observações ao grupo III (pão de trigo):

a) o pão será pedido diariamente em pães de 100 gramas;

b) a padaria fica sujeita ao exame permanente do 1º tenente médico do Esquadrão, bem como o pessoal que nela trabalha. As más condições de higiene, desde que notificadas pelo médico, devem importar na rescisão do ajuste, ou multa, total ou parcial da caução.

Observações ao grupo I (víveres):

a) os proponentes do grupo I deverão apresentar, juntamente com as propostas, as respectivas amostras em pequenos envelopes, fechados e com os seguintes dizeres: o carimbo da casa e a espécie do gênero. Após a abertura das propostas, serão as amostras das firmas adjudicadas guardadas, na Fiscalização Administrativa, em recipientes lacrados e rubricados pela Comissão de Rancho, da onde só sairão para confronto com os futuros fornecimentos;

b) a carne *seca* deve ser fornecida em fardos inteiros, constituídos de "patos e mantas".

Observações ao grupo IV (pescado nacional):

O peixe será pedido para as sextas-feiras.

Quartel em Santos Dumont, 23 de dezembro de 1937. — *Wladimir Teixeira de Andrade*, 2º ten. de Adm. Sec. da C. de Rancho.

Terceiro Grupo de Artilharia de Costa e Forte de Copacabana

EDITAL DE CONCURRÊNCIA

De ordem do senhor presidente da Comissão de Rancho, deste Grupo, de conformidade com o artigo 52 do Código de Contabilidade Pública, legislação do Tribunal de Contas e demais disposições em vigor, torno público que, no Quartel desta Unidade, será realizada concorrência para fornecimento dos artigos abaixo relacionados, con-

antes dos diversos grupos, durante o ano de 1938, mediante as seguintes condições exigidas para inscrição e fornecimentos:

I — A inscrição será feita em requerimento dirigido ao senhor presidente da C. R., até às dez horas do dia 6 de janeiro de 1938, devidamente estampilhado e instruído da forma seguinte:

a) exibição de documento comprobatório de idoneidade e declaração de sujeitar-se o interessado a todas as exigências do presente edital;

b) quitação dos impostos federais e municipais, referentes ao exercício de 1937;

c) recibo do imposto sobre a renda, correspondente ao ano de 1937;

d) ser negociante matriculado, bastando para as firmas comerciais a apresentação do contrato social respectivo, extraído por certidão dos livros de registro da Junta Comercial, ou estar constituído, legalmente, nos termos do decreto n. 434, de 4 de julho de 1894, quando se tratar de uma sociedade anônima;

e) ter cumprido a exigência do artigo 3º, parágrafo único, do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, dois terços de empregados brasileiros, *Diário Oficial*, de 1 de fevereiro de 1931;

f) certidão negativa do pagamento do imposto de indústria e profissão, fornecida pela Diretoria da Receita Pública do Tesouro Nacional e registro de patente para o comércio, se for o caso.

Nota — Não será aceito nenhum documento em pública-forma, em obediência ao aviso do Ministério da Guerra, de 5 de maio de 1934, publicado no Boletim do Exército número 163, do mesmo ano.

II — As propostas feitas, para cada grupo de artigo a fornecer, em 3 vias, seladas a primeira, na forma da lei, sem rasuras ou emendas mencionando os preços dos artigos por extenso e em algarismos, segundo a classificação do presente edital, deverão ser apresentadas ao secretário da C. R., deste Grupo, em sobrecartas lacradas, nos dias úteis, até o dia estipulado no item primeiro deste edital.

III — As propostas serão apresentadas lacradas e abertas em presença dos concorrentes, perante a C. R., não sendo aceitas as que estiverem fora dos termos deste edital.

IV — A inscrição só será concedida aos solicitantes julgados idôneos, não sendo levada em consideração nenhuma proposta, cuja firma não satisfizer essa exigência, de incontestável importância à legalidade desta concorrência.

V — Os documentos de inscrição serão restituídos aos interessados, logo depois de examinados, mediante recibo.

VI — Todos os artigos de fornecimento serão de primeira qualidade e entregues ao Quartel deste Grupo, dentro de 24 horas, no máximo, após a entrega dos pedidos para os artigos manufaturados, e em prazo convencionado no momento, nunca excedente de dez dias para os artigos que dependerem de manufatura; tanto estes como a pules, ficarão, sujeitos a exame de qualidade e verificação de quantidade, correndo por conta e responsabilidade exclusiva do fornecedor, todas as despesas de transportes, mesmo em caso de rejeição.

VII — Os artigos estragados, serão substituídos dentro de 24 horas, e, quando isso não acontecer, serão, imediatamente, adquiridos por conta do fornecedor interessado, que responderá pelo excesso verificado no preço da aquisição e despesas de transporte, o qual, será descontado na caução feita para garantia dos compromissos assumidos, ou pago pelo negociante.

VIII — A firma infratora da exigência do item sexto será em caso de reincidência, cuja justificação não tenha sido aceita, excluída sumariamente, do número de fornecedores deste Grupo, para todo o exercício, implicando, essa exclusão na perda da caução.

IX — A C. R. se reserva o direito de adquirir onde lhe convier, por conta do fornecedor, os artigos adjudicados a determinada firma desde que, pelo retardamento da entrega, se verifique prejuízo aos interesses do serviço.

X — O fornecimento do artigo caberá ao proponente que oferecer preço mais barato. Havendo igualdade de preço será desempatado em nova oferta para o artigo em questão.

XI — Fica reservado ao presidente da C. R., o direito de anular a presente concorrência, no todo ou em parte, se julgar conveniente aos interesses do Grupo, sem que, aos concorrentes assista o direito de qualquer reclamação e, bem assim, se as propostas excederem a 10 por cento dos preços correntes na praça.

XII — Os fornecedores ficam obrigados a fornecer pelos mesmos preços, aos senhores oficiais, praças e funcionários civis, deste Grupo, os artigos constantes da relação que acompanha o presente edital, mediante pagamento à vista.

XIII — Os fornecedores deverão apresentar suas contas em duas vias, seladas, separadamente por sub-consignação e dentro desta por títulos, até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao do fornecimento, ou de prestação de serviço, sob pena de uma multa de 10 por cento sobre o valor da conta a ser apresentada, e mais um por cento por dia de atraso, a contar do 5º dia útil.

XIV — Os concorrentes ao ato da entrega dos requerimentos de inscrição deverão apresentar na tesouraria, deste Grupo a importância de (200\$000) duzentos mil réis, para o primeiro grupo (1:000\$) um conto de réis, para o segundo grupo e (1:000\$000) um conto de réis, para o terceiro grupo, em títulos da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, ou em moeda corrente, como caução garantidora da execução da proposta. Esta caução, será restituída, mediante recibo, logo após o encerramento da concorrência, aos proponentes que, porventura, não forem preferidos para nenhum fornecimento.

Quartel em Copacabana, 27 de dezembro de 1937. — Aniceto Cruz Costa, 2º ten. administração, secretário da C. R.

Relação dos artigos sobre cujo fornecimento será feita concorrência para o ano de 1938:

Primeiro grupo — Material de rancho e cozinha

1. Chicaras médias com pires, louça branca, refor., conforme amostra, uma.
2. Chicaras médias com pires para café, uma.
3. Copos de vidro pé reforçado, conforme amostra, um.
4. Copos de vidro com pé, um.
5. Copos cristal com pé, um.
6. Colheres para mesa, conforme amostra, uma.
7. Colheres de metal, s/mesa, uma.
8. Colheres de metal para chá, uma.
9. Cafeteira de alumínio, chapa de 3, conforme amostra, uma.
10. Frigideiras de ferro batido 0,30, uma.
11. Facas para mesa, conforme amostra, uma.
12. Facas para cozinha de 50 cm, uma.
13. Facas para cozinha de 30 cm, uma.
14. Garfos de ferro para mesa, conforme amostra, um.
15. Garfos de metal, conforme amostra, um.
16. Jarras de vidro reforçadas, para 3 litros, conforme amostra, uma.
17. Lata para lixo reforçada n. 6, uma.
18. Lata para lixo reforçada n. 7, uma.
19. Pratos rasos ou fundos, louça branca, conforme amostra, M. N. P., um.
20. Pratos rasos para s/mesa, um.
21. Pratos s/mesa travessas, 50 x 30, um.
22. Pratos s/mesa travessas, 40 x 25, um.
23. Pratos s/mesa, travessos, 30 x 25, um.
24. Panela ferro polido interna, para 20 litros, uma.
25. Panela ferro polido interna, para 15 litros, uma.
26. Panela ferro polido interna, para 10 litros, uma.
27. Panela alumínio chapa 3 m/m para 20 litros, uma.
28. Panela alumínio chapa 3 m/m para 15 litros, uma.
29. Panela alumínio chapa 3 m/m para 10 litros, uma.
30. Panela alumínio chapa 3 m/m para 5 litros, uma.
31. Panela alumínio chapa 3 m/m para 3 litros, uma.
32. Sopeira alumínio chapa 3 m/m, conforme amostra, uma.

Segundo grupo — Verduras, legumes, aves, ovos, etc.

33. Agrião, quilo.
34. Alface paulista, quilo.
35. Abóbora vermelha, quilo.
36. Abóbora d'agua, quilo.
37. Aipim, quilo.
38. Bertalha, quilo.
39. Batata doce, quilo.
40. Banana prata, ração de duas, quilo.
41. Couve, quilo.
42. Couve flor, quilo.
43. Cenouras, quilo.
44. Camarões frescos, graúdos, quilo.
45. Ervilhas, quilo.
46. Frango, quilo.
47. Galinhas, quilo.
48. Laranjas, ração de duas, quilo.
49. Limão, um.
50. Mamão, quilo.
51. Nabo, quilo.
52. Ovos, dúzia.
53. Peixe fresco de 1ª qualidade, quilo.
54. Peixe fresco de 2ª qualidade, peso bruto, quilo.
55. Quiabos, quilo.
56. Rabanetes, quilo.
57. Repolho, quilo.
58. Tomates, quilo.
59. Tempeiros verdes, quilo.
60. Vagem manteiga, quilo.
61. Verduras sortidas, quilo.
62. Xuxú, quilo.

Terceiro grupo — Gêneros

63. Alcool, litro.
64. Açúcar "Pérola", quilo.
65. Açúcar de 1ª, quilo.
66. Arroz agulha de 1ª, quilo.
67. Arroz japonês, quilo.
68. Arroz Iguape, quilo.
69. Azeite de oliveira, litro.
70. Azeite Guarani, litro.
71. Alhos com réstea, quilo.
72. Alhos sem réstea, quilo.
73. Batatas, quilo.
74. Bacalhau, quilo.
75. Banha, quilo.
76. Biscuitos Aimoré, quilo.
77. Café moído, quilo.
78. Carne seca, quilo.
79. Cangaia, quilo.
80. Colorau, quilo.

81. Chá Lipton, quilo.
82. Chá melrose, quilo.
83. Cebolas, quilo.
84. Cravo, quilo.
85. Canela em pó, quilo.
86. Canela em pau, quilo.
87. Doce em massas diversas, quilo.
88. Doce em caldas, quilo.
89. Ervilhas partidas, quilo.
90. Ervilha em pó, quilo.
91. Feijão branco, quilo.
92. Feijão preto, quilo.
93. Feijão mulatinho, quilo.
94. Feijão manteiga, quilo.
95. Fubá mimoso, quilo.
96. Fubá de arroz, quilo.
97. Farinha de trigo, quilo.
98. Farinha de rosca, quilo.
99. Gordura de côco, quilo.
100. Louro, quilo.
101. Linguica, quilo.
102. Lombo, quilo.
103. Língua, una.
104. Macarrão, quilo.
105. Massa para sopa, quilo.
106. Manteiga, quilo.
107. Mate, quilo.
108. Mortadela, quilo.
109. Presunto, quilo.
110. Massa de tomate, quilo.
111. Paio, quilo.
112. Pecegada, quilo.
113. Palitos, caixa.
114. Fósforos, pacote.
115. Pimenta, quilo.
116. Queijo do reino, quilo.
117. Queijo de Minas, quilo.
118. Queijo tipo prata, quilo.
119. Queijo Parmezan, quilo.
120. Sal fino, quilo.
121. Salchichas, lata.
122. Salame, quilo.
123. Tencinho fumado, quilo.
124. Triguilho, quilo.

Estado Maior do Exército

CONSELHO ADMINISTRATIVO

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA PARA 1938

De acordo com o C. C. U. e respectivo regulamento, e em obediência ao disposto nos avisos do Sr. ministro da Guerra ns. 758 e 760, ambos de 12 de novembro findo, e de conformidade com o edital deste Conselho, publicado no *Diário Oficial* de 27, também de novembro, realizou-se, a 13 do corrente, a concorrência administrativa para esta repartição prover, as suas necessidades no exercício de 1938.

Inscreveram-se as seguintes firmas, julgadas idôneas, e que fizeram caução para os seguintes grupos:

I — Grupo — Mobiliário e móveis diversos

Ca-a Souza Batista Limitada.....	1:000\$000
Salvador Guedes.....	1:000\$000

II — Grupo — Máquinas, motores, aparelhos, etc.

Paul J. Christoph Company.....	\$000
Rudolphe Freund.....	500\$000
Ferreira Seixas & Comp.....	1:000\$000
J. G. Pereira & Comp.....	2:000\$000
John Roger.....	2:000\$000
Fred. Figner.....	2:000\$000

III — Livros, documentos, cartas, etc.

Luik & Kleiner Ltd.....	200\$000
Heitor Ribeiro & Comp.....	1:000\$000

IV — Grupo — Artigos de expediente

John Roger.....	2:000\$000
J. G. Pereira & Comp.....	2:000\$000
Duarte, Neves & Comp.....	2:000\$000
Jorge, Pereira & Comp. Ltd.....	2:000\$000
Heitor Ribeiro & Comp.....	2:000\$000
Alexandre Ribeiro & Comp. Ltd.....	2:000\$000

V — Grupo — Matéria prima, produtos manufaturados, semi-faturados, etc.

Alberto Martins & Comp.....	500\$000
Jorge Pereira & Comp Ltd.....	1:000\$000
Ferreira Seixas & Comp.....	500\$000
Alberto d'Almeida & Comp.....	500\$000
Heitor Ribeiro & Comp.....	3:000\$000
J. G. Pereira & Comp.....	3:000\$000
Alexandre Ribeiro & Comp Ltd.....	3:000\$000

VI — Grupo — Concertos e conservação em geral

Ferreira Seixas & Comp.....	200\$000
Rudolph Freund.....	200\$000
Alberto d'Almeida & Comp.....	500\$000

Não houve propostas para o grupo VII — Material de automóvel. Deram-se vários empates entre as propostas das firmas Salvador Guedes, Souza Batista & Comp. Ltd., Heitor Ribeiro & Comp., J. G. Pereira & Comp., Ferreira Seixas & Comp., Alexandre Ribeiro & Comp., Jorge Pereira & Comp. Ltd., Alberto Martins, Alberto d'Almeida & Comp., Duarte, Neves & Comp., as quais, com exceção da última apresentaram propostas de desempate dentro do prazo marcado pela notificação, isto é, 13 do corrente mês. Os preços constantes das propostas foram lançados em mapa apropriado, feito em três vias. Não houve apresentação de preço para os artigos números: Grupo II, de 21 a 28, 32, 33, 38, 63, 65, 70, 73, 95, 116, 117, 126, 132 a 138; grupo IV — 89, 148, 150, 233 e 234; grupo V — 39, 40, 43, 48, 73, 74, 77, 78, 81, 82, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 98, 99, 105, 110, 114, 115 a 122, 132 a 135, 140, 153 a 156, 162, 164, 168, 187 a 189, 196, 197, 199, 225, 227, 232, 260, 261, 267, 269 a 283, 286, 289 a 318 e 320; grupo VI — 26, 34, 36, 38, 39, 43, 44, 53, 56, 60, 61, 95 a 107, 109 a 121; grupo VI (material de automóvel), de 1 a 62, tudo conforme as relações discriminativas, mimeografadas existentes na secretaria, fornecidas e à disposição dos interessados. A vista da referida falta de apresentação de preços, resolveu o Conselho proceder de conformidade com o disposto na lei e do art. 51, do C. C. U., "por não acudirem proponentes à primeira concorrência", isto é, adquiri-los na praça à medida das necessidades desta repartição, se, antes, não se der nenhuma inscrição, visto a mesma se achar aberta para todo o exercício.

No caso das máquinas de escrever o Conselho padronizou, na medida do possível, os seus dizeres, indicando, especialmente, o tamanho dos carros, anotando na "observação" do mapa os característicos particulares de cada marca, segundo a indicação das propostas. Para os fichários e arquivos de aço não foi feita a padronização de dizeres, em vista da diversidade dos seus característicos.

As caucões foram exigidas nos termos das disposições em vigor. Feitas na Caixa Econômica desta Capital e na proporção dos fornecimentos que esta repartição julga precisar no próximo exercício.

Foi indeferido o requerimento da firma Dias, Amorim & Comp. Ltd., por não ter apresentado proposta juntamente com sua petição.

Capital Federal, 28 de dezembro de 1937. — Capitão Luiz Felis Toledo de Abreu, secretário do C. A.

Segundo Grupo de Artilharia de Dôrso

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Sr. presidente do C.A., deste Grupo e de conformidade com o art. 52 do Código de Contabilidade da União, e autorização do Sr. ministro da Guerra, faço público acharem-se abertas, a partir desta data até 20 dias decorrentes da publicação desta, as inscrições para o fornecimento do material para o ano de 1938 e constantes dos grupos que abaixo vão mencionados, exigindo-se para inscrição e competente fornecimento as condições seguintes:

I — Para a concorrência, que será presidida pelo Sr. presidente do C.A., exige-se que as propostas sejam em três vias, sendo a primeira devidamente estampilhada e assinada sem emendas ou rasuras, trazendo os preços em algarismos e por extenso, em envelope lacrado, tendo por fora o nome do concorrente.

II — Não concorrerão as firmas que se apresentarem depois do dia acima indicado e dentro daquele prazo e que não tenham sido julgadas idôneas, por não terem apresentado, junto aos requerimentos de inscrição, documentos provando:

- a) haver pago os impostos federais e municipais, relativos ao último semestre do corrente ano;
- b) ser negociante matriculado na Junta Comercial e estar constituído legalmente, em se tratando de sociedade anônima;
- c) haver cumprido seus compromissos para com o Governo em contratos anteriores;
- d) haver pago o imposto sobre a renda, relativo ao ano de 1936;
- e) haver pago o imposto de indústria e profissão.

III — Os concorrentes deverão apresentar seus requerimentos de inscrição na Secretaria do Conselho, até o dia acima designado e, nessa ocasião, caucionarão na Tesouraria do Grupo a importância de 500\$ em moeda corrente, como garantia dos compromissos assumidos, sendo restituída logo após ao encerramento da concorrência.

a importância aos fornecedores não contemplados para o fornecimento.

IV — A partir da data fixada para entrega dos requerimentos de inscrição, até cinco dias após, serão recebidas as propostas para fornecimento, afim de serem abertas de acordo com o que preceitua o art. 741 do Regulamento do Código de Contabilidade da União.

V — Os artigos a fornecer serão de primeira qualidade e consoante a discriminação deste edital. A entrega dos mesmos far-se-á no Almoarifado do Grupo, correndo o transporte por conta dos fornecedores e no prazo estabelecido; caso contrário, o almoxarife os adquirirá na praça, por conta do fornecedor respectivo, que se sujeitará à multa de 10 por cento sobre o valor da aquisição e mais o custeio das despesas de transporte, tudo descontado da importância da caução, ficando o negociante obrigado a completá-la dentro de 48 horas depois de notificado, sendo que a não observância desta última parte implicará na perda da caução.

VI — Os preços vigorarão por quatro meses, podendo ser alterados se for do interesse da administração. Caso contrário, o Grupo notificará ao fornecedor, de qualquer artigo, a necessidade de extinguir o seu compromisso ou receberá propostas de alterações de preços, se os fornecedores solicitarem 15 dias antes de findo o prazo para o fornecimento.

VII — As contas deverão ser apresentadas em duas vias acompanhadas dos competentes pedidos até o dia 5 do mês subsequente ao fornecimento, data em que serão notificados do dia em que poderão receber as importâncias a eles devidas.

Observações — Quaisquer outros esclarecimentos poderão ser prestados pelo secretário do C.A. ou pelo almoxarife do Grupo, nos dias úteis, das 11 às 14 horas.

Serviço de Aproveitamento

Quadro demonstrativo, por grupo, dos artigos necessários para o funcionamento do Grupo, durante o próximo ano de 1938, por conta da Caixa do Rancho.

Especificação — Unidade

Azeite doce "Bertel", lata.
Azeitonas, lata.
Alhos, quilo.
Água mineral, dúzia.
Batata inglesa, quilo.
Batata doce, quilo.
Chá da Índia, lata.
Crusvaldina, lata.
Camarão, lata.
Cebolas, quilo.
Creolina "Pearson", lata.
Colorau, lata.
Carne de porco, quilo.
Capim verde (para animal), quilo.
Doce seco, um.
Extrato de tomate, lata.
Farinha de trigo de 1ª, quilo.
Frango, um.
Goiabada, quilo.
Galinha, uma.
Inseticida "Scholi", litro.
Inseticida "Fil", litro.
Manteiga fresca, salgada, quilo.
Manteiga fresca, sem sal, quilo.
Mel de abelhas, quilo.
Marmelada, quilo.
Ovos frescos, dúzia.
Queijos frescos, quilo.
Pimenta do reino, quilo.
Sapólio "Radium", um.
Sabão de 1ª, quilo.
Sal fino, quilo.
Soda caustica, lata.
Toucinho de 1ª, quilo.
Vinagre, litro.
Vassoura redonda de piassava, uma.
Vassoura chata de piassava, uma.
Vassoura de palha de 5 fios, uma.
Escova de piassava, uma.
Lenha, metro cúbico, metro.
Hortaliças variadas, quilo.

Quartel em Jundiá, 21 de dezembro de 1937. — *Fausto Carvalho Monteiro*, 1º tenente secretário do C.A.

Almoarifado

Quadro demonstrativo, por grupo, dos artigos necessários para o funcionamento do Grupo durante o próximo ano de 1938, de acordo com as dotações orçamentárias e Economia Administrativa:

Especificação — Unidade

1º Grupo — Artigos de expediente e instrução

Alfinele sortido, caixa.
Arame para máquina de grampear, bobina.
Arame para grampeador Conipo 1-C, caixa de 5.000, uma.
Apagador para quadro negro, um.
Apontador de lapis, um.

Almofada para carimbo, tamanho médio, uma.
Apontador "Glante", um.
Barbante grosso, novelo.
Barbante fino, novelo.
Borracha para desenho "Mongol" n. 12, dúzia.
Borracha para desenho n. 4, dúzia.
Borracha para lapis e tinta, dúzia.
Borracha para lapis n. 212, dúzia.
Borracha para máquina de escrever, dúzia.
Bloco de 100 folhas, em papel de jornal, tamanho médio, um.
Bloco impresso internamente pintado para telegrama, 100 folhas, um.
Bloco timbrado, em papel meio linho, para memorandum, com 100 folhas, conforme amostra, um.
Caneta comum, dúzia.
Caneta para cartografia, dúzia.
Colecionador com mola interna "Lock", um.
Clip Fille, um.
Caneta "Eagle", uma.
Carimbo de borracha, tamanho médio, um.
Carimbo de borracha, pequeno simples, um.
Cesta de vime para papéis servidos, uma.
Cesta de vime para arquivo de papéis, uma.
Colchetes "Velox", caixa.
Compasso de redução, marca "Kern", um.
Cartão timbrado com friso dourado, um.
Corretivo para papel Stencil, vidro.
Clips, caixa.
Duplo decímetro de madeira, um.
Encadernação de boletins do Exército, volume semestral, um.
Encadernação de boletins Escolar, volume semestral, um.
Encadernação de minutas de ofício, informações e outros papéis, volume até 400 folhas, volume.
Etiquetas "Dennisons" n. 201, bloco.
Envelopes timbrados para ofício, cento.
Envelopes comerciais timbrados para memorandum, cento.
Envelopes timbrados, brancos, para ofício de 0,24 x 0,15, milheiro.
Envelopes pardos, timbrados, de 0,27 x 0,38, milheiro.
Espuminho para desenho, tamanho médio, um.
Esponja com depósito de vidro, uma.
Esquadro pequeno de madeira, um.
Esquadro de madeira, médio, um.
Esquadro de madeira, grande, um.
Esquadro de celulóide transparente, pequeno, um.
Esquadro de celulóide transparente, médio, um.
Esquadro de celulóide transparente, grande, um.
Estelita para Stencil, reticência, uma.
Estelita para Stencil, ponto, uma.
Estelita para Stencil, ponto e linha, uma.
Estelita para Stencil, linha curva, um.
Estojo de desenho, pequeno, marca "Rubem", um.
Estojo de desenho, médio, marca "Rubem", um.
Estojo de desenho, grande, marca "Rubem", um.
Estojo de desenho, marca "Kern", pequeno, um.
Estojo de desenho, marca "Kern", médio, um.
Estojo de desenho, marca "Kern", grande, um.
Fita para máquina de calcular, dúzia.
Fita bi-color para máquina de escrever, uma.
Fita preta ou azul para máquina de escrever, uma.
Giz branco nacional, caixa.
Giz branco "Pelikan", caixa.
Giz diversas cores "Pelikan", caixa.
Giz diversas cores "Pelikan", caixa.
Goma arábica, em pó, quilo.
Goma arábica nacional, vidro pequeno, um.
Goma arábica nacional, vidro grande, um.
Grampeador Campo C 1, um.
Grampeador "Hotchkiss", um.
Grampo "O.K." qualquer tamanho, caixa.
Grampo "Universal", qualquer tamanho, caixa.
Grampo "Gem-Cleaps", caixa.
Godet, 3/4, jogo.
Lapis bi-color, dúzia.
Lapis "Faber" ns. 1, 2 e 3, dúzia.
Lapis policromo "Castell", dúzia.
Lapis preto para desenho "Castell", dúzia.
Lapis tinta 754 "Hart", dúzia.
Lapis "Kok-Noor", dúzia.
Lapis tinta "Apolo", dúzia.
Lapis tinta "Orlow", dúzia.
Lapis de cor "Faber", estojo com uma dúzia, uma.
Lapis tinta nacional, dúzia.
Pena "Leonardo", dourada, caixa.
Pena "J", caixa.
Pena "Mallat" n. 12, caixa.
Pena para desenho n. 850, caixa.
Pena para desenho "Speedball", G, caixa.
Pena para desenho "Speedball", D, caixa.
Pena "Hughes", caixa.
Pena "Telefone", caixa.
Papel vegetal 620, metro.
Papel vegetal 634, metro.
Papel "Canson" 244, 0,20 x 0,50, folha.
Papel "Canson" 451, largura 1,50, metro.

- Papel "can. 52" largura 1,50, metro.
 Papel branco liso, para desenho de 0,76 x 1,12, folha.
 Papel tela para desenho, metro.
 Pasta de couro para conduzir documentos, com fechadura, uma.
 Pasta simples de cartolina, uma.
 Pasta grande de oleado, para mesa, uma.
 Pasta tamanho médio, de oleado, para mesa, uma.
 Pasta "Simplex" n. 1.061, uma.
 Pena para desenho "Gilet" n. 170, caixa.
 Pena para desenho "Mitchel" n. 0370, caixa.
 Pêso de vidro para papéis, um.
 Percevejo de metal branco, caixa.
 Percevejo de metal amarelo, caixa.
 Percevejo de madeira, caixa.
 Raspadeira-canivete, uma.
 Raspadeira cabo de osso, marca "Doges", uma.
 Regua preta de borracha de 50 cms., graduada, uma.
 Regua preta de borracha de 50 cms., uma.
 Regua de madeira de 75 cms., graduada, uma.
 Regua de madeira de 1.000, graduada, uma.
 Regua "T", articulada para desenho, de madeira, com 100 cms.
0203.
 Regua de madeira, graduada, francesa, com 1.000, uma.
 Regua de madeira, graduada, francesa, com 0,60, uma.
 Regua de madeira Suíça, com 0,60, uma.
 Regua de celulósido transparente de 0,50, graduada, uma.
 Tinta para carimbo, vidro.
 Tinta carmin para escrever, litro.
 Tinta preta "Sardinha", litro.
 Tinta preta "Atlas", litro.
 Tinta "Pelikan", peroba preta, vidro.
 Tinta "Pelikan", sepiá, vidro.
 Tinta "Pelikan", amarela, vidro pequeno, um.
 Tinta "Pelikan", azul cobalto, vidro pequeno, um.
 Tinta "Pelikan", verde, vidro pequeno, um.
 Tinta "Pelikan", carmin, vidro pequeno, um.
 Tinta aquarela, estojo médio, com 12 tijolinhos, um.
 Tinta preta para mimeógrafo "Elin Wilvix" em bisnaga, uma.
 Tinta 767 em lata de uma libra para mimeógrafo, uma.
 Tinta 40, em lata de uma libra, lata.
 Tinta verniz retificador para papel Stencil, vidro.
 Tinta "Nanjin", em bastão, bastão.
 Tira-linha para curvas, um.
 Tira-linha para duplas pararelas, um.
 Tira-linha para pequenos círculos, um.
 Transferidor de celulósido, pequeno, transparente, um.
 Transferidor de celulósido, médio, transparente, um.
 Transferidor de celulósido, grande, transparente, um.
 Tela Imperial para desenho de 0,10 x 0,10, metro.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 8 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 20 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 30 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 35 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 40 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 45 m/m., cento.
 Rolhas cônicas de cortiça de diametro inferior a 50 m/m., cento.
- 2º grupo, — Material de limpeza e utensílios
- Alcool de 36 graus, litro.
 Cadeado Yale, pequeno, um.
 Cadeado Yale, médio, um.
 Cera "Royal", vermelha, lata.
 Cruzvaddina, lata.
 Espanador de pena n. 50, um.
 Espanador de pena n. 40, um.
 Lapis H.B.H., dúzia.
 Lapis HB., dúzia.
 Livro protocolo impresso para correspondência expedida, com 100 folhas, um.
 Livro protocolo impresso para correspondência expedida, com 400 folhas, um.
 Livro tamanho almasso, timbrado, com 50 folhas, para índice, um.
- Liquido "Eureka", estojo com dois vidros, estojo.
 Livro almasso pautado de 26 x 36, com 100 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 22 x 33, com 50 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 22 x 33, com 100 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 36 x 52, com 150 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 36 x 52, com 250 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 27 x 40, com 50 folhas, um.
 Livro almasso pautado de 30 x 46, com 250 folhas, um.
 Lacre "Pelikan", com 5 bastões, caixa.
 Lacre nacional, caixa.
 Lima para pena de vidro, uma.
 Lima para lapis, uma.
 Livro tamanho almasso, timbrado, com 50 folhas e capa de pano, um.
 Livro tamanho almasso, timbrado, com 200 folhas e capa de pano, um.
 Livro tamanho almasso, timbrado, com 150 folhas e capa de pano, um.
 Livro tamanho almasso, timbrado, com 50 folhas e capa de pano, um.
- Livro com capa de pano para arquivar folhas soltas, dimensões: alt. 0,55, larg. 0,41, um.
 Livro com capa de pano, para arquivar folhas soltas, dimensões: alt. 0,35, larg. 0,38, um.
 Livro com capa de pano, para arquivar folhas soltas, dimensões: alt. 0,35, larg. 0,25, um.
 Livro com capa de pano, para arquivar folhas soltas, dimensões: alt. 0,35, larg. 0,46, um.
 Máquina para apontar lapis, marca "Dandy", uma.
 Mata-borrão para "Buward", tiras, cento.
 Mata-borrão rosa, com 120 libras, folha.
 Oleo para máquina de escrever, vidro.
 Papel almasso liso, 7 quilos, resma.
 Papel almasso pautado, 7 quilos, resma.
 Papel para cálculo, tamanho 1/4, bloco.
 Papel almasso de 2°, pautado, 7 quilos, resma.
 Papel carbono, 2 faces, caixa.
 Papel carbono, 1 face, caixa.
 Papel carbono, 1 face, 0,66 x 0,44, folha.
 Papel carbono hectográfico, caixa.
 Papel Stencil branco, 1060, caixa.
 Papel Stencil John Roger, azul, alemão, caixa.
 Papel Stencil 960, azul, Mimeotipe, caixa.
 Papel chupão "Royal", 20 quilos, resma.
 Papel chupão "Royal", 18 quilos, resma.
 Papel para cópia, 24 quilos, folha.
 Papel para cópia "Ormig", folha.
 Papel couché para "Ormig", folha.
 Papel fino para minutas de officio, folha.
 Papel grosso para embrulho, folha.
 Papel impresso para alterações de officiais, folha.
 Papel impresso para folhas de vencimentos de officiais, um.
 Papel impresso para folhas de vencimentos de sargentos, um.
 Papel para máquina de calcular, bobina.
 Papel para máquina de escrever 10 k., caixa.
 Papel para máquina de escrever 14 k., caixa.
 Papel para memorandum, timbrado, bloco.
 Papel para officio, timbrado, folha.
 Papel milimetrado 55 x 75 cms., folha.
 Papel Stencil Drytype, caixa.
 Papel Stencil 1148, caixa.
 Papel Stencil "Pelikan", 0-tip., caixa.
 Papel de linho tela para máquina de escrever, 24 quilos, caixa.
 Papel inferior para máquina, caixa.
 Papel "Liberty", p. 11 (1.119) caixa com 500 folhas.
 Papel para carta com envelopes, caixa.
 Papel meio linho com envelope timbrado para carta, caixa.
 Papel grosso, branco, para desenho, folha.
 Papel vegetal, transparente, para cópia de desenho, folha.
 Flanela para limpeza de vidro, 50 x 50, uma.
 Flanela para limpeza de móvel, 50 x 50, uma.
 Inseticida "Filtro", litro.
 Naftalina, quilo.
 Papel higiênico W.C., 1.000 folhas, pacote.
 Palha de aço para assoalho, pacote.
 Bodo de borracha para puchar agua, um.
 Sabão especial, quilo.
 Sabonete de côco, barra de 1.000 grs., uma.
 Sabonete "Kanitz" (caixa de 3 sabonetes), caixa.
 Toalha felpuda para rosto, uma.
 Toalha para mão, uma.
 Vasculhador de palha, um.
 Vasculhador de pena, um.
 Vassoura de cabelo para assoalho, uma.
 Vassoura redonda de piassava, uma.
 Vassoura de piassava de 32 furos, uma.
 Vassoura de piassava para vaso, uma.
 Caol em lata de 250 gramas, lata.
 Sapóteo, qualquer marca, dúzia.
 "Bon-Ami" dúzia.
 Soda caustica, lata.
 Potassa, quilo.
 Balde de zinco, tipo médio, um.
 Lixa de ferro ns. 1 e 2, folha.
 Lixa esmeril, folha.
 Estopa branca de 1°, quilo.
 Estopa branca de 2°, quilo.
 Algodão absorvente, quilo.
 Saco para baldeação, um.
 Capacho simples de côco de 1,00 x 0,50, um.
 Capacho simples de 1,10 x 0,60, um.
 Copo de vidro, um.
 Broca americana, uma.
 Taxas de metal para pasadeira, caixa.
 Toalha pequena para laboratório, uma.
 Pano americano para limpeza, metro.
 Caixa de madeira para lixo de 30 x 30 x 30, uma.
- 3º grupo — Conservação e reparação das instalações
- Aranha de metal, uma.
 Bolão de campainha, um.
 Box reto, um.
 Box curvo, um.

Chave monofásica, uma.
 Chave trifásica, uma.
 Campanha elétrica, pequena, uma.
 Fio, grande, uma.
 Cabelos (par), um.
 Corrente para pendente, metro.
 Condutor de 1", metro.
 Condutor de 1 1/2", metro.
 Condutor de 5/8", metro.
 Fio para campainha, metro.
 Fio duplo, flexível, superior, metro.
 Fio de chumbo, metro.
 Fio para tempo n. 14, metro.
 Fio para tempo n. 12, metro.
 Fio isolante, rolo.
 Fiovel solta de 25 amp., um.
 Fio de 40 amp., um.
 Fio de 50 amp., um.
 Fiovel de caninho, de 25 amp., um.
 Fio de 40 amp., um.
 Fio fixavel, metro.
 Gabinetes, caixa.
 Interruptor de ionga de uma secção, um.
 Dito de duas secções, um.
 Dito de embutir, completo, um.
 Isolador branco, pequeno, um.
 Dito negro, pequeno, um.
 Lâmpadas "Philips", de 25 a 100 velas, uma.
 Dita "Edison" de 25 a 100 velas, uma.
 Dita "Philips" de 150 velas, uma.
 Dita de 200 velas, uma.
 Dita de 500 velas, uma.
 Dita "Edison" de 150 velas, uma.
 Dita "Edison" de 200 velas, uma.
 Dita de 500 velas, uma.
 Rosa para ferro, uma.
 Suporte com chave, um.
 Suporte sem chave, um.

6º grupo — Remonte de calçado e roupa de cama

Aresta para sapateiro, quilo.
 Coleha branca, "Santa Maria", de 1,40 x 1m,90, com bica, uma.
 Cola para sapateiro, em lata, quilo.
 Cesta, cento.
 Cera preta, rodela.
 Cera, quilo.
 Fronhas de cretone superior de 0m,60 x 0m,40, uma.
 Linha para sapateiro, carretel.
 Linha para sapateiro, carretel pequeno, um.
 Lengol de cretone superior, 2m,00 x 1m,40, um.
 Polvilho para goma, quilo.
 Prego ponta Paris, quilo.
 Prego amarelo para sapateiro, quilo.
 Prego branco, quilo.
 Sola escolhida para sapateiro, quilo.
 Tachas para soldar n. 2, em pacotes, quilo.
 Tachas 2 1/2 em pacotes, para calçado, lata grande, uma.
 Dita, idem, idem, "Dragon", lata grande, uma.
 Dita, idem, idem, quilo.

5º grupo — Artigos de sports

Agulha para costurar bola, uma.
 Apito niquelado, um.
 Bola para foot-ball, nacional, uma.
 Sola medicine-ball de 4 quilos, uma.
 Bola medicine-ball de 5 quilos, uma.
 Bola de wolley-ball, uma.
 Bola de basket-ball, uma.
 Bomba de encher bola, regular, uma.
 Bandeirola, uma.
 Camara de ar n. 1, uma.
 Camara de ar n. 2, uma.
 Camara de ar n. 3, uma.
 Camara de ar n. 4, uma.
 Camara de ar n. 5, uma.
 Dita para wolley-ball, uma.
 Corda para cabo de guerra, cabo.
 Calção de brim branco, superior, um.
 Calção de brim mescla, superior, um.
 Camisa de moeta, branca, sem mangas, para ginástica, uma.
 Rede para wolley-ball, uma.
 Cesta para basket-ball, uma.
 Rede para ping-pong, uma.
 Bola para ping-pong, uma.
 Raquete para ping-pong, uma.
 Sapato tennis, de 1ª qualidade, par.

6º grupo — Medicamento e material de péss

Algodão hidrófilo, quilo.
 Algodãozinho para atadura em animais, metro.
 Alcool de 33 graus, lata de 18 quilos, uma.

Alcool de 56 graus, litro.
 Alcool de 40 graus, litro.
 Alcool de 90 graus, litro.
 Alcool absoluto, litro.
 Agua destilada, litro.
 Acido sulfúrico, litro.
 Acido mártico, litro.
 Atroxil, grama.
 Agulha de platina de 3 cms. de comprimento, uma.
 Agulha de platina de 5 cms. de comprimento, uma.
 Agulha de platina de 2 cms. de comprimento, uma.
 Agulha de níquel de 2 cms. de comprimento, uma.
 Agulha de níquel de 3 cms. de comprimento, uma.
 Agulha de níquel de 5 cms. de comprimento, uma.
 Acaiação do comércio, quilo.
 Atadura de cambraia de 4 x 5, uma.
 Atadura de cambraia de 5 x 5, uma.
 Atadura de cambraia de 6 x 5, uma.
 Atadura de cambraia de 7 x 5, uma.
 Atadura de cambraia de 8 x 5, uma.
 Atadura de gase de 4 x 5, uma.
 Atadura de gase de 5 x 5, uma.
 Atadura de gase de 6 x 5, uma.
 Atadura de gase de 7 x 5, uma.
 Atadura de gase de 8 x 5, uma.
 Catapaticida "Cooper", litro.
 Esparrapado S.R., de 3", carretel.
 Gase hidrófila em pacote de 5 ml., metro.
 Gôdô-vacina, caixa.
 Iodo-sublimado, grama.
 Seringa tipo Luer de 3 cc. com caixa, uma.
 Seringa tipo Luer de 5 cc. com caixa, uma.
 Seringa tipo Luer de 3 cc., nua, uma.
 Seringa tipo Luer de 5 cc., nua, uma.
 Borracha para irrigadores, metro.
 Seringa uretral, uma.
 Glicerina bi-distilada para análise, quilo, um.
 Soda cáustica bi-distilada, para análise, quilo, um.
 Irrigador de vidro com capacidade para 2 litros, um.
 Bishaga de estanho, para 60 gramas, uma.

7º grupo — Equipamento, arreamento

Atanado do Rio Grande, escolhido, quilo um.
 Atanado do Rio Grande, quilo, um.
 Argola estanhada, de 1 3/4, uma.
 Argola estanhada, de 2", uma.
 Argola estanhada de 1 1/2", uma.
 Argola estanhada de 1", uma.
 Argola estanhada de 1/2", uma.
 Argola de metal de 1/2", uma.
 Argola de metal, de 3/4", uma.
 Argola de metal de 1 1/2", uma.
 Argola de metal de 1 1/4", uma.
 Argola de metal de 1", uma.
 Argola de metal de 1/2", uma.
 Argola de metal de 3/4", uma.
 Argola de metal de 1/4", uma.
 Argola de metal, triangular, uma.
 Argola de metal, quadrangular, uma.
 Argola de metal, média, uma.
 Argola de metal, amarela, com roleta de 5/3", uma.
 Argola de metal, amarela, com roleta de 1/4", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 1/2", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 5/4", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 11/4", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 3/8", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 7/8", uma.
 Argola de metal, amarelo, com roleta de 1 1/2", uma.
 Botão rápido, caixa, uma.
 Botão de cravar, caixa, uma.
 Botão de cravar, com arruela, caixa, uma.
 Botão de latão para equipamento, caixa, uma.
 Botão de pressão, caixa, uma.
 Barbela de metal, uma.
 Barbela de metal branco, uma.
 Bridão de metal branco, um.
 Bridão de metal amarelo, um.
 Cera virgem, quilo, um.
 Cera "Royal", lata de um quilo, uma.
 Corda fina para barrigueira, quilo, um.
 Corda fina para barraca, quilo, um.
 Corda alcatroada, para tirantes, quilo, um.
 Cabo de manilha para corda de forragem, kilo, um.
 Couro cru, quilo, um.
 Cera "Vasco", lata de um quilo, uma.
 Falsa barbela de metal branco, uma.
 Falsa barbela de metal amarelo, uma.
 Fio Barout, ovelo, um.
 Fivela de metal amarelo, para puxador, um.
 Fivela de metal amarelo, para puxador, com roleta de 3/8", um.
 Dita de 7/8", um.
 Dita de 1", uma.

Dita de 1/2", uma.
 Dita estanhada de 1/2", uma.
 Dita estanhada patente de 1 1/8", uma.
 Dita de 1 3/4", uma.
 Dita de 1", uma.
 Fivela de metal amarelo, chata, para pitoral.
 Fivela de metal amarelo, chata, para mangote, uma.
 Fivela de metal branco, de 1 3/4", uma.
 Fivela de metal branco de 1 1/2", uma.
 Fivela de metal branco de 1 1/4", uma.
 Fivela de metal branco de 1", uma.
 Fivela de metal branco de 3/4", uma.
 Fivela de metal branco de 1/2", uma.
 Fivela de metal branco de 5/8", uma.
 Fivela de metal branco de 7/8", uma.
 Graça do Rio Grande, quilo.
 Grupo de ferro estanhado, para rabicho, um.
 Grupo de metal amarelo para sela (passador), um.
 Gancho de ferro para bracinho, um.
 Gancho de metal amarelo, com argola para travessão, um.
 Graça para correio "S. nobil", quilo.
 Lona kaki impermeável, de 1m.40 de largura, metro.
 Lona kaki impermeável de 2m.00 de largura, metro.
 Lona kaki impermeável de 1m.00 de largura, metro.
 Lona verde-oliva de 2m.00 de largura, metro.
 Lona verde-oliva de 1m.40 de largura, metro.
 Lona verde-oliva de 1m.50 de largura, metro.
 Lona verde-oliva de 1m.00 de largura, metro.
 Lona cinza de 1m.40 de largura, metro.
 Lona cinza de 1m.00 de largura, metro.
 Lona cinza de 2m.00 de largura, metro.
 Meia fivela de metal amarelo, com rolete de 7/8", uma.
 Meia argola de latão, pequena para cabeça, uma.
 Meia argola de metal amarelo, grande, uma.
 Meia argola de metal amarelo, média, uma.
 Meia argola de metal amarelo, pequena, uma.
 Meia argola estanhada, grande, uma.
 Fivela chata de metal branco com rolete, uma.
 Fivela de metal amarelo "Lyra", uma.
 Fivela de metal amarelo, média, uma.
 Fivela preta para mangote, uma.
 Fivela estanhada para loto, uma.
 Fivela de metal branco, para loto, uma.
 Meia fivela de metal branco, com rolete para bolsa de terca-
 dura, uma.
 Meia fivela de metal branco, com rolete para buçal, uma.
 Meia fivela estanhada, com rolete para puxador, uma.
 Meia fivela de ferro, de 1 1/2", uma.
 Meia fivela de ferro para sigola, uma.
 Meia fivela de metal amarelo, 3/4", uma.
 Meia fivela de metal amarelo, de 1 1/8", uma.
 Meia fivela de metal amarelo, de 5/8", uma.
 Mosquetão estanhado, um.
 Óleo de peixe, litro.
 Óleo de mocotó, litro.
 Prego amarelo n. 14, quilo.
 Presilha para loto, uma.
 Roldana para corda de forragem, uma.
 Sola escolhida para correio, quilo.
 Sola para correio, quilo.
 Selo de carneiro, quilo.
 Tinta preta "Universal", garrafa.
 Tinta preta "Royal", garrafa.
 Taxa n. 12 em pacote, quilo.
 Taxa azulada, em pacote, quilo.
 Taxa amarela, em pacote, quilo.
 Taxa ns. 1 e 2, em pacote, quilo.
 Tinta Buick, lata.

8. Grupo — Reparação das baús, ferragem e limpeza de animais

Aço para mola, quilo.
 Aço em vergalhão de 7/8", quilo.
 Aço em vergalhão de 3/4", quilo.
 Contra-pino de 1/8", quilo.
 Contra-pino de 1", quilo.
 Contra-pino de 1 1/8", quilo.
 Corrente de ferro de 3/4", quilo.
 Corrente de ferro de 3/4", quilo.
 Carrinho de ferro reforçado, médio, um.
 Curva de ferro galvanizado, com porca, de 3/4", uma.
 Carvão inglês para forja, tonelada.
 Carvão nacional para ferradura n. 5, milheiro.
 Carvão nacional para ferradura n. 6, milheiro.
 Carvão nacional para ferradura n. 7, milheiro.
 Cravo "Mustard" para ferradura n. 5, milheiro.
 Cravo "Mustard" para ferradura n. 6, milheiro.
 Cravo "Mustard" para ferradura n. 7, milheiro.
 Escova de piassava, para cavalo, uma.
 Escova de raís para cavalo, uma.
 Escova de piassava "Svils", uma.
 Ferro de barra de 3/16 x 1/4", quilo.

Ferro de barra de 1/4 x 1/4", quilo.
 Ferro de barra de 1/2 x 1/4", quilo.
 Ferro de barra de 1 x 1/4", quilo.
 Ferro de barra de 1 1/2 x 1/4", quilo.
 Ferro de barra de 2 x 1/4", quilo.
 Ferro em barra de 3/16 x 3/4", quilo.
 Ferro em barra de 3/4 x 3/4", quilo.
 Ferro em barra de 1/2 x 3/4", quilo.
 Ferro em barra de 3/8 x 3/4", quilo.
 Ferro em barra de 1/2 x 1/4", quilo.
 Ferro em barra de 1 x 1/2", quilo.
 Ferro em barra de 2 x 1/2", quilo.
 Ferro em barra de 1 x 3/8", quilo.
 Ferro em barra de 1 1/2 x 3/4", quilo.
 Ferro galvanizado, em chapa n. 13, quilo.
 Ferro galvanizado, em chapa n. 20, quilo.
 Ferro batido, quilo.
 Ferro em vergalhão de 1/4", quilo.
 Ferro em vergalhão de 5/8", quilo.
 Ferro em vergalhão de 1/2", quilo.
 Ferro em vergalhão de 3/4", quilo.
 Ferro em vergalhão de 1", quilo.
 Ferro em vergalhão de 3/8", quilo.
 Ferro em vergalhão de 1 1/4", quilo.
 Ferro frizado para ferradura, quilo.
 Ferro velho para ferradura, tonelada.
 Ferro fundido para ferradura, tonelada.
 Parafusos com porca de 1 x 1/2, quilo.
 Parafuso com porca de 1 1/4 x 1/2, quilo.
 Parafuso com porca de 1 x 1/4, quilo.
 Dito de 1 1/2 x 1, quilo.
 Dito de 1 x 3/8, quilo.
 Dito de 1 1/4 x 3/8, quilo.
 Dito de 1 1/2 x 3/8, quilo.
 Dito de 2 x 3/8, quilo.
 Dito de 3 x 3/8, quilo.
 Dito de 3 1/4 x 3/8, quilo.
 Dito de 3 1/2 x 3/8, quilo.
 Parafuso com porca de 2 x 1, quilo.
 Dito de 2 1/4 x 1, quilo.
 Dito de 2 1/2 x 1, quilo.
 Dito de 3/8 x 4, quilo.
 Dito de 3/8 x 7, quilo.
 Parafuso com porca de 2 2/4 x 10, quilo.
 Dito de 3/4 x 3/8, com cabeça boleada, quilo.
 Parafuso de fenda, de 1 x 9, quilo.
 Parafuso de fenda, de 12, quilo.
 Prego de ferro de 8 x 8, quilo.
 Dito de 10 x 10, quilo.
 Dito de 12 x 12, pacote.
 Dito de 13/15, pacote.
 Dito de 12 x 15, pacote.
 Dito de 15 x 15, pacote.
 Dito de 16 x 21, pacote.
 Dito de 17 x 25, pacote.
 Dito de 18 x 30, pacote.
 Dito de 19 x 30, pacote.
 Dito de 20 x 30, pacote.
 Dito de 25 x 35, pacote.
 Dito de 25 x 45, pacote.
 Porca sextavada de 1/4, pacote.
 Dita de 1/2, pacote.
 Dita de 3/4, pacote.
 Raspadeira de ferro com alça, uma.
 Dita com cabo de madeira, uma.
 Solda forte, quilo.
 Solda para ferro, quilo.
 Solda de estanho, quilo.
 Solda carneira, quilo.
 Vela de estanho, quilo.
 Vela superior, quilo.

9. Grupo — Combustível lubrificantes

Camocra de limpeza, uma.
 Chave de fenda, de 8", uma.
 Dita de 12", uma.
 Dita de 14", uma.
 Chave de vela, uma.
 Óleo grosso para automóvel, quilo.
 Flanela para limpeza, uma.
 Gasolina em tambor, litro.
 Graça para capota, lata.
 Graça para carroceria, lata.
 Graça para diferencial, lata.
 Óleo grosso, lata de 18 litros, lata.
 Óleo médio para automóvel, lata de 18 litros, lata.
 Óleo fino, lata de 18 litros, lata.
 Querosene, lata de 18 litros, lata.
 Querosene, litro.
 Pilha seca Gaillard de 1 1/2 volta, uma.
 Pilha seca Gaillard de 4 1/2 volta, uma.

10º Grupo — Ferramenta

Arado de ferro, uma.
 Arado para correio, papel.
 Alente isolado de 8", um.
 Alente isolado de 8", de cortar á frente, um.
 Alente de cortar á frente, de 10", um.
 Bacia de ferro, uma.
 Bacia de pó, uma.
 Bacia americana, de 3,32, uma.
 Dita de 5,32, uma.
 Dita de 7,32, uma.
 Dita de 9,32, uma.
 Dita de 13,32, uma.
 Dita de 3,16, uma.
 Dita de 5,16, uma.
 Dita de 7,16, uma.
 Dita de 3,8, uma.
 Dita de 1,8, uma.
 Dita de 5,8, uma.
 Dita de 7,8, uma.
 Bacia americana de 1/4, uma.
 Dita de 3/4, uma.
 Dita de 1/2, uma.
 Dita de 1", uma.
 Dita de 1/16 a 5/8, jogo.
 Bacia de cabelo preto de 2", para cola, uma.
 Dita para caiação, n. 19, uma.
 Dita para caiação, n. 18, uma.
 Dita para óleo, n. 13, uma.
 Dita para óleo, n. 12, uma.
 Dita para óleo, n. 14, uma.
 Cabo de farracha para sevela, um.
 Cabo simples para sevela, um.
 Chave de roda de 1", uma.
 Dita de 2", uma.
 Dita de 3", uma.
 Dita de 4", uma.
 Dita de 5", uma.
 Dita de 6", uma.
 Dita de 7", uma.
 Dita de 8", uma.
 Dita de 9", uma.
 Dita de 10", uma.
 Dita de 11", uma.
 Dita de 12", uma.
 Dita de 13", uma.
 Dita de 14", uma.
 Dita de 15", uma.
 Cepo de plaina de 0m,22, um.
 Cepo de lunteira de 0m,22, um.
 Compasso de ferro, de 10", um.
 Coíher de pedreiro, n. 3, uma.
 Diamante para cortar vidro, um.
 Escova para calçado, uma.
 Enxada de aço de 2 £, uma.
 Enxada de aço de 2 1/2 £, uma.
 Enxada de aço de 3 £, uma.
 Enxada de aço de 2 1/2 £, com cabo, uma.
 Enxada de aço de 3 £, com cabo, uma.
 Enxada de 3 £, com cabo, um.
 Esmeltil de 8", completo, um.
 Esmeltil grande, completo, um.
 Esmeltil "Carmurundum", grande, um.
 Esquadro de aço de 0m,30, um.
 Fogareiro "Primus", um.
 Fogareiro "Primus Junior", um.
 Faca para cortar casco "Pangeot", uma.
 Faca para sapateiro, uma.
 Faca "Blanchard", para correio, uma.
 Faca para cortar capim, grande, uma.
 Faca para cortar capim "Revollier", uma.
 Facão Jacaré, com bainha, um.
 Ferro retombão, um.
 Furação de 1/4", um.
 Dito de 3/4", um.
 Dito de 1/2", um.
 Dito de 1", um.
 Dito de 1 1/2", um.
 Foice de aço, média, com cabo, uma.
 Foice de aço, grande, com cabo, uma.
 Ferro de plaina de 1 3/4", uma.
 Gema dupla, uma.
 Gema simples, uma.
 Gropa para sapateiro, uma.
 Gropa para ferrador, de 14", uma.
 Dita de 12", uma.
 Dita de 10", uma.
 Dita de 14", uma.
 Dita de 16", uma.
 Dita de 8", uma.
 Gato com cabo para capim, de 1 dente, um.
 Laca laca de 4", uma.
 Dita de 6", uma.
 Dita de 8", uma.
 Dita de 10", uma.
 Laca laca de 12", uma.
 Dita de 14", uma.

Lima triangular de 4", uma.
 Dita de 5", uma.
 Dita de 6", uma.
 Dita de 10", uma.
 Dita de 12", uma.
 Dita de 14", uma.
 Dita de 16", uma.
 Lima meia cana de 8", uma.
 Lima meia cana de 12", uma.
 Lima bastarda de 6", uma.
 Dita de 10", uma.
 Dita de 12", uma.
 Lima murça de 10", uma.
 Lima murça de 12", uma.
 Limatão redondo de 1/4", um.
 Limatão redondo de 1/2", um.
 Limatão redondo de 1", um.
 Limatão quadrado de 10", um.
 Limatão quadrado de 12", um.
 Limatão quadrado de 14", um.
 Lima chata de 8", uma.
 Lima chata de 12", uma.
 Lima paralela, bastarda de 14", uma.
 Lamina de serra "Victor", para ferro, uma.
 Lamina de serra de 0m,75 x 0m,100, uma.
 Lamina para serra de ferro, uma.
 Martelo de sapateiro, um.
 Martelo de pedreiro, um.
 Martelo de bola, de 1/2 quilo, um.
 Martelo de bola, de 1 quilo, um.
 Martelo de bola de 2 quilos, um.
 Martelo de ferrador, "Pengeot", um.
 Malho de 1 quilo, um.
 Malho de 2 quilos, um.
 Malho de 5 quilos, um.
 Malho para bater sola, um.
 Pá quadrada, com cabo, uma.
 Picareta com cabo, uma.
 Plaina de 0m,22, com ferro, uma.
 Plaina de ferro "Stanley", uma.
 Pé de ferro, um.
 Pincel para goma, um.
 Pincel de cabelo, n. 6, um.
 Pincel de cabelo, n. 8, um.
 Pincel de cabelo, n. 10, um.
 Pincel longo com letras, um.
 Pincel ns. 25 a 28, marca "Elephante", um.
 Peneira para tinta, uma.
 Raspadeira para pintor, uma.
 Suta americana, de 8", uma.
 Suta americana, de 10", uma.
 Serrote de conta de 12", um.
 Serrote de costa, de 14", um.
 Serra de aço, de volta, de 1", uma.
 Serra de aço, de volta, de 1/2", uma.
 Tesoura para cortar folha, grande, uma.
 Tesoura de 25 cms. para cortar crina de animal, uma.
 Tesoura superior de aço para cortar crina de 25 cms. de comprimento, uma.

11º Grupo — Diversos artigos

Alcool de 36 graus, lata de 18 litros, litro.
 Algodão em pasta, quilo.
 Alvaide, quilo.
 Azul ultramar, quilo.
 Agua raz "Prats", quilo.
 Azul da Prussia, quilo.
 Azul cobal, quilo.
 Azul imperial, quilo.
 Amarelo ouro, quilo.
 Amarelo canário, quilo.
 Alumínio, quilo.
 Arame em rolo, fino, rolo.
 Arestas sortidas, quilo.
 Betúvia, quilo.
 Brou, quilo.
 Bomba para inseticida, uma.
 Banderola para clarim, uma.
 Barrote de guarabú, de 3m,50 x 0m,12, um.
 Barrote de guarabú, de 3m,30 x 0m,10 x 0m,08, um.
 Barrote de guarabú para varal, um.
 Barrote de peroba rosa de 3m,0 x 0m,15 x 0m,15, um.

Dito cd 3m,0 x 0m,15 x 0m,08, um.
 Barbante alcatoado, novelo.
 Bomba para destupir cano, uma.
 Cola da Bafa, quilo.
 Colchão cheio de capim, de 60 pontos de 1m,90 x 0,70, um.
 Cal virgem, quilo.
 Cal de pedra, quilo.
 Cimento, quilo.
 Cordão de lã verde para clarim, metro.
 Corda para cabo de guerra de 2", metro.
 Capacho de cêco de 0m,80, um.
 Capacho de ferro, um.
 Cadeado de ferro galvanizado, pequeno, t.m.
 Cadeado de ferro galvanizado, médio, um.
 Cadeado de ferro galvanizado, grande, um.
 Cadeado Damro, pequeno, um.
 Cadeado Damro, médio, um.
 Cadeado Damro, grande, um.
 Cadeado Yale, pequeno, um.
 Cadeado Yale, médio, um.
 Cadeado Yale, grande, um.
 Cadeado de ferro reforçado, grande, um.
 Copo de vidro simples, um.
 Copo de vidro com feizos, um.
 Chave em bruto, uma.
 Clarim "Guarani", um.
 Corneta "Guarani", uma.
 Cigarra para transmissão, uma.
 Ca. marisco, quilo.
 Depósito de zinco para lixo, n. 4, um.
 Depósito de zinco para lixo, n. 20, um.
 Dobradilha de 1/2", uma.
 Dobradilha de 1", uma.
 Dita de 1 1/2", uma.
 Dita de 2", de metal, uma.
 Dita de 2", com parafuso, uma.
 Dita de 4", com parafuso, uma.
 Estopa branca de 1ª, quilo.
 Estopa branca de 2ª, quilo.
 Fôrro de pinho do Paraná, metro quadrado.
 Fechadura para armário, com parafusos e espelho, uma.
 Dita para secretária, uma.
 Dita para gaveta, de 2 1/2", uma.
 Fecho para armário, um.
 Fecho de 0m,30, para armário, um.
 Fecho de 0m,40, para armário, um.
 Fôrma para sapateiro, de ns. 34 a 48, par.
 Goma laca de 1ª, quilo.
 Gesso cré, quilo.
 Guilherme, um.
 Goiva, uma.
 Lixa para ferro, folha.
 Lixa para madeira, folha.
 Lona para cana de campainha, metro.
 Jaj de creme, quilo.
 Moringue de barro, grande, uma.
 Macacão de quarto, um.
 Meias taboas de peroba rosa, de 3m,0 x 0m,10 x 0m,33, uma.
 Ditas de 4m,0 x 0,03, uma.
 Ocre, quilo.
 Oleo de linhaça de 1ª, quilo, um.
 Oxido de ferro, quilo.
 Oleo para máquina de escrever, lata.
 Pó de sapato, quilo.
 Pó leve, quilo.
 Petro-raz, quilo.
 Porta-cadeado reforçado, um.
 Papel higiênico, pacote.
 Perna de peroba rosa, de 3 x 5, uma.
 Perna de peroba rosa, de 4 x 5, uma.
 Perna de peroba rosa, de 6, uma.
 Perna de pinho do Paraná, de 3 x 5, uma.
 Perna de pinho do Paraná, de 4 x 5, uma.
 Perna de pinho do Paraná, de 6, uma.
 Perna de peroba rosa de 3 x 3, uma.
 Perna de murici de 3 x 3, uma.
 Perna de murici de 3 x 4, uma.
 Perna de murici de 4 x 5, uma.
 Perna de murici de 3 x 5, uma.
 Peça para fingimento de madeira, coleção.
 Meia cougoeira de peroba rosa, uma.
 Roxo terra, quilo.
 Ripa de peroba rosa, de 4 metros, metro.
 Ripa de madeira de lei, metro.
 Rosa cal, quilo.
 Secante castelo, quilo.
 Travesseiros cheio de capim, de 0m,60 x 0m,40, um.
 Travesseiros de crina vegetal 0m,60 x 0m,40, um.
 Travesseiros de paina, um.
 Tinta para marcar roupa, litro.
 Tinta para marcar roupa, vidro.
 Tinta sapilom, lata.

Toalha de rosto, felpuda, superior, um.
 Taxa preta, pacote.
 Taxa cabeça amarela, pacote.
 Taboa de pinho do Paraná, de 3m,20 x 0m,03 de 1ª, aparelhada, duas faces, uma.
 Dita, idem, idem de 3m,90 x 0m,30 x 0m,03, de 1ª aparelhada, duas faces, uma.
 Dita de 16 pés x 0m,23 x 0m,02, aparelhada, duas faces, uma.
 Dita de 16 pés x 0m,30 x 0m,03, de 1ª aparelhada, duas faces, uma.
 Dita de 16 pés x 0m,23 x 0m,01 de 2ª aparelhada, duas faces, uma.
 Taboa de peroba rosa, de 5,0 x 0m,23 x 0m,03, em bruto, uma.
 Taboa de peroba rosa, de 5m, x 0m,20 x 0m,03 em bruto, uma.
 Dita idem, idem aparelhada, uma.
 Taboa de cedro de 3m,50 x 0m,30 x 0m,03 aparelhada, duas faces, uma.
 Taboa de peroba de Campos, de 2m x 0,23 x 0,03, uma.
 Dita de 3m x 0m,23 x 0m,04, uma.
 Taboa de cedro de 3m x 0m,30 x 0m,01, aparelhada, duas faces.
 Dita de 3m x 0m,25 x 0m,02, aparelhada duas faces, uma.
 Tinta repolho, quilo.
 Tinta blank Japão, quilo.
 Tinta terra cinza queimada, quilo.
 Tala para correio de dobrar, uma.
 Tê de ferro galvanizado, de 2" x 3/4, um.
 Telha tipo francês, acari, uma.
 Trincal, quilo.
 Tijolos, milheiro.
 Telha Santana, milheiro.
 Torcida para lampião, metro.
 Urinol de agath, com lampião, um.
 Verde Londres, quilo.
 Verde cal, quilo.
 Verde Paris, quilo.
 Vermelhão francês, quilo.
 Vermelhão sapateiro, quilo.
 Verniz Flaming, quilo.
 Verniz Duco, quilo.
 Vidro liso comum, decímetro graduado, um.
 Vidro liso decímetro quadrado, um.
 Vidros de duas grossuras, decímetro quadrado, um.
 Verniz cristal, quilo.
 Verniz Adamastor, quilo.
 Verniz Cobal, quilo.
 Verniz inglês, quilo.
 Zarcão inglês, de 1ª, quilo.
 Zarcão nacional, quilo.
 Manilhas de barro de 4", uma.
 Manilhas de barro de 3", uma.
 Manilhas de barro de 2 1/2", uma.
 Curva de barro de 3", uma.
 Curva de barro de 2 1/2", uma.
 Tê de barro de 4", um.
 Tê de barro de 3", um.
 Cimento branco, quilo.
 Arame farpado, rolo.
 Arame grosso liso, quilo.

Quartel em Jundiaí, 24 de dezembro de 1937. — Fausto Carvalho Monteiro, 1º tenente secretário do C. A.

Sétima Brigada de Infantaria — Quartel General

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Sr. presidente do Conselho de Administração deste Quartel General, de conformidade com o disposto no artigo 52 e seus parágrafos do Código de Contabilidade Pública e autorização constante do aviso Ministerial n. 760, de 12-11-37, faço público para conhecimento de quem possa interessar, achar-se aberta a inscrição para fornecimento ou prestação de serviços a este Quartel General, no decorrer do exercício de 1938, dos artigos e serviços constantes deste edital.

1 — INSTRUÇÕES

a) As inscrições para a presente concorrência deverão ser requeridas ao Sr. presidente do Conselho de Administração, até às 16 horas do dia 5-1-38, juntando para isso os seguintes documentos para julgamento da idoneidade das firmas concorrentes:

b) "2ª via" da declaração de capital e firma com que se acha estabelecido, para as firmas individuais; para as firmas coletivas a apresentação original do contrato social, registrado do Departamento Nacional de Indústria e Comércio (Junta Comercial), e na falta desta prova, uma certidão passada na íntegra pela mesma Junta;

c) as sociedades anônimas apresentarão seus estatutos em original ou o D.O. em que foram publicadas, aprovadas e registradas;

d) as firmas estrangeiras apresentarão mais o "Diário Oficial" que foi publicado o decreto autorizando-as a funcionar no País;

e) certificado passado por quem de direito, e pela Coletoria a que estiver subordinado para efeito de pagamento de imposto, de que está quite com a mesma;

f) certificado passado pela Coletoria Estadual de que está quite com os cofres estaduais;

g) certificado passado pela Prefeitura Municipal, de que está quite com os cofres municipais;

h) certidão passada pelo ministro do Trabalho, ou pelos serviços de fiscalização de trabalho, de que foi cumprida a exigência do artigo 33, parágrafo único do decreto n. 20.291, de 12-8-31 (dois terços de empregados brasileiros);

i) de qualquer desses documentos, não serão aceitas públicas-formas, senão nas condições constantes do artigo 153 do Regulamento aprovado por decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, e que, não satisfeitas tais condições, a prova se fará na falta de documento original, por meio de certidões, (aviso n. 171, de 3 de maio de 1924);

j) as propostas serão apresentadas em envelopes fechados e lacrados, com declaração de seu conteúdo e nome do proponente; as propostas serão em três vias; a primeira das quais selada na forma da lei, com indicação dos respectivos estabelecimentos, sem vícios de qualquer natureza, tais como espaço em branco, rasuras, emendas, ou entrelinhas, contendo o nome do artigo oferecido, com os preços de unidade por extenso e em algarismos;

k) as propostas serão, uma para cada grupo de artigos a fornecer, segundo as designações e números de ordem, com todas as discriminações sobre preço, que se tornarem necessárias;

l) os concorrentes declararão em suas propostas, obrigatoriamente, qual a sua residência, e que se sujeitam a todas as disposições do Código de Contabilidade Pública, bem como às dos avisos ns. 758 e 760, de 12-9-37, ("Diário Oficial" de 17-11-37), naquilo que for aplicável às unidades administrativas;

II — As propostas dos concorrentes inscritos, serão no dia 7 de janeiro, às 14 horas, abertas e lidas em presença de todos os concorrentes que se apresentarem para assistir essa formalidade. As propostas cujos autores não tiverem satisfeito as exigências citadas, não serão abertas. (Art. 741 do R.G.C.P.).

III — O Conselho de Administração fará o julgamento das propostas, na mesma reunião, dando preferência de acordo com o artigo 755, do Código de Contabilidade da República.

IV — Por ocasião da apresentação das propostas ao Sr. presidente do Conselho Administrativo, será também entregue à mesma autoridade o conhecimento da caução passada pela Tesouraria do Q.G., para a garantia da execução cabal da proposta sob pena de reversão da mesma à Fazenda Nacional, no caso de inobservância dos compromissos assumidos.

V — As cauções das firmas declaradas fornecedoras, só serão restituídas, após o cumprimento integral de suas propostas nos termos do art. 770, do R.G.C.P.

VI — CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO

a) Fornecimento de material de 1ª qualidade e de acordo com a especificação que acompanha o presente edital, ficando esses artigos sujeitos aos exames regulamentares, da qualidade e quantidade, correndo por conta do fornecedor todos os transportes, mesmo no caso de rejeição, todas as vezes que tal medida se torne necessária;

b) os pedidos normais (assinados pelo almoxarife, visados pelo fiscal administrativo e autorizados pelo comandante) deverão ser satisfeitos nos prazos seguintes:

- § 1.º Aos negociantes de Juiz de Fora, 24 horas;
- § 2.º Aos negociantes do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, 5 dias.
- § 3.º Aos negociantes das praças mais distantes, 8 ou mais dias, (a critério da administração).

c) Os pesos dos artigos serão líquidos, pelo que serão descontados os pesos dos invólucros, taras, etc.;

d) os artigos recusados pela Comissão de recebimento, verificação, abertura e exame, deverão ser retirados e substituídos por outros que satisfaçam, no prazo máximo de 72 horas para os comerciantes desta praça e pelo número de horas a critério da administração, para os negociantes situados em outras praças, sob pena de multa de 20 %, sobre seu valor. Todas as multas deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 8 (oito) dias, contados da data da intimação;

e) no caso do fornecedor não atender aos pedidos feitos por quem de direito, além das multas previstas na cláusula anterior, fica obrigado a recolher à Tesouraria deste Q.G., a importância que se verificar entre o seu preço aceito, e o licitante que lhe seguir na concorrência, por quem será feito o fornecimento do material não entregue; sendo o seu único preço apresentado na concorrência, a administração fará a aquisição na praça, correndo por conta do fornecedor a diferença respectiva;

f) pelo não cumprimento das disposições deste edital, às quais sob forma contratual fica sujeito o fornecedor, se procederá de acordo com o parágrafo segundo do art. 741, do R.G.C.P., afim de que seja cassada por autoridade competente, a idoneidade da firma, ficando ela impossibilitada de concorrer aos fornecimentos, até que por ato dessa mesma autoridade, lhe sejam novamente conferidos esses direitos;

g) nenhum pedido de relevação de multa será encaminhado, sem que a importância dessa multa tenha sido recolhida à repartição competente (Tesouraria do Q.G.);

n) são considerados casos de força maior, que poderão ser alegados por atraso de entrega: falência, incêndios, graves naufrágios, revoluções, epidemia, não podendo em tais casos, compreender-se o retardamento da entrega motivado por efeito de rejeição do artigo;

i) os preços apresentados vigorarão por quatro meses, da data da abertura das propostas. Esse prazo será prorrogado por igual tempo até a terminação do exercício de 1938, 15 dias antes de terminar cada período de 4 meses, se o proponente não requerer alteração de preços ao presidente do Conselho de Administração ou este não fizer dentro do referido prazo a devida notificação ao fornecedor.

j) Atendendo às necessidades do serviço deverão as firmas fornecedoras apresentar suas contas em três vias devidamente legalizadas e acompanhadas dos pedidos justificativos, dentro de 30 dias, da data do fornecimento ou realização do serviço (art. 258 e 236 do R. G. C. P.)

VII — As cauções a que ficam obrigados os fornecedores, para efeito de inscrição, e que deverão ser entregues à tesouraria deste Q. G. até a véspera da entrega de suas propostas, são as seguintes:

1º grupo — Expediente.	200\$000
2º grupo — Móveis, camas e utensílios.	100\$000
3º grupo — Combustível e lubrificante.	50\$000
4º grupo — Forragem de animais.	50\$000
5º grupo — Lavagem de roupa.	30\$000
6º grupo — Artigos diversos.	100\$000

1º grupo — Expediente

1. Alfinete de latão em caixa de 50 gramas, caixa.
2. Alfinete de latão em caixa de 100 gramas, caixa.
3. Almofada para carimbo de 0,16x0,10, uma.
4. Almofada para carimbo "Pelikan" de 160 x 90, uma.
5. Almofada para carimbo "Pelikan", de 11,5 x 7, uma.
6. Almotolia para máquina de escrever, uma.
7. Alicata grampeador "Hootchkiss", um.
8. Barbante crú 2/6 T em novelos de 100 grs., novelo.
9. Barbante crú 2/6 T em novelos de 200 grs., novelo.
10. Borracha "Rubí" n. 112, dúzia.
11. Borracha "Rubí" n. 212, dúzia.
12. Borracha circular, com escóva, para máquina de escrever, dúzia.
13. Borracha para lápis e tinta, n. 410, dúzia.
14. Borracha "Pelikan" ABR/12 para máquina, dúzia.
15. Borracha "Pelikan" VIBC40/12, dúzia.
16. Borracha "Rubby" n. 212, dúzia.
17. Borracha "Rubra" n. 412, dúzia.
18. Bloco de papel áspero de 1/8, com 50 fls., um.
19. Bloco de papel áspero de 1/4, com 50 fls., um.
20. Bloco de 100 fls. para mem., com cópia, um.
21. Bloco de 100 fls. para partes-informações, com cópia, um.
22. Bloco com 100 fls., para telegrama, com cópia, um.
23. Bloco de 100 fls. para pedido de forragem, com cópia, um.
24. Bloco de 100 fls. para pedido ao fornecedor, com cópia, um.
25. Buvard de imbuia simples, envernizado (180-85), um.
26. Buvard de imbuia filetado (180x85), um.
27. Cesta de vime para papeis, uma.
28. Cesta de arame para correspondência, uma.
29. Caneta de madeira "Fáber", dúzia.
30. Caneta comum, dúzia.
31. Carimbo de borracha, linha.
32. Clips n. 1, caixa.
33. Clips n. 2, caixa.
34. Clips n. 3, caixa.
35. Clips n. 4, caixa.
36. Clips n. 5, caixa.
37. Envelope timbrado para officio, milheiro.
38. Envelope timbrado para mem., milheiro.
39. Envelope timbrado para telegrama, milheiro.
40. Envelope timbrado para pagamento de vencimentos, milheiro.
41. Envelope comercial sem timbre, milheiro.
42. Envelope saco timbrado, de 0,34 x 9,23, cento.
43. Espanador de pena, grande, um.
44. Espanador de pena, pequeno, um.
45. Esponja para molhador, uma.
46. Espeto para papeis, um.
47. Fita "Hélios", bicolor, para máquina de escrever, uma.
48. Fita "Pelikan", bicolor, para máquina de escrever, uma.
49. Fita para cópia, uma.
50. Ficha para pagamento de oficiais, cento.
51. Ficha para pagamento de praças, cento.
52. Ficha para escrituração de material, imp. dos dois lados, cento.
53. Ficha para escrituração de fardamento, imp. dos dois lados, cento.
54. Fichas para arquivo, cento.
55. Folha de vencimentos (oficiais), cento.
56. Folha de vencimentos de praças, cento.
57. Folha de vencimentos de sargento, cento.

58. Folha de alterações de oficiais, cento.
 59. Folha para descontos internos, cento.
 60. Folha modelo n. 1, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 61. Folha mod. n. 2, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 62. Folha mod. n. 3, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 63. Folha mod. n. 4, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 64. Folha mod. n. 5, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 65. Folha mod. n. 6, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 66. Folha mod. n. 7, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 67. Folha mod. n. 8, publ. em D. O. n. 281, de 14 de dezembro de 1936, cento.
 68. Folha para resumo de descontos internos, cento.
 69. Folha impressa para balaceira, cento.
 70. Furador para papeis, um.
 71. Goma arábica "Atlas", vidro.
 72. Guia de remessa de dinheiro, cento.
 73. Guia de receita e despesa (mod. 11), cento.
 74. Guia de receita e despesa (mod. 2), cento.
 75. Guia de recolhimento, cento.
 76. Guia de fornecimento, cento.
 77. Grampo para perfurar papeis S. O., caixa.
 78. Grampos para perfurar papeis S. 1, caixa.
 79. Grampos para perfurar papeis S. 2, caixa.
 80. Grampos para perfurar papeis S. 3, caixa.
 81. Grampos para perfurar papeis S. 4, caixa.
 82. Grampos para perfurar papeis S. 5, caixa.
 83. Grampos para perfurar papeis S. 6, caixa.
 84. Grampo para alicate "Hotchkiss", caixa.
 85. Grampo para máquina de grampear "Bostitch", caixa.
 86. Lapis "Faber" preto, n. 2, dúzia.
 87. Lapis tinta "Faber", dúzia.
 88. Lapis bicolor, "Faber" n. 503, dúzia.
 89. Lapis bicolor, "Faber", n. 603, dúzia.
 90. Lapis "Faber" 3.109, para desenho, 12 cores, caixa.
 91. Lapis "Faber", tinta Zenith, dúzia.
 92. Lapis tinta "Faber", para cópia, dúzia.
 93. Lapis tinta "Apollo", dúzia.
 94. Lacre "Brasil", 441, caixa.
 95. Lacre "Pelikan", n. 20 ou 40, caixa.
 96. Livro 50 fls. almanaco, papel linho, capa papel mármore, um.
 97. Livro de 100 fls. almanaco, papel linho, capa papel mármore, um.
 98. Livro 50 fls., almanaco, papel linho, capa pano preto, um.
 99. Livro 100 fls., almanaco, papel linho, capa pano preto, um.
 100. Livro 200 fls., almanaco, papel linho, capa pano preto.
 101. Livro de 50 fls. 25 x 35, papel linho, capa de pano preto, um.
 102. Livro de 100 fls. 25 x 35, papel linho, capa de pano preto, um.
 103. Livro de 100 fls. 25 x 50, papel linho, capa de pano preto, um.
 104. Livro de 100 fls. 25 x 50, papel Holanda, capa de pano preto, um.
 105. Livro de 200 fls. 25 x 50, papel Holanda, capa de pano preto, um.
 106. Livro de 50 fls. almanaco, papel linho, capa pano preto, um.
 107. Livro de empêño (folhas soltas), 100 fls. almanaco, um.
 108. Livro conta corrente, 100 fls. coluna para saldo, um.
 109. Livro para entrada e saída de material (300 fls.), um.
 110. Livro para entrada e saída de fardamento (300 fls.), um.
 111. Livro de 300 fls. para registro de mapa de fardamento, um.
 112. Livro de 300 fls. para registro do mapa de material, um.
 113. Livro índice com 100 fls., almanaco, capa de pano preto, um.
 114. Livro de 300 fls. para protocolo de correspondência expedida, um.
 115. Livro de 300 fls. para protocolo de correspondência recebida, um.
 116. Livro caixa, de 50 fls., almanaco, com capa de pano, um.
 117. Livro caixa, de 100 fls., almanaco, com capa de pano, um.
 118. Limpa pena, de louça, um.
 119. Limpa tipos de máquina, caixa.
 120. Máquina de apontar lapis "Premier", uma.
 121. Máquina de apontar lapis A. W. "Faber" com faca sobressalente, uma.
 122. Máquina de grampear "Velex", uma.
 123. Máquina de grampear "Bostitch", uma.
 124. Máquina para perfurar papel, 2 furos, "Soenneken", uma.
 125. Mata-borrão em tiras "Reliance 38", cento.
 126. Mata-borrão "Nacional", em tiras, cento.
 127. Mata-tinta "Pelikan", vidro.
 128. Oleo "Unic", para máquina, vidro.
 129. Papel timbrado para carta 50/50, caixa.
 130. Papel almanaco linho pautado n. 50, resma.
 131. Papel almanaco linho pautado n. 60, resma.
 132. Papel almanaco "Campeão", n. 60, resma.
 133. Papel almanaco pautado "Vitória", n. 50, resma.
 134. Papel almanaco sem pauta, n. 50, resma.
 135. Papel almanaco sem pauta, n. 60, resma.
 136. Papel para máquina, em 1/2 folhas, resma.
 137. Papel fino para cópia de máquina em 1/2 folhas, resma.
 138. Papel áspero para boletim, em 1/2 folhas, resma.
 139. Papel para boletim (1ª folha) timbrado, em 1/2 folhas, resma.
 140. Papel para cópia de officio, fino, 1/2 fls., resma.
 141. Papel impresso para officio, em 1/2 fls., resma.
 142. Papel pardo para embrulho, n. 105, folha.
 143. Papel manilha para embrulho, folha.
 144. Papel Holanda especial "Repartições", caderno.
 145. Papel quadriculado, formato almanaco, caderno.
 146. Papel Stencil "Pelikan", caixa.
 147. Papel hetográfico "Ormig" "Pelikan", caixa.
 148. Papel original de comando, resma.
 149. Papel couché para matriz, cento.
 150. Papel para cópia de duplicador, milheiro.
 151. Papel higiênico, pacote.
 152. Papel carbono "Pelikan" (em qualquer cor), caixa.
 153. Papel carbono "Pelikan" de 40 x 35, em qualquer cor, folha.
 154. Papel carbono "Record" em qualquer cor, caixa.
 155. Papel vegetal, folha.
 156. Papel cartolina, folha.
 157. Pasta de cartolina "Tauro" c/ ferragem, uma.
 158. Pasta de cartolina, "Universal", c/ lombo de aço, uma.
 159. Pasta de cartolina sem ferragem, timbrada, p/ capa de balaceiras, cento.
 160. Pasta de oleado para cima de mesa, uma.
 161. Pasta de couro para cima de mesa, uma.
 162. Pasta de couro para condução de papeis, uma.
 163. Pasta registradora A-Z, para papeis, uma.
 164. Pena "Malat" n. 12, caixa.
 165. Pena "J", caixa.
 166. Pena "Leonard", caixa.
 167. Pena para cópia de carbono, caixa.
 168. Pena "Bayard" 1.255, caixa.
 169. Pinceis para goma arábica, um.
 170. Peso de vidro, simples, um.
 171. Percevejo n. 1, caixa.
 172. Percevejo n. 2, caixa.
 173. Percevejo n. 3, caixa.
 174. Régua de borracha de 0,50, uma.
 175. Régua de borracha de 0,70, uma.
 176. Régua de borracha de 0,80, uma.
 177. Régua de borracha de 1,00, uma.
 178. Régua de borracha graduada, de 0,50, uma.
 179. Régua de borracha graduada, de 1,00, uma.
 180. Régua de madeira com aresta de metal, graduada, de 0,60, uma.
 181. Régua de madeira graduada, comum, uma.
 182. Raspadeira canivete com cabo de osso "Rodgers", uma.
 183. Raspadeira canivete com cabo de madeira, uma.
 184. Tinta preta "Pelikan", em 1/2 litros, vidro.
 185. Tinta carmin "Pelikan", em 1/2 litros, vidro.
 186. Tinta preta "Sardinha", em 1/2 litros, vidro.
 187. Tinta carmin "Sardinha" em 1/2 litros, vidro.
 188. Tinta para marcar roupa "Pelikan", vidro.
 189. Tinta para carimbo "Pelikan", vidro.
 190. Tinta para carimbo "Atlas", vidro.
 191. Tinta nankin "Pelikan", qualquer cor, vidro.
 192. Tinta para mimiógrafo "Unic", lata.
 193. Tinteiro de vidro com tampa para uma tinta, lat.
 194. Tinteiro de vidro com tampa, para duas tintas, um.
 195. Tinteiro de vidro "Paragon", para uma tinta, um.
 196. Tinteiro de vidro "Paragon", para duas tintas, um.
 197. Talão para ajuste de contas de fardamento, um.
 198. Talão de pedido ao fornecedor, um.
 199. Talão impresso para telegrafia, um.
 200. Transformador de metal, um.
 201. Transferidor de madeira, um.
- Encadernações*
202. Do Bol. do 2º x. por semestre, volume.
 203. Do Bol. Regional, por trimestre, e etc., volume.
 204. Do Bol. da 7ª Bda. I., 11ª R. I., 12ª R. I., por trimestre, etc., volume.
- 2º Grupo — Móveis, camas e utensílios*
1. Armário de madeira com duas portas, c/ 1,60 x 1,90 x 0,55, um.
 2. Cadeira envernizada, uma.
 3. Estante de peroba, de duas portas corrediças (1,10 x 1,65 x 0,40), uma.
 4. ESCRIVANINHA de madeira, de 5 gavetas c/ 1,25 x 0,71 x 0,82, uma.
 5. Mesa de madeira envernizada com 1,80 x 0,80, uma.
 6. Mesinha para máquina c/ 5 gavetas, com 0,90 x 0,65 x 0,58, uma.
 7. Cama popular de 1,90 x 0,80, uma.
 8. Colchão ceio de capim, para cama de solteiro, um.
 9. Travesseiro cheio de capim, para cama de solteiro, um.
 10. Balde de ferro estanhado, um.
 11. Braçadeira de seda (par), uma.
 12. Cadeado "Yale" Júnior, um.
 13. Cadeado comum, um.
 14. Campainha para cima de mesa, uma.
 15. Carimbo de borracha com dizeres — 1ª, 2ª, 3ª e 4ª via, um.
 16. Carimbo de borracha com dizer: Receita, um.
 17. Carimbo de borracha com o dizer: Despesa, um.
 18. Carimbo de borracha com os dizeres: Documento n., um.

19. Cesta de vime para papéis usados, uma.
20. Cesta de arame para cima de mesa, uma.
21. Chave de fenda, tamanho médio, uma.
22. Cinzeiro de folha, um.
23. Cortina em tecido, meia gobeline listado, 2,00 x 2,60, par.
24. Copo de vidro simples, um.
25. Depósito para goma arábica, um.
26. Duplo decímetro de madeira, um.
27. Esponjeira "Paragon", uma.
28. Fixadores patentes, para portas, um.
29. Faca para cortar capim, uma.
30. Pá de ferro para lixo, uma.
31. Passadeira "Linoleum", metro.
32. Porta-caneta, um.
33. Porta-cadeado de ferro, um.
34. Porta-toalha de metal, um.
35. Porta-copos com 4 logares, um.
36. Tampo de vidro para escrivaninha com 1,25 x 0,71, um.
37. Tapete simples, um.
38. Tesoiro para podar animal, uma.

3º Grupo — Combustível e lubrificante

1. Alcool motor, litro.
2. Óleo Mobiloil, galão.
3. Graxa anti-óxido, em lata de 1/2 quilo, lata.
4. Estopa branca, quilo.
5. Óleo Lar, lata.

4º grupo — Forragem de animal

1. Capim verde, quilo.

5º grupo — Lavagem de roupa

1. Lavagem de capas de automóvel, jôgo.
2. Lavagem de colcha branca, peça.
3. Lavagem de fronhas de cretone, peça.
4. Lavagem de lençol de cretone, peça.
5. Lavagem de toalha de mão, peça.

6º grupo — Artigos diversos

1. Água raz de 1ª, quilo.
2. Água raz de 2ª, quilo.
3. Alvaia de, quilo.
4. Azul R. U., legítimo, quilo.
5. Aranha de metal, dúzia.
6. Alicates isolado de 10", um.
7. Abat-jour de ferro esmaltado, 8", um.
8. Abat-jour de louça, um.
9. Betúvia, quilo.
10. Brocha de cabelo para caiação, n. 16, uma.
11. Brocha de cabelo para óleo n. 5, uma.
12. Bolão de metal amarelo, para campainha, um.
13. Botão de madeira para campainha, um.
14. Cola para pintura, quilo.
15. Campainha de 3" para 110 volts, uma.
16. Campainha de 12" para 110 volts, uma.
17. Conduíte de 1/2 polegada, metro.
18. Conduíte de 1", metro.
19. Fio revestido de chumbo, metro.
20. Fio para campainha, metro.
21. Fio para telefone, metro.
22. Cera parqueteria, lata.
23. Cera Juiz de Fora, lata.
24. Cera amarela para assoalho, lata.
25. Escova de raiz para filtro, uma.
26. Escovão de encerar, um.
27. Escovão de piassava, um.
28. Escova de raiz para limpeza de animal, uma.
29. Espanador de pena n. 14, um.
30. Espanador de pena n. 20, um.
31. Esmalte Estandart, em cores em lata de 1/4, lata.
32. Faca francesa para pintor, de 0,04, uma.
33. Faca francesa para pintor, de 0,01, uma.
34. Fusível de 3 a 25 ampéres, um.
35. Fita isolante em peça grande, peça.
36. Goma arábica em pedra, quilo.
37. Interruptor rotativo simples, um.
38. Interruptor rotativo de 2 secções, um.
39. Interruptor de alavanca simples, um.
40. Lixa para ferro, sortida, folha.
41. Lixa para madeira, sortida, folha.
42. Lampadas "Osram", de 60 velas, uma.
43. Lampadas "Osram", de 40 velas, uma.
44. Lampadas "Osram", de 16 velas, uma.
45. Máquina para café, uma.
46. Moringue de barro, uma.
47. Martelo de unha, com cabo de madeira, um.
48. Óxido de ferro alemão, quilo.
49. Óleo de linhaça de primeira, quilo.

50. Oere não lavado, quilo.
51. Pó de sapato, quilo.
52. Pinceis de 3 a 12, um.
53. Presilhas, uma.
54. Pregos de 10x10, maço.
55. Pregos de 12x12, maço.
56. Pregos de 13x15, maço.
57. Pregos de 17x21, maço.
58. Pregos de 20x30, maço.
59. Pregos de 21x45, maço.
60. Pregos de 18x30, maço.
61. Raspadeira de ferro para animal, uma.
62. Roldana de pressão com parafuso, uma.
63. Táboa de pinho "Paraná", metro quadrado.
64. Táboa de peroba, metro quadrado.
65. Toalha de mão, uma.
66. Torneira de metal de 1/2 polegada, uma.
67. Torneira de metal de 1 polegada, uma.
68. Torneira de metal de 2 polegadas, uma.
69. Vassoura de piassava, uma.
70. Vassoura de cabelo, uma.
71. Chicara para café, dúzia.
72. Colherinha para café, dúzia.

Quarta Região Militar — Quarta Divisão de Infantaria

SERVIÇO DE FUNDOS REGIONAL

Mapa comparativo dos preços obtidos na concorrência administrativa, realizada para o ano de 1938, em sessão de 23 de dezembro de 1937.

Discriminação — Unidade — Preço — Observações

Grupo 1 — Expediente

- Almofada para carimbo "Pelikan", n. 2, com tinta fixa, uma, 6\$000, ap.
- Alfinete de latão, caixa de 50 gramas, caixa, 1\$500, ap.
- Barbante 2/6 T, em novelo de 100 grainas, novelo, 2\$000, ap.
- Bloco de papel aspero, com 100 folhas para minutas, bloco, 1\$, ap.
- Bloco de papel impresso para memorando, modelo padronizado, bloco, 3\$200, ap.
- Bloco de papel impresso para telegrama, modelo padronizado, bloco, 7\$900, ap.
- Bobina de papel 0,07, para máquina de calcular, uma, 2\$500, ap.
- Borracha circular s/escova, uma, 1\$200, não ap.
- Borracha para lápis e tinta, "Pelikan", VAC 40, uma, 1\$200, ap.
- Borracha "Rubi", 212, uma, 3\$000, ap.
- Caneta de madeira, n. 2, uma, \$600 ap.
- Capas para balancete, em cartolina, conforme modelo, uma, \$400, ap.
- Capas para processos, em papel, modelo padronizado, uma, \$800, ap.
- Cartolina branca ou de cor, folha, \$800, ap.
- Cartões timbrados com esvultório, modelo padronizado, cento, 20\$000, não ap.
- Cesta de arame, tamanho almasso, para cima de mesa, uma, 10\$000, ap.
- Cesta de vime, para papéis usados, uma, 4\$500, ap.
- Colacionador de cartolina "Globo", um, 2\$500, ap.
- Encadernação de Boletim do Exército, por semestre, uma, 10\$000, ap.
- Encadernação de Boletins Regionais, por semestre, uma, 10\$000, ap.
- Envelopes comerciais em branco, cento, 2\$800, ap.
- Envelopes impressos para cartas, modelo padronizado, cento, 10\$000, não ap.
- Envelopes impressos para cartão, modelo padronizado, cento, 10\$000, não ap.
- Envelopes impressos para memorando, modelo padronizado, cento, 8\$000, não ap.
- Envelopes impressos, para ofício, 1/3, modelo padronizado, cento, 9\$000, não ap.
- Envelopes impressos para pagamento, conforme modelo, cento, 7\$000, ap.
- Envelopes pardos, em branco, com 35 x 27 cent., um, \$400, ap.
- Envelopes pardos, impressos, modelo padronizado, cento, 40\$000, não ap.
- Esponjeira de vidro com berracha, uma, 8\$000, ap.
- Ficha de cartolina, de pagamento, conforme modelo, cento, 12\$000, ap.
- Ficha de cartolina para movimento de material, conforme modelo, cento, 30\$000, não ap.
- Fio de algodão branco, torcido, em novelo de 250 gramas, novelo, 3\$800, ap.
- Fita bicolor para máquina de calcular, uma, 10\$000, ap.
- Fita bicolor para máquina de escrever, uma, 8\$500, ap.
- Folhas impressas para balancete de receita e despesa, conforme modelo, cento, 21\$000, ap.
- Folhas impressas para demonstração para requisição de numeração, de 0,33 x 0,22, em três cores, conforme modelo, cento, 18\$500, ap.

Folhas impressas, em blocos de 100 folhas, pedidos aos fornecedores, um, 14\$000, não ap.

Folhas impressas, em blocos de 100 folhas, e/papel para cópia, para remessa de correspondência, bloco, 15\$000, não ap.

Folhas impressas em bloco de 100, para registro de portos de correspondência, conforme modelo, bloco, 8\$500, não ap.

Folhas impressas "guia de remessa de dinheiro", conforme modelo, cento, 10\$000, não ap.

Folhas impressas "mapas de objetivos", 0,33 x 0,22, em 3 cores diferentes, conforme modelo, cento, 17\$800, ap.

Folhas impressas "mapa de entrada e saída de material, conforme modelo, cento, 60\$000, não ap.

Folhas impressas "mapa demonstrativo de entrada e saída de expediente, conforme modelo, cento, 6\$800, não ap.

Folhas impressas para alterações de oficiais, conforme modelo, cento, 7\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de ajuda de custo, conforme modelo, cento, 42\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de diárias, conforme modelo, cento, 10\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de oficiais, R. P., conforme modelo, cento, 6\$500, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de oficiais, Tes., conforme modelo, cento, 6\$500, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de praças, R. P., conforme modelo, cento, 70\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de praças, Tes., conforme modelo, cento, 70\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de sargentos, R. P., conforme modelo, cento, 70\$000, não ap.

Folhas impressas para pagamento de vencimentos de sargentos, Tes., conforme modelo, cento, 70\$000, não ap.

Folhas impressas "recapitulação de consignações", de 0,33 x 0,22, em 3 cores diferentes, conforme modelo, cento, 12\$000, ap.

Folhas impressas "relação de decontos" de 0,33 x 0,22, em 4 cores diferentes, conforme modelo, cento, 28\$000, ap.

Folhas impressas "relação de decontos internos", conforme modelo, cento, 60\$000, não ap.

Folhas impressas "relação nominal de consignações", 0,33 x 0,22, em 4 cores diferentes, conforme modelo, milheiro, 250\$000, ap.

Furador de aço para papel, um, 3\$500, ap.

Goma arábica "Pelikan", líquida, litro, 13\$000, ap.

Goma arábica sólida, quilo, 12\$000, ap.

Grampos para alicate "Rotekis", milheiro, 7\$500, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 1, caixa, 1\$600, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 2, caixa, 1\$800, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 3, caixa, 2\$400, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 4, caixa, 3\$000, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 5, caixa, 3\$800, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 6, caixa, 4\$500, ap.

Grampos amarelos perfuradores n. 10, caixa, 8\$500, ap.

Lapis bicolor Johan Faber n. 7, 101, dúzia, 9\$600, ap.

Lapis preto Johan Faber n. 1, 205/2, dúzia, 4\$00, ap.

Lapis preto Johan Faber n. 6, 311-6, 312, dúzia, 9\$600, ap.

Linha-tipo mundial, caixa, 3\$500, ap.

Livro "caixa" almanaco, capa de pano preto, 100 folhas, um, 12\$000, ap.

Livro "caixa" almanaco, capa de pano preto, 200 folhas, um, 18\$000, ap.

Livro "caixa" com 0,44 x 0,28, 100 folhas, um, 42\$000, ap.

Livro "contas-correntes", almanaco, capa de pano preto, 100 folhas, um, 12\$000, ap.

Livro "contas-correntes" almanaco, capa de pano preto, 200 folhas, um, 18\$000, ap.

Livro de folhas soltas (capas), de 40 x 34, uma, 30\$000, ap.

Livro de folhas soltas (capas), de 0,35 x 25, uma, 18\$000, ap.

Livro indice de A-Z, capa flexivel, 0,52 x 0,15, uma, 1\$500, ap.

Livro indice de A-Z, capa flexivel, almanaco, um, 2\$000, ap.

Livro para protocolo de correspondência expedida, com 0,35 x 0,20 e 100 folhas, um, 15\$000, não ap.

Livro para protocolo de correspondência recebida, impresso, com 0,54 x 0,40 e 500 folhas, um, 24\$000, ap.

Livro só pautado, almanaco, capa de pano preto, 100 folhas, um, 42\$000, ap.

Livro só pautado, almanaco, capa de pano preto, 150 folhas, um, 48\$000, ap.

Livro só pautado, almanaco, capa de pano preto, 200 folhas, um, 22\$000, ap.

Livro para máquina de escrever, uma, vidro, 8\$00, Ap.

Papel almanaco n. 60, resma, 35\$000, Ap.

Papel almanaco pautado n. 60, resma, 36\$000, Ap.

Papel almanaco quadriculado, caderno, \$500, Ap.

Papel áspero para minutas, tamanho almanaco, milheiro, 12\$, Ap.

Papel carbono, folha grande, folha \$700, Ap.

Papel carbono para máquina "Pelikan", caixa, 20\$000, Ap.

Papel bloco, modelo padronizado, um, 2\$500, não Ap.

Papel em branco, bara bofetins, cópias, milheiro, 20\$000, Ap.

Papel "Flor-Port", branco e de cores, tamanho almanaco, milheiro, 20\$000, Ap.

Papel Holanda com 67 linhas, caderno, 4\$000, Ap.

Papel mata-borrão 110 L, folha, 1\$000, Ap.

Papel para cartas, com envoltório, impresso, modelo padronizado, cento, 60\$000, não Ap.

Papel para cartas, com envoltório, modelo padronizado, sem impressão, cento, 40\$000, Não ap.

Papel para certidão, modelo padronizado, milheiro, 65\$, Não ap.

Papel para cópias, modelo padronizado, milheiro, 26\$, Não ap.

Papel para informação de processo, modelo padronizado, milheiro, 70\$000, Não ap.

Papel para minutas, modelo padronizado, milheiro, 65\$, Não ap.

Papel para officio, modelo padronizado, milheiro, 39\$, Não ap.

Papel para officio, modelo acima, sem impressão, milheiro, 30\$, Não ap.

Papel pardo para embrulho, folha, \$400, Ap.

Papel tipo 19, tamanho almanaco, milheiro, 28\$000, Ap.

Pasta com lombo de aço, tamanho almanaco, uma, 13\$000, Ap.

Pasta de couro comum, para condução de correspondência, com 0,40 x 0,29 x 0,06, uma, 45\$000, Ap.

Pasta registradora A x Z, com 2 furos, tamanho almanaco, uma, 10\$000, Ap.

Penas n. 12 "Malat", caixa, 12\$000, Ap.

Penas n. 1, 255 "Bayard", caixa, 20\$000, Ap.

Penas para cópias "Brasil", caixa, 12\$000, Ap.

Percevejos n. 3, para prender papeis, caixa, 2\$000, Ap.

Tinta Carmim "Pelikan", litro, 12\$000, Ap.

Tinta para caneta-teinteiro "Pelikan", litro, 13\$000, Ap.

Tinta para carimbo "Pelikan", vidro de 1/4, litro, 12\$000, Ap.

Tinta preta ou azul "Pelikan", litro, 10\$500, Ap.

Ficha de cartolina "contas-correntes de unidades administrativas", pessoal, de 0,215 x 0,310, cento, 28\$000, Não ap.

Folhas impressas "Balancete da S. R. L., diário", com 0,33 x 0,44, milheiro, 160\$000, Não ap.

Folhas impressas "cheques", de 0,26 x 0,20, em três cores diferentes, em blocos, milheiro, 130\$000, Ap.

Folhas impressas "cheques", de 0,31 x 0,20, em três cores diferentes, em blocos, milheiro, 130\$000, Ap.

Folhas impressas "contas-correntes de balancetes", com 0,22 x 0,33, milheiro, 150\$000, Não ap.

Folhas impressas "contas-correntes de consignações", com 0,33 x 0,44, milheiro, 80\$000, Não ap.

Folhas impressas "contas-correntes de sub-consignações" com 0,35 x 0,44, milheiro, 160\$000, Ap.

Folhas impressas "estado dos créditos", de 0,33 x 0,44, milheiro, 170\$000, Não ap.

Folhas impressas "guia de remessa de numerário às unidades, com 0,33 x 0,22, milheiro, 75\$000, Ap.

Officios impressos de solicitação de numerário, tamanho padronizado, milheiro, 39\$000, Ap.

Officios impressos em comunicação de numerário, tamanho padronizado, milheiro, 39\$000, Ap.

Recibos de numerário, impressos em duas cores, tamanho 1/4, milheiro, 38\$500, Ap.

Folhas impressas "recapitulação de consignações", para conta de crédito, em quatro cores, 0,22 x 0,33, milheiro, 180\$000, Não ap.

Grupo II — Móveis e utensílios

Máquina de numerar, com 4 algarismos, uma, 180\$000, Ap.

Máquina para perfurar 2 furos, uma, 8\$000, Ap.

Péso de vidro simples, um, 6\$000, Ap.

Raspadeira-carivete, cabo de osso, uma, 12\$000, Ap.

Regua de ebonite, de 0,60, uma, 3\$500, Ap.

Tímpano de metal, com corda, um, 40\$000, Ap.

Tinteiro de vidro para 2 diulas, tipo Paragon, um, 20\$000, Ap.

Quartel, em Juiz de Fora, 28 de dezembro de 1937. — José de Paula Dias, 1º tenente Adm. adjunto.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Estrada de Ferro Central do Brasil

De ordem do Sr. diretor, convoco o ajudante de 1ª classe, com exercício na Uzina Stone, 1ª Inspetoria da 4ª Divisão — Valdemar Bezerra de Andrade, a comparecer, dentro do prazo de oito dias, a contar da data da publicação do presente edital, à 1ª Inspetoria do Tráfego, na Praça da República n. 225, 2º andar, perante a comissão encarregada de apurar, em inquérito administrativo, irregularidades nas consignações da 4ª Divisão, afim de prestar esclarecimentos, sob pena de correrem os processos à sua revelia.

Seção de Comunicações, 21 de dezembro de 1937. — Matheus Roberto, pelo chefe do gabinete.

Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense

Chama-se a atenção dos interessados para a edital de concorrência, publicado no Diário Oficial de 29 do corrente, à página 25.807.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento Nacional da Produção Vegetal

ESCOLA NACIONAL DE AGRONOMIA

Condições e títulos para provimento do cargo de professor catedrático das cadeiras: 3ª — Geologia Agrícola: Geologia, Mineralogia e Agronomia; 7ª — Botânica Agrícola: Anatomia, Fisiologia e sistematização; 10ª — Fitopatologia e microbiologia agrícolas, e 11ª — Mecânica Agrícola: Máquinas e motores agrícolas.

Para pôr ao público para conhecimento dos interessados, que, de acordo com a decisão do Conselho Técnico desta Escola, aprovada pelo Sr. ministro da Agricultura, conforme despacho exarado no ofício n. 928, de 14-12-37, desta Escola, ficam abertas, a partir desta data e nos termos dos arts 136 e 137 do Regulamento da Escola, pelo prazo de trinta dias, para as inscrições para o concurso de títulos para provimento do cargo de professor catedrático das cadeiras: 3ª — Geologia Agrícola: Geologia, mineralogia e agronomia; 7ª — Botânica Agrícola: Anatomia, fisiologia e systemática; 10ª — Fitopatologia e Microbiologia Agrícolas, e 11ª — Mecânica Agrícola: máquinas e motores agrícolas.

De acordo com o art. 135 do Regulamento da Escola só poderão concorrer os agrônomos ou engenheiros agrônomos.

A inscrição se fará mediante requerimento ao diretor da Escola, instruído com a sua petição com os seguintes documentos, exigidos pelo art. 135 do Regulamento:

- a) prova de ser cidadão brasileiro;
- b) prova de identidade;
- c) documentos que comprovem sua idoneidade moral;
- d) diploma de sua profissão, assim como títulos abonadores de seus estudos, em original ou pública forma;
- e) prova memorial sobre sua atividade profissional e científica, acompanhada da relação de seus trabalhos publicados, que deverão ser anexados em três vias, se possível.

Conforme estatuem os arts. 439 e 440 do Regulamento da Escola, o concurso terá início oito dias após o encerramento da inscrição e consistirá na apreciação, por uma comissão examinadora nomeada pelo Sr. ministro da Agricultura, por proposta do Conselho Técnico, de todos os elementos comprobatórios do mérito do candidato.

Escola Nacional de Agronomia, em 18 de dezembro de 1937. — Antonio Cal Garçon, oficial administrativo, classe H, servindo na E.N.A.

Serviço de Caça e Pesca

Convindo os armadores de barcos de pesca, industriais e comerciantes do pescado, a, dentro de 15 dias, fazerem prova na Direção do Serviço de Caça e Pesca, mediante apresentação de documento legal fornecido pela repartição competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de que cumpriram fielmente o art. 153 da Constituição da República.

A descumprimento ao presente edital implicará na proibição de transitar no Entrepósito Federal da Pesca.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1937. — João Moreira da Rocha, diretor.

Art. 153 — A lei determinará a percentagem de empregados brasileiros que devem ser mantidos obrigatoriamente nos serviços públicos dados em concessão e nas empresas e estabelecimentos de indústria e de comércio.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Departamento Nacional do Trabalho

(Not. de multa)

DNT. 4.968-36

Srs. A. Vieira & Cia. — Nesta:

Fica essa firma notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 4.968-36 e nos termos do artigo 20, do decreto 23.768, de 1934, foi multada em 100\$000 (cem mil réis), importância essa que, acrescida da quantia de 105\$000 (cento e cinco mil réis), correspondente à indenização das férias a que tem direito o reclamante Audovino Braga, deverá ser recolhida à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, conforme o estabelecido no decreto 22.131 de 23 de novembro de 1932.

No caso de interposição de recurso, dentro do prazo que a lei fixa, deverão ser depositadas as importâncias acima mencionadas, ainda mediante guia deste Departamento, o que, também, não se realizando, importará na inscrição da dívida para cobrança executiva.

Terceira Seção, 29 de dezembro de 1937. — Laerte Machado, diretor da Seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Antônio da Silva Brito — Rua Coronel Fernandes, 614 — Nesta — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 17.041-37 ou 73-F-34, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no artigo 31 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração ao disposto nos artigos 31, 32, letras "a" e "b", do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — Mathias Costa, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Ernesto de Sousa Fontes — Rua S. Francisco Xavier, 601 — Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 26.226-34, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16 letra "c" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — Mathias Costa, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Srs. Pereira Pires & Cia. — Rua S. Cristovão, 203 — Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 1.661-37, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto nos artigos 1º, 31 e 32 do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — Mathias Costa, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Srs. Gomes & Silva — Rua Nicarágua n. 92 — Nesta — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 17.251-37 ou 129-F-34, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no artigo 26 do decreto n. 23.104, de 19 de agosto de 1933, por infração do disposto nos artigos 1º e 32 letras "a" e "b" do mencionado decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — Mathias Costa, diretor

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Srs. Nogueira Saldanha & Cia. — Avenida 28 de Setembro, 72 — Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 27.248-34, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 letras "a" e "b" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — Mathias Costa, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Garruço & Comp. Avenida Suburbana n. 2.386. Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 2.544-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 letra "a" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sra. Tereza Bianco da Silva, Avenida Mem de Sá n. 47 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 11.731-34, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 letra "b" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Neves & Correia, Rua do Senado n. 222. Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 52.950-36, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, alínea "c" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. L. Block, Rua do Rosário n. 95 — Nesta — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo DNT 2.551-33, que lhe impôs a multa de 100\$ (cem mil réis), prevista no artigo 31 do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração ao disposto no artigo 22 letras "a" e "b" do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Antônio Marinho de Souza, Avenida Marechal Floriano Peixoto n. 6 — Nesta — De acordo com a decisão proferida no processo n. 10.903-37, foi essa firma multada em 300\$ (trezentos mil réis), nos termos do artigo 66 alíneas "a" e "d" combinado com o artigo 68, alínea "a" do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, por haver infringido o disposto nos artigos 5º § 2º e 36 § 6º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Eduardo Weissiriv, rua Aristides Lobo n. 240 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 51.013-36, foi essa firma multada em 1.000\$000 (um conto de réis), nos termos do artigo 21, § 1º, letra "a" do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por haver infringido o disposto no art. 32 do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Norberto Machado, Avenida 28 de Setembro n. 407 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 41.366-33, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto nos arts. 8º e 32, letras "a" e "b" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrado no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Srs. Nicolangelo Agrello & Irmão, rua D. Laura de Araújo número 102 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 27.128-34, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no art. 32, letras "a" e "b" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Manoel de Andrade, Estrada Olaviano n. 122-A — Nesta. — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 27.727-34, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no art. 31 do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração ao disposto nos arts. 1º e 32, letras "a" e "b" do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Expresso Sul América Ltda., rua São Geraldo n. 60 — Nesta. — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 2.453-37, que lhe impôs a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no art. 15 do decreto n. 23.766, de 19 de janeiro de 1934, por infração do disposto no art. 16, letra "c" do referido decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sra. Ana Maria Romero Hernandez. Estrada Rio São Paulo — Nesta. — Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 17.010-37 ou 1.453-F-34, que lhe impôs a multa de 100\$ (cem mil réis), prevista no artigo 15º do decreto n. 23.766 de 18 de janeiro de 1934, por infração do disposto no artigo 16 letra c do mencionado decreto dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. José Pinto Soares. Rua Teixeira de Melo, 349. Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 19.741-34 ou 2.219-34, foi essa firma multada em 200\$ (duzentos mil réis), nos termos do artigo 13, do decreto n. 24.364 de 4 de maio de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 10 do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida nesse estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Nunes & Dias. Rua Itapirú, 225. Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 2.867-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 15 do decreto número 24.364 de 4 de maio de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 16 letra c do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Valentim O. Ribas. Rua Antunes Maciel, 54. Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 2.464-37, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 alíneas a e b do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Davi Bennarroche. Rua Senhor dos Passos, 7 c. Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 17.250-37 ou 797-F-34, foi essa firma multada em 100\$ (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto nos artigos 3º e 32 letra b do mencionado regulamento, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida nesse estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. M. P. Gonçalves & Cia. — Rua dos Arcos n. 12 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 17.077-37 ou n. 1.201-F-34, foi essa firma multada em 100\$, nos termos do artigo 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, alínea c, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Dourado Irmão & Cia. Ltd. — Rua dos Taneleiros n. 30 — Nesta: Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 23.407-34, que lhe impôs a multa de 200\$000, prevista no artigo 13 do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração do disposto no artigo 10 do mencionado decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a receber a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Benjamin Rodrigues — Praça da República n. 65 — Nesta: De acordo com a decisão proferida no processo n. 11.914/37, foi essa firma multada em 100\$, nos termos do artigo 15º do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por haver infringido o disposto no artigo 16, letra b, do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. M. Pereira — Rua Panamá n. 98 — Nesta: Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 13.800, de 1937, que lhe impôs a multa de 100\$, prevista no artigo 31 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração ao disposto no artigo 32, letra b, do mencionado regulamento, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Sum Hing Fang. — Praça Tiradentes n. 51 — Nesta: Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo n. 4.845/37, que lhe impôs a multa de 100\$, prevista no artigo 11 do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração do disposto nos artigos 7º e 10º do referido decreto, dentro do prazo estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, fica notificada a recolher a importância correspondente à mencionada multa na Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de dez dias, sob pena de ser efetuada a respectiva cobrança executiva.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Manuel Ferreira de Almeida, rua Visconde de Pirajá n. 187. Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 27.549-34 ou 2.544-F-34, foi essa firma multada em 200\$000 (duzentos mil réis), nos termos do artigo 13, do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por haver infringido o disposto nos artigos 1º e 2º do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida nesse estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho**INSPETORIA**

Sr. Gerar Rocha — Avenida Suburbana n. 3.096 — Nesta. — De acordo com a decisão proferida no processo n. 2.572-37, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 21 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 alíneas "a" e "b", do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no endereço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Viriato A. Fraga — Rua da Lapa n. 64 — Nesta. — De acôrdo com a decisão proferida no processo n. 1.266-33, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 alínea "a" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no enderêço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Vasco Teixeira Pinto — Rua Salvador Correia n. 24 — Nesta. — De acôrdo com a decisão proferida no processo n. 1.051, de 1933, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no art. 10 do decreto n. 21.186, de 22 de março de 1932, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no enderêço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional do Trabalho

INSPETORIA

Sr. Pepe Santana — Rua do Catete n. 85. Nesta. — De acôrdo com a decisão proferida no processo n. 1.230-35, foi essa firma multada em 100\$000 (cem mil réis), nos termos do artigo 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por haver infringido o disposto no artigo 32 alínea "a" do mencionado decreto, conforme ficou apurado pela fiscalização procedida no seu estabelecimento comercial, do que pelo presente lhe é dada ciência para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e por não ter sido encontrada no enderêço citado inicialmente.

Em 29 de dezembro de 1937. — *Mathias Costa*, diretor.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento da Caixa de Liquidação Mercantil, Sociedade Anônima, pelo senhor diretor geral, de 20 de dezembro do corrente ano, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob n. 13.582, os seguintes documentos: ata da assembléia geral extraordinária de liquidação, realizada em 26 de novembro do corrente ano, que aprovou as contas do liquidante, incluindo os atos da diretoria e o parecer do conselho fiscal; folha do "Diário Oficial" que publicou a referida ata; guia com o pagamento do selo proporcional, e a pública forma referente ao imposto sobre a renda. Eu, Luiz Augusto Alves Feitosa, oficial administrativo I, deste departamento, passei a presente certidão. Sobre 20\$000 de estampilha federal e um selo de educação. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — *Luiz Augusto Alves Feitosa*, oficial. Visto. — *Mário Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da Secção.

(C 8.610 — 28-12-1937 — 30\$600)

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Produtos Roche S. A., pelo senhor diretor geral, de 21 de dezembro do corrente ano, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob n. 13.588, os seguintes documentos: ata da assembléia geral extraordinária, realizada em 27 de novembro do corrente ano, que autorizou o aumento do capital social; folha do "Diário Oficial" de 3 de dezembro do corrente ano, que publicou a referida ata, e pública forma referente ao imposto sobre a renda. Eu, Luiz A. Alves Feitosa, oficial administrativo, classe I, deste departamento, passei a presente certidão. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. (Sobre 20\$000 de estampilha federal e um selo de educação). Visto. — *Mário Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor da Secção.

(C 8.543 — 29-12-1937 — 25\$500)

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Primeira Secção

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Caixa Registradora, S. A., pelo senhor diretor geral, de 20 de dezembro do corrente ano, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob número 13.596, os seguintes documentos: atas das assembléias gerais extraordinárias, realizadas em 9 e 17 de dezembro do corrente ano, que aprovaram os atos referentes a dissolução e liquidação da sociedade; folhas do *Diário Oficial*, publicando as referidas atas; guia com o pagamento do selo proporcional ao rateio, feito na Recebedoria do Distrito Federal, e pública-forma referente ao imposto sobre a renda. Eu, Luiz Augusto Alves Feitosa, oficial administrativo, classe I, deste Departamento, passei a presente certidão. (Sobre Rs. 120\$000 de estampilha federal e um selo de Educação). Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — *Luiz Augusto Alves Feitosa*, oficial administrativo. Visto. *Mário Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor de Secção. Abaixo estava o carimbo do Departamento.

(C 8.536 — 29-12-1937 — 36\$700).

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Companhia Brasileira de Energia Elétrica, sociedade anônima, pelo senhor diretor geral, de 21 de dezembro do corrente ano, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob número 13.587, os seguintes documentos: ata da assembléia geral extraordinária, realizada em 7 de dezembro do corrente ano, que aprovou a alteração dos seus estatutos, aumentando de sete para nove os seus diretores e procedeu a eleição dos mesmos, e certidão referente ao imposto sobre a renda. Eu, *Luiz Augusto Alves Feitosa*, oficial administrativo classe I, deste Departamento, passei a presente certidão. (Sobre Rs. 20\$000 de estampilha federal e um selo de Educação). Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — *Luiz Augusto Alves Feitosa*, oficial administrativo. Visto, *Mário Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor de Secção. Abaixo estava o carimbo do Departamento.

(C 8.612 — 29-12-1937 — 30\$600)

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de Companhia Construtora e Técnica, Koteca S. A., pelo senhor diretor geral, de 5 de novembro do corrente ano, certifico que foi arquivado nesta repartição, sob número 13.525, o seguinte documento: certidão passada pela Junta Comercial de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da qual consta a transcrição de todos os atos constitutivos, inclusive a ata de assembléia geral extraordinária, realizada em 24 de setembro do corrente ano, que aprovou a alteração dos seus estatutos e a mudança da sede para esta capital. Eu, Luiz Augusto Alves Feitosa, oficial administrativo classe I, deste Departamento, passei a presente certidão. (Sobre Rs. 120\$000 de estampilha federal e um selo de Educação). Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1937. — *Luiz Augusto Alves Feitosa*, oficial administrativo. Visto. *Mário Soares Pinto*, oficial administrativo K, no impedimento do diretor de Secção. Abaixo estava o carimbo do Departamento.

(C 8.549 — 29-12-1937 — 30\$600).

SOCIEDADES ANONIMAS

PALACETE VALENÇA S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1937

Nos dezesseis dias de abril de mil novecentos e trinta e sete, às quatorze horas reunidos no escritório da Sociedade à rua Primeira de Março, cento e trinta e três, primeiro andar, onze acionistas, representando quinhentas e cinquenta e cinco ações, o senhor José de Siqueira Silva da Fonseca, diretor-presidente, declarou instalada a assembléia geral ordinária. Por proposta do Sr. Ademir da Silva Fonseca foi aclamado para dirigir os trabalhos o Sr. Mário da Silva Fonseca, que agradeceu e convidou para primeiro e segundo secretários respectivamente os senhores Dr. Paulo Fonseca de São Paulo e Afonso de Miranda Pires, ficando assim constituída a mesa. O senhor presidente declarou os fins da assembléia e deu a palavra ao senhor José de Siqueira Silva da Fonseca, que, aceitando-a, expoz o desenvolvimento dos trabalhos da construção do edifício da rua Machado de Assis número trinta e nove, que se tinham arrastado mero-

anente no começo das obras, dada a natureza do terreno. Declarou ainda que talvez antecipando, por estar convencido que todos os materiais de construção e mão de obra devem subir, estava procurando contratar tudo para futuros fornecimentos desejando assim evitar que o preço do edifício depassasse muito dos cálculos feitos. Que nos meses de novembro e dezembro os trabalhos tinham tido maior desenvolvimento, tendo-se gasto na construção e terreno até trinta e um e dezembro a importância de 513:885\$ (quinhentos e treze contos e oitocentos e oitenta e cinco mil réis). Não havendo mais quem quisesse usar da palavra, o senhor presidente convidou os acionistas a e munirem de cédulas para procederem a eleição da diretoria que cita deu o seguinte resultado: para presidente, o senhor José de Siqueira Silva da Fonseca; para diretor gerente, o senhor Mário da Silva Fonseca. Para membros do conselho fiscal, os senhores Aristão da Silva Fonseca, Carlos Theodorico da Cunha Fonseca e Dr. José Calazans da Silva Filho. Para suplentes, os senhores Dr. Theodorico Maximiano da Fonseca, Dr. José Garcia Lopes e dona Marília Fonseca de São Thiago. As contas e todos os atos praticados pelo diretor-presidente da Sociedade foram aprovados, tendo deixado de votar a diretoria e membros do conselho fiscal. Não havendo mais nada a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores acionistas e suspendeu a sessão por meia hora afim de se lavrar a presente ata que eu, Afonso de Miranda Pires, escrevi e assino, lida foi em discussão, unanimemente aprovada.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1937. — *Mário da Silva Fonseca*, presidente. — *Dr. Paulo Fonseca de São Thiago*, 1º secretário. — *Afonso de Miranda Pires*, 2º secretário. — *José de Siqueira Silva da Fonseca*. — *Adhemar da Silva Fonseca*. — *Aristo da Silva Fonseca*. — *Carlos Theodorico da Cunha Fonseca*. — *Dra. Maria Geralda da Fonseca*. — *Marília Fonseca de São Thiago*. — *Marília Fonseca*. — *Marieta da Silva Fonseca*.

(C. 8.529—29-12-1937—62\$200)

PALCETE VALENÇA S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 1937

Aos onze dias de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, nesta capital, na rua 19 de Março n. 133, 1º andar, às quatorze horas, presentes onze acionistas representando 555 ações, o Sr. presidente José de Siqueira Silva da Fonseca disse achar-se aberta a sessão, sendo por proposta do acionista Sr. Aristão Fonseca aclamado para presidir a sessão o Sr. Mário da Silva Fonseca, e para primeiro e segundo secretários os senhores Ademar Fonseca e Afonso de Miranda Pires, ficando assim constituída a mesa. Disse mais o senhor presidente que de acordo com a convocação publicada no *Diário Oficial* de quatro de dezembro do vigente ano, era fim desta assembléia, tratar dos interesses da sociedade, dando a palavra em primeiro lugar ao Sr. José de Siqueira Silva da Fonseca, que tomando-a, fez longa exposição do andamento que teve a construção do edifício, que tratou de apressar tanto quanto possível, chegando mesmo haver em trabalho cerca de duzentos e cinquenta operários efetivos, durante muito tempo para que esta não fosse retardada. Apesar disso, só em novembro do corrente ano, pôde o edifício ficar concluído, obtendo-se o respectivo "habite-se" da Prefeitura e da Saúde Pública. O custo, como se verifica da escrita e dos documentos que foram exibidos e examinados pelos senhores acionistas, depassou de muito a previsão dos cálculos feitos, sendo que já monta em 2.342:497\$100 (dois mil trezentos e quarenta e dois contos, quatrocentos e noventa e sete mil e cem réis), valor até o dia de hoje, havendo ainda algumas contas a pagar, pois os respectivos contratos dão prazo para o pagamento das últimas prestações. Trazendo o assunto à assembléia desejava que esta se pronunciasse sobre a sua gestão com a maior liberdade, bem como ratificasse todas as deliberações da assembléia geral ordinária de dezesseis de abril de mil novecentos e trinta e sete. Em seguida usou da palavra o Dr. Paulo Fonseca de São Thiago, que salientou os esforços do presidente da Sociedade, no sentido de fazer a construção notável que foi feita pela solidez e encantamento, afastando-se completamente do tipo corrente das casas de apartamentos, propondo não só que fossem aprovados todos os atos do mesmo presidente na gerência dos negócios da Sociedade, como também ratificasse todas as deliberações da assembléia geral ordinária de dezesseis de abril de mil novecentos e trinta e sete, e, ainda, que fosse louvado o seu presidente, pela maneira pela qual se houve, o que fizeram por votação unanime, abstendo-se de votar os diretores e o Conselho Fiscal.

Suspensos os trabalhos por meia hora para ser lavrada a presente ata e reaberta a sessão foi a mesma aprovada unanimemente e assinada por todos.

Eu, Afonso de Miranda Pires, segundo secretário, a redigi, mandei dactilografar e subscrevo.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1937. — *Mário da Silva Fonseca*, presidente. — *Adhemar Fonseca*, 1º secretário. — *Afonso de Miranda Pires*, 2º secretário. — *José de Siqueira Silva da Fonseca*. — *Carlos Theodorico da Cunha Fonseca*. — *Aristo Fonseca*. — *Doutor Paulo Fonseca de São Thiago*. — *Dra. Maria Geralda da Fonseca*. — *Marília Fonseca de São Thiago*. — *Marília Fonseca*. — *Marietta da Silva Fonseca*.

(C. 8.528—29-12-37—62\$200.)

GENERAL ELECTRIC S. A.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os vinte e dois dias do mês de dezembro de 1937, às quinze horas, reunidos na sede social de General Electric S. A., acionistas pessoalmente ou representados por procuração em devida forma, representando a totalidade das ações que constituem o capital social, todas depositadas na caixa da sociedade, em tempo legal, conforme consta do livro de presença, o Sr. diretor presidente, R. H. Greenwood, abre a sessão e declara que a convocação da presente reunião, de acordo com as publicações nos *Diário Oficial* de 7, 13 e 18 do corrente mês de dezembro, fôra feita para deliberar sobre a reforma dos estatutos sociais, nos seus artigos 20, 22, 23 e 27, bem como para resolver sobre a proposta de encampação de sua subsidiária Lojas General Electric S. A., tudo conforme o que já é do conhecimento de todos os Srs. acionistas, os quais tiveram ocasião de examinar e aceitar as propostas que estão sobre a mesa e serão, a seguir, submetidas à deliberação da assembléia. Escolhido o Sr. R. H. Greenwood, para presidir a sessão, este convida para secretários os Srs. A. J. Saridaki e Dr. Aristeu Borges de Aguiar, constituindo a mesa, e declara esta aberta a sessão, dando-se início aos trabalhos.

A pedido do Sr. presidente, é lida pelo 1º secretário, Sr. A. J. Saridaki, a proposta de reforma dos estatutos, a qual, segundo expoz, é conveniente para melhor atender ao desenvolvimento dos negócios sociais, pelo que está assinada pela diretoria, conselho fiscal e totalidade de acionistas.

Submetida a votos foi a proposta aprovada unanimemente passando os estatutos sociais a ter a seguinte redação pela alteração feita nos artigos acima referidos:

Capítulo I — Denominação, fins, sede e duração da sociedade. —

Art. 1.º Como sucessora no Brasil da Companhia General Electric do Brasil (Inc.), autorizada a funcionar na República do Brasil pelo decreto executivo n. 1.076, de 12 de fevereiro de 1914, é constituída uma sociedade denominada — General Electric — Sociedade Anônima, com sede principal na cidade do Rio de Janeiro, República do Brasil. Art. 2.º A sociedade poderá: § 1.º — Fabricar, construir, erigir, instalar, comprar, vender, alugar, exportar, importar e, em geral, negociar diretamente ou por intermédio de agentes, em toda a qualidade de aparelhos mecânicos e elétricos, fornecimentos, maquinismos, máquinas, acessórios, dispositivos e sobressalentes, artigos e mercadorias de qualquer espécie, quer no Brasil, quer em outros países. § 2.º Obter, comprar, ou por outra forma, adquirir, possuir, usar, vender ou dispor de quaisquer patentes, direitos sobre patentes, invenções e licenças por força de cartas patentes expedidas nos Estados Unidos do Brasil ou em outros países e também de marcas de fábricas, nomes, distintivos, marcações a fogo ou etiquetas, quer registradas nos Estados Unidos do Brasil, quer em outros países. § 3.º Adquirir, apropriar-se, vender, hipotecar, empenhar e dispor de toda a qualidade de propriedade móvel e imóvel, quer no Brasil, quer em outros países. § 4.º — Fazer, formular, executar, toda a sorte de contratos que sejam necessários ou convenientes aos negócios da companhia, com quaisquer pessoas, firmas, corporações públicas, particulares, municipais e governos federais ou estaduais. § 5.º Nomear agentes e estabelecer agências, sucursais e casas filiais para execução de todos e quaisquer dos fins da companhia no Brasil ou em outros países. § 6.º Observadas as restrições ou limitações impostas pela lei, comprar ou por qualquer outra forma adquirir, apropriar-se, possuir, vender, ceder, transferir, hipotecar, arrendar, permutar ou por qualquer outra forma, dispor de ações de capital, títulos, obrigações, garantias ou dívidas de outras companhias, direitos ativos e propriedade de toda qualidade, ou qualquer parte dos mesmos, pertencentes a quaisquer pessoas, firmas ou companhias, nacionais ou estrangeiras; caso seja necessário, em consequência emitir em troca de capital, títulos e outras obrigações desta sociedade, exercerá então o proprietário de tais ações de capital todos os direitos, poderes e privilégios de legítimo proprietário, inclusive o de voto. Art. 3.º A duração da sociedade será de 99 anos. Art. 4.º — O ano social findará em 31 de dezembro de cada ano. Capítulo II. — Do capital e dividendos. Art. 5.º — O capital é de 18.000:000\$000 (dezoito mil contos de réis) dividido em 18.000 ações de 1:000\$000 cada uma, integralizadas. Art. 6.º — As ações serão nominativas ou ao portador, a vontade do possuidor. Art. 7.º Os lucros líquidos verificados durante o ano serão distribuídos de acordo com a resolução da diretoria, sujeita à aprovação da assembléia geral, Capítulo III. — Das ações — Art. 8.º As ações serão assinadas pelo diretor presidente e mais outro diretor, preenchidas as formalidades que a lei prescreve. Art. 9.º A ação será indivisível, não podendo a sociedade reconhecer mais de um proprietário de cada ação. Art. 10. A transferência das ações nominativas efetuar-se-á na sede social, por termo assinado por um dos diretores, e pelo cedente e cessionário, pessoalmente ou por intermédio de procuradores investidos de poderes especiais, para esse fim. No caso de falecimento de algum acionista, as suas ações serão desde logo incorporadas ao patrimônio de seu herdeiro legal. Capítulo IV — Das assembléias gerais — Art. 11. A assembléia geral será constituída pelos acionistas inscritos no livro de registro, pelo menos quinze dias antes da data para que foi convocada, quando as ações forem nominativas; no caso de ações ao portador, os possuido-

res das mesmas deverão depositá-las na sede social, pelo menos tres dias antes da data fixada para reunião da assembléa, afim de que possam tomar parte na mesma. Art. 12. Cada ação dará direito a um voto e às condições para as assembléas se constituírem válidamente, o funcionamento, forma de sua convocação, conforme a natureza da assembléa ordinária ou extraordinária, serão regulados de acordo com a lei que regula as sociedades anônimas. Art. 13. Haverá anualmente antes do fim do mês de março uma assembléa geral ordinária, e as extraordinárias todas as vezes que forem convocadas pelos administradores ou a requerimento de quaisquer acionistas, nas condições mencionadas nos artigos 137 e seguintes do decreto n. 434, de 1894, observadas as prescrições aí estabelecidas. Art. 14. As deliberações tomadas pela assembléa de acordo com os estatutos, obrigam a todos os sócios, quer presentes, quer ausentes. Art. 15. Os acionistas poderão se representar nas assembléas por procuradores, que sejam acionistas, mediante a exibição da respectiva procuração. Art. 16. Compete à assembléa geral: § 1.º Resolver todos os assumptos não cometidos expressamente à diretoria. § 2.º Eleger a diretoria e o conselho fiscal. § 3.º Deliberar sobre o inventário, o balanço e contas anuais dos administradores e sobre o respectivo parecer do conselho fiscal. § 4.º Resolver sobre o aumento ou diminuição do capital, observadas as disposições da lei. § 5.º Reformar, por maioria de 2/3 de ações da companhia, os presentes estatutos. § 6.º Resolver sobre a dissolução e liquidação da sociedade, respeitadas as disposições legais. § 7.º Ordenar os exames e investigações que julgar necessários e deliberar sobre qualquer proposta, apresentada pelos acionistas ou pelo conselho fiscal. § 8.º Deliberar sobre a amortização de ações com os fundos da sociedade. § 9.º A alienação ou venda de bens imóveis da companhia e bem assim qualquer resolução importante que entenda com o emprego, aplicação ou mesmo disposição de dinheiros ou valores fora do movimento comum dos seus negócios cometidos à simples gestão dos seus administradores. Art. 17. As assembléas serão presididas pelo acionista escolhido na ocasião pela maioria, nomeando este dois secretários para formar a mesa. Art. 18. Por iniciativa do conselho fiscal e aprovação da assembléa geral, poderá ser arbitrada anualmente à diretoria uma gratificação "pro labore", desde que os lucros sociais justifiquem essa medida. Art. 19. Igualmente, por indicação da diretoria, com aprovação do conselho fiscal, a assembléa geral poderá arbitrar uma gratificação em favor de algum ou alguns empregados da sociedade em cujos serviços tenham se distinguido. Capítulo V — Da administração — Art. 20. A diretoria da sociedade compor-se-á dos seguintes administradores: um diretor presidente, tres diretores vice-presidentes e mais diretores, sendo no mínimo dois. Art. 21. A diretoria compete: § 1.º A administração e gerência de todos os negócios da sociedade. § 2.º Fazer observar os estatutos e as deliberações da assembléa geral. § 3.º Indicar, sujeito à aprovação da assembléa geral, o dividendo a distribuir, ouvido o conselho fiscal e organizar o inventário, balanço e contas que devem ser apresentados à assembléa geral. Art. 22. Compete ao diretor presidente representar a sociedade perante os poderes públicos e particulares, bem como constituir mandatários em nome da sociedade, convocar reuniões da diretoria e assembléas gerais e, como gerente geral, superintender todos os negócios e operações da sociedade. Parágrafo único. Aos diretores vice-presidentes compete auxiliar o diretor presidente nas suas atribuições, exercendo as funções que lhes forem por ele delegadas. Art. 23. Na ausência, falta ou impedimento do diretor presidente, seus poderes serão exercidos por dois diretores vice-presidentes, e na ausência, falta ou impedimento de dois destes, serão exercidos por um diretor vice-presidente e um diretor. Art. 24. O presidente e os demais diretores prestarão cada um a caução de cinco ações para garantia de sua gestão. Artigo 25. No caso de vaga de um diretor eleito, o substituto será nomeado pelos outros diretores presentes até a 1.ª assembléa geral, que fará a substituição definitiva. Art. 26. As ações, debêntures e quaisquer títulos de obrigações fora do movimento comum dos negócios, cuja emissão for devidamente autorizada pela assembléa geral, deverão ser assinados pelo presidente e um dos diretores. Art. 27. Todos os documentos, contratos, cheques contra depósitos em conta corrente, promissórias e quaisquer outros, terão sempre a assinatura do diretor presidente, que dispensa outra assinatura ou as de dois diretores vice-presidentes, ou ainda a de um diretor vice-presidente com a contra-assinatura de um dos demais diretores ou de outro funcionário, o qual deverá estar investido de poderes para este fim. § 1.º As exceções à regra estabelecida neste artigo, deverão ser sempre autorizadas por procuração. § 2.º As duplicatas serão assinadas por um diretor ou por um funcionário da sociedade, estando este habilitado por procuração bastante. Art. 28. A sociedade poderá prestar fiança ou garantia que for necessária perante os poderes públicos, para atender a conveniência dos seus serviços, e garantir ou afiançar operações de crédito em favor das sociedades ou companhias que sejam suas subsidiárias. Parágrafo único. Fora das exceções estipuladas neste artigo, fica expressamente vedado envolver a sociedade em negócios e operações estranhas a seu objeto, bem como prestar fiança e dar outras garantias a terceiros. Dos fiscais. — Art. 29. A assembléa geral elegará anualmente três fiscais que podem ser acionistas ou não, e cujas atribuições são definidas por lei, e três suplentes.

O Sr. presidente comunica então que se deve proceder à eleição da nova diretoria, em virtude das alterações sofridas pelos artigos dos estatutos sociais que se referem particularmente à administração da sociedade, com o que concordaram todos os acionistas, considerando a assembléa terminado o mandato da atual diretoria, e deliberando ele-

ger a nova diretoria, pelo que se procedeu à eleição e, apurados os votos, verificou-se terem sido eleitos os seguintes nomes:

R. H. Greenwood, diretor presidente;
A. J. Saridaki, diretor vice-presidente;
E. C. Givens, diretor vice-presidente;
J. F. Bahm, diretor vice-presidente;
M. E. Souza, diretor;
J. B. de Proença Rosa, diretor;
J. de Assis Ribeiro, diretor;
Charles Boschini, diretor;
H. M. Mohler, diretor;
C. H. Minor, diretor;
S. M. Crocker, diretor;
W. R. Herod, diretor; e
H. C. Maher, diretor.

Os eleitos foram imediatamente empossados.

Passando-se à segunda parte dos trabalhos, o Sr. presidente lê a proposta de encampação da subsidiária Lojas General Electric S. A., assumindo a General Electric S. A. o ativo e passivo com todas as responsabilidades e direitos da sociedade encampada.

A proposta está assim redigida: Srs. acionistas — Como é de vosso conhecimento, em 1931, para melhor atender ao desenvolvimento dos negócios desta sociedade, criamos uma organização subsidiária com a denominação de Lojas General Electric S. A., a qual preencher os fins que a determinaram.

Agora, porém, os acionistas e diretores de ambas as sociedades entendem que a unificação dos negócios, pela encampação de Lojas General Electric S. A., redundará em manifestas vantagens, de tão fácil compreensão, que dispensa pormenores e detalhes. Trazemos esta proposta de encampação à vossa deliberação, depois de haver sobre ela se manifestado o Conselho Fiscal, acrescentando-vos que os acionistas e diretores da sociedade a ser encampada estão inteiramente de acordo. Rio, dezembro 1.º, 1937. — A diretoria.

Parecer do Conselho Fiscal: — Nada temos a opor à pretendida encampação, por nos parecer que ela será vantajosa aos interesses dos Srs. acionistas e da sociedade. Rio, 4 de dezembro de 1937. — (Assinado) *Corintho Pereira*. — *C. E. Oehrens*. — *G. H. Dalziel*.

Posta a votos a proposta, foi ela unanimemente aprovada e delegados poderes ao Sr. R. H. Greenwood para promover a dita encampação, pela forma que julgar conveniente aos interesses sociais, agindo como fôr de direito, com preenchimento das formalidades legais necessárias.

Nada mais havendo a tratar e ninguém tendo pedido a palavra, sessão é suspensa por trinta minutos, para que se lave a presentada, que foi depois lida, aprovada e assinada por todos os Srs. acionistas presentes.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1937. — International General Electric Company Incorporated, por procuração *Aristeu Borges de Aguiar*. — *R. H. Greenwood*. — *A. J. Saridaki*. — *M. E. Souza*. — *J. B. de Proença Rosa*. — *J. de Assis Ribeiro*. — *Adhemar de Camind Jobim*. — *Aristeu Borges de Aguiar*. — *Ernani Cadaval*.

(C. 8.535—29-12-937—291\$800)

FABRICA DE PAPELÃO ONDULADO "DE LAMARE" S. A.

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 1937

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade do Rio de Janeiro, às quinze horas da tarde, presentes no prédio da rua Costa Lobo número cinquenta e quatro, os abaixo assinados, todos subscritores de ações da sociedade anônima que se projeta constituir sob a denominação de Fábrica de Papelão Ondulado de Lamare S. A. e representando a totalidade do capital de seiscentos e cinquenta contos de réis (650.000\$) dividido em seiscentos e cinquenta (650) ações do valor de um conto de réis (1.000\$000) cada uma, pelo acionista Dr. Osvaldo de Lamar foi anunciado que o fim da reunião se prendia à constituição da referida sociedade, conforme os convites individuais que foram distribuídos e convocação feita pelo "Diário Oficial" de 18 deste mês, e propoz fosse aclamado presidente da assembléa o acionista David Allen.

Aprovada a indicação, aceita a incumbência e convidados para secretários os acionistas Roberto Clemente Campbell e Dr. Heitor Barreto, pelo Sr. presidente foi declarado que dava por instalada a assembléa.

Lidos pelo secretário Roberto Clemente Campbell os Estatutos que se achavam sobre a mesa, em duplicata, assinados por todos os senhores subscritores, foram os mesmos postos em discussão e unanimemente aprovados e ratificados.

Havendo o acionista Dr. Osvaldo de Lamar subscrito ações em número de quinhentas e cinquenta e quatro (554), ou sejam — quinhentos e cinquenta e quatro contos (554.000\$000), e sendo por ele conferido como seu capital nesse valor os haveres que possui na Fábrica de Papelão Ondulado Osvaldo de Lamare, á rua Costa Lobo n.º 54, de sua exclusiva propriedade, compreendendo esses haveres seu capital ali realizado de duzentos contos de réis (200.000\$000) e mais trezentos e cinquenta e quatro contos de capital acessório, também realizado, em conta de suprimentos, valores que se acham convertidos em maquinismos, instalações gerais e organizações da dita fábrica que passará a pertencer à Sociedade ora constituída, — declarou

seu presidente que, na forma da lei, cumpria á assembléa nomear peritos louvados para avaliarem e comprovarem os ditos bens e haveres antes da sua admissão como prestação e realização do capital subscrito, por aquele acionista.

Por proposta do acionista Everardo Peres da Silva, foram nomeados louvados os Srs. Onofre Vieira Machado, perito contador, Roberto Clemente Campbell, do comércio e o Dr. Heitor Barreto, médico, os quais aceitaram a incumbência, abstendo-se de votar e de tomar parte nessa deliberação o acionista Dr. Osvaldo de Lamare.

Nada mais havendo a tratar, na presente reunião, o Sr. Presidente convidou a todos os Srs. subscritores a se reunirem d enovo, neste mesmo local, em dia e hora que serão estabelecidos por outra convocação do "Diário Oficial" ou por avisos individuais, para tomarem conhecimento da avaliação que deverá ser apresentada pelos Srs. louvados e proseguirem nos trabalhos de constituição da Sociedade, mandando que se lavrasse, para constar, em duplicata, a presente ata, que, sendo lida e aprovada, vai por todos os subscritores assinada. A presente ata é cópia fiel extraída do original.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1937. — David Allen. — Roberto Clemente Campbell. — Dr. Heitor Barreto. — Osvaldo de Lamare. — Manoel Jorge Lopes. — Mario Ribeiro d'Oliveira. — Raul Monteiro Guimarães. — Dr. Philippe N. Carneiro da Rocha. — Everardo Peres da Silva.

ATA DA SEGUNDA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA FÁBRICA DE PAPELÃO ONDULADO DE LAMARE S. A.

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e trinta e sete, nesta cidade do Rio de Janeiro, no prédio número cincoenta e quatro da rua Costa Lobo, ás dezesseis horas, de acordo com os avisos individuais, entregues a todos os subscritores, presentes os abaixo assinados, todos subscritores do capital da projetada sociedade anônima "Fábrica de Papelão Ondulado De Lamare S. A.", cuja constituição se adiará para esta reunião, pelo subscritor Dr. Felipe Nelson Carneiro da Rocha foi proposto que continuasse a presidir esta segunda reunião a mesma mesa eleita para a primeira, o que foi aprovado.

O presidente, Sr. David Allen, instalada a assembléa e iniciando os trabalhos, declarou que recebera o laudo dos peritos nomeados para verificarem e avaliarem os bens e haveres conferidos como capital pelo subscritor Dr. Osvaldo de Lamare, mandando do mesmo dar leitura, o qual se acha concebido nos seguintes termos:

Laudo de Avaliação

Os abaixo assinados, louvados nomeados em assembléa geral de vinte e dois de novembro próximo passado dos acionistas da Fábrica de Papelão Ondulado De Lamare S. A. para verificação e avaliação do capital e os créditos representativos de bens e direitos pertencentes ao acionista Dr. Osvaldo de Lamare na Fábrica de Papelão Ondulado "Osvaldo de Lamare", de sua propriedade, que será transformada na sociedade anônima acima referida, e com os quais o mesmo integraliza as ações que subscreeveu na dita sociedade anônima, tendo percorrido todas as dependências da fábrica, verificado os seus maquinismos, suas instalações e mobiliários, seu funcionamento regular, e examinado a sua escrituração comercial, como tudo fica exposto nos documentos que a este acompanham, — são de parecer que o crédito de 354:000\$000 e o capital de 200:000\$000, pertencentes ao referido acionista naquela fábrica, perfazendo o total de 554:000\$000, podem ser aceitos por esse valor para integralização das suas ações, porque correspondem a capital realizado e se acham representados pelos valores existentes no Ativo.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1937. — Onofre Vieira Machado. — Roberto Clemente Campbell. — Heitor Barreto.

Aberta a discussão sobre o laudo e não havendo quem sobre ele fizesse objeção, foi o mesmo submetido á votação, tendo sido unanimemente aprovado, abstendo-se de votar o subscritor interessado, pelo que o Sr. presidente declarou que os ditos valores eram aceitos como entrada e realização integral das ações subscritas pelo acionista Dr. Osvaldo de Lamare, no total de quinhentas e cinquenta e quatro ações.

Foi lido, em seguida, o certificado abaixo transcrito, do depósito feito no Banco do Brasil, na forma da lei, dos 10% do capital subscrito em dinheiro:

Rs: 9:600\$000

Recebemos do Sr. Osvaldo de Lamare, que se diz incorporador da Fábrica de Papelão Ondulado de Lamare, S. A., a importância de nove contos e seiscentos mil réis, valor que o mesmo diz representar 10% do capital subscrito, depositados neste Banco afim de satisfazer exigências legais.

Firmamos o presente em duas vias para um só efeito.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1937. — Anderson Ramos de Almeida. (Selado com 20\$200).

Achando-se assim preenchidas todas as formalidades legais, o Sr. presidente declarou constituída a sociedade.

Procedendo-se, em seguida, á eleição dos administradores que servirão por dois anos, o acionista Roberto Clemente Campbell propôs que fossem indicados: para diretor-presidente, o acionista David Allen, e para diretor-gerente, o acionista Dr. Osvaldo de Lamare.

Aceita a proposta e realizada a eleição, foram unanimemente eleitos os referidos acionistas, que se abstiveram de votar com relação á sua própria eleição.

Prosseguindo-se, realizou-se a eleição do Conselho Fiscal, que servirá por um ano, obtendo-se o seguinte resultado: para membros efetivos: Manoel Jorge Lopes, Dr. Inimá de Oliveira e Mário Leal Neto dos Reis; para suplentes: Dr. Heitor Barreto, Dr. Diogo Clemente Campbell e Nelson Queiroz Carvalho de Oliveira.

Para todos os efeitos, o Sr. presidente declarou empossada a diretoria eleita e, por proposta do acionista Roberto Clemente Campbell, que foi unanimemente aprovada, deixou de ser estipulada a remuneração da Diretoria, o que será feito oportunamente, por assembléa geral extraordinária ou a primeira ordinária que se realizar.

Nada mais havendo a tratar, mandou que se lavrasse, em duplicata, a presente ata, que, sendo lida e aprovada, vai por todos os subscritores assinada. A presente ata é cópia fiel extraída do original.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1937. — David Allen. — Roberto Clemente Campbell. — Dr. Heitor Barreto. — Osvaldo de Lamare. — Manoel Jorge Lopes. — Mario Ribeiro d'Oliveira. — Raul Monteiro Guimarães. — Dr. Philippe N. Carneiro da Rocha. — Everardo Peres da Silva

ESTATUTOS

Da sociedade

Art. 1.º — Pelos presentes estatutos, fica constituída, pelo prazo de trinta anos, uma sociedade anônima, para o fim de explorar a indústria de papel, papelão, papelão ondulado, lixa, papel gonado e tudo mais concernente ao ramo de papel e cartonagem.

Art. 2.º — A sociedade se denominará "Fábrica de Papelão Ondulado "De Lamare" S. A. e terá por sede e fóro a cidade do Rio de Janeiro, podendo criar filiais ou agentes em qualquer outro lugar do país ou do estrangeiro.

Do capital

Art. 3.º — O capital da sociedade será de 650:000\$000 (seiscentos e cinquenta contos de réis), dividido em 650 (seiscentos e cinquenta) ações, nominativas, que se transformarão, oportunamente, por deliberação da assembléa, em ao portador, do valor de 1:000\$000 (um conto de réis), cada uma.

Art. 4.º — No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência na subscrição do referido aumento, proporcionalmente ao número de ações que possuírem.

Da administração

Art. 5.º — A sociedade será administrada por dois diretores, um presidente e outro gerente, eleitos pela assembléa geral por dois anos, podendo ser reeleitos.

Art. 6.º — Ao diretor presidente, compete: presidir assembléas encaminhar discussões, e representar, em geral, a sociedade.

Ao diretor gerente, compete:

- 1 — A administração da sociedade, interna e externamente;
- 2 — A superintendência do movimento administrativo, comercial e técnico-industrial da sociedade;
- 3 — Substituir ao diretor presidente e convocar assembléas;
- 4 — Executar, por si ou por procuradores, todos os atos inerentes á administração, assinar papéis de expediente e de responsabilidade social.

Art. 7.º — Os diretores eleitos caucionarão dez ações da sociedade, que só poderão ser levantadas ou alienadas, depois de aprovadas pela assembléa geral as contas relativas ao último ano de sua gestão.

Art. 8.º — O "quantum" para remuneração como honorários da diretoria, será estipulado pela assembléa geral ordinária que a tiver eleito.

Art. 9.º — Na ausência temporária do diretor presidente, esse cargo será exercido pelo diretor gerente. E na ausência deste, como diretor gerente, este cargo será exercido por quem tiver recebido do mesmo os devidos poderes.

Do Conselho Fiscal

Art. 10 — O Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos anualmente pela assembléa geral ordinária.

Dos lucros e dividendos

Art. 11 — Os lucros líquidos verificados nos balanços, em 31 de dezembro de cada ano, terão a aplicação que a assembléa geral ordinária determinar.

Das assembleias gerais

Art. 12 — A assembleia geral ordinária realizar-se-á no decurso de primeiro trimestre de cada ano, convocada com quinze dias de antecedência, no mínimo, por anúncios publicados pela imprensa. E as extraordinárias se realizarão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, com antecedência mínima de cinco dias.

Art. 13 — Nas assembleias gerais, cada ação dará direito a um (1) voto.

Art. 14 — Só poderão tomar parte nas assembleias gerais os acionistas, ou seus representantes legais, que houverem depositado as respectivas ações e procurações na sede da sociedade, com três dias, pelo menos, de antecedência.

Disposições gerais

Art. 15 — Todos os casos não previstos nos artigos anteriores, reger-se-ão pelo decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1937. — Dr. Heitor Barreto, — David Allen, — Roberto Clemente Campbell, — Osvaldo de Lamare, — Manoel Jorge Lopes, — Mário Ribeiro d'Oliveira, — Raul Monteiro Guimarães, — Dr. Philippe N. Carneiro da Rocha, — Everardo Peres da Silva.

Lista de acionistas

N. de ordem — Nome, profissão, nacionalidade, residência — N. de ações — Quantias

1. Dr. Heitor Barreto, médico, brasileiro, rua Urul, 83	2	2:000\$000
2. David Allen, bancário, brasileiro, rua Silveira Martins, 76 A-casa 24	1	1:000\$000
3. Roberto Clemente Campbell, comércio, brasileiro, rua Benjamin Constant, 40	6	6:000\$000
4. Osvaldo de Lamare, engenheiro, brasileiro, rua Benedito Ottoni, 19	551	551:000\$000
5. Manoel Jorge Lopes, capitalista, brasileiro, rua Tavares Bastos, 438	2	2:000\$000
6. Dr. Philippe N. Carneiro da Rocha, médico, brasileiro, rua Dona Joaquina, 39	5	5:000\$000
7. Everardo Peres da Silva, comércio, brasileiro, avenida Portugal, 234	5	5:000\$000
8. Raul Monteiro Guimarães, industrial, português, rua Marquês de S. Vicente, 130 ..	25	25:000\$000
9. Mário Ribeiro de Oliveira, industrial, brasileiro, rua Coelho Neto, 20	50	50:000\$000
Total	650	650:000\$000

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****Certidão****Primeira Seção**

Em cumprimento de despacho exarado no requerimento de "Fábrica de Papelão Ondulado "De Lamare" S. A.", pelo senhor diretor geral, de 29 de dezembro do corrente ano, certifico que foram arquivados nesta repartição, sob número 13.594, os seguintes documentos: ata preliminar, realizada em 22 de novembro do corrente ano, que nomeou louvados para avaliarem bens a serem incorporados ao capital social; ata da assembleia de constituição, realizada em 23 de dezembro do corrente ano, que aprovou o laudo de avaliação; estatutos; lista dos subscritores; recibo do depósito de 10 %, feito no Banco do Brasil, e guia com o pagamento do selo proporcional. Eu, Luís Augusto Alves Feitosa, oficial administrativo classe I, deste Departamento, passei a presente certidão. (Sobre Rs. 100\$000 de estampilha federal e um selo de Educação). Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — Luís Augusto Alves Feitosa, of. ad. Visto, Mário Soares Pinto, oficial administrativo K, no impedimento do diretor de Seção. Abaixo estava o carimbo do Departamento.

(C 8.537 — 29-12-1937 — 397\$800.)

COMPANHIA BRASILEIRA DE ELETRICIDADE SIEMENS, SCHUCKERT, S. A.

Sede: Rio de Janeiro

Filiais: São Paulo, Porto Alegre, Recife e Baía

Relatório da diretoria a ser apresentado na assembleia geral ordinária dos senhores acionistas em 30 de dezembro de 1937

Senhores acionistas: Em obediência às prescrições dos nossos estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre o décimo quinto ano de existência da nossa sociedade anônima, terminado em 31 de maio de 1937.

Pudemos registrar no ano decorrido mais um aumento de volume de nossos negócios graças ao grande esforço e energia dispendidos neste sentido.

Campre-nos ainda assinalar a instalação, neste período, de uma nova seção de construções — a Siemens-Bau-Union — que se destina a executar obras e construções em grande escala, ligadas ou não ao nosso ramo de negócios.

Não obstante a melhora observada nos negócios, o lucro que conseguimos obter durante este período, não foi suficiente para fazer face ao aumento de despesas provenientes da nova legislação social e da crescente carestia da vida em virtude da qual nos vimos na necessidade de majorar os vencimentos dos nossos empregados.

Foi assim encerrado o referido exercício com um pequeno saldo na conta de lucros, conforme o balanço junto e seus anexos, onde os senhores acionistas encontrarão dados mais minuciosos sobre o período que se findou em 31 de maio de 1937.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1937. — Max Pomorski, diretor. — Rodolfo Gerlach, procurador.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens Schuckert S. A., tendo examinado o balanço fechado em 31 de maio de 1937 e conferido os documentos existentes no arquivo e a escrituração da Companhia, são de parecer que as contas da diretoria devem ser aprovadas.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1937. — Alexandre Buecken, — Henrique Metter, — Dr. Hugo Dunshee de Abranches.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO GERAL EM 31 DE MAIO DE 1937**Ativo**

Móveis, utensílios e máquinas para uso próprio	130:757\$480
Mercadorias	8.641:867\$475
Consignações	746:754\$300
Devedores	26.233:368\$282
Valores disponíveis	424:872\$760
Valores transitórios	462:649\$500
Edifício	1.174:525\$900
Total	37.811:795\$742

Passivo

Capital	1.000:000\$000
Conta de reserva	300:000\$000
Credores	27.195:501\$292
Consignações	746:754\$300
Dívidas transitórias	8.568:321\$200
Lucros do exercício findo, saldo	1:218\$950
Total	37.811:795\$742

S. F. O. — Rio de Janeiro, 31 de maio de 1937 — 21 de dezembro de 1937. — Max Pomorski, diretor. — Rodolfo Gerlach, contador.

(C 8.550 — 28-12-1937 — 92\$800)

R. REBECCHI & COMP.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES SOB A FIRMA DE R. REBECCHI & COMPANHIA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1937.

No trigésimo dia do mês de junho do ano de mil novecentos e trinta e sete, às quatorze horas, na sala do escritório, à rua da Alfândega número noventa e dois, sobrado, achando-se presentes onze acionistas da sociedade em comandita por ações sob a firma de R. Rebecchi & Companhia, conforme verificou pelo livro de presença, o gerente da sociedade, senhor Sílvia Rafael Rebecchi, declarou instalada a assembleia geral ordinária dos acionistas, convocada pelo anúncio publicado no *Diário Oficial*, para os fins que determinam os estatutos sociais e solicita dos presentes a indicação de um acionista para presidir os trabalhos. Usa da palavra o Sr. João Tavares de Souza que propõe seja aclamado para presidir os trabalhos o acionista Sr. Artur Maria Teixeira de Azevedo. Havendo os presentes aceitado a indicação, o Sr. Azevedo assume a presidência, convidando para primeiro e segundo secretários, respectivamente, os Srs. João Tavares de Souza e Antônio Tavares de Souza, que aceitam, tomando lugar à mesa. Depois de agradecer, em breves palavras, sua indicação para presidir os trabalhos, o Sr. presidente declara legalmente constituída a assembleia geral ordinária com a presença de onze acionistas representando a totalidade do capital comanditário, ou seja, duzentas e cincoenta ações, a qual, de acordo com as leis em vigor e os estatutos sociais, deve julgar dos atos e contas, praticados pela gerência da sociedade, durante o exercício de mil novecentos e trinta e sete, encerrado com o balanço procedido a trinta e um de dezembro do mesmo ano, acompanhado de relatório da gerência o parer,

do conselho fiscal, bem como determinar o dividendo a ser distribuído pelas ações e eleger o conselho fiscal para funcionar no novo período social. Dando início aos trabalhos o Sr. Antônio Tavares de Souza, segundo secretário, procede à leitura dos seguintes documentos: *Relatório da gerência* — Srs. acionistas. Cumprindo as determinações dos nossos estatutos e das leis em vigor, vimos apresentar-vos o relatório desta gerência dos atos e contas que praticou durante o exercício findo a 31 de dezembro de 1936. No ano que findou, os negócios sociais tiveram uma sensível melhoria, conforme os senhores acionistas poderão verificar pelos demais documentos que ainda estão à sua disposição. Sobre todos os atos e contas desta gerência o conselho fiscal já teve ocasião de se manifestar, conforme o parecer que emitiu e que está anexo a este relatório. Nesta assembléa teréis de eleger os novos membros desse conselho para o exercício de 1937. Esta gerência aproveita o ensejo para agradecer aos atuais componentes do conselho fiscal sua eficaz cooperação nos negócios sociais. Declara-se esta gerência pronta a prestar quaisquer outros esclarecimentos que a assembléa desejar e pede ao mesmo tempo sua aprovação aos atos e contas referidos. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1937. (Assinado) *Silvio Rafael Rebecchi, gerente*. *Parecer do conselho fiscal*: "Os membros do conselho fiscal da sociedade em comandita por ações sob a firma de R. Rebecchi & Comp., abaixo assinados, declaram aos Srs. acionistas que examinaram detidamente todos os atos e contas praticados pela gerência da sociedade durante o exercício de 1936, encerrado com o balanço de 31 de dezembro do mesmo ano, tendo encontrado tudo de perfeito acôrdo e em ordem, feito conforme os métodos usuais e nos livros exigidos por lei. Assim são de parecer que ditas contas e atos sejam aprovados pela assembléa. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1937. (Assinados): *Artur Maria Teixeira de Azevedo*. — *João Tavares de Souza*. — *Manuel Antônio dos Santos*". Terminada a leitura o Sr. presidente convida os Srs. acionistas a manifestarem-se sobre os referidos documentos. Não havendo quem solicitasse a palavra o Sr. presidente submete-os à votação, verificando-se sua aprovação pela assembléa, não tendo votado os socios solidários gerentes. Depois de declarar aprovados pela assembléa todos os atos e contas praticados pela gerência, durante o exercício de mil novecentos e trinta e seis, encerrado com o balanço de trinta e um de dezembro do mesmo ano, o Sr. presidente pede aos Srs. acionistas que deliberem sobre o dividendo a ser distribuído no corrente ano de mil novecentos e trinta e sete e referentes aos lucros verificados no balanço aprovado nesta reunião. Com a palavra o acionista Sr. Manuel Antônio dos Santos propõe que o dividendo referido seja composto com a totalidade dos lucros pertencentes aos acionistas, apurados no balanço em apêço, não se aumentando, portanto, o Fundo de Reserva, tendo em vista que a situação geral dos negócios tem se mantido estável e não haver necessidade de maiores reservas que as existentes no momento. Consultada, a assembléa manifestou-se de acôrdo com a proposta formulada pelo senhor Manuel Antônio dos Santos, pelo que o Sr. presidente declarou autorizada a gerência a efetuar o pagamento do dividendo aos Srs. acionistas, na proporção de suas ações, ainda no corrente exercício, para o que expediria os necessários convites, pelo *Diário Oficial*, na época oportuna. Passando-se a outra parte da ordem dos trabalhos o senhor presidente convida os Srs. acionistas a munirem-se das cédulas para a eleição dos novos membros do conselho fiscal, para o que suspende a sessão por cinco minutos. Reaberta a sessão, foram recolhidas dez cédulas que, apuradas, deram o seguinte resultado: Para membros efetivos do conselho fiscal: *Artur Maria Teixeira de Azevedo*, 245 votos; *Antônio Tavares de Souza* e *Manuel Antônio dos Santos*, com 240 votos cada um. Para suplentes do conselho fiscal: *João Tavares de Souza*, 240 votos; *Mário Moreira Rebecchi* e *Rafael Moreira Rebecchi*, com 238 votos cada um. O Sr. presidente proclama eleitos os Srs. acionistas, acima mencionados, para comporem o conselho fiscal, que funcionará no exercício corrente. Não havendo quem mais quizesse fazer uso da palavra e esgotados os assuntos que deram motivo à esta reunião, o Sr. presidente agradece a presença dos Srs. acionistas e a colaboração que prestaram aos trabalhos e encerra a reunião da assembléa às dezesseis e meia horas, pedindo que os Srs. acionistas se conservem na sala, afim de assinarem a ata dos trabalhos. E eu, primeiro secretário da assembléa, lavrei a presente ata, que mandei transcrever no livro respectivo, do qual procedi sua leitura à assembléa que a aprovou em todos os seus termos, assinando-a e as duas cópias de igual teor, a seguir ao Sr. presidente e com os demais acionistas, declarando, cada um, a quantidade de ações que neste momento possuem. (Assinados) *Artur Maria Teixeira de Azevedo*, presidente, 5 ações; *João Tavares de Souza*, 1º secretário, 5 ações; *Antônio Tavares de Souza*, 2º secretário, 5 ações; *Silvio Rafael Rebecchi*, 100 ações; *Júlio Rebecchi*, 90 ações; *Rafael Moreira Rebecchi*, 7 ações; *Renato Moreira Rebecchi*, 7 ações; *Mário Moreira Rebecchi*, 7 ações; *Emília Rebecchi Maris*, 9 ações; *Adélia Rebecchi Osborne*, 10 ações e *Manuel Antônio dos Santos*, 5 ações.

— 8.555 — 29-12-1937 — 154\$000).

LOJAS GENERAL ELECTRIC S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 1937, às treze horas, presentes acionistas pessoalmente ou representados por procuradores, munidos de procuração em devida ordem, representando a totalidade das ações de que é constituído o capital social, depositadas na Caixa da Sociedade, com a antecedência legal, conforme consta do livro de presença, o Sr. diretor-presidente abre a sessão e declara que a reunião presente fôra convocada para deliberar sobre a pro-

posta de encampação desta sociedade pela General Elétric S. A., conforme as publicações feitas no *Diário Oficial* de 6, 11 e 17 do corrente mês de dezembro, e consoante já é do conhecimento dos senhores acionistas presentes.

De acôrdo com o art. 16 dos estatutos, pede que seja escolhido quem deverá presidir a sessão, o que é feito, sendo aclamado o próprio Sr. R. H. Greenwood, que assume a presidência e escolhe para secretários os Srs. E. C. Givens e Dr. Aristeu Borges de Aguiar, declarando, a seguir, aberta a sessão.

Dando-se início aos trabalhos, o Sr. presidente lê e põe a votos a proposta pela qual a General Elétric S. A. encampa esta sociedade, assumindo o seu ativo e passivo, com todos os direitos e responsabilidades deles decorrentes.

A proposta tem a seguinte redação:

Senhores acionistas — Em 1931, para dar maior expansão aos negócios da organização General Elétric, esta sociedade foi criada, como subsidiária da General Electric S. A.

Preenchidos os fins que determinaram sua criação, entendem a diretoria e os senhores acionistas que, da unificação dos negócios resultam evidentes e manifestas vantagens pelo que apresentamos esta proposta de encampação de Lojas General Electric S. A., pela General Electric S. A., à vossa deliberação, depois de termos obtido sobre ela, o parecer favorável do conselho fiscal e sabendo que com ela está de inteiro acôrdo a sociedade anônima General Electric.

Rio, 2 de dezembro de 1937. — A diretoria.

Parecer do conselho fiscal — Analisando a proposta que nos foi apresentada, relativa à encampação de Lojas General Electric S. A. por General Electric S. A., concluímos que ela será de resultados vantajosos para os senhores acionistas, pelo que recomendamos sua aprovação. Rio, 4 de dezembro de 1937. — *G. H. Dalziel*. — *C. E. Oehrens*. — *Ernani Cadaval*.

Submetida à votação a proposta, foi ela unanimemente aprovada, delegando a assembléa poderes ao Sr. E. C. Givens, vice-presidente-gerente da sociedade, para promover a dita encampação, na maneira que melhor atenda aos interesses dos senhores acionistas, procedendo como fôr de direito e com as formalidades necessárias da lei.

Nada mais havendo a tratar, suspende-se a sessão durante trinta minutos para que se lavre a presente ata, que foi depois lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1937. — General Elétric S. A., por procuração, *Aristeu Borges de Aguiar*. — *R. H. Greenwood*. — *E. C. Givens*. — *A. J. Saridaki*. — *Charles Boschini*. — *H. M. Mohler*. — *J. de Assis Ribeiro*. — *J. B. de Proença Rosa*. — *G. H. Dalziel*. — *Aristeu Borges de Aguiar*. — *Ernani Cadaval*.

(C. 8.534 — 29-12-1937 — 71\$400)

SOCIEDADES CIVIS

DEFESA SOCIAL BRASILEIRA

ATA DA REUNIÃO DE DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DEFESA SOCIAL BRASILEIRA (D. S. B.)

Aos 13 de dezembro de 1937, às 17 horas, na sede social, reuniram-se os membros do conselho diretor infra-assinados que, por aclamação, indicaram o Excelentíssimo Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares para presidir a reunião. Aceitando a indicação, convidou Sua Excelência para primeiro e segundo secretários, respectivamente, o capitão de mar e guerra Jorge Dodsworth Martins e major Edmundo de Macedo Soares e Silva, que assumiram os seus lugares.

Declarou o presidente que, achando-se presentes dez dos onze membros de que se compõe o conselho diretor, havia número legal para deliberar e assim submetia ao mesmo a proposta de dissolução da sociedade. Não havendo quem pedisse a palavra, foi posta a votos, sendo a mesma unanimemente aprovada.

Em seguida, expoz o presidente que, pelo disposto no parágrafo único do art. 19 dos estatutos, em caso de dissolução da sociedade, os seus bens deverão ser distribuídos às sociedades de filantropia determinadas no ato de deliberação da sua dissolução. Considerando, porém, que os móveis e utensílios da sociedade foram adquiridos com recursos fornecidos pelo Ministério da Justiça, desde que a sociedade deixa de existir, é mais curial que sejam os mesmos entregues ao referido ministério, devolvendo-se aos sócios as contribuições adiantadamente satisfeitas. Submetida à discussão e votação, é a proposta unanimemente aprovada, ficando o secretário geral encarregado de fazer a entrega dos móveis e utensílios ao Ministério da Justiça.

E' dada a palavra ao Sr. comandante Firmino de Carvalho Santos, para proceder à prestação de contas da tesouraria. Examinando as contas e seus comprovantes, são unanimemente aprovadas pelo conselho.

Com a palavra novamente, o presidente diz que ao declarar dissolvida e liquidada a sociedade, quer consignar os seus agradecimentos a todos os membros do conselho diretor, do conselho té-

ênico e da junta executiva, que demonstraram grande dedicação pela obra do patriotismo e de civismo que a sociedade colimava.

Encerra-se a sessão de que se lavra a presente ata em triplicata que, lida e aprovada, é por todos assinada.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1937. — José Carlos de Macedo Soares. — General Estevão Leitão de Carvalho. — Alvaro da Cunha Martins. — Odette de Carvalho e Souza. — Severino Coimbra de Albuquerque, cap. — Oscar Guimarães Sant'Anna. — Edmundo de Macedo Soares e Silva, major. — Alvaro Alberto da Motta e Silva.

(C-8.551—29-12-1937—59\$200).

BLOCO CARNAVALESCO UNIAO FAMILIAR DA ILHA DO GOVERNADOR

Sociedade Civil

EXTRATO DOS ESTATUTOS

Sociedade, fundada na Capital Federal, Ilha do Governador, onde será a sua sede e fóro jurídico, por interminado tempo de duração e limitado número de sócios, os quais não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

A sociedade tem por fim organizar, para os seus associados, reuniões dansantes, festejar os folguedos carnavalescos, interna e externamente, e quaisquer outras diversões familiares. Será administrada por uma diretoria composta de presidente, que é o seu representante em juízo ou fóra dele, secretário, tesoureiro e procurador. A dissolução da sociedade se verifica quando a mesma não preencher mais os fins para que foi criada, e, neste caso, o saldo do patrimônio social será entregue a uma casa de caridade municipal ou a outra qualquer instituição de caridade, desde que tenha sede na Ilha do Governador, e, na falta dêste, ao Asilo da Velhice Desamparada.

Os estatutos poderão ser reformados por assembléa geral especialmente convocada e só depois de decorrido um ano de sua execução. É a seguinte a diretoria atual:

Presidente: Vitor Francisco Braga Melo Neto;
Secretário: Antônio de Sousa Martins;
Tesoureiro: Manuel Filgueira Macedo;
Procurador: Osvaldo Fernandes Martins.

(C. 8.525 — 29-12-37 — 33\$100)

UNIAO MIGUEL DE ARCHANJO

EXTRATO DE ESTATUTOS

Fundada nesta capital, sua sede e fóro, de duração indeterminada, não respondendo os sócios subsidiariamente pelos compromissos sociais, e o patrimônio a se constituir, é uma agremiação espírita que se regulará pelos moldes da filosofia espírita codificada por Allan Kardec; tendo por fim, promover o estudo da doutrina espírita e propagá-la extensivamente, segundo os ensinamentos contidos no Evangelho de Jesus, e outros mais previstos nas letras "b" a "g" do artigo 1.º. Será administrada por uma diretoria composta de: presidente (que é seu representante legal em juízo e fóra dele), secretário e tesoureiro. A União só dissolver-se-á quando não houver 3 sócios que a isto se oponham. Si porventura a União chegar a dissolver-se, o seu patrimônio será transferido a qualquer associação congênere, por deliberação da diretoria. O presidente fica autorizado a reformar os estatutos da União, sendo que nunca menos por espaço de 3 anos. A diretoria atual consta dos estatutos.

(C. 8.544 — 29-12-37 — 22\$400)

CAIXA DE PECÚLIOS E AUXÍLIOS MÚTUOS DOS ASSOCIADOS DA UNIAO BENEFICENTE DOS CHAUFFEURS DO RIO DE JANEIRO.

EXTRATO DE ESTATUTOS

Fundada nesta capital, sua sede e fóro jurídico, em 10 de junho de 1936, de duração indeterminada, com o patrimônio social a se constituir, não respondendo os sócios subsidiariamente pelos compromissos sociais, tem por fim; auxiliar pecuniariamente os associados quando enfermos e impossibilitados de trabalhar; conceder um pecúlio a família do associado falecido e a qualquer outra pessoa designada pelo associado, em vida, na forma estabelecida neste estatuto. Será administrada por uma diretoria composta de: presidente (que é seu representante legal em juízo e fóra dele), 1 secretário, 1 tesoureiro, 1 procurador e 3 fiscais, sendo que o presidente e o tesoureiro serão os da diretoria da União que estiver em exercício (art. 64, § 2º dos estatutos da União.) Os estatutos da Caixa só poderão ser reformados em assembléa geral convocada especialmente para esse fim, de conformidade com o art. 53º dos Estatutos. Nos casos de dissolução, que será somente admissível caso se verifique a impossibilidade de preencher os seus fins e com a anuência de 2/3 dos sócios quites em assembléa geral, sendo que todos os seus haveres reverterão em benefício do patrimônio da União, (§ 7º do art. 64 dos estatutos da União.) A diretoria atual consta dos estatutos.

(C. 8.552 — 29-12-37 — 32\$600)

ANNUNCIOS

Centro Lotérico

SEÇÃO BANCARIA

AVISO

A Seção Bancária do Centro Lotérico comunica aos portadores dos certificados de venda de ns. 7.650, 7.655 e 7.656, das apólices do São Paulo, de ns. 394.672, 394.677 e 394.678, que as mesmas tomarão os ns. 314.931, 314.932 e 314.933, respectivamente.

Outrossim, convida os referidos portadores para que compareçam à dita seção, afim de regularizarem os seus certificados.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — Pela Seção Bancária do Centro Lotérico, Vetere & Comp.

Reconheço a firma Vetere & Comp.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Antonio Carlos Penafiel, tabelião.

(C 8.608 — 27-12-1937 — 73\$400 — 3 vezes)

Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Terceira convocação

Não tendo comparecido número legal de acionistas à segunda convocação da assembléa geral extraordinária, são novamente convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléa geral extraordinária, no próximo dia 31 do corrente mês, na sede da companhia, à rua do Passeio n. 2, 11º andar, sala 1.101 (Edifício Odeon), às 14 horas, para deliberar sobre a reforma dos estatutos e aumento do capital da companhia.

Sendo esta a terceira convocação, a assembléa deliberará com qualquer número.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.606 — 27-12-1937 — 55\$100 — 3 vezes)

Aviso

O Lloyd Brasileiro avisa a quem interessar possa que a Vivva Vitorino Seroós, estabelecida à rua Uruguaiana n. 130, nesta praça, comunicou-nos ter-se extraviado o conhecimento n. 31, de Itajai para o Rio de Janeiro, no vapor *Murtinho*, vgm. 74/a, volta, entrado em 11 de novembro último, relativo a 10 barricas com fécula mandiocca, embarcadas pela Companhia Paul e consignadas à ordem.

Si nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § 1º do art. 9º do decreto n. 19.473, de 1930, será a carga entregue à notificação, independente do conhecimento.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1937. — Heraclito da Graça Aranha, vice-almirante, diretor.

(C 8.507 — 27-12-1937 — 40\$800 — 3 vezes)

Banco Hipotecário Lar Brasileiro

S. A. DE CREDITO REAL

JUROS DE OBRIGAÇÕES AO PORTADOR

(Debentures) — 8 % — Série "A"

Na sede dêste Banco, à rua do Ouvidor n. 90, nesta Capital, serão pagos, a partir do dia 3 de janeiro próximo e mediante a apresentação dos títulos originais, os juros dessas obrigações relativos ao exercício n. 27 do trimestre a vencer-se em 31 do corrente.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.427 — 28-12-1937 — 52\$000 — 3 vezes)

Imobiliária São Francisco Xavier Sociedade Anônima

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em assembléa geral extraordinária, às 14 horas do dia 4 de janeiro de 1938, em sua sede, à rua São Bento n. 26, 1º andar, nesta Capital, para tomarem conhecimento e deliberarem sobre proposta de aumento do capital social e conseqüente modificação dos seus estatutos.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.435 — 28-12-1937 — 42\$800 — 3 vezes)

Empresa Industrial de Transportes S. A.**AVISO**

Avisa-se a quem interessar que a Empresa Industrial de Transportes S. A., com escritório à rua Rivadávia Corrêa n. 126, nesta Capital, alega ter-se extraviado o conhecimento original n. 178, emitido para o navio *Itaite*, vgm. 79, entrado em 1 do corrente, referente a dez fardos de tecidos de algodão, marca S C & C, embarcados no porto de Recife pela Companhia Fiação e Tecidos de Pernambuco, consignados à ordem, neste porto, recebendo-se nesta companhia, à avenida Rodrigues Alves ns. 303/331, qualquer reclamação, visto que a referida empresa deseja entrar na posse dos mencionados fardos de tecidos, que diz lhe pertencerem.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1937. — Pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, *Oswaldo dos Santos Jacintho*, diretor-secretário.

(C 8.606 — 27-12-1937 — 67\$300 — 3 vezes)

Centros dos Carteiros

RUA DO REZENDE N. 65 — SOBRADO

Convoco os senhores sócios e acionistas a se reunirem na sede social, no dia 31 do corrente, às 17 horas, para posse da administração eleita e disposto no § 2º do art. 35 dos estatutos.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — *José Jacob Müller*, presidente.

(C 8.370 — 28-12-1937 — 16\$300 — 2 vezes)

Companhia Brasil Comercial e Imobiliária**RESGATE DE "DEBENTURES"**

Para os devidos fins, comunicamos que o sorteio de cem obrigações (*debentures*), que deveria realizar-se em 31 do corrente mês, conforme anúncios publicados, fica transferido para nova data, que oportunamente será anunciada.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.530 — 29-12-1937 — 10\$200)

Companhia Fiação e Tecidos Santa Bárbara

Convocamos os senhores acionistas para uma assembléia geral extraordinária, a realizar-se, no próximo dia 5 de janeiro, quarta-feira, às 14 horas, na sede social, à praça Duque de Caxias números 24/23, 1º andar, com a seguinte ordem do dia: renúncia dos diretores, reforma integral dos estatutos, eleição de nova diretoria e proposta de emissão de um empréstimo em obrigações ao portador (*debentures*).

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.614 — 29-12-1937 — 12\$200)

Meridional — Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Os senhores acionistas são convocados para a assembléia geral extraordinária, que se realizará no dia 8 de janeiro do próximo ano de 1938, afim de deliberar sobre o acordo feito com terceiros para o uso do nome "Meridional", acordo feito *ad referendum* da assembléia.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.538 — 29-12-1937 — 12\$200)

Aviso

O Lloyd Brasileiro avisa a quem interessar possa que o senhor Rubem J. Pazuello, estabelecido à rua da Misericórdia n. 16, nesta praça, comunicou-nos ter-se extraviado o conhecimento número 58, de Manóas para Rio de Janeiro, no vapor *Campos Sales*, vgm. 71-A-Ida, entrado em 20 de outubro último, relativo a 9 (nove) caixas com latas de doces, embarcadas por Salomão Benemonte e consignadas à ordem, marca C. M. & C.

Se nenhuma reclamação for apresentada dentro do prazo do § 1º do art. 9º do decreto n. 19.473, de 1930, será a carga entregue ao notificante, independentemente do conhecimento.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — *Heráclito da Graça Abranches*, vice-almirante, diretor.

(C 8.539 — 29-12-1937 — 43\$900 — 3 vezes)

Declaração

Augusto Queiroz da Fonseca Machado declara ter-se extraviado o certificado da 5ª série do Colégio Pedro II.

(C 8.540 — 29-12-1937 — 15\$300 — 3 vezes)

Faculdade de Ciências Agrônômicas do Rio de Janeiro

Art. 1.º A Faculdade de Ciências Agrônômicas do Rio de Janeiro é uma instituição de ensino fundamental e superior das ciências dos campos, criada a 15 de agosto de 1937, sob o regimen da legislação vigente para o ensino superior, apoiada nos art. 113, § 3º e art. 150, parágrafo único, letras c e d) da Constituição Brasileira, promulgada a 16 de julho de 1934, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e constituída sob a forma de sociedade civil.

Art. 2.º A sociedade conferirá o grau de doutor em arte veterinária e em Ciências dos Campos, àqueles que, tendo completado o curso, tenham satisfeito a todas as exigências legais e estatutárias, defendendo a necessária tese.

Art. 3.º A sociedade será administrada por uma diretoria, composta de um presidente, um secretário, e um tesoureiro, havendo um conselho fiscal, composto de três membros. Tanto a diretoria como o conselho fiscal, composto de três membros. Tanto a diretoria como o conselho fiscal serão eleitos em assembléia especialmente convocada para esse fim, excepto, cargo de secretário, que é vitalício.

Art. 4.º A nomeação do corpo docente será feita pelo presidente, entre os candidatos que, em concurso de títulos ou de provas, se mostrem aptos ao desempenho dos cargos.

Art. 5.º Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações que a diretoria contrair expressa ou intencionalmente em nome da faculdade.

Art. 6.º A Faculdade de Ciências Agrônômicas do Rio de Janeiro considera-se fundada nesta data, para todos os efeitos legais, independentemente de qualquer ato especial. Os cursos em funcionamento são: Agronomia, Agrimensura, Veterinária, Química Industrial.

Art. 7.º O presidente da sociedade representá-la-á em juízo ou fora dele, em suas relações com todas as autoridades federais, estaduais e municipais, devendo registrar os presentes estatutos, dando-lhe personalidade jurídica, nos termos das leis em vigor, para o livre exercício das prerrogativas que as leis asseguram aos seus diplomados e graduados.

(C 8.544 — 29-12-1937 — 45\$900)

Sociedade Anônima "A Econômica"**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas para se reunirem em assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 7 de janeiro de 1938, às 14 horas, na sede social, à rua Mayrink Veiga n. 22, 1º andar, afim de tratarem sobre o aumento do capital social.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — *Hilton de Souza Meirelles*, diretor-secretário.

(C 8.545 — 29-12-1937 — 8\$200)

Companhia Fiduciária Brasileira**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas, de acordo com o artigo 29, d, dos estatutos da companhia, a se reunirem em assembléia geral, extraordinária, no dia 3 de janeiro de 1938, às 15 horas, na sede da companhia, à rua da Alfândega n. 48, para eleição de um novo membro da diretoria.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1937. — A diretoria

(C 8.546 — 29-12-1937 — 12\$200)

Companhia Fiação e Tecidos Corcovado**RESGATE DE "DEBENTURES"****Primeira serie**

Foram resgatadas mil e quinhentas obrigações ao portador (*debentures*), primeira serie, no valor de 300.000\$000, de números 17.259 a 17.898, 18.599 a 19.098, 19.949 a 20.198, 20.299 a 20.398 e 26.840 a 26.849, do empréstimo da primeira serie de 9.000.000\$000, dividido em 45.000 *debentures*, do valor nominal de 200\$000 cada uma. Este empréstimo, com as *debentures* já resgatadas, fica reduzido a 4.500.000\$000, e representado por 22.500 *debentures* em circulação.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1937. — A diretoria.

(C 8.542 — 29-12-1937 — 16\$100)

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Dezemb. de 1937

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n. 287

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Expediente

Expediente do Diretor Geral

Dia 27 de dezembro de 1937

Privilegios de invenção

(*) Clozman Paul Stocker — Aperfeiçoamento em sistemas conversores de frequência (térmo 18.886). — Deferido de acordo com os laudos técnicos.

(*) Universal Oil Products Co. — Aperfeiçoamentos no tratamento de gases de hidrocarbonetos (térmo 19.122). — Deferido, de acordo com o laudo técnico.

(*) José Julio de Freitas Coutinho — Roda motor sem combustível movida à força de flutuação e alavanca (térmo 19.263). — Indeferido, de acordo com o laudo técnico, por se tratar de matéria não privilegiável, "ex-vi" do disposto no art. 31, n. 5, do decreto 16.264, de 1923.

Modelo de utilidade

João José da Costa — Novo sistema de cobertura por meio de um novo tipo de telha (térmo 19.334). — Deferido, de acordo com os laudos técnicos.

Registro de marcas

Antonio Pereira de Luigi — Puro-cal — classe 3 (térmo número 48.027). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

Companhia Brasileira de Sedas "Rhodiaseta", S. A. — Jersalbano — classe 24 (térmo 48.600). — Registre-se.

Companhia Brasileira de Sedas "Rhodiaseta" S. A. — Nivalba — classe 24 (térmo 48.606). — Registre-se.

Paul Lechler — Imertol — classe 1 (térmo 49.068). — Registre-se na classe 1.

Laboratório Walfér Limitada — Puritan — classe 3 (térmo 49.402). — Indeferido, de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

Standard Oil Company of Brazil — Acacar — classe 47 (térmo 50.151). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Cantona — classe 47 (térmo 50.152). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Cactan — classe 47 (térmo 50.153). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Cylotte — classe 47 (térmo 50.154). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Druid — classe 47 (térmo 50.155). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Expec — classe 47 (térmo 50.156). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Fanox — classe 47 (térmo 50.157). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Fehis — classe 47 (térmo 50.158). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Firmax — classe 47 (térmo 50.159). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Fresco — classe 47 (térmo 50.160). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Mentor — classe 47 (térmo 50.161). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Norva — classe 47 (térmo 50.162). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Nuray — classe 47 (térmo 50.163). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Nuro — classe 47 (térmo 50.164). — Registre-se.

Standard Oil Company of Brazil — Nuto — classe 47 (térmo 50.165). — Registre-se.

The Sydney Ross Co. Inc. — Produtos farmacêuticos Ross — classe 3 (térmo 50.659). — Registre-se.

Laboratório Geyer Ltda. — Canfospartan — classe 3 (térmo 51.143). — Registre-se.

Antunes Bragança — Vitaciba — classe 41 (térmo 51.157). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do dec. 16.264, de 1923.

Laboratório Imunoterápico Ltda. — Dentingran — classe 3 (térmo 51.251). — Indeferido por colidir com a marca internacional n. 60.518.

Companhia Brasileira de Fósforos — Paulista — classe 16 (térmo 51.389). — Registre-se.

David Carneiro & Comp. — Real — classe 8 (térmo 51.412). — Registre-se.

Luiz Hermann Filho & Comp. Ltda. — Phila — classe 41 (térmo 51.467). — Registre-se.

Antonio Ferreira Cadinho — Ronde — classe 41 (térmo 51.786). — Registre-se.

Laboratório Kalmo Ltda — Istofano — classe 3 (térmo 51.924). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7, do dec. 16.264, de 1923.

Carvalho, Martins & Comp. Ltda — Nortista — classe 44 (térmo 51.984). — Registre-se.

C. Mendonça — Dermina — classe 48 (térmo 52.015). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do dec. 16.264, de 1923.

Etam Sociedade de Responsabilidade Ltda — Etam — classe 36 (térmo 52.061). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 6 do dec. 16.264, de 1923.

Etam Sociedade de Responsabilidade Ltda — Etam — classe 37 (térmo 52.062). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 6 do dec. 16.264, de 1923.

Lundgren, Irmãos Limitada — Montevideo — classe 23 (térmo 52.069). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 4 e 7 do dec. 16.264, de 1923.

Pedro Baldassari & Irmãos — Sulfo-Io-Bis — classe 3 (térmo 52.115). — Registre-se.

Pedro Baldassari & Irmãos — Urticargyr — classe 3 (térmo 52.127). — Registre-se.

Pedro Baldassari & Irmãos — Asmagyr — classe 3 (térmo número 52.129). — Registre-se.

Química Bayer Ltda — Surfen — classe 3 (térmo 52.199). — Registre-se.

Artur Galião & Comp., Ltda. — Maravilhosa — classe 41 (térmo 52.230). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do dec. 16.264, de 1923.

Germano Stein, S. A., — Café Moka — classe 41 (térmo 52.234). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.

Renato Binelli & Comp. — Alimentina — classe 3 (térmo 52.246). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

Renato Binelli & Comp — Waisanyl — classe 3 (térmo 52.253). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 5 do dec. 16.264, de 1923.

Renato Binelli & Comp. — Salicyl — classe 3 (térmo 52.254). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do dec. 16.264, de 1923.

Renato Binelli & Comp. — Blenotylin — classe 3 (térmo 52.255). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

Francisco Silva Pinto — Buccoform — classe 3 (térmo 52.270). — Registre-se.

J. Dias Ferreira — Chapéus Pinto Vilela — classe 36 (térmo 52.274). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do decreto 16.264, de 1923.

Evaristo Silva — Mundial — classe 36 (térmo 52.315). — Indeferido de acordo com o art. 80 n. 7 do dec. 16.264, de 1923.

Ibsen Ramenzani — Zephyr — classe 44 (térmo 52.326). — Registre-se.

Emílio Staub & Comp. — Labuena — classe 52 (térmo 52.352). — Registre-se.

Helenio de Miranda Moura — Reação Brasileira — classe 60 (térmo 52.369). — Registre-se.

Sebol. & Comp. — Pilulas Coradouras Feba — classe 3 (térmo 52.374). — Registre-se.

(*) Reproduzido por terem saído com incorreções.

Luiz Bianconi — Realee Mignon — classe 48 (térmo 52.393). — Indeferido de acordo com os arts. 80 n. 6 e 88 do dec. 16.264, de 1923.
R. Falchero — Nossa Manteiga — classe 41 (térmo 52.396). — Registre-se.
Americo José Jambeiro — Fidelidade — classe 60 (térmo número 52.402). — Registre-se.

Grande Consórcio Suplementos Nacionais Ltda. — Lobinho — classe 60 (térmo 52.419). — Registre-se.
Telasco José Fernandes — Gazeta Carioca — classe 60 (térmo 52.427). — Registre-se.

Titulos de estabelecimentos

Padrão, Melo & Comp. — Expresso Mauá — classe 60 (térmo 24.574). — Registre-se de acordo com o art. 32 § 1º do decreto 24.507 de 1934.

Grupo dos Independentes — Grupo dos Independentes G. L. — classe 60 (térmo 50.885). — Registre-se, de acordo com o artigo 26 n. 5 do dec. 24.507 de 1934. A opposição é improcedente, uma vez que não foi provada a existência de outra sociedade de igual nome, com personalidade jurídica.

F. L. Barbosa & Comp. — Casa Barbosa — classes 36, 37, 48 e 49 (térmo 51.330). — Indeferido por colidir com o título depositado sob o n. 50.757.

M. Pereira Leal — Armazem Natal — classes 41, 42 e 43 (térmo 51.382). — Indeferido de acordo com o art. 33 n. 6 do decreto 24.507 de 1934.

J. P. Almeida — Charutaria Simpatia — classe 44 (térmo 51.321). — Indeferido de acordo com o art. 33 n. 6 do decreto 24.507 de 1934.

Nome comercial

Panificadora Carioca Limitada — Panificadora Carioca Limitada — (térmo 52.094). — Indeferido de acordo com o art. 33 n. 6 do dec. 24.507 de 1934.

Transferencia de marca

Pereira Queiroz & Companhia (19.786-35 — transferencia para o nome da marca "Nova America", registrada sob o n. 5.666 em São Paulo). — Anote-se a transferencia.

Arquivamentos de processos

Marcos Rodrigues Castro (térmo 51.423 — Metro), Joaquim de Souza Aího (térmo 46.791 — Ferrenal), Emilian Viel (térmo 45.668 — Iodopirine), Antonio Leme Junior (térmo 41.310 — Dentol), Modesto Carvalho de Araujo (térmo 49.160 — Jataí e Amélia Araujo), e Vereinigte Ultramarinenfabriken A. G. (térmo 47.069 — emblemática). — Arquivem-se os processos, de acordo com o art. 6º do dec. 22.990 de 1933.

Desistencia de marca

Clotilde Guimarães (30.323-37 — declara a desistencia do título "Pensão Cosmopolis", termo 51.349). — Anote-se a desistencia e archive-se o processo.

Exigencias

Santos & Irmãos (8.434-37 — junto da marca 23.941). — Mantenho a exigencia.

Fábrica "Eleiro" Ltda. (térmo 51.086). — Cumpra a exigencia do art. 30, do dec. 24.507 de 1934.

Pedro Cabral Esteves (térmo 51.798). — Mantenho a exigencia. A ratificação dos atos anteriores deve ser feita diretamente pelo outorgante da procuração e nunca pelos outorgados.

Rodrigues Barreto & Comp. (térmo 52.135). — Preste esclarecimentos quanto á reivindicação do nome.

Clito Portela (térmo 52.368). — Apresente novos exemplares suficientemente legíveis.

Parfumerie Monpelas, Steinfels & Cie., (térmos 50.424 e 50.425). — Mantenho o despacho.

A. W. Faber Castell-Bleistift Fabrik A. G., (térmo 18.899). — Legalize o subestabelecimento da procuração.

Aveia Genser do Brasil Limitada (térmo 47.352). — Preenchamente, complete o selo dos exemplares de fls. 12/14.

Prorrogações de prazos

Minnesota Mining and Manufacturing Company (térmos 55.823 e 55.824). — Concedo o prazo de sessenta dias em prorrogação.

Diversos

Mário Greco (térmo 52.410). — Aguarde-se solução do termo n. 15.561.

Almeida Cardoso & Comp., (térmo 52.422). — Aguarde-se solução do termo n. 52.423.

Tecelagem Helvetica Ltda., (térmo 50.482). — Aguarde-se solução do termo n. 50.481.

Renato Binelli & Comp., (térmo 52.215). — Aguarde-se solução do termo n. 52.083.

C. Libero (térmo 52.081). — Aguarde-se solução do termo número 50.852.

O Globo (térmo 51.977). — Aguarde-se solução do termo número 50.857.

O Globo (térmo 51.975). — Aguarde-se solução do termo número 50.852.

Birger Aagaard (29.183-37). — Nada ha que deferir. A prioridade reivindicada é a do país de origem — única que poderá ser anotada na patente de acordo com o parágrafo único do art. 38 do decreto 16.264, de 1923.

Valdemar Mascarenhas Monteiro (37.719-37 junto a patente n. 18.644). — Restitua-se, mediante recibo.

Expediente do diretor da Secção de Privilégios de Invenção

Dia 27 de dezembro de 1937

Exigências

Lincoln Castelo Branco (31.275-37). — Preste esclarecimentos: O número indicado não corresponde com o nome citado como depositante do pedido.

Companhia Swift do Brasil S. A., (térmo 18.433). — Satisfaça a exigência da Secção.

I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft (térmo 19.086), Schering Kahlbaum A. G., (térmo 18.166 e Knol A. G. Chemische Werke brieken (térmo 18.746). — Cumpram a exigência do técnico.

Diversos

Servuio José Abranches (30.792-37). — Junto-se e volte ao técnico.

Olávio Ravagnani (30.590-37). — Junto-se e volte.

Patent-Treuhand-Gesellschaft für Elektrische Glühlampen m. b. H., (30.635/137) e Perosa Corporation (30.601-37). — Junto-se.

Monsen & Harris (30.767, 30.846, 30.847, 30.943, 30.997, 30.999, 31.152, 31.153, 31.337/346 de 1937), Stozembach & Co, Sucecessores de Leclerc & Co., (30.788, 30.928, 30.929, 31.149/142 de 1937), Lincoln Castelo Branco (31.166-37), Lincoln Castelo Branco (31.377-37), Eduardo Dannemann (31.118-37), Gualter Castelo Branco (30.958-37), Valdemar Teixeira de Freitas (30.944 e 30.942/37), Atilio Ricotti (30.880-37), Atilio Ricotta (30.906-37), e Walter de Campos Birnfeld (30.740-37). — Deferidos.

NOTICIÁRIO

NOTIFICAÇÕES

São convidados os requerentes abaixo mencionados a comparecerem a este Departamento, afim de efetuarem, dentro do prazo de trinta dias, o pagamento da taxa para a expedição dos certificados:

Lohmann O Comp., (térmo 38.918 — Hospital), Cabral & Scortecci (térmo 43.095 — Editorial Novidades), Joaquim Teixeira da Silva Junior (térmo 45.310 — Fenômeno), J. Adolfo H. Kraemer (térmo 43.509 — Epigol), Ubaldo Massara (térmo 37.761 — Iona), G. Moraes Velinho & Comp., (térmo 42.282 — Castelo), Instituto de Fisiologia Alicada (térmo 41.728 — Isocal).

É convidado Fernando Augusto de Frota Linhares a comparecer a este Departamento, afim de efetuar, dentro do prazo de trinta dias, o pagamento da taxa para a expedição da carta patente do pedido depositado sob o n. 16.249 (proc. 26.597-35).

É convidado a firma Produtos Albers Ltda., a comparecer a este Departamento, afim de efetuar o pagamento da taxa de transferencia da marca "Rosedy", registrada sob o n. 50.571.

É convidado o Sr. Delfim Monteiro a comparecer a este Departamento afim de revalidar o selo da procuração de fls. 3 do termo 52.471.

É convidado Renato Marelli a comparecer a este Departamento, afim de apresentar a procuração referente ao termo 51.783, dentro do prazo de trinta dias.

CADUCIDADE DE MARCAS

Sociedade Aselepias Ltda., (27.644, de 9-11-37) requereu a caducidade da marca de Berne n. 81.785 — BULGARINE.

Francisco Picarelli (29.443, de 30-11-37) requereu a caducidade da marca de Berne n. 57.017 — SALUS.

Francisco Picarelli (29.442, de 30-11-37 — requereu a caducidade da marca de Berne n. 65.797 — SALUS ET SCIENTIA.

OPOSIÇÕES

Max Breuer (30.244, de 8-12-37) apresentou oposição ao pedido de privilégio sob o n. 19.684, por Dansk Crown Cork Fabrik.

Vick Chemical Company (31.471, de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca depositada sob o n. 55.096 por J. Torres. João Batista Agostinho (31.441, de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca "Ninoni", termo 56.042.

Colgate-Palmolive-Peet Company (31.470, de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca depositada sob o n. 56.077 por Ricardo Viganò.

J. R. Kanitz (31.482, de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca "Oleo Lima", termo 56.408.

J. R. Kanitz (31.481 de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca "Mixú", termo 56.138.

Schaible & Kanitz (31.480 de 22-12-37) apresentou oposição ao registro da marca "12", depositada sob o n. 31.480.

Luiza de Campos Fessel (31.477 de 22-12-37) apresentou réplica à oposição oferecida ao termo 53.977 — Gastronutrol.

The British Drug Houses, Limited (31.526 de 22-12-37) apresentou réplica à oposição oferecida ao termo 54.545 — Tanna-Flavine.

Laboratório Medical Limitada (31.544 de 22-12-37) apresentou réplica à oposição oferecida à marca "Tessani", termo 55.491.

RECURSOS

Companhia Castolões S.A., (31.434 de 22-12-37) recorreu do despacho que indeferiu a marca "Tivoli", termo 50.134.

Emery Food Company (31.460 de 22-12-37) recorreu do despacho que indeferiu o registro da marca depositada sob o n. 49.363.

Pedro Baldassarri & Irmãos (31.437 de 22-12-37) apresentou réplica ao recurso referente a marca "Servical", termo 46.630.

Salvador Pinto Filho (31.541 de 22-12-37) apresentou réplica ao recurso referente a marca depositada sob o n. 47.803.

Joseph Dubi (31.207 de 20-12-37) recorreu do despacho que indeferiu o pedido de privilégio depositado sob o n. 18.297.

Baade & Baade (30.818 de 14-12-37) recorreu do despacho que indeferiu o pedido de privilégio depositado sob o n. 18.912.

Virgil Jackson Dorset (30.991 de 17-12-37) recorreu do despacho que indeferiu o pedido de privilégio depositado sob o número 17.079.

Miguel Clone (termo 49.950). — Satisfaca a exigência constante da informação.

Hermann Neumann (termo 52.589). — Satisfaca a exigência do Arquivo.

Aristeu Santos Lopes (termo 52.598). — Satisfaca a exigência quanto ao reconhecimento da letra.

Max Factor & C., (termos 51.932 e 51.933). — Prestem esclarecimentos.

Fábrica Germade Ltda., (termo 52.345). — Pague a taxa de prorrogação.

AVISO AOS REQUERENTES DE PATENTES

Os requerentes de patentes ou seus procuradores abaixo mencionados são convidados a satisfazer o pagamento das taxas a que se referem os arts. 50 letra "b" e 51, letra "a" do decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923. A inobservância do prazo de 30 dias estabelecidos pelo art. 1º, letra "b" do decreto n. 22.990 de 1933, importará no arquivamento definitivo do processo.

Termo 17.131, Zacarias de Oliveira Brasil.

Termo 17.733, Arnold Allen Alfred Harvut.

Termo 17.959, Schneider & Comp.

Termo 18.122, Pedro Ruocco.

Termo 18.310, Heitor Zanoni.

Termo 18.312, Imperial Chemical Industries Limited.

Termo 18.400, Etablissements Poron.

Termo 18.427, Abadie, Jean Baptiste Joseph Marcel.

Termo 18.517, Samuel Botelho Pena.

Termo 18.579, Joaquim Rodriguez Perez.

Termo 18.615, Sancho Baggi de Bittencourt Berenguer.

Termo 18.654, The Dunlop Rubber C., Ltda.

Termo 18.697, Walter Richard Stahel e Kurt Stahel.

Termo 18.819, João Abukater e Benevenuto Orlando.

Termo 18.825, João Abukater e Benevenuto Orlando.

Termo 18.827, Miquelina Bollani.

Termo 19.744, Paulo Van Der Reis (Garantia de Prioridade).

Termo 19.768, Julius Musits (Garantia de Prioridade).

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO

TERMO DE CONTRATO

Publicação feita de acordo com o art. 41 do Regulamento vigente (decreto n. 16.264, de 1923).

§ 2.º Da data da publicação de que trata o presente artigo começará a correr o prazo para o deferimento do pedido. Durante 60 dias, poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional de Propriedade Industrial, aqueles que se julgarem prejudicados com a concessão da patente requerida.

Termo 19.934, de 20-12-37.

Romeu Rodrigues — S. Paulo.

Pontos característicos da invenção de: "Fita gomada com dispositivo prendedor para o confeccionamento de pacotes". Mod. utilidade.

1º) A "Fita gomada com dispositivo prendedor para o confeccionamento de pacotes", que consiste numa tira de papel ou outro material consistente sendo que de um lado tem em toda a sua superfície uma camada de goma ou outro adesivo, e no seu centro tem dois furos equidistantes providos de ilhós rebitados e que na superfície abrangida entre estes furos tem mais uma tira de papel ou outro material afim de reforçar a resistência necessária neste ponto, podendo ter idêntica tira do lado contraposto para melhorar ainda mais esta resistência; nestes furos passará um barbante o qual uma vez amarrado em forma de nó formará um perfeito prendedor; tudo conforme substancialmente descrito e reivindicado nos desenhos anexos.

Termo 19.935, de 20-12-37.

Romeu Rodrigues — S. Paulo.

Pontos característicos da invenção de: "Aparelho molhador para fitas gomadas com barbante fixo". (Mod. utilidade).

1º) O "aparelho molhador para fitas gomadas com barbante fixo" que consiste numa peça de qualquer formato tendo a face superior plana e os laterais são levemente salientes. Aproximadamente na metade do seu comprimento os laterais são recurvados e quasi se unem formando entre si um espaço correspondente a dimensão transversal da fita e tem um corte pelo qual poderá passar o barbante que está fixado na fita, logo depois deste encaixe está disposto em posição transversal ao comprimento da peça um rolo movido por meio de pino e o qual passa num encaixe em forma de recipiente feito inferiormente e no qual está colocada a água para umedecer a fita; tudo conforme substancialmente descrito e reivindicado nos desenhos anexos.

Termo n. 19.936, de 20 de dezembro de 1937.

I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft — Alemanha:

Pontos característicos da invenção de "Processo de fabricação de um preparado de hormônio do lóbulo anterior da hipófise". (Patente de invenção).

1º — Suspensões de preparados de hormônios do lóbulo anterior da hipófise em azeites fisiológicos inofensivos, que contêm lanolina como adição.

2º — Suspensões de preparados de hormônios do lóbulo anterior da hipófise em azeites fisiológicos inofensivos, que contêm como adição lanolina e substâncias dissolventes do azeite que evitam a oxidação.

3º — Processo de obtenção de um preparado de hormônios do lóbulo anterior da hipófise, caracterizado pelo fato de obter suspensões do hormônio em azeites fisiológicos inofensivos sob adição de lanolina.

4º — Processo como reivindicado em 3 caracterizado pelo fato de empregar preparações dos hormônios do lóbulo anterior da hipófise, as quais estão isentas o mais possível de sais.

5º — Processo de obtenção de um preparado de hormônio do lóbulo anterior da hipófise, caracterizado pelo fato de as suspensões do hormônio obtido sob adição de lanolina em azeites fisiológicos inofensivos, juntar-se substâncias dissolventes do azeite que evitam a oxidação.

6º — Processo como reivindicado em 5 caracterizado pelo fato de serem empregados fenóis como substâncias que evitam a oxidação.

Finalmente, reivindica as prioridades dos pedidos de privilégio depositados na Alemanha sob os ns. J. 56 682 IV a 30 h, e J. 56 916 IV a 30 h, respectivamente em 19 de dezembro de 1936 e 22 de janeiro de 1937, nos termos da Convenção Internacional.

Térmo n. 19.937, de 20 de dezembro de 1937.

A. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft, Alemanha

Pontos característicos da invenção de "Processo de obtenção de arsenobenzóis simétricos di-oxialquilados". (Patente de invenção.)

Processo de obtenção de arsenaminobenzóis simétricos di-oxialquilados que ainda podem conter outros substituintes no núcleo benzolico, caracterizado pelo fato dos ácidos arsenobenzolarsínicos di-oxialquilados serem transformados nos correspondentes derivados de arsenobenzol.

Finalmente reivindica os benefícios da Convenção Internacional, visto ter sido o mesmo pedido depositado na Repartição de Patentes da Alemanha, em 19 de dezembro de 1936, sob o n. J 53 681 IV e 12 q.

Térmo n. 19.938, de 20-12-37.

Fritz Schwerin, Ernst Bohm e Berthold Lowenstein — São Paulo.

Pontos característicos da invenção de "Um dispositivo óptico cromático em ou relativo a letreiros e similares luminosos, lisos e transparentes, afim de se apresentarem com aparência de relevo (Privilegio de invenção.)"

1º Um dispositivo óptico-cromático em ou relativo a letreiros e similares luminosos, lisos e transparentes, afim de se apresentarem com aparência de relevo, caracterizado por se criar nos elementos que compõem as letras ou similares, transparentes e pintados lisos em cor mais escura que clara sobre a chapa exterior, uma primeira zona, central, clara ou branca, transparente e concêntrica a uma segunda zona representada pelo dito ou ditos elementos pintados sem sombra ou com sombreado prévio, intensificando-se do centro para os extremos; e, exteriormente, adjacente e concêntrica a essa segunda zona, uma terceira zona não transparente, mas refletora, de cor clara ou branca ou propriamente disposta como espelho; tudo de modo que, sob a iluminação através desses elementos, se obtenha exteriormente, pela ilusão óptica, o efeito aparente de um sombreado que aumenta do centro dos ditos elementos para os seus extremos ou seja um efeito de relevo aparente desses letreiros ou similares.

2º O dispositivo reivindicado sob o n. 1, caracterizado ainda por ser diatênica a contra-chapa interior localizada atrás da chapa exterior de exposição dos letreiros ou similares.

3º O dispositivo reivindicado sob o n. 1, caracterizado ainda pela intercalação de folhas de celofane, celuloide ou similares, entre essa chapa exterior de exposição e a dita contra-chapa fôsea.

4º O dispositivo reivindicado sob os ns. 1 a 3, substancialmente como descrito e elucidado nos desenhos anexos.

Térmo n. 19.939, de 20-12-37.

Júlio Trinchero — São Paulo.

Pontos característicos da invenção de: "Aperfeiçoamentos na colocação do motor na parte trazeira de veículos automotores (Privilegio de invenção.)"

1) Aperfeiçoamentos na colocação do motor na parte trazeira de veículos automotores, caracterizado pela disposição do motor, com todos os seus elementos de transmissão e, outros, em um conjunto ou grupo-propulsor, este incluindo também as rodas trazeiras e respectivo eixo, assim como oscilando em sentidos longitudinal e transversal do veículo, compensando, sob braço de alavanca, as oscilações verticais das rodas, que habitualmente são reguladas só pelas molas do veículo.

2) Aperfeiçoamentos, sob o título acima, caracterizados por elementos bilaterais ao centro do eixo trazeiro e com os seus extremos mantendo esse eixo, de modo a estabilizá-lo.

3) Aperfeiçoamentos, sob o título acima, caracterizados por ser o dito conjunto ou grupo-propulsor mantido por um suporte-eixo transversal ao veículo, girando com os seus extremos em suportes solidários a este.

4) Aperfeiçoamentos, sob o título acima, caracterizados por ser feita a transmissão, do movimento do eixo do motor às rodas do veículo, sem o emprego de juntas universais nos eixos ou de eixos por qualquer modo flexíveis, o que tudo é dispensado em virtude da disposição do conjunto ou grupo-propulsor e de seu modo de ser montado no "chassis", permitindo este oscilar nos sentidos já mencionados.

5) Os aperfeiçoamentos reivindicados sob os ns. 1 a 4, substancialmente como descritos e elucidados nos desenhos anexos.

Térmo n. 19.940, de 20 de dezembro de 1937.

Georges Brunner — S. Paulo.

Pontos característicos da invenção de: "uma nova máquina para abrir côco babassú". (Priv. Inv.)

1º, uma nova máquina para abrir côco babassú de modo que o talho da casca por meio de facas e a rutura por meio de uma barra rompedeira se efetuam diferencialmente compensados pela intervenção hidráulica influido distributivamente entre o grupo de

facas e a barra rompedeira, esta e aquele com percurso concorrente, mas cada qual em particular com movimento independente do outro, sob uma proporção de pressão que para o acionamento das facas, relativamente ao acionamento da barra rompedeira, é determinada de modo a serem assim abertos, sem que pelas ferramentas sejam atingidos e lesados os caroços dos frutos, mesmo a diferentes tamanhos e formas de superfície dos côcos; compensação essa, pela qual simultaneamente com a pressão que inpele as facas ao talho, uma pressão sobre a barra rompedeira é simultaneamente exercida em sentido axial do côco, qu e por isso é rompido por essa barra á proporção em que a resistência da casca diminhe pelo talho das facas;

2º, a nova máquina reivindicada sob o n. 1, caracterizada ainda por ser essa independência de movimentos entre o grupo das facas e a barra rompedeira também destinada a permitir uma adaptação automática das facas á forma da superfície dos côcos e para que a força de pressão das facas e da barra rompedeira se conserve, á pressões variáveis, sempre na mesma proporção de pressão entre si;

3º, a nova máquina reivindicada sob o n. 1, caracterizada ainda por permitir após cada operação automaticamente a limpeza das ferramentas abridoras do côco e o afastamento das aderências ainda restantes nas superfícies de operação;

4º, a nova máquina reivindicada sob o n. 1, caracterizada ainda por poder a proporção de pressão entre o grupo das facas e a barra rompedeira ser arbitrária, no que são como superfícies determinantes da proporção de pressão ás superfícies receptoras da pressão hidráulica que opéra na direção axial do fruto;

5º, a nova máquina reivindicada sob o n. 1, caracterizada ainda por permitir que o corpo da guia das ferramentas com percurso no mesmo se desloque automaticamente com as mesmas, de modo a sempre se aproximar do côco, não obstante os diferentes tamanhos deste;

6º, a nova máquina reivindicada sob os ns. 1 a 5, caracterizada pela sua disposição mecânica simétrica para abrir o côco pelos dois extremos deste e assim preferida para constituir máquina estacionária, com disposição adequada para manter o côco aí colocado central e axialmente no sentido do percurso das ferramentas, assim como também construída sem essa simetria, afim de abrir o côco só por um dos extremos deste que com o outro descança sobre adequada base, de modo a se obter a máquina portátil;

7º, a nova máquina reivindicada sob os ns. 1 a 6, caracterizada por sua disposição mecânica em particular que, simétrica ou não a máquina, se constitui, com relação aos dois lados, respectivamente, a um dos lados de seu corpo, pelo modo seguinte, a partir de fóra para dentro da máquina ou ponto de operação de abertura do côco: um cilindro de pressão com percurso longitudinal em uma perfuração no corpo da máquina, mas sem giro; um pistão com haste, com percurso longitudinal em uma perfuração do dito cilindro de pressão a cujo movimento lhe pode ser dado por qualquer meio acionador; outro pistão compressor no mesmo cilindro de pressão, mas sem haste e que encosta nesse primeiro pistão com haste; um espaço nesse cilindro de pressão e imediato ao dito pistão sem haste, assim como preenchido com líquido; um pistão compressor com percurso longitudinal em uma perfuração menor nesse cilindro de pressão, de modo a ficar este com um anel de superfície própria e receber por sua vez a pressão do líquido na parte que lhe compete, em quanto que a outra parte influe sobre esse pistão compressor; uma barra rompedeira do fruto, centralizada axialmente e mantida por esse pistão compressor e guiando-se nesse cilindro de pressão; facas fixas no topo do dito cilindro de pressão, em torno dessa barra rompedeira; um cilindro-guia, correção em uma perfuração no corpo da máquina, em cujo extremo correm guiadas as ditas facas e barra rompedeira; uma alavanca de raspagem oscilavel transversalmente ao dispositivo abridor do côco, afim de limpar a face de trabalho da máquina; disposição das ditas facas a exemplo de regua, tendo seus extremos livres dispostos um tanto arredondados, onde se acha o seu gume, e sua secção transversal aproximadamente de um triangulo sobre um trapézio, triangulo esse que serve para evitar o encalhe da casca do côco;

8º, a nova máquina reivindicada sob os ns. 1 a 7, substancialmente como descrita e elucidada nos desenhos anexos.

Térmo 19.942, de 20-12-37.

"Yerma" Consignaciones y Representaciones, Sociedad de Responsabilidad Ltda. — Argentina.

Pontos característicos da invenção de "um novo aparelho carburador que utiliza hidrocarbeto" (Priv. Inv.):

1 — Um novo aparelho carburador, que utiliza dois hidrocarbeto, caracterizado por compreender dois carburadores e os respectivos canais de acesso a uma válvula rotativa que, por meio de um termóstato, que actua em consequência do calor acumulado no conduto dos gases da combustão e que governa, por sua vez, uma válvula que regula a aspiração nos condutos de alimentação do fluido no motor por meio de um diafragma que atrai ou solta um elemento rotativo da citada válvula, orienta a proveniência do fluido carburado, de um ou de outro dos ditos carburadores, substancialmente como aqui descrito.

2 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender dois carburadores, com canais de alimentação independentes, os quais conduzem a dois órgãos de pulverização ou

atomização e no qual a válvula rotativa, que franqueia um outro desses canais, respectivamente, por meio de um vão de que é provida, dirige cada fluido, conforme o caso, para um meio de carburação ulterior, acionado pela aspiração do motor, substancialmente como aqui descrito.

3 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender um conduto descendente de ar, rodeado internamente de uma camisa dotada de movimento angular rotativo e de um orifício que, numa das posições, coincide com um canal proveniente do elemento de atomização interponto no conduto do hidrocarbeto leve, fechando o canal análogo de atomização do hidrocarbeto pesado e os condutos seguinte à camisa, onde tem lugar a carburação e gazeificação, por meio desse último hidrocarbeto, substancialmente como aqui descrito.

4 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender meios, derivados da camisa de movimento angular rotativo e pelos quais entra o ar a ser carburado, meios esses que permitem fixar, de modo estável, a posição dessa camisa, em condição de dar passagem à pulverização ou atomização do hidrocarbeto leve, ou então, de fechar essa passagem, substancialmente como aqui descrito.

5 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender um atomizador regulável, ao qual vão ter os dois canais, nos quais se acham os pulverizadores interpostos entre os depósitos de nível constante dos dois combustíveis, isto é, o combustível leve, para iniciar a marcha, e o pesado, do regime normal, um terceiro canal, que conduz o fluido de atomização e carburação ao tubo de admissão de ar e respectiva camisa, de movimento angular rotativo e um quarto canal, que leva a mistura carburada, verticilmente para baixo, para ser adequadamente gazeificada, substancialmente como aqui descrito.

6 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender uma válvula disposta no ponto de concorrência dos canais que conduzem os fluidos pulverizados e previamente carburados de um dos combustíveis e uma excavação, nessa válvula, que permite orientar o fluido respectivo para um terceiro canal, que conduz a atomização da alimentação na corrente de ar induzida pelo motor, ou então, nos órgãos de gazeificação que precedem essa corrente, isto, tratando-se do combustível pesado, substancialmente como aqui descrito.

7 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender dois depósitos de nível constante juxtapostos, os quais recebem, respectivamente, as provisões de combustível leve e de combustível pesado e canais que, partindo desses depósitos, são interceplados por pulverizadores de esguicho, relativamente à comunicação dos ditos canais, em concorrência, com uma válvula rotativa, excitada e governada através de um dispositivo de diafragma o qual, por meio de um tubo adequado, comunica com outra válvula, situada de modo a dar passagem, oportunamente, ao efeito de depressão, que se opera nos condutos de alimentação do combustível no motor, substancialmente como aqui descrito.

8 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender um dispositivo de diafragma, cujo elemento diafragmatico fica encerrado numa caixa que o segura pelo seu bordo externo e uma haste que, por meio de um carretel, o segura pela sua parte central e uma mola em espiral, em oposição a essa haste e disposta nela e um conduto, que serve para fazer comunicar a depressão que faz atuar o diafragma em oposição à dita mola, substancialmente como aqui descrito.

9 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender um termostato, disposto na câmara calefatora, destinada a gazeificar a mistura pulverizada de combustível pesado e no conduto de gases da combustão, órgão esse, que contém uma espiral de aço, acumuladora de calor, e, portanto, dilatável e de cujo centro projeta-se um perno, provido de um braço, que permite regular a amplitude da espiral e o seu coeficiente de dilatação e meios de ligar esse perno à válvula que abre a aspiração do motor sobre o dito dispositivo diafragmatico, substancialmente como aqui descrito.

10 — O novo aparelho carburador reivindicado em 1, caracterizado por compreender uma trompa de entrada ou embocadura do ar, colocada sobre a abertura forrada pela dita camisa móvel e duas válvulas, uma das quais governada e a outra, de ação sensível à repressão ou aspiração do ar e, portanto, automática, substancialmente como aqui descrito.

Térmo n. 19.943, de 20-12-37.

Gesellschaft fur Chemische Industrie in Basel (Société pour l'Industrie Chimique à Bale) — Suíça.

Pontos característicos da invenção de "processo para a preparação de produtos de oxidação de esterinas ou de ácidos biliares saturados ou não saturados". Priv. Inv.:

1 — Um processo para preparação de produtos de decomposição de esterinas ou de ácidos biliares, saturados ou não, saturados, que consiste em fazer agir certos agentes oxidantes quer sobre as esterinas ou os ácidos biliares, quer sobre os seus derivados, seus produtos de decomposição e de transformação, que contêm grupos carbonílicos ou carbonílicos livres nos seus núcleos, protegendo-se temporariamente, quando convenha, as duplas ligações nucleares eventualmente presentes; e em separar da mistura de oxidação os produtos de oxidação não voláteis, formados por degradação ou decomposição parcial ou completa da cadeia lateral.

2 — O processo de acordo com o ponto 1, que consiste em retirar da mistura dos produtos de oxidação os ácidos carboxílicos contendo grupos carbonílicos nos seus núcleos, cujo grupo carboxílico se encontra quer na cadeia lateral, quer no lugar da cadeia lateral; e em separá-los uns dos outros por fracionamento.

3 — O processo de acordo com o ponto 1, que consiste em separar uns dos outros os componentes policarboxílicos neutros formados, não voláteis, depois de eliminados por exemplo os componentes ácidos e os componentes facilmente voláteis; e em separá-los dos compostos monocarboxílicos eventualmente presentes, mediante processos de separação físicos ou químicos.

Térmo n. 19.944, de 20-12-37.

Gesellschaft fur Chemische Industrie in Basel (Société pour l'Industrie Chimique à Bale) — Suíça.

Pontos característicos da invenção de "preparação de novos derivados da quinoxalina". Priv. Inv.:

Um processo de preparação de novos derivados da quinoxalina, que consiste em se fazer atuar agentes redutores — e, em certos casos, agentes condensantes — sobre os compostos que contêm o radical de um ácido alifático substituído em posição pelo resto de uma o-nitro-anilina cujo núcleo tenha grupos alcoiloxi, alcoilevoxi ou aralcoiloxi.

Térmo n. 19.945, de 20-12-37.

Tino Bellé — Rio.

Pontos característicos da invenção de "um novo processo para impressão em superfícies lisas com tintas a óleo ou gráficas". Priv. Inv.:

1 — Um novo processo para impressão em superfícies lisas com tintas a óleo, ou gráficas, que consiste: em esticar preliminarmente uma tela de tecido especial, seda, linho, ou similar, numa armação ou bastidor adequado; em tratar essa tela com ácidos solúveis, especiais, pondo-a em seguida a secar a temperatura adequada; em desenhar, na tela já seca, as figuras, dizeres, letras, desenhos ornamentais, e outros símbolos, que se deseje reproduzir, formando-se assim uma matriz para impressões; em cobrir a matriz com uma camada de laca, excepto nas partes que constituem as letras, desenhos, ou outros símbolos formados na mesma matriz; e em passar água acidulada no tecido correspondente a cada desenho, letra, figura, e mais símbolos, afim de remover o ácido solúvel proveniente do tratamento dado previamente a tela, tornando-se assim cada símbolo desenhado na mesma tela um positivo de impressão.

2 — O processo de acordo com o ponto 1, em que depois de pronto, a matriz é trazida para cima da placa a imprimir, de vidro, papel, papelão, de metal, madeira, ou de qualquer outro material de superfície lisa; em que depois de ajustada a matriz no seu lugar, se passa sobre ela um rôlo, cilindro, espátula, ou outro dispositivo que convenha, de borracha ou outro material, embebido com tinta a óleo, gráfica, ou outra apropriada; e em que assim a tinta repassa exclusivamente o tecido compreendido dentro do contorno dos símbolos contidos na matriz e vai imprimindo-se atravessando a tela na chapa, placa, ou outra superfície subjacente à matriz reproduzindo aí o contorno exato dos mesmos símbolos.

3 — O processo de acordo com os pontos 1 ou 2, em que a matriz se pôde aplicar a chapas e similares em tamanhos superiores aos conseguidos nas impressões litográficas atuais.

Térmo n. 19.946, de 21-12-37.

Hirtenberger Patronen-Zundhutzen-Und Metallwaren-Fabrik & Ing. Gerhard Grunert — Austria.

Pontos característicos da invenção de "processo para o funcionamento de máquinas de combustão interna, e máquinas motrizes para a execução do processo". Priv. Inv.:

1 — Processo para o funcionamento de máquinas de combustão interna, caracterizado pelo fato de se atribuir ao êmbolo nas suas posições extremas — e nas fases de funcionamento da máquina motriz — um afastamento de tal modo variável do tempo do cilindro que — nas fases de escapamento ou de aspiração — só permaneça um espaço prejudicial mínimo entre a base do êmbolo e o tempo do cilindro, e que — nas fases de compressão ou de combustão — permaneça, ao contrário, um espaço maior, adequado a uma compressão normal.

2 — Processo de acordo com o ponto 1, caracterizado pelo fato de se imprimir ao êmbolo cruzes de deslocamento de comprimentos diferentes.

3 — Máquina motriz para a realização do processo de acordo com os pontos 1 ou 2, caracterizado pela existência de um êmbolo cuja base (10) tem um afastamento variável do eixo de manivela.

4 — Máquina motriz de acordo com o ponto 3, caracterizada pelo fato do êmbolo (5) ser móvel em relação ao pino de êmbolo.

(17), com interposição de um agente elástico, um colchão de ar, por exemplo.

5 — Máquina motriz de acordo com o ponto 4, caracterizada pela existência de um segundo êmbolo (6) — que trabalha dentro do êmbolo operador (5) e que carrega o pino do êmbolo (7) — cuja base (9) apresenta uma abertura (10) para a criação de um colchão de ar, entre as bases de êmbolo (9, 11).

6 — Máquina motriz de acordo com os pontos 1 ou 2, caracterizada pelo fato do êmbolo (5) ser ligado ao eixo de manivela (14) por meio de uma biela em duas partes (15, 16), cujas duas partes são separadas uma da outra por meio de um colchão de ar.

7 — Máquina motriz de acordo com o ponto 6, caracterizada pelo fato de uma das partes (15) da biela em duas partes ser deslizável, com pequena folga, dentro da segunda parte (16), mantendo-se um colchão de ar entre a extremidade de uma das partes (15) e o fundo (17) da abertura da segunda parte (16), graças à aberturas de acesso (19).

8 — Máquina motriz de acordo com os pontos 6 ou 7, caracterizada pelo fato de existir na biela uma espéra ajustável — um parafuso (20) ou peça semelhante — para a regulagem do movimento relativo das duas partes (15, 16) da mesma.

Os requerentes reivindicam a prioridade do competente pedido depositado na Repartição de Patentes da Austria, em 29 de maio de 1937, sob o n. A. 3.457-37.

Térmo n. 19.947, de 21-12-1937.

Hirtlenberger — Patronen — Zundhutehen — Und Metallwaren Fabrik e Ing. Gerhard Grunert — Austria.

Pontos característicos da invenção de: "Gasogênio para combustíveis sólidos tais como carvão turfa-madeira e outros semelhantes e em especial para madeira de coníferas", privilégio de invenção.

1 — Gasogênio para combustíveis sólidos, tais como carvão, turfa, madeira ou outros semelhantes, e em especial para madeira de coníferas, dotado de uma camara de secção invariável, caracterizado pelo fato dos pontos de saída dos órgãos de adução de ar — automaticamente regulados pela baixa de pressão — tais como válvulas (4, 5, 8), injetores (9, 10), ou peças semelhantes, ficarem situados em alturas diferentes do braseiro, de modo que — com o crescimento do consumo de gás — seja incandescida uma quantidade apreciavelmente maior de combustível em uma zona central de incandescência.

2 — Gasogênio de acordo com o ponto 1, caracterizado pela existência de duas ou mais aduções de ar — apresentando um ou mais pontos de penetração do ar — cujos órgãos de regulagem, válvulas (4, 5, 8) por exemplo, apresentam na posição aberta uma resistência diferente, nas diversas zonas de penetração de ar, contra o movimento provocado pela eventual baixa de pressão do gerador, de modo que — crescendo a carga do gerador — a adução de ar se ajusta por uma automática ligação de outras aduções.

3 — Gasogênio de acordo com o ponto 1, caracterizado pelo fato do tubo que conduz o ar para baixo apresentar, no seu bocal, vários pontos de saída de ar (9, 10), situados em alturas diferentes.

4 — Gasogênio de acordo com o ponto 1, caracterizado pelo fato de se achar adaptado, à zona de gaseificação, um apêndice (11) sensivelmente mais largo do que o ponto de saída, graças ao que se dá — por um decréscimo de temperatura — um enriquecimento dos gases produzidos na zona de gaseificação, graças à desgaseificação do carvão vegetal numa escala correspondentemente grande.

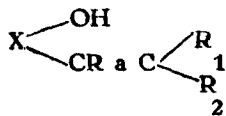
Os requerentes reivindicam a prioridade do competente pedido depositado na Repartição de Patentes da Austria, em 9 de fevereiro de 1937, sob n. A. 836-37.

Térmo n. 19.953, de 22 de dezembro de 1937.

Schering A. G. — Alemanha.

Pontos característicos da invenção de "Processo de fabricação de compostos oxo da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica" (patente de invenção):

1 — Processo de fabricação de compostos oxo da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica, caracterizado pelo fato de compostos da fórmula geral



na qual X indica um resíduo ciclopentano-poli-hidro-fenantrênico, R hidrogênio ou um resíduo de hidrocarbureto, R₁ e R₂ hidrogênio e/ou resíduo de hidrocarbureto, tal como um resíduo alifático, arílico, aralifático ou cicloalifático, serem submetidos a uma oxidação com agentes apropriados para interromper ligações duplas alifáticas com a adição de oxigênio.

2 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de empregar como materiais de partida compostos da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica, que estão substituídos no átomo de carbono 17, correspondente à fórmula citada na reivindicação 1.

3 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de derivados da série etiololânica e aloetiololânica serem submetidos à oxidação.

4 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de derivados da série oestrânica serem submetidos à oxidação.

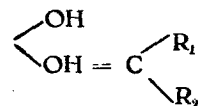
5 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de empregar derivados da série etiocolânica e aloetiocolânica, que estão substituídos no átomo de carbono 17, correspondendo à fórmula citada na reivindicação 1.

6 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de empregar derivados da série oestrânica que estão substituídos no átomo de carbono 17, correspondendo à fórmula citada na reivindicação 1.

7 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de empregar como agentes oxidantes ozono, ácido crômico, peróxido de hidrogênio, perácidos, persais, tetraóxido de osmio, tetracetato de chumbo ou manganês, compostos de vanádio ou semelhantes.

8 — Processo, como reivindicado em 1, caracterizado pelo fato de derivados da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica serem oxidados com ozono.

9 — Processo, como reivindicado em 8, caracterizado pelo fato de derivados da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica, que estão substituídos de acordo com a fórmula

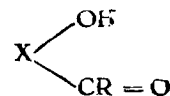


na qual R₁ e R₂ indicam hidrogênio e/ou um resíduo de hidrocarbureto, serem submetidos a uma oxidação e dos aldedidos primeiramente formados, serem então oxidados em ácidos carboxílicos.

10 — Processo, como reivindicado em 9, caracterizado pelo fato da oxidação em aldedidos ser efetuada com ozono.

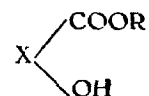
11 — Processo, como reivindicado em 9, caracterizado pelo fato da oxidação em ácidos carboxílicos ser efetuada com ácido crômico.

12 — Compostos oxo da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica, correspondendo à fórmula geral



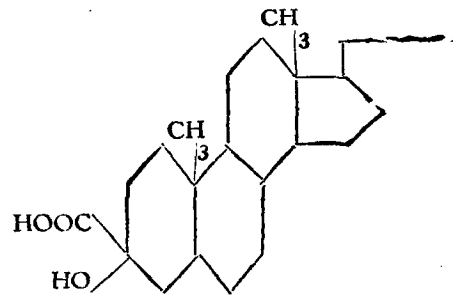
em que X indica um resíduo ciclopentano-poli-hidro-fenantrênico e R hidrogênio ou um resíduo de hidrocarbureto.

13 — Ácidos carboxílicos da série ciclopentano-poli-hidro-fenantrênica, correspondendo à fórmula geral

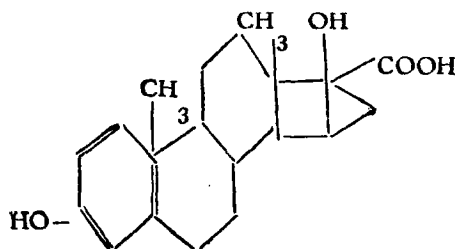


em que X indica um resíduo ciclopentano-poli-hidro-fenantrênico.

14 — Colestanol-3-ácido carboxílico-3 da fórmula



15 — Cestradiol-3,17-ácido carboxílico-17, da fórmula



Finalmente, reivindica a prioridade dos pedidos depositados na Repartição de Patentes da Alemanha, em 22 de dezembro de 1936 e 26 de novembro de 1937, nos termos da Convenção Internacional.

Preço do numero de hoje \$600

IMPRENSA NACIONAL — INDUSTRIA DO JORNAL

Praça Marechal Ancora — Ponta do Calabouço